



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



IONE GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E REDUÇÃO DE DANOS NO CAMPO DAS DROGAS

JOÃO PESSOA – PB

2025

IONE GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E REDUÇÃO DE DANOS NO CAMPO DAS DROGAS

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para defesa de Doutorado.
Linha de pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro
Cruz.

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Ione Gomes da.

Educação popular e redução de danos no campo das
drogas / Ione Gomes da Silva. - João Pessoa, 2025.
262 f. : il.

Orientação: Pedro José Santos Carneiro Cruz.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação popular. 2. Drogas - Redução de danos.
3. Educação. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 37.018.8(043)

IONE GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E REDUÇÃO DE DANOS NO CAMPO DAS DROGAS

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para defesa de Doutorado.
Linha de pesquisa: Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro
Cruz.

Resultado:_____

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz

Orientador/a (Presidente da Banca) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Marcos Aurélio Matos Lemões

Membro da Banca (Avaliador Externo) – Universidade Federal de Pelotas- UFPel

Prof. Dr. José Carlos da Silva

Membro da Banca (Avaliador Interno) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dr^a Jeane Félix da Silva

Membro da Banca (Avaliadora Externa) – Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite

Membro da Banca (Avaliador Interno) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof^a. Dr^a. Daniella de Souza Barbosa

Membro da Banca (Avaliadora Interna) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me presentear com a existência humana em um mundo com tantas belezas e coisas admiráveis, onde muitas vezes busquei refúgio e equilíbrio.

A minha família, por todo o apoio e paciência que tiveram para comigo ao longo desses anos. Agradeço por todo o cuidado e palavras de incentivo que me ajudam a não desistir dos meus sonhos.

Aos amigos e amigas que fiz durante essa trajetória de estudos, em especial a minha amiga Aline Schutheis, companheira nesse processo de doutorado. Obrigada por todas as conversas e compartilhamentos que foram importantes para tornar mais leve este percurso.

A todos os professores e professoras que passaram por minha vida e me inspiraram com suas práticas e comprometimento com a educação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Cruz, por sua amizade e confiança que me fizeram crescer enquanto pesquisadora. Agradeço por todas as orientações e apoio ao longo dessa trajetória.

Ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR/PPGE/UFPB/CNPq), do qual faço parte desde o mestrado em educação, este me proporcionou muitos momentos de aprendizado e oportunidades de convivência com pessoas diversas e admiráveis. Foram experiências de compartilhamento e construção de atividades significativas que me fizeram crescer enquanto educadora popular.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC/UFPB/CNPq), do qual faço parte desde a graduação em pedagogia – um espaço de estudos, pesquisas e formação numa perspectiva crítica, comprometido com a construção do conhecimento e a reflexão sobre a realidade. Agradeço por todas as oportunidades de aprendizagem.

Aos/as integrantes da Escola de Redução de Danos da Parahyba, que tive a oportunidade de conhecer brevemente, mas deixaram marcas e contribuições para a construção deste estudo.

Aos redutores e redutoras de danos, especialmente as mulheres partícipes da pesquisa. Por sua disponibilidade, contribuição e entusiasmo, o meu muito obrigada! Sem o apoio de vocês esse estudo não poderia ser concretizado.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, espaços em que tive a oportunidade de realizar toda a minha formação.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter sido agraciada com a bolsa de pesquisa entre os anos de 2022 e 2025. Ser bolsista foi

fundamental para minha dedicação e o desenvolvimento das atividades do Doutorado, pois me proporcionou condições para realizar a pesquisa, participar de eventos, escrever e publicar artigos além de poder me dedicar a escrita da tese.

Por fim, gostaria de agradecer a todos e todas que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa e do meu processo de formação.

**Desamarrem os laços
Façam coisas pela liberdade
Digam versos pela resistência
Pelos caminhos das aventuras
As alturas merecem todas as asas
Homens de plumas
Antes do sol derreter
As unhas desse meu pássaro
Pulem os muros
Fogos e clarões na cidade
Anunciando que o sonho não morreu
E em janelas há gente reclamando
Essa prisão que de fato não morreu
Entre todas janelas
Há grades e terror
Momentos de oração
Há gargalhadas na boca da donzela
Há gritos e temor
Momentos que passeiam no passado
Há mais amigos na porta dos fundos
A esperar... A esperar... As pedras bonitas**

(Zé Ramalho - Filhos de Ícaro)

RESUMO

Seja derivada de uma planta ou produzida em laboratório, a droga é uma substância inanimada. Seu potencial perigoso ou benéfico só aparece quando se estabelece uma relação entre ela e um organismo vivo. Assim sendo, a racionalidade nos indica que a decisão mais acertada é investir em abordagens educativas e tratamentos humanizados, ou seja, educar os seres humanos para a convivência com elas, tendo em vista a impossibilidade de erradicá-las e cuidando para que os danos e riscos que eventualmente possam surgir em decorrência do consumo, possam ser minimizados. Nessa perspectiva, o papel atribuído a redução de danos nas políticas públicas é o de cuidar para evitar a transmissão de doenças e tornar o consumo mais seguro, sem indicar a abstinência como meta a ser alcançada. No contexto deste debate, a Educação Popular tem sido reconhecida como uma concepção educativa crítica que tem focado no campo das drogas e da redução de danos como novas áreas das suas análises e das suas práticas. Dessa forma, a Educação Popular tem em conta uma realidade histórica diferente do seu contexto originário e dialoga com um grupo de atores heterogêneos que estão expostos a diferentes tipos de opressão, quer como consumidores de drogas, quer como membros de setores sociais espoliados. Este é o campo temático do presente estudo, e o objetivo geral é analisar como as abordagens da Educação Popular vêm sendo inseridas em trabalhos com redução de danos no campo das drogas. Do panorama teórico-conceitual, algumas das categorias do trabalho são: Educação Popular, redução de danos e desvio social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, e de caráter explicativo quanto ao seu propósito, tendo sua operacionalização ocorrido por meio da estratégia “bola de neve”, para mapeamento das participantes e realização de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram tratados conforme os procedimentos da Análise de Conteúdo Temática de Bardin (2016). Em decorrência da análise realizada chegou-se a cinco categorias, as quais nortearam a discussão dos resultados, quais sejam: 1) O movimento social e a escola como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular; 2) A redução de danos enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado; 3) A Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas; 4) Desafios para o trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos; 5) Referências no campo da Educação Popular. Alguns resultados do estudo evidenciam que: 1) O entendimento da dimensão educativa da redução de danos é ampliado, destaca-se a preocupação com o fazer educativo, ferramentas e métodos que serão utilizados nas práticas; 2) As práticas orientadas pela Educação Popular e pela redução de danos priorizam elementos como participação, diálogo, valorização de saberes, construção conjunta do conhecimento, humanização e escuta ativa; 3) O conhecimento teórico da Educação Popular é limitado, o que pode estar relacionado a pouca oferta de oportunidades formativas na área. De forma conclusiva, assinala-se, por exemplo, a necessidade de discussões e debates sobre a inserção da Educação Popular nesses outros espaços, e o tipo de conhecimento que vem sendo elaborado a partir dessas práticas. É primordial que essas experiências sejam sistematizadas, a fim de que possam ser estudadas e multiplicadas. Ressalta-se ainda, a importância de refletir e criar oportunidades formativas voltadas para educadores/as populares que atuem junto a pessoas consumidoras de drogas.

Palavras-chave: Educação Popular. Redução de danos. Drogas. Educação.

ABSTRACT

Whether derived from a plant or produced in a laboratory, a drug is an inanimate substance. Its dangerous or beneficial potential only appears when a relationship is established between it and a living organism. Therefore, rationality tells us that the correct decision is to invest in educational approaches and humanised treatments, in other words, to educate human beings so that they learn to establish autonomous and balanced relationships with them, because it is impossible to eradicate drugs completely. In this sense, it is essential to take care to minimise the risks and damage that may eventually arise as a result of consumption. According to this perspective, the role that have been attributed to harm reduction in public policies is to take care to prevent the transmission of diseases and make consumption safer, without indicating abstinence as a goal to be achieved. In the context of this debate, Popular Education has been recognising as a critical educational conception that has focused on the field of drugs and harm reduction as new areas of its analysis and practices. In this way, Popular Education takes into account a historical reality that is different from its classical context, and dialogues with a group of heterogeneous actors who are exposed to different types of oppression, both as drug users and as members of dispossessed social sectors. This is the thematic area of this study, and its general objective is to analyse how Popular Education approaches have been including into actions aimed at harm reduction in the field of drugs. From a theoretical-conceptual point of view, some of the work's categories are: Popular Education, harm reduction and social deviance. Methodologically, this is a qualitative study, with an explanatory character, and was operationalised using the 'snowball strategy' to map the participants and conduct semi-structured interviews. The data collected was scrutinized using Bardin's (2016) Thematic Content Analysis procedures. As a result of the analysis, five categories were formulated, which guided the discussion of the results: 1) The social movement and the school as spaces for training and encounter with Popular Education; 2) Harm reduction as an educational practice and ethical paradigm of care; 3) Popular Education in harm reduction educational practices in the area of drugs: theoretical and methodological contributions; 4) Challenges for educational work guided by Popular Education and harm reduction; 5) References in the field of popular education. Some of the results of the study show that: 1) the understanding of the educational dimension of harm reduction has a broad character, highlighting the concern with the techniques of the development of educational action and with the methods used in practice; 2) Practices guided by popular education and harm reduction prioritise elements such as participation, dialogue, valuing knowledge, joint construction of knowledge, humanisation and active listening; 3) There is limitation regarding theoretical knowledge of Popular Education, and this fact is perhaps a result of the limited availability of training opportunities in the area. In conclusion, it is pointed out, for example, the need to develop discussions both on the insertion of Popular Education in harm reduction contexts and on the type of knowledge that has been generated from practices in such contexts. It is also emphasised as essential that harm reduction experiences involving Popular Education should be systematised so that they can be studied and multiplied. Finally, the conclusion highlights the importance of reflecting on and providing training opportunities for popular educators who work with people who use drugs.

Keywords: Popular Education. Harm Reduction. Drugs. Education.

LISTA DE SIGLAS

ABRAMD	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
ABRASME	Associação Brasileira de Saúde Mental
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABORDA	Associação Brasileira de Redutores de Danos
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCM	Centro de Ciências Médicas
CEAAL	Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONAD	Conselho Nacional de Política sobre Drogas
CPC	Centros Populares de Cultura
DINSAN	Divisão Nacional de Saúde Mental
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EP	Educação Popular
EPS	Educação Popular em Saúde
EUA	Estados Unidos da América
EXTELAR	Grupo de Pesquisa em Extensão Popular
FBN	Federal Bureau of Narcotics
GEPELUSC	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEPS	Movimento de Educação Popular em Saúde
MNLA	Movimento Nacional da Luta Antimanicomial
MOPS	Movimento Popular de Saúde
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
ONGs	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PNEP	Política Nacional de Educação Popular em Saúde
PRDs	Programas de Redução de Danos
PTS	Programas de Troca de Seringas
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RD	Redução de Danos
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
REDUC	Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos
SUS	Sistema único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDI	Usuário de Drogas Injetáveis
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Classificação dos artigos de 2010 a 2023 por busca conjunta no portal CAPES.....	31
Quadro 02 - Classificação das Dissertações de 2010 a 2023 por busca conjunta no catálogo Teses e Dissertações da CAPES.....	35
Figura 1 - Rede de contatos mapeados com a estratégia Bola de Neve.....	55
Quadro 03 - Perfil das participantes da pesquisa.....	58
Figura 2 - Desenvolvimento da análise de conteúdo.....	59
Quadro 04 - Processos que contribuíram para a institucionalização da Educação Popular.....	78
Quadro 05 - Estratégias de redução de danos.....	132
Quadro 06 - Dimensões da concepção ampliada de redução de danos.....	137

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Para além da curva da estrada: caminhos percorridos pela pesquisadora e seu lugar social.....	15
1.2 Estado da arte: pesquisa sobre Educação Popular e redução de danos no campo das drogas	28
1.3 A Problemática da pesquisa	40
1.4 Objetivos.....	47
1.5 Orientação metodológica.....	48
1.5.1 Coleta e análise dos dados.....	55
1.6 Estrutura de organização do trabalho	60
2. EDUCAÇÃO POPULAR: DE QUE CONCEPÇÃO EDUCATIVA ESTAMOS FALANDO?	64
2.1 A Educação Popular gestada a partir da experiência e das classes populares.....	72
2.2 Educação Popular, institucionalização e as políticas públicas nos Estados democráticos.....	77
2.3 Educação Popular e as novas dimensões da luta social e política: drogas e redução de danos.....	82
3. PERSPECTIVA DE REDUÇÃO DE DANOS.....	90
3.1 Guerra às drogas, proibicionismo e abstinência	95
3.2 O embrião da revolução: origem da redução de danos	108
3.2.1 A redução de danos no Brasil.....	112
3.2.2 Movimentos sociais e redução de danos: movimento de luta contra o HIV/aids e Reforma Psiquiátrica	117
3.2.2.1 Movimento de luta contra o HIV/aids	117
3.2.2.2 Reforma Psiquiátrica	121
3.2.3 Ampliação do conceito de redução de danos: da prevenção ao cuidado integral ..	131
4. SOCIEDADE, DESVIO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ESTIGMATIZADO A PARTIR DA CRIAÇÃO DE NORMAS	141
4.1 O/A empreendedor/a moral	145
4.2 Rotulação e estigmatização do consumidor de drogas	149
4.3 Superação da estigmatização e a necessidade de uma mudança discursiva	156
5. A EDUCAÇÃO POPULAR NAS ABORDAGENS DE REDUÇÃO DE DANOS NA ÁREA DAS DROGAS.....	162

5.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O QUE DIZEM AS EDUCADORAS POPULARES?	164
5.1.1 O movimento social e a escola como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular.....	164
5.1.2 A redução de danos enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado e acolhimento.....	169
5.1.3 A Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas.....	180
5.1.4 Desafios para o trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos.....	190
5. 1. 5 Principais referências destacadas no campo da Educação Popular.....	195
6. REDUÇÃO DE DANOS E EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGO QUE APONTA CAMINHOS E DESAFIOS	202
6.1 Percepção sobre redução de danos e Educação Popular.....	204
6.2 Denúncias e anúncios.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	225
APÊNDICES.....	238
Apêndice A: Roteiro da entrevista semiestruturada.....	238
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	239
Apêndice C: Quadros que resultaram da análise de conteúdo temática	242

1. INTRODUÇÃO

Alguém já disse que a escrita de um texto é um trabalho artesanal. Curioso pensar a escrita de um texto científico como uma atividade artesanal, com todo o rigor e seriedade que a palavra ciência pode suscitar no imaginário das pessoas. Mas o trabalho do artesão também envolve rigor e disciplina, além de delicadeza, destreza e uma sensibilidade apurada para perceber os elementos que podem ou não constituir a sua obra, dando-lhe beleza estética e uma identidade única. O processo criativo envolve idas e vindas. Assim também é com a escrita de um texto científico.

Neste processo criativo, são convidadas a Educação Popular, o campo das drogas e a redução de danos para estabelecer um diálogo. Interrogarmos a realidade e seus sujeitos sociais, com o intento primeiro de compreender como se dão as relações de poder e o entrelaçamento entre as estruturas políticas, econômicas e sociais nestes campos do conhecimento para, a partir daí, compreender como a Educação Popular vem sendo inserida em trabalhos com redução de danos neste contexto.

A trajetória histórica da Educação Popular (EP) vem, ao longo dos anos, afirmando o seu caráter de concepção educativa crítica, comprometida com as questões educacionais, processos formativos, movimentos, processos de luta e organização das classes populares. Como pensamento e prática educativa, seu ponto de partida é a realidade vivenciada, os saberes e a cultura do povo, que por meio da reflexão e da problematização, pode chegar a assumir uma posição crítica frente às questões sociais, políticas e econômicas que incidem diretamente sobre as suas condições de vida e podem levar à exclusão e às situações de desigualdade. De acordo com Jara,

[...] ao falar de Educação Popular não se está fazendo referência a um corpo homogêneo de princípios, posturas e práticas, mas, pelo contrário, é um campo contemporâneo de ação e do pensamento vivo em movimento e disputa, com debates, correntes, enfoques e ações diversas, que confluem em um marco de referência comum ético-político e pedagógico emancipatório e transformador, mas que está longe de ser uniforme e estático (Jara, 2020, p. 197).

Enquanto paradigma teórico, é possível destacar algumas características da EP que lhe distinguem da educação convencional e lhe conferem uma identidade própria, quais sejam: a relevância que se dá as condições gnosiológicas da prática educativa; a educação como um processo de produção de conhecimento, e não apenas de transmissão de conceitos; a oposição

à manipulação e ao autoritarismo que, por vezes, prevalece na relação entre o professor que sabe e por isso ensina e o aluno que deve aprender; a defesa da educação como um ato de diálogo e de desvelamento da razão de ser das coisas (Gadotti; Torres, 2003).

Diante das novas questões sociais que vão tomando forma, tem sido sentida a necessidade de a EP pôr em marcha um conjunto de reelaborações de suas propostas e conceitualizações, com o propósito de produzir respostas a esses tempos de mudança (Mejía, 2018). É possível observar o seu desenvolvimento junto a novas abordagens com características críticas a respeito de uma grande variedade de temas, que ocupam os principais debates na sociedade. Dentre esses, podemos referir o diálogo entre EP e a educação ambiental (Figueiredo, 2013; Souza, 2018) e entre a EP e as questões de gênero (Borges; Barbosa, 2013), mas há ainda outros temas.

Isto posto, o que nos interessa primordialmente neste trabalho é o diálogo entre a EP e o campo das drogas, sobretudo no que diz respeito às práticas de redução de danos (RD) que são realizadas por educadoras e educadores populares. Esse é um debate que começou a tomar corpo recentemente, porém, alguns estudos já têm apontado a necessidade e a pertinência do entrelaçamento entre áreas temáticas, principalmente para o desenvolvimento de abordagens educativas de prevenção (Silva, 2020; Leite, 2018a; Branco, *et al.*, 2016; Lucio, 2012). Sendo a EP e a perspectiva da redução de danos apontadas como alternativas contra-hegemônicas, possibilidades de abordar a questão das drogas a partir de um olhar crítico e humanizado.

A redução de danos pode ser compreendida como uma prática voltada para pessoas que fazem o consumo de drogas, com o objetivo primário de reduzir os danos que eventualmente possam surgir em decorrência do consumo, sem assumir a necessidade de abstinência como fim último. Nesse sentido, conforme Fonsêca (2012), importa mais informar, se aproximar do consumidor de drogas e educar as pessoas, abordando a temática de forma realista e sem julgamentos de valor. “É uma estratégia focada na legitimação da cidadania dos usuários, na condição de sujeitos de direitos. Um conjunto de promoção de saúde e cidadania, respeitando a premissa de que saúde é um direito de todos” (Fonsêca, 2012, p. 17).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Na próxima seção, iremos adentrar em algumas memórias e acontecimentos que se passaram na vida desta pesquisadora. Faremos uma pequena viagem ao passado, depois de alguns anos de ausência, para encontrar o que nos trouxe até este ponto e foi construindo uma

trajetória pessoal e acadêmica. Esse movimento que parte da abstração e se dá de dentro para fora, vai se tornando concreto por meio da escrita de palavras, mas nem sempre é fácil de ser feito. Por meio da escrita, às vezes, é possível revelar aquilo que está no cerne, e foi fundamental para que germinassem as primeiras sementes de inquietações e curiosidades a respeito da vida e do funcionamento do mundo. Assim, passaremos a escrita do texto para a primeira pessoa do singular.

1.1 Para além da curva da estrada¹: caminhos percorridos pela pesquisadora e seu lugar social

*E assim escrevo, ora bem, ora mal, ora
acertando com o que quero dizer, ora errando,
caindo aqui, levantando-me acolá, mas indo
sempre no meu caminho como um cego teimoso.*

(Alberto Caeiro)

Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, é o poeta das sensações verdadeiras e da natureza que não carece de interpretações, assim como o sol, a chuva e as flores. O título e a epígrafe desta seção onde descrevo parte de minha trajetória, trazem trechos dos seus poemas. Não desejaria que fosse de outra maneira, pois a pureza dos seus versos dialoga profundamente com a alma desta pesquisadora.

Nasci no interior do Estado da Paraíba, em uma região conhecida como Vale do Mamanguape. A pequena cidade de Itapororoca, que fica localizada a 64 km da capital João Pessoa, foi meu lar desde sempre e é onde reside até hoje boa parte de minha família. A região é principalmente agrícola, sendo fortemente cultivada pelas monoculturas da cana-de-açúcar e do abacaxi.

Venho de uma família de agricultores e agricultoras, nossa relação com a terra sempre foi muito forte. Meu pai era agricultor e meus avós também foram, meu pai cultivava abacaxi e criava gado em um pedaço de terra que tínhamos nos fundos de nossa casa. Na época das chuvas, um espaço era separado para plantar milho e feijão. Mesmo sendo ainda pequena, ele me chamava para ajudar na sementeira, enquanto ele cavava a terra minha mãe e eu

¹ Alberto Caeiro, *in* Poemas Inconjuntos.

colocávamos os grãos e cobríamos. Era uma atividade prazerosa, quase uma brincadeira para mim. A colheita era para o consumo próprio.

Com o tempo minha mãe tornou-se funcionária pública municipal, ambos sempre fizeram o possível para que a seus filhos nada faltasse. Meu único irmão e eu, fomos à escola e nunca tivemos que trabalhar durante a infância. Tive o privilégio de ser criada junto à natureza. Apesar de morar na cidade, sempre íamos ao sítio dos meus avós maternos e lembro com muito carinho de todas as vezes em que pude observar meu avô lidando com o gado e cuidando das suas plantações. Muitas vezes, ia de carro com meu pai pela zona rural do município. As lembranças desses passeios são as melhores, tudo era motivo de espanto e despertava a curiosidade, desde uma flor com uma cor vibrante a uma pequena pedra colorida e com formato diferente que era encontrada pelo caminho.

Fui para escola formal pela primeira vez aos cinco anos, e já estava praticamente alfabetizada, pois minha mãe sempre nos ensinava em casa, mostrava as letras e como juntar as sílabas. Antes de se tornar funcionária pública, ela foi professora da educação básica por alguns anos, na verdade ela conta que começou a ensinar aos 13 de anos de idade na cozinha de casa, ensinava algumas crianças que moravam pela vizinhança e que não conseguiam frequentar a escola. Depois de adulta, ela seguiu na profissão por um bom tempo, trabalhando em pequenas escolas particulares. Eu acompanhava tudo e sempre dizia que também seria professora, parecia ser um caminho natural, gostava de ficar entre os cadernos e livros dela.

Quando criança, constantemente criava formas de fugir da realidade, gostava muito de imaginar, era o meu passatempo favorito, e é até um pouco triste perceber que perdemos muito dessa capacidade quando nos tornamos adultos. Inventava mundos e vidas diferentes para mim, na época era uma brincadeira, mas hoje, quando penso sobre isso, me dou conta de que à medida que fui crescendo, tornou-se também uma estratégia de sobrevivência. A literatura me ajudou muito, desenvolvi uma relação de afeto com os livros.

Na escola privada entrei aos cinco anos e saí aos nove, indo direto para escola pública. Foi a partir da 3ª série, atual 4º ano, que passei a frequentar o único colégio estadual que havia na cidade, minha mãe acreditava que o ensino lá era melhor e me fez repetir de ano, cursando a terceira série novamente. As coisas eram muito diferentes, a escola ainda era pequena e a professora era uma simpática senhora muito conhecida na cidade. Não lembro de ter sentido um grande impacto pela mudança de ambiente, só lembro que foi nesse período que conheci uma grande amiga, pessoa que até hoje faz parte da minha vida.

Também foi a primeira vez que me separei do meu irmão, até então frequentávamos a mesma escola, essa parte foi um pouco difícil para mim. Ele é uma pessoa com deficiência e eu sou a irmã mais velha, por muito tempo só tivemos um ao outro, nossos pais saíam para trabalhar e ficávamos em casa, não tínhamos permissão para brincar na rua com as crianças da vizinhança, sempre senti que deveria cuidar e protegê-lo. Na escola, tivemos que conviver com o *bullying* e analisando bem, eu sofria quase tanto quanto ele, pois conseguia compreender bem o que significava cada comentário ou brincadeira de mau gosto.

Ao realizar esse exercício reflexivo, não posso deixar de escrever sobre uma querida professora que me marcou, dona Ramira. Sempre tive um carinho especial por todos os mestres e mestras que passaram por minha vida, mas a professora da quarta série, com suas lições de tabuada e de leituras diárias, me marcou profundamente. Era uma senhora já um pouco idosa, que também havia sido professora da minha mãe. Estava na sala de aula há muitos anos, mas ainda demonstrava a mesma dedicação para com cada um dos seus alunos e alunas. Tive o privilégio de passar pela escola pública e ter bons professores/as. Não vou afirmar que o ensino foi o melhor possível, afinal, um bom professor sem uma boa estrutura de apoio não pode fazer muita coisa. Mas eles/as faziam o que era possível.

Apesar de minha mãe sempre fazer um esforço para nos manter na escola, não me recordo de haver muitos incentivos para que cursasse o Ensino Superior, nem em casa nem na escola se falava muito sobre isso. Ao contrário do que acontece hoje em dia, só comecei a cogitar a possibilidade de frequentar uma universidade no último ano do Ensino Médio. Também as coisas não eram muito fáceis, universidades públicas só existiam na capital ou em cidades distantes, era preciso viajar bastante para frequentar uma, e frequentar uma universidade privada era algo financeiramente inimaginável na época.

Não consegui realizar o vestibular após concluir a escola, então essa ideia foi sendo adiada. Apesar de gostar muito de estudar, fui ocupar meu tempo com outras coisas, passei a me dedicar bastante à igreja que frequentava desde criança, e nesse meio tempo, conheci um rapaz e me casei com ele. De certa forma, o casamento foi um impulso para que voltasse a estudar, incomodava-me o fato de ser uma dona de casa completamente despreparada para atuar no mercado de trabalho. Sei que muitas mulheres ocupam apenas essa função e sei também que não é nada fácil, é um trabalho árduo, não remunerado e muitas vezes não reconhecido. Eu me dei conta de que precisava de mais, e parti em busca disso.

Sabia que o desafio era grande, pois estava há pelo menos quatro anos fora da escola. Então tratei de fazer a matrícula em um cursinho pré-vestibular público que acontecia aos sábados, e era ofertado pelo novo Campus da Universidade Federal da Paraíba que havia sido instalado na cidade de Mamanguape - PB. Terminei por ser aprovada para cursar a graduação em pedagogia no Campus IV da UFPB. Ainda era preciso me deslocar de uma cidade para outra, mas agora a viagem era menor, no período noturno, e a prefeitura da cidade fornecia transporte público gratuito para os estudantes.

Iniciei a graduação com muitas expectativas e feliz por conseguir ingressar em uma universidade pública, afinal, foram muitos os colegas de escola que ficaram pelo caminho. A escolha pelo curso de pedagogia foi feita de forma racional e bastante segura. A docência sempre me atraiu e me inspirava muito na minha mãe e nos bons professores e professoras que tive. Queria ser professora, e para falar a verdade, mesmo sem formação já havia tido algumas experiências como auxiliar em sala de aula. Porém, para além daquilo que acontece no “chão da escola”, o curso me apresentou outros horizontes.

Para mim, que não havia cursado disciplinas como filosofia e sociologia na escola, foi bastante revelador entrar em contato com certos textos e assistir algumas aulas. Começo a pensar a atividade docente de uma forma diferente, percebo que cada prática, cada ação desenvolvida em uma sala de aula deve ser fundamentada e ter objetivos específicos. Tudo é planejado, porém nem sempre acontece como deveria e temos que ser flexíveis e criativos. Ao iniciar esse processo, deixo de me enxergar apenas como aluna e começo a refletir sobre o lugar da professora.

Foi muito difícil, enquanto ia me aprofundando nas leituras e avançando no curso, não recordar de experiências vivenciadas na sala de aula e não pensar em algumas práticas adotadas por meus/minhas professores/as. Algumas vezes dizia para mim mesma: tal coisa deveria ter sido diferente, mas também fui aprendendo que o/a professor/a não pode ser responsabilizado por tudo. Seu trabalho é fundamental, mas para que alcance os melhores resultados, depende também de outros fatores como a valorização profissional, uma boa estrutura de trabalho e a participação da comunidade escolar, por exemplo.

Durante a graduação busquei me inserir em um grupo de pesquisa, pois queria participar mais da vida da Universidade. Foi no quarto período do curso que comecei a participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas – GEPEDESC/UFPB. Fui bolsista de Iniciação Científica durante quase toda a graduação, sob a orientação do prof. Dr.

Ivonaldo Leite, e tive a oportunidade de aprender muito com essa experiência, diria até que foi fundamental para que tomasse a decisão de prosseguir com os estudos. Foi nesse contexto que teve início a minha trajetória com a Educação Popular e como pesquisadora no campo da educação sobre drogas.

A partir da participação em projetos de pesquisas, tive a oportunidade de estudar sobre temas que não eram tratados durante as aulas na graduação, dentre eles o tema das drogas. Na verdade, nem nas escolas por onde passei como aluna ouvia os/as professores/as falarem sobre drogas em sala de aula. Entre nós, os alunos, o tema circulava vez por outra quando algum colega chegava embriagado na aula. E por mais absurdo que isso possa parecer, acontecia com certa frequência, pois o colégio onde cursei o Ensino Médio ficava próximo a um bar, e nos horários em que faltava um professor/a era para lá que alguns de meus colegas iam. É curioso pensar como esse fato não incomodava as pessoas, pois o álcool não era considerado uma droga. Logo, o consumo era visto com naturalidade, mesmo que os alunos estivessem demonstrando sinais de embriaguez dentro da sala de aula.

Até então, não havia pensado sobre o papel que ocupavam o/a professor/a e a escola diante dessa relação entre drogas e alunos, e para ser honesta, preciso escrever que nutria alguns preconceitos, fruto da falta de conhecimento e de experiências pessoais. É possível afirmar que os fatores determinantes para que eu me interessasse pelas drogas como tema de estudos, foram de ordem pessoal e acadêmica. Primeiro veio a convivência familiar com meu pai, que durante toda a sua vida foi consumidor abusivo de álcool e cigarro, tendo chegado a falecer em decorrência de problemas causados pelo álcool.

Cresci acreditando que qualquer tipo de consumo de drogas poderia levar a dependência, não imaginava que podia existir um consumo recreativo ou que alguém podia tomar bebida alcoólica e não se tornar um alcoólatra. Ficava revoltada quando assistia a comerciais na televisão incentivando o consumo daquela que, para mim, era a pior das drogas. Como algo que fazia tanto mal a minha família podia ser aceito daquele jeito? Não conseguia entender.

Meu pai frequentou os “Alcoólicos Anônimos” durante um tempo, mas sempre voltava ao consumo abusivo, aos poucos foi perdendo os bens materiais e a confiança das pessoas, por fim, veio o divórcio. Ninguém pensou na saúde mental dele e em como tudo isso estava lhe afetando também, foi difícil assistir enquanto ele se afundava cada vez mais no alcoolismo. Não conseguimos ajudá-lo, porque nem sabíamos como, e a verdade é que nenhum de nós saiu ileso dessa história. A sociedade estimula o consumo do álcool, e depois de adulta comecei a me dar

conta de que além de estimulados, em alguns casos, somos também pressionados a beber. Como alguém que está convivendo com o alcoolismo pode lidar com isso sozinho? Acredito que deve ser muito difícil.

Essa experiência pessoal me fez pensar duas, três vezes, quando fui convidada para participar de uma pesquisa que tinha as drogas como tema. Por fim, resolvi aceitar, e foi uma das melhores decisões que tomei, mergulhei e sai lendo tudo que me era recomendado pelo orientador, que é pesquisador nessa área. Com a chegada do conhecimento, os preconceitos foram caindo e cedendo lugar ao entendimento do que eram essas substâncias e como a sociedade se relacionava com elas.

O tema passou a me interessar muitíssimo, porque conseguia fazer pontes e conexões com o que vivenciava em família. Mas o mais importante foi conseguir compreender a relação dos seres humanos com as drogas e o papel que tem a educação nessa relação, tendo em vista a importância de educar as pessoas para que possam se relacionar com essas substâncias de forma consciente e segura, já que não há maneira de erradicá-las da face da Terra. Compreendi, ainda, que o sujeito não pode ser reduzido ao consumo que faz de uma substância, e que pessoas em situação de consumo abusivo podem precisar de cuidados, mas nunca de julgamentos morais ou práticas estigmatizantes e violentas.

Esse encontro, além de começar a me formar como pesquisadora, também me ajudou a olhar com outros olhos para as pessoas que fazem consumo de substâncias psicoativas. O consumidor é apenas um dos elementos que compõe e dá complexidade para a questão das drogas na sociedade. A maioria das pessoas não faz ideia das relações de poder, dos fatores econômicos, culturais e políticos que envolvem o tema. Estes elementos geralmente não são apresentados nos jornais, é comum que o foco das notícias seja sempre o comércio ilegal e os consumidores, principalmente os que fazem consumo abusivo e são lançados à margem da sociedade.

Como aluna de iniciação científica, tive a oportunidade de frequentar várias escolas na região do Vale de Mamanguape, enquanto aplicava meus questionários também ia conversando com os professores e professoras, ouvindo suas angústias e, em alguns casos, os seus medos. Essa ainda é uma temática que causa medo. Tabus, preconceitos, estigmas, exclusão e morte são algumas das palavras que me chegam ao pensamento neste momento, pois era o que ficava implícito e, às vezes, explícito nos discursos dos professores, que em muitos casos, tinham que

lidar com alunos consumidores de drogas ilícitas e não sabiam muito bem como fazer isso, sem ter que recorrer ao discurso fatalista e moralista disseminado pela política de “guerra às drogas”.

Como estava cursando a graduação em pedagogia, me pus a pensar na relação entre drogas e educação. Como eu, enquanto professora, poderia fazer alguma coisa? Qual era a função da educação diante da questão das drogas? A perspectiva hegemônica repressiva aponta em uma direção que nos leva as atividades de prevenção baseadas no medo, no terror, no reducionismo de compreender as drogas apenas como substâncias maléficas que é preciso evitar a qualquer custo, pois o menor contato pode destruir a vida do indivíduo. A abstinência e a erradicação das drogas têm sido os maiores objetivos da política proibicionista, consequentemente atividades de prevenção que se orientam por seus princípios geralmente têm os mesmos objetivos, e não era esse o tipo de trabalho educativo que eu gostaria de realizar.

Já sabia o tipo de prática que não iria reproduzir, mas precisava encontrar outro caminho. Conheci a EP, e uma nova maneira de compreender a educação surgiu diante de mim. Foi na graduação que, pela primeira vez, ouvi falar de Paulo Freire e tive contato com algumas de suas obras, ler a “Pedagogia do Oprimido” foi uma experiência emocionante. Por ser mulher, nordestina e pertencer à classe popular, não pude deixar de me reconhecer no lugar do sujeito oprimido retratado por Freire em seu livro. Daí em diante, só conseguia pensar em uma prática educativa que fosse transformadora em algum nível, que fosse sinônimo de formação integral do ser humano e que fosse ofertada a todos de forma igualitária. Conheci a utopia, mas não se tratava daquela utopia que nos mantém inertes, apenas imaginando como as coisas deveriam ser, é o tipo de utopia que nos impulsiona, que faz a gente se movimentar e ir construindo os nossos sonhos pelo caminho.

O grupo de pesquisa e estudos do qual fazia parte também foi fundamental para me fazer entender o que é a EP, foi nesse âmbito que conheci sobre as práticas e outros autores como Alder Júlio Ferreira Calado e José Francisco de Melo Neto. Me tornei uma educadora popular, por meio da EP pude reconhecer e me orgulhar de minha identidade latino-americana. Lembro que na escola ouvia muito sobre o continente europeu e os Estados Unidos, mas muito pouco sobre a América Latina e sua história, de modo que só comecei a entender o contexto em que estava situada quando passei a ler os autores latino-americanos que escreviam sobre EP.

Escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso e decidi estudar sobre o papel que ocupava a educação nas Políticas Públicas Sobre Drogas. O dia da apresentação do TCC foi marcado por muitas emoções, porém recordo-me desse dia como o dia em que ouvi falar pela primeira

vez sobre a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas – RENFA. Uma das professoras presente na banca falou sobre a RENFA, e ao chegar em casa uma das primeiras coisas que fiz foi procurar informações na internet. Queria saber mais sobre o trabalho dessas pessoas que falavam sobre drogas e feminismo, para mim uma coisa revolucionária.

Trata-se de um grupo mulheres que assumiram o feminismo negro e decolonial, a luta antirracista e o antiproibicionismo como bandeiras de luta. A organização está espalhada por vários Estados do Brasil, acolhendo e respeitando a diversidade das mulheres. Nunca havia visto isso antes, e ao participar de algumas reuniões e atividades *online* pude perceber na prática o quanto essa convivência pode ser formativa. Por não haver um núcleo formado no Estado da Paraíba, não me tornei uma ativista do movimento, mas sigo acompanhando o trabalho da forma que é possível.

Foi também por meio dessa aproximação que pude conhecer e compreender a redução de danos como uma estratégia que vai além da minimização dos riscos e danos que podem estar associados ao consumo de substâncias. É uma estratégia preventiva, educativa e de cuidado ampliado e integral, uma postura ética que deve ser assumida por quem se propõem a realizá-la. Assim como a EP, que é mais que uma concepção educativa, é um compromisso assumido com as classes populares e seus processos educativos e de organização.

Ao término da graduação, fui trabalhar na Educação Básica em uma escola pública do município de Itapororoca – PB. A escola ficava situada em um bairro periférico e meus pequenos alunos da educação infantil, em sua grande maioria, tinham que conviver com a falta de condições básicas de desenvolvimento. A realidade me machucava demais, era difícil ver crianças que vinham para a escola sem se alimentar, carregando um lápis e um caderno na mão, pois o dinheiro não sobrava para comprar uma mochila. Como professora, tentava fazer daquela sala de aula um espaço de liberdade e aprendizado, apesar das dificuldades geradas pelos poucos recursos disponíveis. Lembro de uma coisa que me marcou bastante, foi o dia em que um pai veio totalmente embriagado buscar o filho na escola, não imaginava que, em uma sala da Educação Infantil, fosse me deparar com alguma coisa relacionada às drogas. Por algum tempo, fiquei pensando naquele menino, e em como as nossas histórias podiam ser parecidas.

O desejo de continuar minha formação acadêmica me levou a seleção do mestrado e a dar prosseguimento as minhas pesquisas no campo da educação sobre drogas. Esse momento é como o início de uma nova fase, fui aprovada e tive o privilégio de entrar na linha de pesquisa em Educação Popular. Por tudo que vivenciei e estudei durante a Iniciação Científica, já

conhecia razoavelmente bem o modo hegemônico de abordagem das drogas, então entrei no mestrado disposta a conhecer como essa temática estava sendo desenvolvida no campo da EP.

Na linha de EP, enquanto cursava as disciplinas e participava de diversas atividades, pude ir me aprofundando e aprendendo sobre os fundamentos sócio-históricos, políticos e pedagógicos da EP. Ao mesmo tempo também, pude conhecer e participar de muitas práticas por meio da minha inserção no Grupo de Pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR/UFPB. Tornar-me membro do EXTELAR foi uma grande oportunidade que tive na pós-graduação, pude conhecer pessoalmente vários autores que fizeram e fazem parte dos aportes teóricos que venho utilizando em meus estudos. Ouvir e conversar com essas pessoas em momentos distintos foi importante para minha formação como educadora e pesquisadora.

Outro aspecto que considero relevante foi conhecer mais de perto alguns movimentos sociais e seus integrantes. Moro em uma cidade pequena onde praticamente não ouvimos falar sobre movimentos sociais, então o fato de ter ido estudar na capital e ainda fazer parte do EXTELAR, me ajudou a entender o que são esses movimentos e como eles podem se entrelaçar com a EP.

Ao longo de minha trajetória me dediquei a temas relacionados às drogas e a Educação Popular, mas a proximidade com a pessoa que consome drogas, sobretudo as ilícitas, pode ser muito pedagógica, ajuda a derrubar os estereótipos e os preconceitos. Em sua grande maioria são pessoas que conseguem levar uma vida normal e saudável, são mães e pais de família, jovens trabalhadores e trabalhadoras, eles e elas possuem suas próprias práticas de cuidado e refletem sobre como são tratados pela sociedade. O estereótipo criado pelo proibicionismo e divulgado pela mídia é o do usuário de drogas fragilizado, marginalizado, em situação de rua e sem vínculos sociais e afetivos, mas a realidade não é bem assim. Por essa razão, ouvir e respeitar o saber dessas pessoas é fundamental, e não só em nossas atividades educativas, mas também nos momentos em que são formuladas políticas públicas de segurança e saúde que têm os consumidores de drogas como público principal.

Tudo que foi vivenciado em grupos de pesquisa e nas disciplinas cursadas durante o mestrado, foi me ajudando a construir a dissertação e a realizar minha pesquisa. Meu principal objetivo foi analisar como a questão das drogas estava sendo abordada no contexto da EP, para tanto, foi necessário investigar os enfoques sobre drogas na produção bibliográfica da EP e averiguar como as drogas estavam sendo abordadas em escolas do meio popular, mas especificamente duas escolas públicas do município de Itapororoca – PB.

Este trabalho me trouxe alguns resultados importantes, foi possível averiguar que no campo da EP o tema das drogas vinha sendo desenvolvido de forma crítica. É certo que as primeiras discussões são ainda recentes, e não se publicou em grande quantidade, mas os estudos encontrados durante a revisão narrativa da literatura me permitiram observar que a EP vem sendo chamada para esse debate, em grande medida, por suas características de concepção educativa contra-hegemônica. Tudo que a abordagem tradicional não é e nem pode ser.

Acreditando que a ideia de guerra contra as drogas é improdutivo e prejudicial tanto para os consumidores quanto para a sociedade, pesquisadores e pessoas pertencentes a movimentos sociais passaram a buscar alternativas, formas de abordar o tema a partir da perspectiva do respeito aos direitos humanos e da garantia das liberdades. A droga vai para o segundo plano e o cuidado com o ser humano passa a ser a prioridade. É nessa perspectiva que a EP vem ocupando espaço nesse debate, e a maioria das experiências identificadas durante a pesquisa de mestrado vinham sendo realizadas em espaços educativos não escolares. Nas escolas o que têm prevalecido é a abordagem tradicional, que como já foi realçado anteriormente, é orientada pelo paradigma proibicionista.

Quando estava às vésperas de concluir o trabalho de mestrado e realizar a defesa, fui surpreendida pelo início da pandemia do Coronavírus. Ninguém entendia direito o que estava acontecendo ainda, o primeiro caso da doença, enfim, surgiu na Paraíba e, de repente, escolas e Universidades tiveram que fechar as portas e pensar em outras formas de dar continuidade às atividades. Minha defesa que seria presencial foi suspensa e uma nova data teve que ser agendada, a grande novidade era que tinha que ser uma atividade remota, eu que nunca tive familiaridade com câmeras e microfones me vi diante dessa possibilidade. Acredito que minha defesa foi uma das primeiras a ser realizada nessa modalidade no PPGE, e na época ainda não utilizávamos a plataforma do *Google Meet*, de modo que tudo aconteceu através da plataforma Zoom.

O lado bom dessa experiência foi ter podido contar com a participação de docentes de outras instituições em minha banca, o que poderia ser mais difícil caso fosse presencial. O lado ruim foi ter de lidar com a frieza da tela do computador e com a falta do abraço dos meus amigos e amigas, que estavam presentes na sala virtual e torceram muito por mim. Enfim, foi uma experiência que nunca imaginei que pudesse vivenciar e nem sabia direito como seria, pois nunca havia estudado na modalidade virtual. Na medida do possível, correu tudo muito bem e fui aprovada.

Quando concluí o mestrado, já estava matriculada em uma disciplina como aluna especial, não queria parar e continuei inserida nos grupos de pesquisa e na linha de EP, por meio de uma disciplina que se chamava “Construção Compartilhada do Conhecimento na Pesquisa e na Ação Social”. Enquanto ia cursando o tópico, ia também pensando e construindo o projeto de pesquisa que pretendia apresentar na seleção do doutorado.

Algumas questões continuavam a me provocar, pois a maioria das inovações nas formas de abordagens sobre o tema das drogas estavam voltadas para a questão do cuidado, e as práticas educativas que tinham características da EP aconteciam em espaços fora da escola. O problema persistia, como pensar uma abordagem de educação sobre drogas que seja emancipatória e não repressiva e amedrontadora? Pelo que pude averiguar com a pesquisa do mestrado, a concepção educativa da EP pode ter a resposta para essa pergunta.

Minha aproximação com o movimento antiproibicionista trouxe-me muitas descobertas e reflexões, um caminho foi me levando a outros caminhos e a novas discussões. Durante a pandemia, muitas *lives*, cursos e eventos foram oferecidos de forma remota, oportunidades preciosas de participar de atividades que não conseguiria acompanhar de outra maneira, como o 8º Congresso Internacional da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd), que ocorreu em novembro de 2021, e do qual pude participar. Encontrei muitas pessoas falando sobre drogas e consumo de drogas de forma crítica, fazendo a discussão sem recorrer a repressão e aos argumentos moralistas. Nesses espaços democráticos e diversos os consumidores e consumidoras de drogas têm sua voz ouvida e seus direitos respeitados, mas não apenas as pessoas que consomem drogas, também a população LGBTQIAP+, a população negra, as mulheres e todos os grupos que historicamente vêm sendo oprimidos e marginalizados.

Nesse contexto, foi possível identificar elementos, como por exemplo a ligação entre a redução de danos e a luta antimanicomial, e como a partir desse encontro os consumidores de drogas passam a receber um tratamento diferente, com a abstinência e reclusão deixando de ser enxergadas como as únicas possibilidades de cuidado.

Outra questão em particular chamou bastante minha atenção. No meio dessa diversidade sempre encontrava pessoas que se identificavam como educadoras e educadores populares, são sujeitos que atuam ativamente no campo antiproibicionista, na redução de danos e na luta política pela defesa dos direitos das pessoas que consomem drogas, são também educadores

populares. Essa observação em particular, desencadeou minha curiosidade e deu origem a questão que pretendo responder com a realização deste estudo.

Foi com essas inquietações e sentimentos que cheguei até o doutorado, buscando compreender como a EP vem sendo inserida no fazer de redutores de danos que também são educadores populares. Dessa maneira, o estudo se apresenta enquanto uma forma de materializar e conhecer novas inserções e fazeres que vêm sendo conduzidos, inspirados ou orientados pelo referencial teórico-metodológico da EP.

Durante a realização do doutorado tomei conhecimento de que o Estado da Paraíba, mais precisamente a cidade de João Pessoa, estava abrigando uma experiência bastante singular. Trata-se da Escola de Redução de Danos da Parahyba. Essa iniciativa está vinculada a um CAPS AD pertencente ao Estado. A coordenadora é uma das funcionárias do referido CAPS e os alunos são os usuários do serviço. Já tinha conhecimento de outras escolas de RD pelo Brasil afora, mas fiquei feliz quando soube que no meu Estado estávamos avançando rumo a outras formas de abordar o consumo e as pessoas consumidoras de drogas, uma aposta na RD e em outras formas de cuidado que podem possibilitar a construção da cidadania e da autonomia das pessoas.

Tive a oportunidade de realizar duas visitas na Escola de Redução de Danos da Parahyba, que estava funcionando no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, prédio público que funciona como um centro cultural da cidade de João Pessoa. Fui muito bem recebida pela coordenadora e pelos alunos e sou muito grata pela acolhida, quando nos apresentamos descobri que muitos deles possuíam graduação e outros se apresentaram como estudantes de RD. No primeiro encontro que pude acompanhar, a dinâmica desenrolou-se da seguinte maneira: todos/as estávamos sentados em cadeiras colocadas em círculo, neste dia uma moça foi convidada para dialogar com o grupo sobre racismo, ela foi apresentada pela coordenadora e logo depois iniciou sua fala sobre o tema. Enquanto ela falava, em alguns momentos era interrompida pelos alunos, que já começavam a participar da discussão. Me surpreendi com o quanto eles foram participativos e questionadores, muitas vezes acabavam entrando na sua própria história de vida e trazendo à tona seus dramas pessoais na convivência com as drogas.

Eles falavam sobre o tipo de droga que consomem ou já consumiram e sobre as situações de vulnerabilidade a que já foram submetidos tais como, passar fome, ficar em situação de rua etc. Tudo acontecia de forma muito aberta e sem tabus, todos pareciam estar muito à vontade para compartilhar sobre suas vivências, fiquei pensando que a construção de um espaço como

aquele era uma coisa incrível, principalmente se levarmos em consideração a política de drogas adotada pelo Brasil e o quanto a RD ainda é vista com preconceito não sendo a abordagem principal em muitos CAPS AD.

Outro ponto que capturou minha atenção e considero relevante para escrever aqui, é que consegui perceber que eles, os alunos, assumem um certo protagonismo nas ações e se comportam de fato como redutores de danos, pois participam das decisões a respeito das ações e realizam abordagens de RD junto a outros consumidores/as de drogas. É como se assumissem esse cargo e isso lhes deixasse mais fortes, resgatasse sua cidadania. Eles são redutores de danos e se sentem pessoas importantes, isso transparecia nas suas falas. Eu só posso imaginar a sensação de ser marginalizado por anos, e depois encontrar pessoas e uma abordagem diferente que vão lhe ajudando a reconstruir sua dignidade, mostrando que você é capaz de fazer algo por si e por seus/suas companheiros/as.

No segundo encontro que pude acompanhar, o tema da aula foi legislação sobre drogas. A convidada foi uma assistente social que também atua no CAPS, ela apresentou um conjunto de *slides* sobre a legislação e foi realizando a debate. Apesar de o conteúdo ser naturalmente denso, novamente me surpreendi com a participação ativa dos alunos, eles se colocavam e conseguiam aproximar o conteúdo da sua própria realidade. Ao final da discussão sobre legislação, a coordenadora assumiu o diálogo e o tema passou a ser uma ação que realizariam em uma universidade privada para falar sobre RD. Era possível perceber que estavam ansiosos com o momento, a preocupação da coordenadora era assegurar que nos quinze minutos que teriam de espaço de fala, os alunos da escola de RD pudessem usar a própria voz e falar enquanto redutores de danos, rompendo o estigma de que o consumidor de drogas é uma pessoa incapaz de articular o pensamento e de falar por si próprio. Considerei isso uma coisa fantástica!

Permitir que eles falem e se apresentem como redutores de danos é incentivar o seu protagonismo ao mesmo tempo em que pode empoderá-los, pois são retirados daquele lugar subalterno onde o que eles pensam e sabem não vale nada. Certamente pode ajudar na redução do estigma e ensinar a sociedade a olhar para essas pessoas com outros olhos. Nos dias em que pude acompanhar as atividades, todos os alunos presentes eram homens. Estávamos no mês de dezembro de 2023, e por razões pessoais que se sobrepuseram ao meu desejo de continuar acompanhando e contribuindo com as atividades da escola de RD, não pude mais frequentá-la em 2024. No entanto, essa rápida experiência deixou marcas e me trouxe ricas aprendizagens

sobre a RD e os redutores e redutoras de danos que sem dúvida foram fundamentais para esta pesquisa.

Tendo em consideração a atualidade da temática desenvolvida, este estudo torna-se relevante porque pode contribuir com uma discussão que está principiando no meio acadêmico. Realçando o entrelaçamento de perspectivas assumidas por movimentos populares como estratégias educativas, de autocuidado e formas organizativas de luta, como são a redução de danos e a EP. Nesse contexto, apresentaremos a seguir como o encontro entre essas duas perspectivas vêm acontecendo, a partir do que foi possível observar nas produções existentes.

1.2 Estado da arte: pesquisa sobre Educação Popular e redução de danos no campo das drogas

É possível afirmar que a EP como campo científico foi se consolidando ao longo de sua trajetória, tanto no Brasil como em outros países. São abundantes as publicações em periódicos, teses e dissertações que apresentam questões relativas à teoria, metodologia ou práticas de EP, o que revela sua expressividade nos dias de hoje. Observa-se a existência de linhas de pesquisa, tais como a do PPGE/UFPB, além de vários grupos de pesquisa que a assumem e desenvolvem, como o GEPEDUSC/UFPB e o EXTELAR/UFPB. No entanto, nem sempre foi assim, em seus primórdios de constituição entre os educadores populares, havia uma predisposição para uma valorização da prática em detrimento da escrita dos relatórios científicos que explicitavam sua teoria.

O que também acontecia com certa frequência era a adoção de uma abordagem informal da EP, o que só era percebido quando havia uma reflexão sobre a prática, como revela Vasconcelos (2020) ao relatar sobre sua própria experiência: “Pela primeira vez, o conceito ‘Educação Popular’ foi associado ao trabalho em saúde em uma publicação. Naquela época, quase todas as experiências eram orientadas informalmente pela Educação Popular, mas isso não era percebido e explicitado” (Vasconcelos, 2020, p. 131). O autor faz um relato sobre a publicação de seu segundo livro intitulado “Educação Popular nos Serviços de Saúde” (Hucitec, 1988), onde ele aborda sobre dificuldades e possibilidades no trabalho em saúde comunitária, tendo em vista sua experiência em medicina comunitária na região do Brejo paraibano, em 1978.

Sobre o conceito de redução de danos é possível constatar que existe grande número de publicações e sólidas pesquisas científicas entre teses, dissertações, livros e artigos, além de grupos de pesquisa em universidades e movimentos sociais que adotaram a redução de danos como bandeira de luta. Apesar de ser um campo do conhecimento relativamente recente no Brasil, tendo em conta que foi apenas em 1989 que as primeiras práticas orientadas por princípios da redução de danos foram propostas no país, na cidade de Santos – SP, como estratégia para o enfrentamento da transmissão do HIV. De lá para cá já são mais de 30 anos de experiências e práticas que vêm transformando a atenção dirigida a pessoas que consomem drogas.

A respeito da relação entre EP e o campo das drogas especificamente, é possível observar que discussões vêm sendo realizadas, mas ainda com poucas publicações em periódicos científicos indexados, assim como teses e dissertações. Apoiados no estudo de Silva e Cruz (2022), que realizaram uma revisão narrativa da literatura tomando como recorte de pesquisa o período que compreende os anos de 2014 a 2022, com o objetivo de mapear publicações no campo da EP que abordavam a temática das drogas, foi possível identificar um quantitativo de 8 trabalhos a partir do levantamento realizado utilizando as palavras-chave “educação popular, drogas, educação sobre drogas, prevenção ao uso de drogas”. Os artigos foram encontrados em 6 periódicos distintos.

Apesar de apresentarem o entrelaçamento temático entre EP e drogas, os estudos estão situados em diferentes campos do conhecimento, não se restringindo a área da educação. Na análise das publicações observa-se a aproximação entre educação popular e saúde, educação popular e economia solidária e por fim entre educação popular e redução de danos (Silva; Cruz, 2022).

Na maioria dos estudos analisados, o público principal das abordagens é adolescente. Contudo, o cenário das práticas ou das atividades propostas, em sua maioria, foi constituído por espaços não formais de educação e voltados para o campo da saúde, como Unidade de Saúde, Redes de Atenção Psicossocial, Unidades de Saúde da Família e Centro Comunitário (Ibidem, 2022).

Torna-se evidente a necessidade de mais produções científicas que tratem sobre a relação entre o EP e drogas, tendo em consideração a dimensão educativa da EP e a importância de se desenvolver práticas educativas sobre drogas, sobretudo entre jovens escolares e entre pessoas que já fazem o consumo de substâncias, seja de forma recreativa ou problemática.

Quando relacionamos a EP a temática da redução de danos constatamos que a realidade não é muito diferente, uma vez que, os estudos ainda são insuficientes, assim como a fragilidade das políticas públicas voltadas para as temáticas em questão. A averiguação da produção científica nos campos da EP e da redução de danos, assim como suas configurações, englobou especificamente artigos científicos, teses e dissertações elaboradas no período de 2010 a 2023, representando um recorte temporal dos últimos 13 anos. A escolha por este recorte de tempo justifica-se por entendermos que em um período mais amplo pode ser possível encontrar um maior número de publicações e os estudos mais atualizados sobre o tema. A leitura dos trabalhos foi analiticamente orientada pela seguinte questão: *Como a produção científica sobre Educação Popular e redução de danos tem se configurado nos últimos 13 anos?*

Para responder à indagação proposta acima, recorreremos à pesquisa bibliográfica conforme é desenvolvida por Minayo (2014):

A pesquisa bibliográfica pode ter vários níveis de aprofundamento, mas deve abranger, minimamente, os estudos clássicos sobre o objeto em questão (ou sobre os termos de sua explicitação) e os estudos mais atualizados sobre o assunto. (Minayo, 2014, p. 184-185).

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de consulta nos seguintes bancos de dados: Portal de Periódicos da CAPES e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Para fins de propósito deste levantamento, foram definidos os seguintes descritores associados ao operador booleano “AND”: Educação Popular AND redução de danos; Paulo Freire AND redução de danos; Educação Popular AND drogas; educação AND redução de danos. Como critérios de exclusão foram definidos os estudos que apresentassem duplicidade e estivessem escritos em idiomas diferentes do português, inglês e espanhol.

Para responder à pergunta norteadora deste levantamento, especificamente, buscamos:

- 1) Identificar a vinculação das pesquisas na grande área de conhecimento;
- 2) Situar as categorias temáticas principais, definidas pelos(as) pesquisadores(as) nos artigos, teses e dissertações que trazem entrelaçamento entre EP e redução de danos no campo das drogas;
- 3) Identificar os enfoques analíticos que vêm sendo desenvolvidos nos estudos.

Para proceder à operacionalização da pesquisa bibliográfica, sistematicamente, foram adotados os seguintes procedimentos: 1) Levantamento dos artigos, teses e dissertações nos bancos de dados selecionados a partir dos termos de busca previamente estabelecidos, a saber: Educação Popular AND redução de danos; Paulo Freire AND redução de danos; Educação

Popular AND drogas; educação AND redução de danos; 2) Na segunda etapa, foi definido um roteiro para a coleta dos dados em que consta os elementos que seriam recolhidos: informações sobre a obra (autores, título, instituição vinculada, região geográfica onde foi realizada), caracterização da obra (periódico ou banco de dados onde está publicada e tipo de pesquisa); 3) Na terceira fase, foi realizada a leitura dos títulos e palavras-chave, que funcionou como critério balizador para a seleção e leitura dos resumos; 4) Na quarta etapa, foi realizada a leitura dos resumos selecionados, o que revelou as categorias temáticas principais para a elaboração da amostra da pesquisa; 5) Na quinta e última fase, foram elaborados quadros das publicações mapeadas.

O primeiro banco de dados consultado para a realização do mapeamento foi o Portal de Periódicos da CAPES. Ao realizar a busca foi possível alcançar os seguintes resultados: utilizando os descritores “Educação Popular AND redução de danos” identificamos 11 artigos, ao utilizar os termos “Paulo Freire AND redução de danos” apareceram 3 artigos, quando substituímos os termos por “Educação Popular AND drogas” tivemos um total de 33 artigos e por fim, ao utilizarmos as palavras “educação AND redução de danos” apareceram 128 trabalhos. Após essa fase realizamos a leitura dos títulos e palavras-chave dos estudos encontrados, foram excluídos 125 trabalhos por não apresentarem relação com a questão norteadora do levantamento, e por estarem em duplicidade, foram excluídas mais 46 publicações. Considerando a especificidade da presente pesquisa, a seguir apresentamos um quadro com as publicações classificadas de 2010 a 2023.

Quadro 01- classificação dos artigos de 2010 a 2023 por busca conjunta no portal CAPES

Descritores	Quant.	Ano	Periódico	Região (Estado)	Área	Título	Enfoque do artigo	Autor (a)
Educação Popular AND redução de danos	1	2019	Em Extensão	Sudeste MG	Medicina	Relato de experiência de uma oficina sobre sexualidade com jovens de uma escola pública de Uberlândia, Minas Gerais	Abordar o conceito de redução de danos, através da Educação Popular em saúde, em uma escola pública.	PARANAIBA, Mariana Vasconcelos; <i>et al.</i>
Paulo Freire AND redução de danos	1	2018a	Revista de Educação Popular	Nordeste PB	Educação	A Educação Popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual	Desenvolver uma análise apresentando uma perspectiva de abordagem sobre as drogas a partir da Educação Popular	LEITE, Ivonaldo Neres
Educação Popular AND drogas	1	2018b	Polêmica	Nordeste PB	Educação	O conhecimento nas margens, outsiders e a Educação Popular desafiada: uma abordagem sobre as	Abordagem das drogas a partir da Educação Popular	LEITE, Ivonaldo Neres

Educação AND redução de danos						drogas e o trabalho socioeducativo		
	1	2016	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Sudeste ES	Saúde mental	Desconstruindo mitos e preconceitos sobre “loucos” e “drogados”: uma proposta de ação educativa para familiares de usuários de álcool e outras drogas na perspectiva da Educação Popular	Formação sobre o tema álcool e outras drogas na perspectiva teórico-metodológica da Educação Popular	BRANCO, Niceia Maria Malheiros Castelo; et.al
Total	4							

Fonte: a autora, 2023².

Observa-se que os artigos selecionados foram desenvolvidos em 2 regiões do Brasil: a Região Nordeste com 2 trabalhos e a Região Sudeste com 2 produções. Nas Regiões Sul, Norte e Centro-oeste não foram localizados trabalhos. A região Nordeste possui uma forte tradição com trabalhos em EP, tendo sido durante muito tempo e até os dias atuais um solo fértil para as abordagens, movimentos e experiências de EP, além de ter abrigado um de seus maiores teóricos, o educador Paulo Freire.

Tomando como base as publicações e os enfoques analíticos apresentados, foram considerados os artigos de Paranaíba *et al.*, (2019), Leite (2018a, 2018b) e Branco, *et al.* (2016). Foi identificado que as referidas publicações apresentam conexões concretas entre os temas que são objeto de estudo desse levantamento.

O primeiro trabalho apreciado foi o artigo de Paranaíba, *et al.* (2019), as autoras elaboraram um projeto de extensão com o objetivo de utilizar práticas de redução de danos por meio da EP em uma escola pública de Uberlândia – MG. Segundo as autoras do estudo, as atividades foram desenvolvidas por meio de oficinas e o público participante foram estudantes do Ensino Médio, e o tema escolhido para as atividades foi o da sexualidade.

Os pressupostos da redução de danos adotados no trabalho são os que estão presentes na Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2004), com os qual as extensionistas tiveram contato ao longo da graduação em medicina. Elas reconhecem o potencial da redução de danos no trabalho com pessoas consumidoras de drogas, e optam por adotar os princípios dessa abordagem para tentar diminuir riscos e danos que podem estar presentes em práticas sexuais do público jovem.

² Quadro elaborado pela própria pesquisadora, em 2023, com base nos dados coletados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível no endereço eletrônico: <https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

A EP é incluída no processo das oficinas de forma semelhante, já que, aparentemente, o interesse por essa concepção educativa surgiu quando as autoras foram apresentadas à Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEP/SUS (Brasil, 2013), durante o curso de medicina. De acordo com que é exposto por elas, esse conhecimento sobre EP por meio do conhecimento da Política Pública objetiva levar os/as estudantes a produzirem ações de promoção da saúde voltadas a comunidade, buscando por meio da construção do diálogo a autonomia e o empoderamento dos indivíduos. Conforme é explicitado por elas,

[...] as Políticas de Redução de Danos e de Educação Popular em Saúde apresentam objetivos e princípios que as aproximam e complementam. Ambas propõem que os indivíduos atuem como protagonistas de suas vidas, a partir da informação adequada, problematização da realidade e construção de estratégias conjuntas para promoção de saúde. (Paranaíba, *et al.* 2019, p. 144).

A principal referência da EP utilizada na construção do trabalho foi a PNEP/SUS, com a explicitação e adoção dos seus princípios, quais sejam: construção compartilhada de saberes, diálogo, valorização dos saberes populares, construção da autonomia, participação, entre outros. Outras referências sobre EP são praticamente inexistentes. A junção entre EP e redução de danos, consoante as autoras, propiciou espaços de fala e estimulou a participação dos jovens, além de promover o autocuidado entre eles.

O segundo trabalho evidenciado foi o estudo de Leite (2018a), no qual o autor apresenta os resultados de uma pesquisa realizada durante seu estágio pós-doutoral, no Uruguai. O autor busca desenvolver uma abordagem sobre as drogas a partir da EP, e para tanto, segue um determinado percurso metodológico que vai sendo explicitado ao longo do texto. Ele parte de uma ampla revisão de literatura e do referencial teórico em que se apoiou para realizar o estudo sobre a implementação da política uruguaia de descriminalização da maconha. Entre os resultados apontados, destaca-se a proposição do trabalho socioeducativo no âmbito das ações de redução de danos sob a perspectiva na EP.

O autor supracitado retoma as bases sócio-históricas da EP, aborda sua origem latino-americana e as fortes raízes cultivadas em solo brasileiro, principalmente a partir do começo do século XX, retomando os movimentos sociais e culturais que foram basilares para o desenvolvimento da EP no país. Observa-se que a concepção de EP adotada ao longo do estudo é mais ampla e o referencial teórico bastante diversificado.

Para promover a integração entre os campos do conhecimento e subsidiar a EP para a abordagem do tema das drogas e da redução de danos, o autor recorre à dimensão dos aspectos

sociais que envolvem a questão das substâncias psicoativas e seus consumidores. Assim, “situado analiticamente no plano social, e não na esfera dos fatores individuais, que tendem a definir o seu uso como uma patologia estritamente pessoal” (Leite, 2018a, p. 10).

O manuscrito apresenta e sugere algumas modalidades de abordagens da EP para a questão das drogas, entre elas é possível destacar a substituição da linguagem estigmatizante para se referir a pessoas que fazem consumo de drogas e a adoção da estratégia de redução de danos como uma opção a ser assumida no campo da EP para a realização do trabalho socioeducativo, sobretudo nos cenários de uso problemático de substâncias e para a formulação de políticas públicas mais humanizadas.

Percebe-se que o entendimento sobre o que vem a ser a redução de danos, ou seja, suas especificidades são ampliadas, pois Leite (2018a, p. 22) vai além da dimensão preventivista de problemas de saúde e destaca a dimensão da redução de danos sociais como, por exemplo, a redução dos danos “decorrentes da existência de mercado ilegais e não regulados de drogas”.

O terceiro trabalho evidenciado neste levantamento também é de autoria de Leite (2018b), desta feita o referido autor continua enfocando a relação sistemática entre EP e o campo das drogas para o desenvolvimento de ações educativas. De acordo com seu entendimento, a abordagem das drogas pela EP pode e deve ser conduzida em diferentes espaços educativos, sejam eles escolares ou não escolares. Nesse contexto, o público participante dessas ações pode ser composto por jovens escolares ou pessoas que já fazem consumo de substâncias, seja de forma recreativa ou problemática a depender do espaço onde as práticas sejam realizadas. No que concerne ao trabalho socioeducativo de redução de danos orientado pela concepção de EP, o autor salienta que este deve ser realizado levando em consideração conhecimentos interdisciplinares.

O quarto estudo analisado foi desenvolvido por Branco, *et al.* (2016). Neste estudo, as autoras apresentam um relato de experiência que aconteceu por meio de processos formativos oferecidos aos familiares de consumidores de álcool e outras drogas da rede de atenção psicossocial da cidade de Vitória – ES. A experiência foi concebida pela Escola Técnica do SUS de Vitória/ES - ETSUS/VITÓRIA. O intuito da atividade foi capacitar esses sujeitos na temática da Reforma Psiquiátrica Brasileira, especificamente sobre a questão do uso de drogas objetivando que as pessoas adotassem atitudes da cultura antimanicomial e da redução de danos.

Como explicam Branco, *et al.* (2016) as ações ocorreram orientadas pelos princípios e estratégias metodológicas da EP por meio de práticas educativas que valorizavam os conteúdos,

saberes e cultura dos participantes, além de levar em consideração também os princípios da atenção psicossocial. Os facilitadores do projeto passaram por uma capacitação pedagógica que teve como temáticas principais a RD e a EP. Foram realizadas 10 oficinas com participação de 20 familiares de consumidores de drogas.

A metodologia dos encontros foi construída tendo como base conceitual, como já mencionamos, os princípios da Educação Popular, dando maior significado aos conteúdos trabalhados, numa aproximação com as vivências de cada participante. Priorizou-se também a utilização de atividades artísticas e lúdicas como instrumentos que possibilitaram reflexão individual, como também grande interação entre todos. (Branco, *et al.* 2016, p. 608).

Afirmam as autoras que a abordagem escolhida favoreceu o acolhimento e proporcionou o empoderamento das famílias. O conceito de EP adotado é o de base freiriana, enfatizando-se a necessidade de valorizar os saberes dos educandos tomando estes como o ponto de partida do trabalho educativo, a redução de danos foi um dos temas das oficinas realizadas.

No segundo momento desta pesquisa bibliográfica, além do Portal de Periódicos da CAPES, consultamos também o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, objetivando escrutinar os últimos 13 anos (2010-2023), utilizando os descritores referidos acima.

Ao realizar a busca foram obtidos os seguintes resultados: utilizando os descritores educação popular AND redução de danos, foram identificados 184 trabalhos; quando mudamos os descritores para Paulo Freire AND redução de danos, apareceram 259 estudos; utilizando os descritores educação popular AND drogas, foram encontrados 61 trabalhos; e ao direcionarmos a busca empregando os descritores educação AND redução de danos, foram identificados 250 trabalhos. Após o levantamento realizamos a leitura dos títulos e das palavras-chave dos estudos encontrados.

Foram excluídos 751 trabalhos por não apresentarem relação com a temática deste levantamento, não foram identificadas teses de doutorado que abordassem a discussão proposta, apenas dissertações. Considerando a especificidade da presente pesquisa, a seguir apresentamos um quadro com as dissertações classificadas de 2010 a 2023.

Quadro 02- classificação das Dissertações de 2010 a 2023 por busca conjunta no catálogo Teses e Dissertações da CAPES

Descritores	Quant.	Ano	Ies	Região (Estado)	Área	Título	Enfoque da dissertação	Autor (a)
-------------	--------	-----	-----	-----------------	------	--------	------------------------	-----------

Educação Popular AND redução de danos	1	2015	Universidade Federal de São Carlos	Sudeste (SP)	Mestrado em Educação	Interfaces entre redução de danos e Educação Popular em uma instituição voltada para população em situação de rua em Sorocaba	Interfaces entre Educação Popular e redução de danos para a realização de práticas educativas com a população em situação de rua	SILVA, Daniele Cristina da Rocha e.
Paulo Freire AND redução de danos	1	2021	Universidade Federal do Ceará	Nordeste (CE)	Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas	Diálogo mediado como práxis de cuidado: uma tecnologia social de redução de danos no contexto escolar	Sistematizar uma tecnologia social a partir do referencial da Educação Popular e da redução de danos	LIMA, Dassayeve Távora
Educação Popular AND drogas	1	2020	Universidade Federal da Paraíba	Nordeste (PB)	Mestrado em Educação	As drogas no contexto da Educação Popular	Analisar como o tema das drogas vem sendo abordado no contexto da Educação Popular	SILVA, Ione Gomes da
Educação AND redução de danos								
Total	3							

Fonte: a autora, 2023³.

As pesquisas identificadas foram desenvolvidas em duas regiões do Brasil: região Nordeste e região Sudeste, não foram encontradas publicações nos demais territórios do país. O que também se destaca é a ausência de trabalhos de teses abordando a discussão sobre EP e redução de danos. Essa constatação pode ser representativa do caráter embrionário desse debate no meio acadêmico, assim como também um indicador da originalidade da presente pesquisa e de sua relevância social e acadêmica.

Com base nos enfoques analíticos identificados por meio do levantamento realizado e da leitura prévia dos textos, foram considerados os estudos de Silva (2015), Lima (2021) e Silva (2020) tendo a finalidade de verificar como têm se configurado a interface entre EP e redução de danos na produção científica.

O primeiro trabalho analisado foi a dissertação de Silva (2015), o objetivo da autora foi analisar a concepção de educação que aparecia de forma implícita nas atividades desenvolvidas por uma associação voltada para o atendimento de pessoas em situação de rua, vulnerabilidade ou consumo abusivo de drogas no município de Sorocaba – SP. Ela afirma que os processos educativos estavam presentes em todas as atividades realizadas pelas pessoas, porém não era

³ Quadro elaborado pela própria pesquisadora, em 2023, com base nos dados coletados no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível no endereço eletrônico: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

uma educação com características de educação escolar, era uma educação diferenciada na qual ela consegue enxergar elementos da EP e da redução de danos. Afirma a autora que, essas práticas aconteciam na invisibilidade e que sua pesquisa iria trazer a superfície a potência contra-hegemônica contida nelas.

Os pressupostos teóricos e metodológicos da EP são apresentados ao longo do estudo com base em alguns autores clássicos dessa concepção educativa, mas principalmente de acordo com Paulo Freire e o Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas - (Brasil, 2014), conforme pode ser observado:

A partir da concepção de Educação Popular de Paulo Freire, com seu marcante potencial político, e dos autores aqui citados, pensamos a educação popular nesse trabalho como possível promotora da emancipação dos sujeitos para um questionamento do modelo dominante [...]. (Silva, 2015, p. 36).

Também são referidas as bases epistemológicas contidas no Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas – (Brasil, 2014), que, segundo a autora, estão de acordo com os pressupostos de Paulo Freire, quais sejam: “dialogicidade, amorosidade, conscientização, a transformação da realidade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e pesquisa participante, sistematização de experiências e do conhecimento” (Silva, 2015, p. 37).

Após apresentar alguns pressupostos da EP e do pensamento de Freire, a autora busca uma articulação entre EP e os trabalhos na área da saúde, a partir das categorias presentes na obra freiriana e já referidas acima. A aproximação entre redução de danos e EP, segundo Silva (2015) pode ser percebida por meio de elementos como a inclusão da pessoa em seu próprio tratamento e cuidado, o que representaria autonomia sobre suas escolhas e busca por emancipação. Ela defende que a redução de danos pode proporcionar contribuições educativas, sobretudo nos âmbitos da emancipação e do questionamento político.

A segunda dissertação analisada é de autoria de Lima (2021), ele objetiva sistematizar uma tecnologia social⁴ denominada Diálogo Mediado, e para isso propõe a articulação de três referências, quais sejam: EP, pedagogias críticas e estratégias de redução de danos. A tecnologia proposta é descrita como promotora de protagonismo, curiosidade, do *ser mais* dos jovens,

⁴ Um dos conceitos de tecnologia social atualmente em voga é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (Rodrigues; Barbieri, 2008, p. 1070).

criticização e problematização. Afastando-se das pedagogias depositárias e conteudistas, esses elementos também estão presentes na concepção de EP. Quanto a redução de danos, afirma o autor que há uma aproximação teórica e metodológica tendo em vista a construção coletiva de processos de cuidado e de conhecimento. Para o autor:

[...] o intuito desta pesquisa foi construir, teorizar e sistematizar uma nova tecnologia social: o Diálogo Mediado. Tal tecnologia parte do acúmulo teórico da Educação Popular, mas guarda suas próprias especificidades. Aproxima-se e, ao mesmo tempo, distancia-se do método do Círculo de Cultura de Paulo Freire, à medida em que possibilita a discussão de temas previamente estabelecidos, mas utiliza o método dialético como alicerce teórico fundamental desta tecnologia. (Lima, 2021, p. 14).

O propósito a ser alcançado com elaboração dessa tecnologia é a “facilitação de debates, espaços de reflexão e problematização acerca do uso de drogas, redução de danos e promoção da saúde com jovens, em especial, no contexto escolar” (Lima, 2021, p. 5). A concepção de EP adotada no estudo é a sistematizada por Paulo Freire no Brasil, a partir da década de 1950. Para o autor,

[...] credita-se a Paulo Freire o pioneirismo de sistematizá-la teórica e metodologicamente, tendo como base epistemológica o materialismo histórico e dialético, bem como sua própria experiência como educador atuante no contexto da alfabetização de jovens e adultos da classe trabalhadora. (Lima, 2021, p. 25-26).

O Diálogo Mediado apresentado guarda aproximações com a proposta de Círculo de Cultura desenvolvida por Freire em alguns de seus trabalhos, ambos são considerados pelo autor como metodologias pedagógicas que surgem a partir da EP. Ele aponta possíveis interfaces entre redução de danos e EP, enfatizando as contribuições desta última para as abordagens em saúde por meio da problematização e questionamento dos saberes hegemônicos, além de estimular a horizontalidade entre os sujeitos que participam dos processos educativos e de cuidado em saúde (Ibidem, 2021).

A terceira dissertação evidenciada neste levantamento é de autoria da própria pesquisadora. Silva (2020) buscou compreender como a temática das drogas estava sendo abordada no campo da EP, para tanto foi realizado uma revisão narrativa da literatura e pesquisa empírica em escolas públicas situadas no meio popular localizadas em uma cidade no interior do Estado da Paraíba. Com base na revisão da literatura, a autora apresenta a redução de danos como uma proposta progressista, de valorização dos direitos humanos e de cuidado direcionada aquelas pessoas que não desejam ou não conseguem interromper o consumo de drogas.

Sua interface com a EP pode ser observada quando é explicitado que a redução de danos pode ser composta por práticas educativas que tomam como ponto de partida os saberes e a realidade das pessoas, objetivando sua emancipação a partir da valorização e do incentivo a sua independência e suas próprias práticas de cuidado. A autora enfatiza a importância de se ter em conta a perspectiva teórica que está orientando as abordagens de redução de danos, para que ela possa cumprir seus objetivos de valorização da vida, respeito as liberdades e individuais e garantia da autonomia e dos direitos do consumidor de drogas (Silva, 2020).

Observa-se que o estado da arte realizado por meio da pesquisa bibliográfica possibilitou-nos conhecer alguns estudos que têm proximidade com nosso campo temático, contribuindo para identificarmos como os trabalhos vêm sendo produzidos e os principais argumentos que estão sendo utilizados. Constatou-se que as discussões sobre EP e redução de danos estão sendo iniciadas e ainda aparecem de forma reduzida nas bases de dados consultadas, sendo Paulo Freire o teórico da EP mais citado em todos os trabalhos. Além do referido autor, outras referências bastante utilizadas são a PNEP/SUS e o Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas. As categorias mais utilizadas são diálogo, amorosidade, valorização de saberes e partir da realidade e saberes anteriores dos sujeitos para pensar as práticas.

A interface entre EP e redução de danos parece se dar, possivelmente, por uma aproximação de princípios entre os dois paradigmas, por outro lado, observa-se que em alguns casos a EP é utilizada como instrumento político e em outros apenas como ferramenta metodológica. Diante do exposto, é possível afirmar que nossa tese pode representar um adensamento para a discussão nesses campos temáticos, tanto no âmbito acadêmico como no que diz respeito ao conhecimento mais aprofundado sobre práticas de EP que vêm sendo inseridas em processos educativos e de cuidado desenvolvidos com pessoas que consomem drogas.

Assim, considera-se que a pesquisa em tela contribui com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, estando alinhada com os objetivos da Linha de Pesquisa de Educação Popular, com a qual está vinculada. Tendo em vista que se pretende averiguar como essa concepção educativa vem sendo inserida nas práticas de educadores populares que trabalham com redução de danos com pessoas consumidoras de drogas. As potências, possibilidades e dificuldades reveladas durante a investigação podem contribuir para o fortalecimento de práticas educativas e de cuidado orientadas pela EP e pela redução de danos,

com características emancipatórias e que sejam alternativas as práticas desumanizadoras e repressivas, que na maioria das vezes são direcionadas às pessoas que fazem consumo de drogas, mas também estão presentes em outros espaços educativos.

1.3 A Problemática da pesquisa

Seja derivada de uma planta ou produzida em laboratório farmacêutico/clandestino, a droga sempre será uma substância inanimada. Seu potencial perigoso ou benéfico só aparece quando se estabelece uma relação entre ela e um organismo vivo, dessa maneira a razão nos indica que a decisão mais acertada é investir em abordagens educativas e tratamentos humanizados, ou seja, educar os seres humanos para a convivência com elas, tendo em vista a impossibilidade de erradicá-las, cuidando para que os danos e riscos que eventualmente possam surgir em decorrência do consumo, possam ser minimizados.

Nesse debate, o papel que vinha sendo atribuído à redução de danos nas políticas públicas era o do cuidado para evitar a transmissão de doenças e tornar o consumo mais seguro, sem indicar a abstinência como meta a ser alcançada. Porém, no âmbito das políticas públicas, é possível observar algumas fragilidades desse paradigma:

As principais fragilidades das políticas de redução de danos no Brasil se referem à precarização do trabalho dos agentes redutores, monitoramento deficiente de suas práticas e da capacidade de se vincularem os usuários aos serviços de saúde, baixa adesão dos participantes acessados aos programas, financiamento fragmentado e precária sustentabilidade. (Dias, *et al.*; 2014, p. 152).

De maneira geral, essas fragilidades apontadas podem ter relação com a forma de tratar os problemas que se relacionam com as substâncias psicoativas no Brasil, assim como também, pelo fato de muitos agentes redutores de danos atuarem de forma voluntária, sobretudo no início, quando o poder público relutava em se envolver com questões relativas ao HIV/aids. Neste país, questões sobre drogas são inspiradas pelo paradigma proibicionista e orientadas pelas políticas públicas que apresentam caráter repressivo, o que ficou conhecido como “Política de Guerra às Drogas” foi idealizado e disseminado pelo governo dos Estados Unidos na década de 1970, e teve um forte impacto na maneira como muitos países passaram a tratar o tema, inclusive no âmbito educacional, com estratégias voltadas para a transmissão de informação, proibicismo e repressão.

Na atualidade, várias críticas vêm sendo feitas a essa forma de gerir a questão, que não apresenta resultados positivos, pelo contrário, tem, na verdade, aprofundado os problemas sociais. Sendo essas políticas apontadas também como mecanismos sutis, utilizados pelo sistema para criminalizar a questão e estigmatizar os consumidores (Alvarez, *et al.*, 2017), mantendo sob controle e marginalizando alguns grupos sociais, sobretudo jovens, população negra e pobres.

Sob a ótica da abordagem repressiva, desconsidera-se a complexidade do fenômeno drogas, e a questão passa a ser tratada apenas a partir do aspecto individual, não se discutem os aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem a temática. Cria-se e difunde-se o discurso de que alguns produtos são ruins, seu consumo representa o infringir de uma regra e certos comportamentos sociais passam a ser considerados passíveis de punição (Acselrad, 2005). Ocorre que, grupos específicos criam e aplicam regras cuja infração representa um desvio social (Becker, 2008). O sujeito que comete o desvio, nesse caso o consumo de drogas ilícitas, passa a ser rotulado, criminalizado e excluído, desse modo, a exclusão de determinados indivíduos vai sendo construída socialmente, e tem objetivos específicos que podem ser observados na criminalização da pobreza, dos seus territórios e do encarceramento massivo da população.

Essa forma de abordar as drogas oculta, entre outras coisas, as relações desiguais de poder, se só conhecemos o discurso repressivo que estabelece a abstinência como norma, provavelmente não vamos conseguir enxergar a arbitrariedade e a violência que estão envoltas nesse discurso; porém, se procuramos conhecer sobre a historicidade do consumo, sua presença nas mais diversas culturas com diferentes finalidades, e as relações de poder que se estabeleceram em torno dessas substâncias, facilmente nos damos conta do sistema de exclusão e opressão alimentados pelo discurso repressivo (Acselrad, 2005).

Diante do cenário que foi criado a partir do desenvolvimento do paradigma proibicionista, a redução de danos, enquanto uma estratégia de cuidado e prevenção, surge como um sopro de racionalidade e uma esperança de humanização. Em seu conceito mais restrito e permeado por uma visão sanitarista circunscrita ao campo da saúde, é possível afirmar, conforme Fonseca e Bastos (2005), que a redução de danos representa um conjunto de estratégias de saúde pública que objetivam minimizar ou prevenir as consequências negativas que podem estar associadas ao consumo de drogas.

Em seu conceito mais amplo, de acordo com Petuco (2020), a redução de danos serve ao propósito de reduzir danos oriundos do consumo de drogas, mas também procura reduzir os

danos sociais provenientes da existência de uma política de “guerra às drogas” como a estigmatização dos consumidores, violência e encarceramento massivo, fenômenos que têm estreita ligação com o surgimento de mercados ilegais de drogas. Neste contexto, reduzir danos vai além de oferecer insumos para o uso seguro de substâncias, significa ampliar as ofertas de cuidado incidindo sobre os fatores de vulnerabilização social como a falta de trabalho, renda, moradia e educação.

Por sua vez, Leite (2018b) destaca a aproximação entre redução de danos e EP para o desenvolvimento de ações socioeducativas, pontuando que nessa compreensão se objetiva desconstruir a retórica moral e ideológica que tem predominado nas ações de prevenção e de abordagens aos consumidores de drogas. O autor apresenta uma ampliação na definição/classificação da redução de danos, apontando os danos que são decorrentes da existência de mercados ilegais e não regulados de drogas, no contexto da saúde/segurança pessoal, social, econômico, político e cultural.

As primeiras estratégias de redução de danos voltadas para a questão do consumo de substâncias psicoativas tiveram origem na Inglaterra no ano de 1926, com a divulgação do “Relatório de Rolleston”⁵, que apresentava a ideia de que pessoas que haviam desenvolvido dependência de opiáceos como heroína e morfina poderiam receber essas substâncias com prescrição médica, afim de que fosse possível para elas levar uma vida mais saudável e estável (Santos, *et al.*, 2010; Gomes; Dalla Vecchia, 2018; Petuco, 2019).

Essa primeira experiência na década de 1920 pode ser considerada um marco importante para a constituição da redução de danos, contudo, foi apenas em 1980 que ela passou a ser considerada uma estratégia válida e digna de ser implementada nos sistemas de saúde, em grande parte em decorrência dos resultados alcançados nas campanhas de prevenção ao HIV/aids, com o fornecimento de insumos para evitar o compartilhamento e a contaminação entre pessoas que faziam o uso de drogas injetáveis. Um dos primeiros países a adotar uma política de redução de danos foi a Holanda em 1984, a partir de então essas estratégias passaram a ser utilizadas em diversos outros países do continente europeu mediante terapias de substituição e de trocas de seringas (Gomes; Dalla Vecchia, 2018).

No Brasil uma das primeiras experiências envolvendo práticas de redução de danos de que se tem notícia aconteceu na cidade de Santos, no interior de São Paulo em 1989. Nessa

⁵ Relatório interministerial presidido pelo Ministro da Saúde inglês, Sir Humphrey Rolleston (Sodelli, 2016).

ocasião, as ações tinham como objetivo evitar a transmissão do HIV, e para isso era feita a distribuição de seringas limpas e o recolhimento do material que já tivesse sido utilizado, evitando assim sua reutilização. Devido ao seu caráter inovador e as políticas repressivas vigentes no Brasil, o programa de redução de danos foi interrompido, argumentava-se que essa estratégia poderia incentivar o consumo de drogas (Lopes; Gonçalves, 2018). Nesse contexto, evidencia-se que as primeiras práticas de redução de danos realizadas no Brasil surgiram não especificamente voltadas para o cuidado aos consumidores de drogas, mas sim como uma estratégia de prevenção ao HIV/aids.

Petuco (2019) afirma que o encontro entre a redução de danos e o movimento antimanicomial⁶ foi o que tornou possível a superação do preventivismo da redução de danos e do vazio reflexivo que existia a respeito do cuidado que é dirigido as pessoas que consomem drogas. No entanto, é possível observar que as práticas de redução de danos são heterogêneas, tão diversas quanto o seu público alvo, sendo orientadas teoricamente por diferentes concepções como salientam Gomes e Dalla Vecchia (2018).

Antes do surgimento dessa abordagem, a maioria dos tratamentos oferecidos a pessoas consumidoras de drogas baseavam-se exclusivamente na segregação e na abstinência, com algumas raras exceções. As opções eram o cárcere ou o hospital psiquiátrico, já que o uso de substâncias psicoativas colocava o indivíduo na posição de criminoso ou doente, sobretudo se ele ou ela pertencesse às classes populares. Esse processo marginalizador e excludente é fruto das escolhas políticas repressivas e moralizantes que exercem grande influência sobre as subjetividades e representações sociais tanto do sujeito que consome a droga, quanto da população em geral.

Diante desse contexto adverso, é fácil compreender as fragilidades e dificuldades enfrentadas para o estabelecimento da redução de danos como um novo paradigma educativo e de tratamento. Como falar sobre tratamento humanizado e práticas de cuidado que respeitem a diversidade e os direitos individuais de pessoas que foram colocadas à margem e excluídas da sociedade, em um país que ainda promove uma guerra contra esses sujeitos e suas formas de existir? Certamente é um desafio, que se tornou ainda maior durante o governo de Michel Temer (2016-2018) e da passagem do governo Bolsonaro (2019-2022), onde foi possível observar o

⁶ O Movimento da Luta Antimanicomial [...] busca a reapropriação da autonomia e da identidade do sujeito, amputadas pela opressão e manipulação do sistema; assim como a busca por integração ao invés da exclusão a que foram condenados por décadas sujeitos diagnosticados como loucos. (Trevisan; Baroni, 2020, p. 72).

dissolvimento de políticas públicas, entre elas a de redução de danos.

Pensar/fazer a redução de danos desde a perspectiva da EP é pôr em questão as relações entre drogas e sociedade, implica escrutinar a história do proibicionismo das drogas e a criação de políticas repressivas, implica pensar a questão da criação de normas, bem como os impactos dos processos de criminalização das condutas individuais tidas como desviantes, tanto na saúde quanto na dimensão educativa e social da vida das pessoas. Importa compreender também como os processos de criminalização são realizados de forma seletiva, com as diferenças de classe social e cor da pele, por exemplo, podendo ser fatores determinantes para que certos indivíduos possam, ou não, ter seus comportamentos considerados desviados e punidos, conforme é realçado por Baratta (1978).

De acordo com o autor supracitado, a perspectiva traçada pelo campo da criminologia crítica, que questiona o direito penal como direito igualitário, busca desvelar os mecanismos de controle social que atuam diretamente sobre determinados comportamentos individuais e geram desigualdade social e estigmatização, fazendo com que o processo de criminalização seja realizado de forma seletiva (Baratta, 1978). Isso fica ainda mais evidente quando pensamos na questão do consumo de drogas, não são poucos os estudos que afirmam que as maiores vítimas da guerra contra as drogas, em termos de mortes e encarceramento, são pessoas negras e socioeconomicamente pobres. Isso não significa, de maneira alguma, que pessoas brancas e de classe social economicamente mais abastada não fazem consumo de drogas. Significa, no entanto, que o sistema de justiça criminal, em alguns casos, alimenta a desigualdade social e o processo discriminatório.

Estes são elementos que podem ser encontrados na origem dos processos de produção e reprodução da desigualdade social, opressão e exclusão dos sujeitos que consomem drogas, mas também das populações negras e das classes menos favorecidas economicamente. Em outras palavras, isso significa levar a discussão para além da dimensão individual do uso de drogas, apresentando os aspectos sociais e estruturais que estão na base das relações que a sociedade capitalista estabeleceu com essas substâncias e seus consumidores, e que justificam a adoção de abordagens críticas, humanizadoras e emancipatórias como são a EP e a redução de danos.

A EP enquanto paradigma emancipatório e concepção educativa com intencionalidade política, como enfatizado por Streck (2013, p. 356) “[...]acompanha o movimento da sociedade, procurando sempre novos espaços para sua realização[...]”. Afirma o autor que ela se realiza nas margens da sociedade e que estas não são fixas, nem geograficamente e nem

institucionalmente. Suas práticas podem caracterizar-se pela resistência em meio a realidades excludentes e opressoras. Mas, além da resistência, essas práticas também revelam expressões de criatividade que podem ser compreendidas como mais do que a luta pela sobrevivência, sendo apontadas como indícios de outras formas de conhecer e viver (Streck, 2013).

Humanização e desumanização são categorias que assumem papel central nas práticas de EP, ambas são identificadas como realidades históricas e, portanto, possibilidades humanas. Para Freire (2018), é o reconhecimento da desumanização como possibilidade ontológica que leva os seres humanos a questionarem a outra possibilidade, isto é, a de sua humanização. Para o autor,

[...] se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (Freire, 2018, p. 40).

A busca pela humanização nos processos educativos representa a afirmação dos homens e mulheres como pessoas, e o reconhecimento da desumanização como produto de uma ordem social e econômica injusta, violenta e opressiva que submete os humanos a condições indignas de sobrevivência. O diálogo, enquanto categoria presente na obra freiriana e princípio fundante da EP, é considerado ferramenta indispensável para a transformação da realidade e a humanização nas práticas educativas. Para Freire (2018, p. 109), “o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”.

O tema do humanismo está envolto em compreensões distintas. Conforme é discutido por Leôncio Basbaum (1981), há um humanismo burguês ou humanismo vulgar, que pode ser interpretado como humanitarismo ou filantropia adotado pelas elites burguesas. Esse conceito de humanismo reconhece que os direitos humanos devem ser estendidos a todas as pessoas, “mas sempre desligado do fato de que o homem é um ser não apenas biológico e humano, mas também histórico, e, portanto, relacionado com a vida real e concreta”. (Basbaum, 1981, p. 90).

Uma outra concepção trata do humanismo concreto, que foi denominado pelo marxismo como humanismo real. Esse entendimento reconhece o indivíduo como pessoa humana e lhe oferece perspectivas para a sua libertação, sem deixar de considerar o seu sentido histórico:

Chamo a esse novo humanismo, a que Marx chama de *humanismo real* – de *humanismo concreto*, no sentido de colocá-lo dentro da vida real, mas ao mesmo tempo dentro de uma realidade concreta, a que o homem tem diante de si e na qual vive, e em condições que deve superar. Assim, o humanismo concreto [...] não é apenas o reconhecimento do homem abstrato, do homem genérico, mas do homem

total, dentro de uma situação – historicamente variável – ao qual devem ser dadas perspectivas no sentido de dominar a situação e libertar-se. (Ibidem, 1981, p. 90-91).

A concepção de humanismo concreto se diferencia das demais compreensões de humanismo sobretudo por reconhecer a pessoa em sua totalidade, com seus determinantes históricos, sociais e culturais. É uma perspectiva que almeja a desalienação e, com esse propósito, apresenta-se como um instrumento de ação para a superação das condições desumanizadoras. Trata-se do reconhecimento de que os seres humanos podem lutar por sua libertação, diante das opressões cotidianas promovidas pelo sistema capitalista. Para o humanismo concreto é fundamental que o indivíduo possa desenvolver seu espírito crítico. Assim, busca “devolver-lhe suas características humanas; integrá-lo na comunidade sem perder sua individualidade, traçar seu próprio destino”. (Ibidem, 1981, p. 95). Concordando com o autor supracitado, esta é a compreensão de humanismo que adotamos nesta pesquisa.

As inquietações que a tese aponta surgiram a partir dos estudos sobre EP e drogas, especificamente durante a revisão narrativa da literatura realizada em nossa dissertação de mestrado intitulada “As drogas no contexto da Educação Popular”, foi possível identificar que o campo das drogas e da redução de danos têm se configurado como novos espaços para a realização da EP. Apesar do caráter embrionário dessa discussão, tendo em conta a pequena quantidade de publicações encontradas. Além disso, durante o período pandêmico, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de alguns eventos *online* promovidos por movimentos antiproibicionistas, em que foi possível observar que alguns redutores e redutoras de danos também se reconheciam como educadores e educadoras populares

Essas observações foram transformando-se em curiosidade epistemológica, no sentido do termo desenvolvido por Freire (2018b), a curiosidade como “inquietação indagadora” nos levou a formular a questão que norteia este estudo. Acreditamos que o debate em torno das drogas e dos seus consumidores deve ser feito de forma crítica, e pode ter ganhos substâncias quando orientado teórica e metodologicamente por perspectivas progressistas e de caráter emancipatório como são a EP e a redução de danos, que certamente podem e devem oferecer contribuições importantes.

Diante do que foi realçado até aqui e das reflexões tecidas, o questionamento que emerge como problema de pesquisa é o seguinte: *Como a educação popular vem sendo inserida em abordagens de Redução de Danos no campo das drogas?*

Isto posto, apresentamos o seguinte argumento de tese: A educação popular vem

subsidiando com elementos teóricos e práticos a construção de abordagens educativas voltadas para processos participativos, humanizadores e dialógicos nas ações de redução de danos no campo das drogas.

A efetivação desta proposta de pesquisa se justifica por, pelo menos, três razões. A primeira refere-se ao caráter inovador da pesquisa e a sua relevância acadêmica, tendo em vista que, em nossa dissertação de mestrado, foi possível constatar a existência de poucos estudos abordando a relação entre EP e drogas. O mesmo pôde ser constatado em relação ao entrelaçamento em EP e redução de danos, com a existência de um número pequeno de trabalhos.

Em segundo lugar, apresentamos a relevância pessoal deste estudo que está diretamente ligada à relação da pesquisadora com seu objeto e temática. Como foi escrito anteriormente, os primeiros estudos sobre as drogas foram realizados ainda durante a graduação, no âmbito da iniciação científica, entre os anos de 2013 e 2015, antes disso, todo conhecimento existente era fruto da convivência pessoal e diária com um familiar que fazia consumo abusivo dessas substâncias.

Com a participação no projeto de pesquisa, foi possível pensar na questão das drogas e nos seus consumidores de um modo diferente, surge a percepção de que a forma hegemônica de lidar com essas substâncias serve apenas para aprofundar a desigualdade social, marginalizar os/as consumidores/as e alimentar os estigmas e preconceitos. O tema tornou-se relevante porque a realidade do consumo de drogas estava muito próxima.

Em terceiro lugar, temos a relevância social da pesquisa que está relacionada ao fato de que o tratamento do tema das drogas e da redução de danos pela EP pode representar uma resposta ao desafio de se desenvolver abordagens educativas e de cuidado que respeitem os indivíduos; que estejam comprometidas de fato com a saúde, bem-estar e emancipação, em levá-las a problematizar a realidade. Nesse sentido, a realização desse estudo pode proporcionar contribuições à intervenção e ao desenvolvimento de ações educativas e de cuidado que sejam orientadas pelos princípios da EP, assegurando uma abordagem crítica e comprometida com processos de humanização e justiça social.

1.4 Objetivos

A partir da problemática foram delineados o objetivo geral e os objetivos específicos da

pesquisa, que são abaixo apresentados, respectivamente.

Objetivo geral:

- Analisar como as abordagens da Educação Popular vêm sendo inseridas em trabalhos com redução de danos no campo das drogas.

Objetivos específicos:

- Averiguar os enfoques sobre drogas e redução de danos na produção bibliográfica da Educação Popular;
- Enfocar a perspectiva de redução de danos;
- Identificar de que maneira educadores/as populares redutores/as de danos vêm desenvolvendo abordagens no campo das drogas;
- Examinar as possibilidades e limites da Educação Popular nas abordagens de redução de danos.

1.5 Orientação metodológica

Considerando a tipicidade do estudo, a pesquisa é de natureza qualitativa e de caráter explicativo quanto ao seu propósito. Para Minayo (2014, p. 57), o método qualitativo permite “desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação”. Observa-se ainda, que tanto a subjetividade do pesquisador quanto a dos outros participantes da pesquisa tornam-se constituintes do processo da pesquisa (Flick, 2009).

A perspectiva de abordagem adotada no estudo é a hermenêutica-dialética, conforme é explicitada por Minayo (2014; 2008). De acordo com a referida autora, essa abordagem faz a síntese dos processos compreensivos e críticos que constituem a hermenêutica e a dialética. Nesse sentido, a hermenêutica tem na compreensão sua categoria metodológica mais relevante, pois busca-se compreender o sentido das comunicações, contudo, não existe apenas uma possibilidade de interpretação, as interpretações e compreensões de um autor ou texto podem ser múltiplas. Assim, é possível afirmar que “a compreensão não é um procedimento mecânico e tecnicamente fechado: nada do que se interpreta pode ser entendido de uma vez só e de uma vez por todas” (Minayo, 2008, p. 84).

A dialética pode ser compreendida como a ciência e arte do diálogo e da controvérsia, sua busca é pela contradição que pode estar contida nos fatos, linguagens, símbolos e cultura para a partir daí realizar a crítica informada sobre eles. A abordagem dialética possui uma longa história que remonta a duas fases, quais sejam: dos pré-socráticos até Hegel e de Hegel até a contemporaneidade. A aproximação entre hermenêutica e dialética representa um caminho produtivo do pensamento para fundamentar pesquisas qualitativas (Ibidem, 2008; 2014). E “[...] por possibilitarem uma reflexão que se funda na práxis, o casamento das duas abordagens é fecundo na construção do processo ao mesmo tempo compreensivo e crítico de análise da realidade social” (Ibidem, 2008, p. 96).

Uma análise hermenêutico-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, levando em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e, por isso, podem ter, simultaneamente, interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das ideias expostas nos produtos sociais (textos, monumentos, instituições) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações. (Ibidem, 2008, p. 100).

Por essa maneira de compreender a realidade social, importa levar em consideração que os indivíduos e a própria realidade estão sob a influência de determinantes variados. As pessoas pertencem a grupos e classes sociais distintas, vivem e são condicionados pelo momento histórico no qual existem e seus interesses individuais e coletivos podem entrar em contradição. É nesse cenário que surge a necessidade de fazer uma análise crítica daquilo que está posto, escrutinando os meandros do funcionamento da realidade por meio de sua materialidade histórica e identificando os elementos de cumplicidade e diferenciação como parte indissociável para a interpretação e compreensão dos processos sociais.

Salientamos que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Médicas (CCM) da UFPB, sob o parecer nº 6.104.769, em 25 de maio de 2023.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, metodologicamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com educadoras populares com experiência de atuação no campo das drogas e no desenvolvimento de abordagens de redução de danos com as pessoas consumidoras dessas substâncias, seja com o objetivo de fazer prevenção ou de minimizar riscos e danos que possam estar associados ao consumo. Os critérios de inclusão dos/as

participantes da pesquisa foram os seguintes: 1) ter sido indicado/a, conforme o que preconiza a técnica de bola de neve adotada no estudo; 2) ser educador ou educadora popular; e 3) ser redutor ou redutora de danos com trajetória de atuação no campo das drogas. Não foram consideradas para o estudo pessoas que não se identificavam como educador ou educadora popular, não tinham trajetória de atuação no desenvolvimento de abordagens de RD e não foram indicadas por outros participantes do estudo.

As entrevistas foram gravadas em vídeo e aconteceram de forma *online* através da plataforma *Google Meet*. A escolha por realizar entrevistas *online* justifica-se por entendermos que os/as interlocutores/as da pesquisa poderiam residir em diferentes regiões do país. Sobre a modalidade semiestruturada de entrevistas, de acordo com Boni e Quaresma (2005), o pesquisador segue um conjunto de questões predefinidas, mas o faz em um contexto parecido com o de uma conversa informal, havendo também a possibilidade de intervir e realizar perguntas adicionais, para elucidar questões que não tenham ficado muito claras.

As interlocutoras do estudo foram mapeadas a partir da estratégia *Snowball Sampling* (amostragem em bola de neve), conforme é enfatizado por Biernacki e Waldorf (1981):

A amostragem por referência em bola de neve ou cadeia é um método que tem sido amplamente utilizado em pesquisas sociológicas qualitativas. O método produz uma amostra de estudo por meio de referências feitas entre pessoas que compartilham ou conhecem outras que possuem algumas características que são de interesse de pesquisa. O método é adequado para uma série de propósitos de pesquisa e é particularmente aplicável quando o foco do estudo está em uma questão delicada, possivelmente um assunto relativamente privado e, portanto, requer o conhecimento de insiders para localizar pessoas para estudo. (Biernacki; Waldorf, 1981, p. 141). (Tradução nossa).⁷

Por seu lado, Sadler *et. al*, (2010) ao descreverem a estratégia bola de neve afirmam que:

A estratégia de alcance da amostragem bola de neve encontra indivíduos (a “fonte”, também a “semente”), que possuem as características desejadas, e utiliza as redes sociais dessa pessoa para recrutar sujeitos semelhantes, em um processo de várias etapas. Depois que a fonte inicial ajuda a recrutar entrevistados, os próprios entrevistados recrutam outras pessoas, iniciando um processo análogo a uma bola de neve rolando colina abaixo (Wasserman et al., 2005). Assim, o mecanismo de

⁷ Snowball or chain referral sampling is a method that has been widely used in qualitative sociological research. The method yields a study sample through referrals made among people who share or know of others who possess some characteristics that are of research interest. The method is well suited for a number of research purposes and is particularly applicable when the focus of study is on a sensitive issue, possibly concerning a relatively private matter, and thus requires the knowledge of insiders to locate people for study (Biernacki; Waldorf, 1981, p. 141).

recrutamento semi-autodirigido e de encaminhamento em cadeia é capaz de atingir o grupo-alvo difícil de alcançar de uma maneira mais pragmática e culturalmente competente. (Sadler *et. al*, 2010, p. 02-03). (Tradução nossa).⁸

A estratégia em questão caracteriza-se principalmente pela forma como são selecionados/as os/as participantes da pesquisa, mediante cadeias de referências para acessar grupos específicos com características estritamente definidas (Naderifar, *et al.* 2017; Biernacki; Waldorf, 1981; Sadler, *et. al*, 2010). Em um primeiro momento escolhemos de forma intencional uma pessoa que poderia nos colocar em contato com os/as possíveis participantes da pesquisa.

A pessoa selecionada foi uma mulher, educadora popular, feminista, ativista do movimento antiproibicionista e redutora de danos, com importante atuação e trajetória na organização da Marcha da Maconha em Fortaleza – CE. Essa mulher foi escolhida por ser pessoa com quem a pesquisadora já havia mantido contato anteriormente, além de possuir trajetória reconhecida no campo das drogas, tendo desenvolvido relevantes trabalhos e se reconhecendo como educadora popular, ou seja, características de interesse do objeto da presente pesquisa. Tendo todos estes elementos em vista, acreditamos que ela poderia auxiliar-nos com as primeiras indicações.

É essencial que, no primeiro contato entre o pesquisador e o participante, sejam explicitados de forma clara os objetivos do estudo e o perfil de entrevistado que se está buscando, tendo em conta que essas pessoas serão entrevistadas e será solicitado que façam a indicação de outras pessoas dentro de seu círculo pessoal ou profissional que possam contribuir com as necessidades do estudo. As pessoas indicadas pelo/a primeiro/a participante também poderão fazer indicações de novos/as participantes para o estudo e assim sucessivamente, até que não haja mais indicações ou seja atingido o ponto de saturação, o que pode acontecer quando as informações começam a se repetir e não apresentam elementos novos para a análise (Vinuto, 2014; Naderifar, *et al.* 2017).

Para Fernandes e Carvalho (2000), a bola de neve integral, enquanto microestratégia, um conjunto de ferramentas metodológicas que podem ser designadas como “métodos em cadeia”.

⁸ *The snowball sampling outreach strategy finds individuals (the “source,” also referred to as the “seed”), who have the desired characteristics, and uses that person’s social networks to recruit similar subjects, in a multi-stage process. After the initial source helps to recruit respondents, the respondents then recruit others themselves, starting a process analogous to a snowball rolling down a hill (Wasserman et al., 2005). Thus, the semi-self-directed, chain-referral, recruiting mechanism is able to reach the hard-to-reach target group in a more pragmatic and culturally competent way (Sadler et. al, 2010, p. 02-03).*

Inicialmente é possível identificar a filiação dessas metodologias na antropologia antiga, nas análises conduzidas sobre redes e suas estruturas sociais variadas. Os estudos conduzidos neste campo do conhecimento trouxeram evidências que tornaram possível o reconhecimento dos “métodos em cadeia” como vias de acesso privilegiadas a esses segmentos da população, uma vez que se parte do pressuposto de que ninguém, na esfera social, é totalmente inacessível” (Fernandes; Carvalho, 2000, p. 23).

No que diz respeito a utilização das metodologias em cadeia, afirmam Fernandes e Carvalho (2000) com base nos escritos de M. Spreen (1992), que é possível observar duas tradições, quais sejam: 1) o uso com a finalidade de realizar a observação de uma rede em particular; e 2) objetivando encontrar membros de uma população específica, e após essa localização desenvolver inferências sobre esses sujeitos, que podem ser tanto quantitativas como qualitativas.

As estratégias de amostragem adotadas em cada uma dessas tradições podem ser diversas, porém, quando objetiva-se identificar um grupo populacional em especial, há possibilidade de utilizar “o *snowball*, quando a um indivíduo previamente localizado é solicitado que, através dum procedimento nominativo, nomeie outros indivíduos que integrem os critérios estabelecidos, de modo a assegurar as cadeias de referência” (Ibidem, 2000, p. 23-24).

A escolha por esse tipo de amostragem não probabilística decorre do entendimento de que o grupo a ser pesquisado trabalha com um tema delicado e pode ser de difícil acesso, tendo em vista que, ainda hoje, é possível observar a tentativa de criminalizar as práticas de redução de danos, com os redutores muitas vezes sendo alvo de abordagens policiais, pois seu trabalho é visto como apologia ao consumo de drogas, o que pode gerar algum nível de estigmatização, sobretudo por associação. Neste contexto, Sadler *et. al.*, (2010) afirmam que, “igualmente difícil de contatar para inclusão em programas de serviço ou recrutar para participação em estudos de pesquisa, são aqueles em que o grupo-alvo se tornou estigmatizado por circunstâncias pessoais ou por associação” (Sadler *et. al.*, 2010, p. 2). (Tradução nossa).⁹

Nesse caso, a existência de um/a mediador/a que seja pessoa conhecida ou de confiança do/a entrevistado/a pode ser importante para que aconteça a participação na pesquisa. Outro

⁹ *Equally difficult to contact for inclusion in service programs or to recruit for participation in research studies are those in which the target group has become stigmatized either by personal circumstance or by association* (Sadler *et. al.*, 2010, p. 2).

fator a ser levado em consideração para a escolha da estratégia bola de neve foram as barreiras geográficas, pois entendemos que o público participante do estudo poderia estar localizado em diferentes regiões do Brasil, o que dificultaria o acesso, conforme pode ser observado:

O isolamento das principais fontes de informação devido a barreiras geográficas, de transporte e econômicas pode ser igualmente problemático para garantir a participação de membros de diversas comunidades (por exemplo, residência em comunidades geográficas que estão a uma distância significativa de um centro de estudo). (Fahrenwald; Stabnow, 2005) citado por (Sadler et. al, 2010, p. 2). (Tradução nossa).¹⁰

Assim, acreditamos que, por meio das indicações de sujeitos conhecidos e que compartilham os mesmos interesses, foi possível superar os fatores limitadores e alcançar uma amostra significativa em termos de diversidade para o objeto de estudo. Não obstante, reconhecemos que:

Pôr em marcha uma pesquisa através do *snowball*, entre outros métodos em cadeia, é muito mais do que saltitar de sujeito em sujeito, como por vezes se faz crer – como se bastasse conhecer alguém dum dado mundo social para que, a partir daí, o rosário se desfie como que em auto-progressão espontânea. (Fernandes; Carvalho, 2000, p. 24).

Apesar de sua aparente simplicidade, a bola de neve requer algumas habilidades do pesquisador que deverá “desenvolver e controlar, de forma activa e intencional, todos os momentos do processo de amostragem” (Ibidem, 2000, p. 24). No que diz respeito ao processo de amostragem em cadeia é preciso apontar a existência de algumas possíveis dificuldades, quais sejam: 1) identificar os primeiros participantes e iniciar as cadeias de referência; 2) averiguar a elegibilidade dos possíveis participantes; 3) envolver os entrevistados como assistentes da pesquisa; 4) controlar os tipos de cadeia e o número de casos por cadeia; 5) fazer o acompanhamento e monitoramento das cadeias e qualidade dos dados (Biernacki; Waldorf, 1981).

É preciso destacar que, apesar de ser uma estratégia de amostragem utilizada em pesquisas de cunho sociológico e ter entre os seus utilizadores pesquisadores renomados, tais como Alfred R. Lindesmith, Herbert Blumer e Howard Becker, possível observar a existência de poucas referências sobre a estratégia bola de neve nos manuais de metodologia de ciências

¹⁰ Isolation from the mainstream sources of information due to geographic, transportation and economic barriers can be equally troublesome in securing participation from members of diverse communities (e.g., residence in geographic communities that are a significant distance from a study center) (Fahrenwald; Stabnow, 2005), citado por (Sadler et. al, 2010, p. 2).

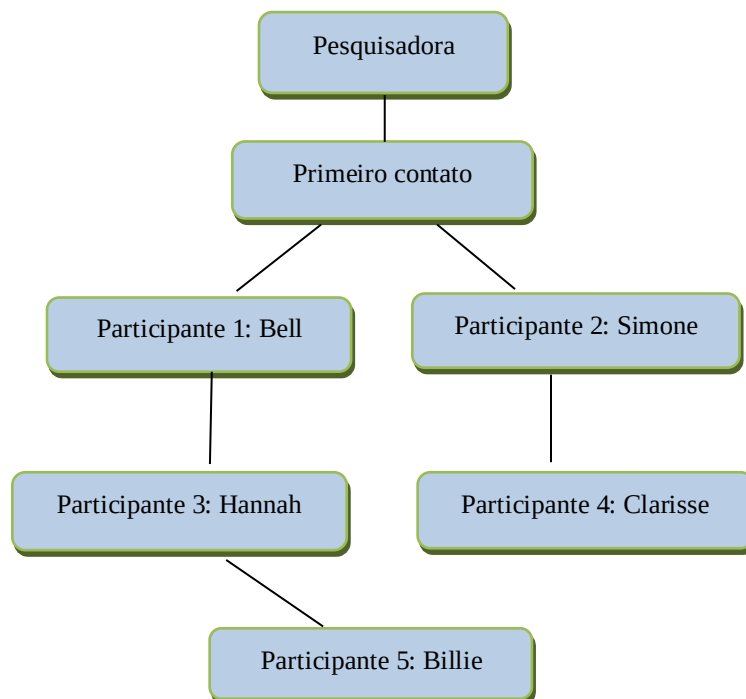
sociais e humanas. Foi o que constataram Fernandes e Carvalho, (2000). De nossa parte, não chegamos a realizar um levantamento bibliográfico específico sobre o tema, no entanto, em uma busca simples foi possível constatar a dificuldade para encontrar boas referências sobre o tema em língua portuguesa, de modo que tivemos que recorrer a publicações estrangeiras.

Para Biernacki e Waldorf (1981), esta aparente negligência pode ser resultado da suposição de que os problemas que podem surgir através do uso deste método de amostragem são tão simples ou evidentes que requerem pouca ou nenhuma explicação” (Biernacki; Waldorf, 1981, p. 141-142). (Tradução nossa).¹¹ O que poderia significar uma tentativa de simplificação do método de amostragem, quando na verdade, como foi escrito acima, cada uma das etapas do processo guarda suas dificuldades.

Na figura 1, apresentamos um fluxograma que ilustra como se deu o mapeamento das participantes do estudo por meio da bola de neve. Elas foram identificadas de forma fictícia, e por serem todas mulheres e termos que preservar o seu anonimato, resolvemos nomeá-las com o nome de mulheres conhecidas e reconhecidas por suas contribuições para sociedade em áreas como educação, filosofia, literatura, feminismo, política e arte. São elas: Bell Hooks, Simone de Beauvoir, Hannah Arendt, Clarisse Lispector e Billie Holiday. Acreditamos que esta é uma maneira de honrá-las e tornar explícito todo o respeito e admiração que nutrimos pelas participantes deste estudo, pois são mulheres fortes e que vêm contribuindo, cada uma a sua maneira, para a construção de um mundo melhor.

¹¹ *This apparent neglect may be a result of the assumption that the problems that may arise through the use of this sampling method are so simple or self-evident that they require little or no explanation”. (Biernacki; Waldorf, 1981, p. 141-142).*

Figura 1 - Rede de contatos mapeados com a estratégia bola de neve



Fonte: a autora, 2024.

A primeira mulher com quem conversamos, nomeada no fluxograma como ‘primeiro contato’, nos relatou que no momento não estava atuando como redutora de danos em algum programa ou organização, e por essa razão preferia não participar do estudo na qualidade de entrevistada, no entanto, prontamente se disponibilizou a colaborar com a indicação de pessoas de seu círculo pessoal e profissional que se adequavam aos objetivos da pesquisa. A rede de contatos mapeados encerrou-se quando não houve mais indicações. Isto posto, a seguir apresentaremos as técnicas de coleta e análise de dados consideradas adequadas para alcançar os objetivos da presente pesquisa.

1.5.1 Coleta e análise dos dados

O próximo passo no desenvolvimento do estudo foi a realização de entrevistas com educadoras populares que atuam como redutoras de danos e foram mapeadas com a estratégia bola de neve, conforme foi explicitado acima. A escolha pela entrevista como uma das principais técnicas para a obtenção dos dados, reside no fato de ela possibilitar uma maior interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa e dessa forma permitir um maior acesso às informações. Neste estudo, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, tendo em

conta que “essa modalidade combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (Minayo, 2014, p. 261-262).

As entrevistas foram efetuadas na modalidade *online*, e conforme salienta Flick (2009) essa modalidade de entrevista depende de alguns fatores, tais como: a) habilidade do pesquisador para manusear o computador de forma mais abrangente; b) ter acesso à internet e estar familiarizado com as diversas formas de comunicação *online*; c) construção de uma relação harmônica com as pessoas entrevistadas.

Para Félix (2012), é possível identificar especificidades que diferenciam a entrevista *online* e a entrevista realizada presencialmente, dentre elas, a autora supracitada aponta que nessa modalidade de entrevista “não há uma sequência de perguntas a ser respondida apenas por um dos lados – no caso, os/as entrevistados/as. Muitas vezes, as posições de entrevistador/a e entrevistado/a são colocadas em xeque, postas em suspensão.” (Félix, 2012, p. 142).

Uma vantagem importante dessa modalidade de entrevista, reside no fato de possibilitar a integração ao estudo de pessoas que podem residir em locais distintos e distantes, e que por isso poderiam estar inacessíveis. Nesse sentido, a entrevista *online* pode contribuir para a ampliação e enriquecimento do campo de estudo (Félix, 2012; Flick, 2009).

As entrevistas *online* podem ser organizadas de forma síncrona ou assíncrona. No caso do estudo em tela, foram realizadas entrevistas síncronas, ou seja, com pesquisadora e participante na sala virtual ao mesmo tempo, para que pudesse haver uma maior interação entre ambos durante a troca de perguntas e respostas, considerando que “isso fica muito próximo da troca verbal em uma entrevista cara a cara” (Flick, 2009, p. 241). Assim sendo, é possível afirmar que “a entrevista *online* é um modo de realizar a pesquisa qualitativa no contexto do trabalho de pesquisa na internet. Pode ser muito vantajosa se a ideia for integrar ao estudo participantes que não sejam facilmente acessíveis, por viverem longe[...]” (Ibidem, 2009, p. 243). Cabe ressaltar que, as entrevistas em ambiente virtual deveram cumprir o disposto no ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que apresenta orientações sobre os procedimentos de pesquisa em meio virtual.

É preciso enfatizar o surgimento de algumas pequenas dificuldades durante a realização das entrevistas *online*. Em relação a conectividade, em todas as entrevistas, passamos por momentos em que o sinal de internet apresentava instabilidade, tanto no equipamento da pesquisadora quanto nos das participantes da pesquisa. Por vezes, o áudio era cortado e não era

possível ouvir com clareza, sendo necessário pedir para que a pessoa repetisse o que foi dito. Em outro momento, dada a instabilidade da sua rede de internet, a participante podia pedir para ficar com a câmera desligada por alguns minutos, para que dessa forma o seu áudio não fosse prejudicado. Em uma das entrevistas chegou-se a pensar na possibilidade de remarcar, em decorrência da flutuação da internet na casa da participante, mas o problema acabou sendo solucionado e a entrevista transcorreu bem.

Outro ponto que consideramos importante destacar é a falta de privacidade que pode ocorrer em razão da/o participante da pesquisa estar em ambiente doméstico ou de trabalho. Uma de nossas participantes estava em sua residência no momento da entrevista e revelou o desejo de que concluíssemos a entrevista antes que seu esposo voltasse para casa, pois não se sentia à vontade para falar na presença dele. Enquanto conversávamos ele acabou retornando, mas ela pediu para que ele fosse fazer alguma coisa na rua. Perguntei se gostaria de interromper a entrevista, mas ela disse que não, então prosseguimos. Outros tipos de interrupções também foram frequentes, as pessoas pediam licença para atender ao telefone, interfone ou buscar o animal de estimação que estava indo para a rua.

Acreditamos que é importante trazer essas informações, pois se trata de especificidades da pesquisa na modalidade *online*, que como foi dito anteriormente, difere da modalidade presencial. Apesar de as pessoas estarem em ambientes diferentes e haver entre elas a frieza de uma tela de computador ou celular, as perguntas do estudo foram sendo respondidas de forma leve ao longo da conversa que se estabeleceu entre a pesquisadora e as participantes. É óbvio que a interação não pode ser equiparada a interação que pode ocorrer em uma entrevista presencial, afinal não podemos nos olhar de verdade ou nos tocar; podemos apenas nos enxergar através de uma tela e nos ouvir através dos fones de nossos aparelhos, mas mesmo assim é possível estabelecer uma boa conexão humana quando estamos disponíveis para ouvir o outro e sermos ouvidos.

Os objetivos da pesquisa foram apresentados e enviados a todas as pessoas que concordaram em contribuir, deixamos claro que a participação era voluntária e que a qualquer momento podiam desistir de participar. Antes da realização das entrevistas foi solicitado que a pessoa assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde foi assegurado o seu anonimato e que não sofreria nenhum tipo de constrangimento, ficando absolutamente livre para se recusar a responder qualquer questão ou desistir de participar da entrevista. No quadro 3, apresentamos o perfil das participantes da pesquisa.

Quadro 03 – Perfil das participantes da pesquisa

Participante	Sexo	Formação	Tempo de atuação com pessoas consumidoras de drogas	Tempo de atuação como redutora de danos
Bell	F	Cientista social/antropóloga	11 anos	9 anos
Simone	F	Ensino médio completo	22 anos	22 anos
Hannah	F	Historiadora	3 anos	3 anos
Clarisse	F	Ensino médio incompleto	5 anos	5 anos
Billie	F	Graduanda em serviço social	15 anos	10 anos

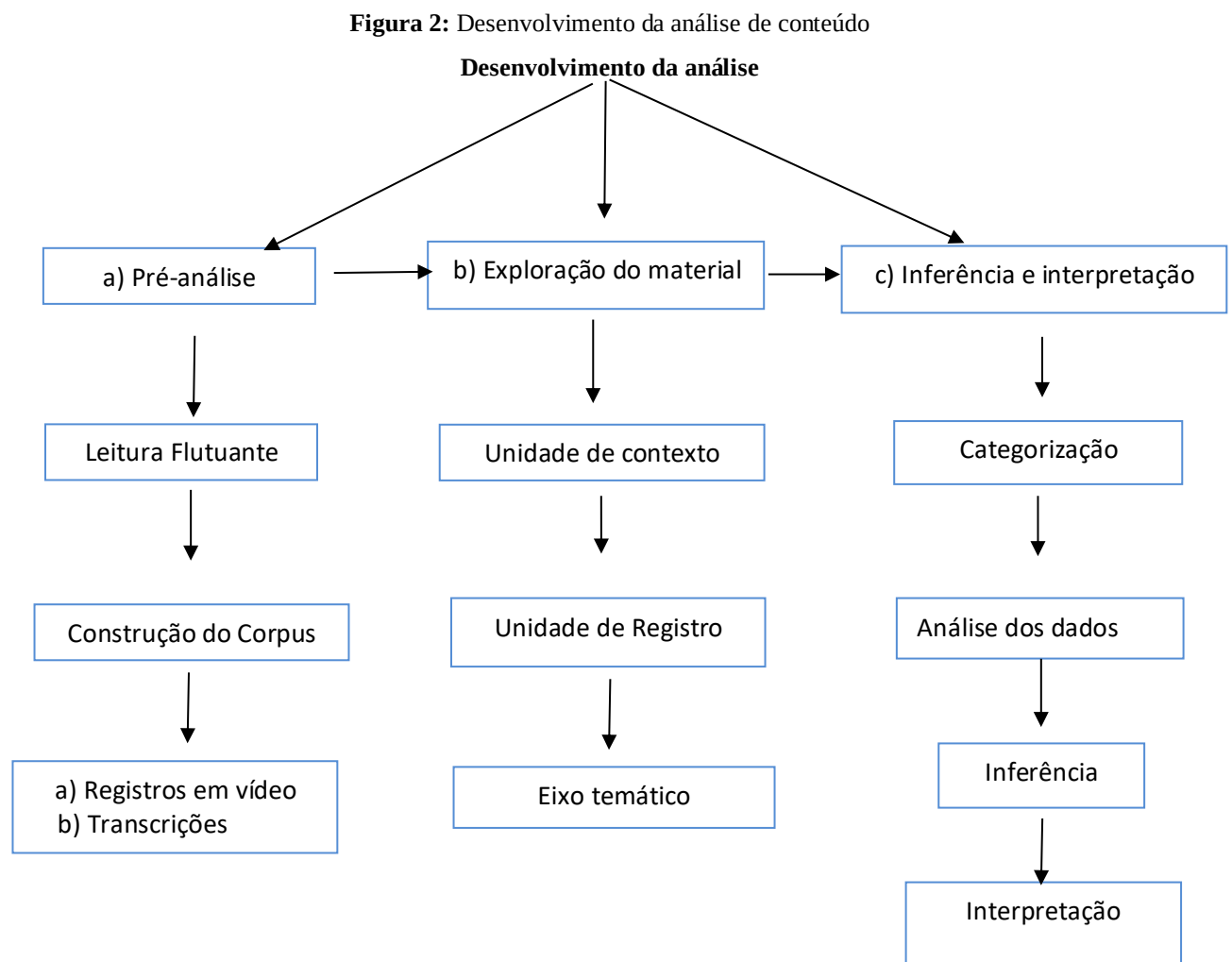
Fonte: Autora, 2024

Para realizarmos a análise das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo temática, conforme é sistematizada por Richardson et al. (1999) e Bardin (2016). Segundo Bardin (2016), o campo de aplicação da análise de conteúdo é bastante vasto e qualquer forma de comunicação deveria poder ser decifrado por meio desta ferramenta. Trata-se “de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos [...]” (Ibidem, 2016, p. 48). Assim, a análise de conteúdo caracteriza-se por lançar mão de um conjunto de ferramentas específicas para compreender a maneira de produção ou recepção das mensagens. Os temas representam os núcleos de sentido da comunicação “e cuja presença ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Ibidem, 2016, p. 135).

A análise de conteúdo desenvolve-se de acordo com algumas fases que devem ser seguidas pelo pesquisador: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Especificamente, a análise temático-categorial “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (Ibidem, 2016, p. 201). Dessa maneira, os dados empíricos da pesquisa passam por um tratamento que corresponde a uma codificação que é realizada de acordo com regras bem específicas, os elementos puros do texto passam por um processo de transformação que ao final vai possibilitar uma descrição fiel das características do conteúdo (Ibidem, 2016).

Os encontros *online* foram gravados em vídeo para que fosse possível, posteriormente, assistir e ouvir as entrevistas, assim como fazer a transcrição do material para construir o *corpus* da pesquisa. Depois de assistir os vídeos diversas vezes, seus áudios foram transcritos manualmente, tarefa que resultou em 99 páginas transcritas.

Para um maior detalhamento dos procedimentos realizados para o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos a figura 2 elaborada conforme Bardin (2016).



Fonte: a autora, com base em Bardin (2016).

As três fases da análise de conteúdo são compostas por etapas, conforme pode ser observado na figura apresentada acima. Para a realização da pré-análise, é necessário efetivar os seguintes procedimentos: 1) leitura flutuante; e 2) construção do *corpus*. A leitura flutuante é o momento de fazer uma imersão no conteúdo que será analisado, deixando-se invadir por

impressões que vão sendo suscitadas pelo texto, a construção do *corpus* corresponde a escolha dos documentos que formaram o conjunto a ser analisado, sua constituição pode implicar algumas regras, quais sejam: a) regra da exaustividade, estabelece que nenhum dos aspectos do texto deve ser excluído da análise; b) regra da representatividade, define que o material a ser analisado deve conter as características essenciais do universo de pesquisa pretendido; c) regra da homogeneidade, todos os aspectos constitutivos do textos devem ter sido obtidos de acordo com as mesmas regras; d) regra da pertinência, os textos devem ser adequados para responder aos objetivos da pesquisa (Bardin, 2016).

A próxima etapa da análise consiste na exploração do material e, nesta fase, os dados brutos do texto poderão ser recortados, agregados e enumerados, sendo alocados em unidades de registro e unidades de contexto, que devem ser selecionadas levando-se em consideração sua pertinência em relação aos objetivos da análise. Os temas representam as unidades de significação que vão se evidenciar naturalmente, desde que durante o processo de análise seja levado em consideração o referencial teórico que vem dando sustentação ao estudo (Bardin, 2016). Tendo-se concluído esta fase de exploração do material, o próximo passo será a elaboração de inferências e interpretações.

Inferir em análise de conteúdo é o mesmo que deduzir conhecimentos acerca do conteúdo que está sendo escrutinado, realizando este procedimento de maneira lógica e tendo o cuidado de embasar cada inferência em pressupostos teóricos. A interpretação será realizada levando-se em consideração os objetivos do estudo, mas é possível o surgimento de descobertas inesperadas. Os resultados podem ser apresentados em quadros, diagramas, figuras e modelos que vão facilitar a visualização das informações obtidas através da análise (Bardin, 2016). Nesta pesquisa, optamos pela elaboração de quadros de análise onde é possível observar com maior riqueza de detalhes os procedimentos de desmembramento e reagrupamento realizados para que chegássemos aos resultados do estudo. Estes podem ser conferidos no apêndice (C).

1.6 Estrutura de organização do trabalho

No que concerne à estrutura organizativa do trabalho, ele é constituído por seis capítulos. No primeiro capítulo, que corresponde a presente introdução, apresentamos além dos aspectos introdutórios da pesquisa em si, também o memorial ou os caminhos percorridos pela pesquisadora para chegar até o momento de escrita deste trabalho de tese. Como já visto,

destacamos ainda o problema da pesquisa, que foi formulado a partir de inquietações que foram sendo gestadas ao longo do percurso acadêmico. Nesse contexto, apresentamos também a hipótese de pesquisa, os objetivos geral e específicos e o percurso metodológico escolhido, que nos permitiu responder à questão da pesquisa e confirmar ou refutar nossa hipótese.

No segundo capítulo, intitulado “*Educação Popular: de que concepção educativa estamos falando?*”, tecemos considerações sobre os aspectos sócio-históricos da EP, suas origens latino-americanas, aquilo que lhe dá identidade e, ao mesmo tempo, a difere de outras concepções educativas, sobretudo do modelo mais tradicional de educação. Ressaltamos que, nesta pesquisa, EP é assumida enquanto concepção educativa com suas próprias teorias, práticas e metodologias. A ancorando-se em seus princípios para promover a valorização das experiências de EP que são gestadas pelos próprios grupos populares, realizamos uma breve discussão sobre experiências históricas de EP, tais quais as que foram realizadas por grupos anarquistas. A diversidade de suas práticas, assim como os diferentes contextos em que foi gestada sempre de mãos dadas com movimentos contestatórios populares, nos dão pistas e nos apresentam horizontes para enfrentar velhas e novas dimensões da luta social e política, tais como se colocam as drogas e a perspectiva da redução de danos.

O terceiro capítulo, nomeado “*Perspectiva de redução de danos*”, apresenta a perspectiva da redução como uma abordagem educativa e de cuidado ofertada a pessoas que fazem consumo de substâncias, seja de forma abusiva ou apenas recreativa. Consideramos o contexto no qual as drogas são assumidas como elementos que fazem parte da estrutura social e da vida das pessoas desde a aurora da humanidade neste planeta, como demonstram os estudos científicos apresentados. Apesar disso, é fato que tanto as substâncias como as formas de consumo e aceitação de algumas drogas foram se modificando ao longo do tempo, assim como as formas de prevenção e tratamento que são oferecidas às pessoas consumidoras de drogas.

Nesse contexto, são apresentadas as origens da concepção de redução de danos e seu desenvolvimento no Brasil, além dos movimentos que tiveram grande relevância no seu fortalecimento e difusão, a saber, o Movimento de Luta contra o HIV/aids e Movimento da Reforma Psiquiátrica. Durante sua trajetória, a redução de danos passou por algumas fases e foi sendo desenvolvida com e sem o apoio do Estado, que muitas vezes atuou reprimindo suas abordagens. Foi se desenvolvendo por meio da iniciativa de seus próprios agentes, muitas vezes consumidores de drogas que passavam a assumir o protagonismo das ações e lutar por seus

direitos. As experiências de redução de danos foram ganhando algumas especificidades e o seu conceito foi ampliado, transformando-se em uma ética de cuidado e um paradigma.

O quarto capítulo intitula-se “*Sociedade, desvio social e a construção do sujeito estigmatizado a partir da criação de normas*”, e nele nos debruçamos sobre o conceito sociológico de desvio social, discussão necessária para o entendimento de como se constrói a estigmatização do/a consumidor/a de drogas. O que pode ser considerado um desvio? Como surgem as regras? Quem são os impositores? Como são percebidos aqueles que quebram as regras? Quais as consequências? Procuramos responder estas perguntas ao longo do capítulo. Além de realçar as implicações e os problemas sociais decorrentes da estigmatização e da criminalização do consumo e da produção. Destacamos como a criação do estigma afeta a vida dos/as consumidores/as de drogas ilícitas, podendo contribuir de forma direta com seu processo de exclusão, diminuindo a sua participação social e limitando o exercício da cidadania.

O quinto capítulo é relativo à parte propriamente empírica da tese, e foi intitulado da seguinte maneira: “*A Educação Popular nas abordagens de redução de danos na área das drogas*”. Neste capítulo, são apresentados os resultados e discussões da pesquisa. A análise dos dados que foram obtidos a partir das entrevistas resultou em cinco categorias principais que foram apresentadas e discutidas de forma individual, quais sejam: 1) o movimento social e as escolas como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular; 2) a redução de danos enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado; 3) a Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas; 4) desafios para o trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos; 5) principais referências destacadas no campo da Educação Popular. Nestas discussões procuramos realçar as falas de nossas interlocutoras e os referenciais teóricos que vem compondo este trabalho.

O sexto capítulo recebeu o seguinte título: “*Redução de danos e Educação Popular: diálogo que aponta caminhos e desafios*”. Esta seção foi dedicada à escrita de um conjunto de reflexões nossas a respeito dos achados da presente pesquisa. Por fim, apresentamos as considerações finais, e como é possível supor nesta parte são apresentadas as conclusões do estudo. Neste processo foi necessário retomar os objetivos da pesquisa e sua pergunta norteadora, assim como todos os debates e reflexões que foram levantadas no decorrer do processo investigativo. São destacadas as contribuições da pesquisa para avanço das discussões realizadas e para a abordagem do tema central do estudo, esse movimento que é, a um só tempo,

de retomada e de fechamento demonstra o caminho percorrido, o que foi encontrado até este ponto da caminhada e o que ainda precisa ser realizado.

2. EDUCAÇÃO POPULAR: DE QUE CONCEPÇÃO EDUCATIVA ESTAMOS FALANDO?

A Educação Popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado.

Brandão (1974, p. 50)

Ao longo de seu desenvolvimento, a EP vem sendo compreendida e praticada de formas bastante heterogêneas: uma ferramenta, uma prática, um instrumento de organização e formação no seio dos movimentos sociais populares e, por fim, uma concepção educativa. Esses são apenas alguns entendimentos que podem ser encontrados na literatura a respeito dessa prática educativa forjada no âmbito das lutas sociais dos povos latino-americanos. Neste trabalho, por razões que são de natureza política e social, optamos por assumi-la enquanto uma concepção educativa crítica.

Dito isso, pode-se afirmar que a EP é uma concepção educacional detentora de suas próprias práticas pedagógicas, metodologias e conceituações. É uma entre tantas outras práticas educacionais reconhecidas e realizadas em vários espaços, porém, o seu diferencial reside justamente na sua intencionalidade política e emancipatória, também na sua opção pelo campo popular. Seu compromisso político e educativo é com o povo e suas lutas, seu campo de atuação é formado por espaços educativos de resistência, sejam eles escolares ou não escolares. É também uma opção alternativa e democrática que está disposta a estabelecer o diálogo com outros paradigmas críticos e que compreende a dimensão pedagógica como um campo de saber e poder (Carrillo, 2013).

Suas origens remontam aos movimentos de resistência e luta política na América Latina, sobretudo nos períodos de governos ditatoriais que tiveram lugar nessa região. No entanto, Jara (2020), ao realizar um panorama histórico da EP localiza seus antecedentes entre o século XIX e começo do século XX. O autor apresenta cinco períodos que marcaram a história da América Latina e foram importantes para a constituição do que hoje entendemos como EP. Esse percurso histórico é composto por grandes processos de mudança social e serão apresentados a seguir:

Primeiro período: da Revolução Cubana ao Governo da Unidade Popular no Chile (1959-1970). Segundo período: do Governo da Unidade Popular no Chile ao triunfo

da Insurreição Popular Sandinista (1970-1979). Terceiro período: do triunfo da Insurreição Popular Sandinista ao levante indígena zapatista (1979-1994). Quarto período: do levante indígena zapatista ao I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (1994-2001). Quinto período: do I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre ao XIII Fórum Social Mundial, em Salvador, Bahia (2001-2018) (Jara, 2020, p. 65).

O termo Educação Popular aparece pela primeira vez na América Latina logo após o surgimento das primeiras repúblicas, que almejavam uma educação diferente da que havia sido praticada no período colonial. É nesse contexto que surge o entendimento da Educação Popular enquanto instrução pública e a preocupação com a educação do povo enquanto destinatário da instrução, por meio de processos de escolarização promovidos pelo Estado. Esse aspecto estabeleceu-se com tanta intensidade no discurso pedagógico dos países latino-americanos, que até os dias de hoje é possível observar quem identifique Educação Popular como educação básica, universal (Jara, 2020).

Nesse sentido, Carrillo (2013) afirma que a expressão Educação Popular vem sendo utilizada em diversos contextos e por diferentes atores sociais, desde grupos populares, movimentos sociais, órgãos estatais até organismos internacionais. O autor se utiliza dos escritos de Brandão (2006), para nos recordar que é possível identificar pelo menos três sentidos que podem ser atribuídos a expressão Educação Popular:

1) Como saber reproduzido pelas comunidades populares, transmitido de geração em geração, sabedoria popular que pode ser apreendida na convivência e na troca de experiências, condutas e significados, por meio do fazer dos mais velhos e da observação e repetição dos mais jovens. São conhecimentos e ensinamentos que fazem parte da cultura popular e têm origem na mais longínqua ancestralidade, sendo modificados à medida que a sociedade vai avançando.

2) Como democratização do saber escolar ou como ensino público que era destinado às classes populares. Esse movimento iniciou-se vinculado à catequese, ao movimento iluminista e ao processo de democratização das sociedades, surge a ideia de universalização do acesso de todas as pessoas ao ensino escolarizado. Essa forma de compreender a EP pode ser identificada desde o século XVIII, por meio dos escritos de intelectuais e governantes liberais que utilizavam em suas políticas públicas educacionais, e tinham o povo como destinatário. Deste modo, surgem iniciativas de alfabetização de adultos que se orientavam por essa concepção de EP, que tinha como característica definidora a democratização da educação.

3) Como educação destinada a auxiliar no processo de libertação do povo. Nasce a educação libertadora, a partir das reflexões de movimentos que interpretaram a exclusão

educacional a que eram submetidas as pessoas das classes populares, como reveladora da injustiça social fruto do modo de produção da sociedade capitalista. Como resposta a essa constatação, o trabalho educativo passa a ter um viés político mais acentuado, sendo compreendido por esses movimentos como processos de organização e luta dos educandos, que tinham como um de seus objetivos modificar as condições injustas produzidas pela classe dominante, e que lhes colocava em uma situação de opressão e exclusão. Assim, a EP passa a ser compreendida não apenas como uma proposta universalizadora de educação, mas sim como uma concepção educativa emancipadora que tem entre seus princípios fundantes o desejo de transformar a ordem social injusta e o próprio sistema de educação.

No cenário brasileiro, é possível afirmar que o desenvolvimento da EP está diretamente relacionado ao surgimento de movimentos e grupos que dedicavam especial atenção a educação e cultura popular. Nesse sentido, os anos iniciais da década de 1960 foram palco privilegiado para o nascimento desses movimentos que traziam entre suas preocupações a questão da alfabetização, o fortalecimento da cultura popular e a participação política do povo. Conforme enfatiza Paiva (2015), entre os principais movimentos ligados a promoção da cultura popular nesse período, é possível destacar os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB), a partir do seu segundo ano de atuação.

O primeiro Centro Popular de Cultura foi fundado em 1961 sob os auspícios da União Nacional dos Estudantes – UNE. O objetivo era contribuir com o processo de transformação da realidade brasileira utilizando a arte como principal ferramenta, sendo a dimensão cultural compreendida como plano de luta por meio do qual seria possível a politização das massas por meio da arte. As atividades desenvolvidas incluíam a montagem e apresentação de espetáculos teatrais e oferecimento de cursos de teatro, cinema, artes plásticas e filosofia (Ibidem, 2015).

Já o Movimento de Cultura Popular (MCP) foi fundado na cidade de Recife em 1960, e mantinha conexões com a prefeitura da capital pernambucana. Surgiu a partir da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais que, em ação conjunta com a prefeitura, decidiram combater o analfabetismo e expandir o nível cultural do povo. O objetivo principal das ações era a conscientização da população por meio da alfabetização e da educação de base, para isso era necessário compreender a cultura popular e valorizar aquilo que estava sendo produzido pelo próprio povo, ou seja, suas expressões culturais. Paulo Freire teve uma importante atuação nesse movimento, e foi nesse contexto que surgiram os círculos de cultura

e os centros de cultura, além do seu método de alfabetização que começava ganhar repercussão (Ibidem, 2015; Streck *et al.*, 2014).

O Movimento de Educação de Base (MEB) mantinha ligação com a Igreja Católica, mais especificamente com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), inicialmente, sua proposta era oferecer oportunidade de alfabetização a população rural. A partir de seu segundo ano de atuação, em 1962, com a difusão de novas ideias sociais cristãs, o trabalho educativo passou a ser compreendido no MEB como um processo necessário de conscientização para a mudança social. As escolas radiofônicas eram a principal ferramenta do MEB e foram difundidas por várias cidades alcançando um grande número de pessoas. Apesar de ser um movimento ligado à Igreja Católica, seus/suas integrantes em sua maioria eram jovens oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC) e do movimento estudantil (Ibidem, 2015; Saviani, 2013).

Além dos referidos movimentos, em que é possível observar a conexão entre processos educativos e o sentido político das ações, é preciso referir ainda a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, realizada no estado do Rio Grande do Norte – RN, em 1961. Freire e sua equipe foram convidados pelo então prefeito de Natal, Djalma Maranhão (1960-1964) para realizar uma experiência com seu método de alfabetização. Nesse período, assim como boa parte do Brasil, o RN possuía elevados índices de analfabetismo e o modelo de alfabetização desenvolvido por Freire e sua equipe estava ganhando reconhecimento por se mostrar efetivo. Assim, com financiamento do Estado e seguindo os passos da proposta educativa freiriana, a experiência foi realizada de forma exitosa abrangendo cerca de 400 alunos, tendo planos de ser expandida por outras regiões do Estado (Ibidem, 2015).

Além da intencionalidade política e da opção pelo trabalho com as classes populares, os movimentos e experiências referidos acima têm em comum outro elemento que os une: a escolha por uma concepção educativa contra-hegemônica que almeja a transformação social, e para isso investe na construção de projetos emancipatórios por meio do fortalecimento e valorização da cultura popular, dos saberes e do contexto social vivenciado por cada um de seus educandos e educandas. Para Streck *et al.* (2014), em boa medida a EP herda desses movimentos de cultura popular a sua intencionalidade política, pois foi no seio desses movimentos que emergiram relevantes trabalhos políticos com as classes populares por meio da educação.

Entre os elementos que dão forma e robustez a concepção educativa da EP é preciso ressaltar as contribuições de um dos seus maiores teóricos, Paulo Freire. De acordo com o exposto por Paiva:

O pensamento de Paulo Freire partia de uma visão cristã de mundo. Além das influências recebidas, principalmente dos pensadores cristãos franceses, o educador pernambucano recebia o influxo do pensamento isebiano que ele considerava como o resultado da identificação com o despertar da consciência nacional. (Paiva, 2015, p. 279).

O desenvolvimento teórico e metodológico da EP está fortemente vinculado a sistematização realizada por Freire por meio de sua *práxis*. Para este autor, educação e política andavam juntas e seu sistema de alfabetização consegue traduzir bem essa intencionalidade. Em “Educação como prática de liberdade” (1967), Freire apresenta cada uma das etapas de seu método: 1) o processo tem início por meio do levantamento do universo vocabular dos grupos com que se pretendia trabalhar; 2) a partir desse levantamento eram escolhidas as palavras geradoras, sendo selecionadas aquelas que apresentassem maior riqueza fonêmica, dificuldades fonéticas e proporcionasse maior engajamento numa determinada realidade, seja ela social, cultural ou política; 3) criação de situações existências típicas da população com que se vai trabalhar, ou seja, situações-problemas com elementos que devem ser decodificados pelo grupo; 4) a quarta etapa consiste na confecção de fichas-roteiro, com o objetivo de auxiliar os coordenadores durante a realização dos debates; 5) e por fim, a elaboração de fichas para a decomposição das famílias fonêmicas pertencentes as palavras geradoras (Freire, 1967).

Nas palavras de Maria da Glória Gohn, o método desenvolvido por Paulo Freire e equipe era mais que uma nova prática educativa:

Significou uma alternativa emancipatória e progressista face aos programas extraescolares predominantes na época, patrocinados por agências norte-americanas e de outros países, com programas de extensão rural, desenvolvimento de comunidade etc. [...] A obra de Paulo Freire e sua abordagem da realidade têm um caráter multidisciplinar e contemplam diversas dimensões, destacando-se a do educador-político. Freire postulava uma educação libertadora e conscientizadora, voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação deles próprios e do meio social onde vivem. (Gohn, 2013, p. 34).

Ao descrever as fases do sistema Paulo Freire de alfabetização é possível perceber o esforço empreendido para que a educação tenha como ponto de partida a realidade vivida pelos educandos, não sendo uma doação ou uma tentativa de depositar conteúdos

descontextualizados. O diálogo, enquanto categoria fundante da educação libertadora, surge já no início do processo, quando há o encontro entre educador/a e educando/a e o/a primeiro/a se dispõem a escutar o/a segundo/a de forma ativa e radical, procurando compreender aquilo que faz sentido para ele/a e promovendo a problematização da realidade. Para Freire (2018a, p. 109) “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

Muito mais que uma simples conversa, para este autor o diálogo ou o “dizer a sua palavra”, é uma exigência existencial do homem e da mulher e não lhe pode ser negada, sob a pena de provocar a sua desumanização, é também ação-reflexão, ou seja, *práxis*. O diálogo concebido fora desses termos transforma-se em verbalismo e palavras ocas que não têm reverberação e nem compromisso com a transformação do mundo, muito menos possibilita a construção compartilhada do conhecimento.

Para Cruz (2020, p. 43), a construção compartilhada do conhecimento pode ser entendida enquanto um processo humanizador e emancipador. Afirma o referido autor que, “por essa concepção de produção do conhecimento e de agir socialmente, em lugar de aplicar técnicas padronizadas, abre-se à aventura de construir abordagens, caminhos e trilhas em movimento e em coerência com a realidade local.” Assim nasce um novo conhecimento que não é fruto apenas das reflexões do mediador ou das elaborações feitas pelo povo de forma individual, mas sim uma construção horizontal feita em conjunto por sujeitos que se sabem diversos, mas ao mesmo tempo reconhecem que seus saberes podem e devem se complementar para produzir um novo conhecimento. Nesse sentido, concordamos com Freire quando ele escreve sobre o direito de saber e de participar das classes populares:

Este é um direito das classes populares que progressistas coerentes têm que reconhecer e por ele se bater – o direito de saber melhor o que já sabem, ao lado de outro direito, o de participar, de algum modo, da produção do saber ainda não existente. (Freire, 2018c, p. 154).

As dimensões apresentadas constituem aspectos fundantes da EP, tais como o diálogo¹², escuta ativa, cultura popular, construção compartilhada do conhecimento, emancipação, valorização dos saberes populares, transformação social, entre outros. Estas categorias dotam

¹² Originalmente, o conceito de diálogo/dialogicidade pode ser encontrado na filosofia do diálogo de Martin Buber. Sendo este filósofo o responsável por cunhar e desenvolver o conceito em seu livro clássico 'Eu e Tu', publicado em 1923. Buber utiliza as noções de Eu-Tu e Eu-Isso, para enfatizar que o ser humano é um ente de relação, ou seja, é um ser situado no mundo com o outro.

essa concepção educativa de características próprias e lhe dão subsídios e atualidade para intervir nos mais diferentes contextos em que ainda existam exploração e repressão coletiva. Contudo, o período vivenciado durante a ditadura civil-militar de 1964 no Brasil interrompeu os avanços da EP, mas não totalmente, pois passou a desenvolver-se na clandestinidade a partir de outro lugar:

Esse caminho levou a Educação Popular a desenvolver-se e evoluir no Brasil com novos sentidos e desde outro lugar: evidentemente, já não se tratava de capacitar as massas para que apoiassem a transformação que vinha “de cima”, da liderança dos estudantes e intelectuais, e muito menos da ação do aparelho do Estado. O objetivo agora era atribuir progressivamente às classes populares – já não só às “massas” populares – um protagonismo muito mais central na transformação que teria que provir “de baixo”. (Rezende, 2022, p. 42).

No contexto repressivo experienciado, o papel das classes populares tornou-se ainda mais importante, pois eram necessárias grandes doses de mobilização e luta social para que fosse possível recuperar a liberdade e a democracia usurpadas pelo regime militar. Foi na clandestinidade que diferentes sujeitos comprometidos com os valores democráticos e com a defesa do povo continuaram atuando e desenvolvendo seus trabalhos educativos, tendo a consciência de que, a despeito de todos os riscos, era fundamental continuar contribuindo para que as classes populares assumissem o protagonismo nos enfrentamentos que teriam de ser travados. Nesse sentido, “criavam-se atividades de alfabetização e pós-alfabetização conscientizadora, de educação para a união e a cooperação comunitária, que se pensava ser uma consequência quase “natural” da educação conscientizadora” (Rezende, 2022, p. 42).

Essas atividades de educação conscientizadora iam acontecendo nos espaços possíveis e por meio de diferentes formas organizativas populares, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Clubes de Mães, Grupos de Jovens e Associações de Moradores. Os educadores e educadoras populares atuavam, em sua grande maioria, em locais improvisados e com pouca estrutura e recursos materiais, como as pastorais sociais das igrejas e pequenos Centros de Educação Popular (Ibidem, 2022).

Após o fim da ditadura militar, já na fase da redemocratização no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, a EP volta a florescer e a vivenciar um período de expansão e institucionalização. Ela sobrevive e chega até esse momento conduzida por Movimentos Sociais Populares, e em toda a América Latina foi possível observar que ganhou um novo

fôlego, fruto do entusiasmo gerado pelo processo de derrubada das ditaduras militares e pelos resultados obtidos com a Revolução Nicaraguense, em 1979 (Ibidem, 2022).

No curso dos anos 1980, a Educação Popular vai sendo reconhecida como uma ação importante para a aparição de todas aquelas formas de organização e articulação; sai da condição de ação marginal e semiclandestina e adquire prestígio como matriz de uma pedagogia desejável para toda forma de educação.

Escrevem-se e publicam-se muitos livros sobre o tema. A cadeira de Educação de Adultos e mesmo de Educação Popular começa a figurar nos currículos universitários de Pedagogia e de Serviço Social. Pouco a pouco, ser educador popular vai se tornando mais uma perspectiva profissional e menos uma forma específica de militância política. (Ibidem, 2022, p. 47-48).

De uma prática subversiva no período ditatorial a uma prática que teve considerável aceitação nos contextos institucionais e nos currículos universitários, a EP não só sobreviveu como conseguiu ampliar o seu alcance e os seus espaços de desenvolvimento. De acordo com Vasconcelos (2017) nas décadas de 1990 e de 2000 foi possível observar a criação de maiores espaços para a participação de movimentos sociais e da EP. Em grande medida este fato teve origem quando antigos participantes de movimentos sociais, e agora participantes de partidos políticos começaram a assumir prefeituras, governos estaduais e, por fim, o governo federal no ano de 2003. Assim, a EP vai começando a ser compreendida e incorporada como estratégia potente de organização das políticas públicas.

No século XXI, é possível afirmar que a EP continua resistindo e ampliando suas margens de atuação, os avanços do neoliberalismo e as velhas e novas formas de dominação revelam que, cada vez mais, faz-se necessário investir de forma séria e comprometida em processos educativos que possibilitem a formação integral do ser humano e estimulem a sua capacidade de perceber a realidade de forma crítica, sobretudo diante das novas formas de exploração e das reviravoltas ocasionadas pelo avanço da tecnologia.

Como vimos, a EP é uma concepção educativa e um fenômeno social e cultural com suas próprias estruturas filosóficas e metodológicas, que deve ser feita “com” o povo e não “para” o povo. Em seu processo de constituição é possível observar uma participação relevante de intelectuais, estudantes universitários e pessoas ligadas a Igreja que assumiam compromisso com as causas populares e preocupavam-se de forma genuína com a sua formação e educação. No entanto, é importante reconhecer que as origens da EP são diversificadas, e nesse sentido torna-se relevante ressaltar como a EP também foi gestada a partir das experiências desenvolvidas pelo próprio povo.

2.1 A Educação Popular gestada a partir da experiência e das classes populares

Apesar de se caracterizar como uma prática educativa realizada com o povo e para o povo, de acordo com enfatizado por Lovisolo (1990):

[...] a Educação Popular não foi uma criação dos populares, mas de intelectuais que se declaravam a seu serviço, comprometidos com suas causas, solidários com seus direitos e, principalmente, com a construção da autonomia dos longos segmentos da população, representados como subordinados, dominados etc. Sabemos que se desenvolveu, fundamentalmente, como um movimento alternativo às ações educativas do Estado e declaradamente alternativo às influências ideológicas das supostas elites tradicionais ou classes dominantes. (Lovisolo, 1990, p. 18).

[...] De forma provocativa, diria que a Educação Popular se constitui num poderoso movimento de grande apelo entre os intelectuais, pois projetou sobre as camadas populares seus ideais de funcionamento da ciência, seus ideais éticos de construção da verdade, dos objetivos e das formas de agir dos seres humanos, e, ao mesmo tempo, sugeriu aos intelectuais um caminho de enraizamento. (Ibidem, 1990, p. 53).

Brandão (2017) também tece algumas críticas neste sentido, afirma ele que as iniciativas de criação da educação pública e da erradicação do analfabetismo podem ser atribuídas a intelectuais, pessoas eruditas e educadores. Porém, o que ainda aparece de forma tímida, inclusive no próprio campo da EP, é que as classes populares tiveram papel importante na história da sua própria educação. Neste sentido, as iniciativas de EP mais conhecidas e divulgadas foram aquelas conduzidas por intelectuais, com a participação do povo “[...] apenas nos últimos anos, aqui e ali emerge um interesse pelo conhecimento do que foram as primeiras iniciativas de uma Educação Popular sob o controle de agências pedagógicas das próprias classes populares” (Brandão, 2017, p. 33).

No tocante aos processos de EP que foram elaborados e conduzidos pelo próprio povo, as experiências de educação entre os operários anarquistas são destacas por Brandão (2017) como bons exemplos:

Falo da criação de escolas para filhos de operários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas e mantidas por associações dos próprios operários. As escolas partidárias e as experiências de educação escolar entre militantes anarquistas e comunistas, operários de uma indústria emergente, muitos deles imigrantes europeus, são frações de um trabalho político de classe através da educação; através da escola, pensada como o local de formação de uma nova geração de proletários educados segundo os princípios ideológicos de seus grupos partidários de militância. Pequenas escolas mantidas por sindicatos e partidos buscam realizar, durante o tempo em que isto foi possível, uma articulação entre a formação de adultos militantes

(educação sindical, partidária etc.) e a socialização de crianças e adolescentes no interior de uma *nova escola*, diferente da “escola nova” e de outros espaços de ensinar-e-aprender patrocinados pelo poder de um Estado capitalista, a serviço da reprodução da ordem hegemônica do capital. (Brandão, 2017, p. 32-33).

Fica evidenciado, então, a relevância das experiências educacionais que foram realizadas por iniciativa de grupos populares, sobretudo os operários anarquistas, que se preocupavam com suas questões educativas, formativas e políticas a ponto de criarem e manterem suas próprias escolas sem a interferência do Estado ou da Igreja. Nessas experiências é possível observar o intento de realizar um trabalho educativo e político, oferecendo formação educativa e formação militante de acordo com seus próprios princípios ideológicos e assumindo posição contrária ao que era disseminado pelo sistema capitalista. Esses grupos populares eram contrários as interferências do Estado e da Igreja em suas práticas educativas, por acreditarem que essas instituições estavam a serviço do capital financeiro.

Apesar de reconhecer as experiências educativas realizadas por iniciativas das classes populares, tais quais as citadas acima, onde havia a clara intencionalidade de impulsionar uma formação educativa e política do povo para o desenvolvimento de uma consciência de classe e posterior transformação da realidade, Brandão (2017) salienta que:

O lugar estratégico que funda a Educação Popular é o dos movimentos e centros de cultura popular: movimentos de cultura popular, centros populares de cultura, movimentos de educação de base, ação popular. Mesmo quando realizado em serviços de extensão de universidades federais (como a de Pernambuco, onde Paulo Freire começou a descobrir-se em seu método de alfabetização), em setores do Ministério da Educação (desde onde seria desencadeada a Campanha Nacional de Alfabetização), ou em agências criadas por convênios entre a Igreja Católica e o Governo Federal (como o Movimento de Educação de Base), o que tornou historicamente possível a emergência da Educação Popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares. (Brandão, 2017, p. 46).

Neste sentido, o referido autor vem reafirmar o que escreveu Lovisolo (1990) e destacamos algumas páginas atrás: que a EP não foi uma invenção dos populares, mas sim de intelectuais que decidiram se colocar a seu serviço. Esses indivíduos solidários e comprometidos com as causas populares, em sua maioria eram oriundos da universidade e de movimentos da Igreja Católica. Assim sendo, o surgimento da EP como a conhecemos hoje, poderia ser localizado entre o final dos anos 1950 e início da década de 1960.

No entanto, existem controvérsias a esse respeito, sobretudo quando refletimos sobre as experiências de educação libertadora realizadas por operários anarquistas. Nas abordagens desenvolvidas por Leite (2022) e Nascimento (2020), os autores afirmam que ações de Educação Popular Libertária elaboradas e promovidas pelo movimento operário foram sendo desconsideradas ao longo do tempo, e sofreram com uma espécie de tentativa de apagamento do pensamento social elaborado pelos setores populares. É de se destacar que entre o final do século XIX e o início do século XX era possível localizar no Brasil cerca de 40 espaços educativos anarquistas, e além da criação de escolas mantidas pelos próprios operários, esses grupos também fundaram centros de estudos sociais, círculos de cultura e duas universidades populares, quais sejam, a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL) e a Universidade Popular de Cultura Racionalista e Científica (Leite, 2022).

A Educação Popular Libertária realizada pelo movimento anarquista tinha características que a distinguiam da educação tradicional, tinha inspiração na Pedagogia Racional Libertária elaborada pelo educador espanhol, Francisco Ferrer y Guardia. Aspectos como a abolição dos castigos físicos – prática comum nas escolas da época – crítica aos dogmas e pensamentos fechados; respeito as particularidades de cada educando; prática da coeducação, onde meninos e meninas podiam frequentar a mesma sala de aula; a postura do professor que não poderia ser autoritária, e sim de aprendiz ao lado das crianças e dos adultos. Esses elementos dão o tom e as cores das escolas criadas pelos operários anarquistas (Nascimento, 2020).

O ambiente pedagógico nas escolas anarquistas estimulava a capacidade do estudante em problematizar temas e assuntos abordados, tendo a criança espaço e voz para apresentar questionamentos sobre questionamentos. Não há tema nem matéria consideradas tabu. Inexistem livros censurados num índice proibitivo. (Ibidem, 2020, p. 114).

Experiências dessa magnitude pensadas, estruturadas e colocadas em prática por meio da mobilização e ação das próprias classes populares não poderiam passar despercebidas, pois são representativas de construções sociais coletivas que tiveram origem no pensamento do próprio povo. Os anarquistas desejavam a revolução que aconteceria com a tomada de consciência de cada um e com a tomada do poder, mas não do poder do Estado, e sim do poder da responsabilidade compartilhada, do cuidado de si e do outro, do cuidado com o público e, portanto, coletivo. E a ferramenta pensada para alcançar esses objetivos foi a educação (Leite, 2022).

O pouco conhecimento a respeito dessas experiências educativas que revelam o protagonismo assumido por setores específicos das classes populares na elaboração de seus próprios saberes, poderia ser explicado por duas razões: 1) forças hegemônicas ligadas a setores da intelectualidade brasileira dirigente teriam tido especial interesse em promover o apagamento do pensamento social e educativo e libertário entre as classes populares, sobretudo entre os operários anarquistas, criando uma significativa vacuidade na história da educação brasileira ao excluir ou minimizar as conquistas dos trabalhadores, reduzindo seus feitos a reações as condições difíceis de vida e trabalho a que eram submetidos (Nascimento, 2020); 2) um segundo argumento afirma que o desconhecimento das experiências de Educação Popular Libertária promovida pela classe trabalhadora pode ser atribuído a características próprias do campo científico. Leite (2022), tomando como referência o conceito de campo científico em Pierre Bourdieu, afirma que:

[...] o desconhecimento contemporâneo do legado anarquista em torno das experiências educativas libertárias - que tipificam iniciativas populares pioneiras de educação no Brasil – é decorrente do modo de configuração do campo científico em educação no país [...]. (Ibidem, 2022).

O campo científico, conforme é definido por Bourdieu (2004, p. 22-23), “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Esse campo é composto por uma estrutura onde é possível localizar seus agentes, a posição ocupada por cada agente é determinada pelo acúmulo de capital científico. Nesse sentido,

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado em atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no conhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico [...] Os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre os quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, “compensar”, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (Bourdieu, 2004, p. 25-26).

Portanto, nesse entendimento, o desconhecimento das abordagens de Educação Popular Libertária realizadas pelos trabalhadores seria fruto da ação de forças atuantes no próprio campo científico que, a seu turno, definem os temas e os objetos de interesse em cada momento, no entanto, como aponta Bourdieu (2004, p. 27) “um campo não se orienta totalmente ao acaso”. As experiências educativas promovidas pelos operários anarquistas tinham uma característica bastante singular, que era a rejeição da influência do Estado e da Igreja Católica. Na verdade,

como sinaliza Leite (2022), desejavam tirar dos domínios da Igreja e do Estado a educação das crianças e dos adultos, pois acreditavam que essas instituições reproduziam a lógica do capital, além de disseminar preconceitos e o medo da liberdade; acreditavam também que a escola deveria ser um espaço laico. Esse é um ponto interessante, pois a concepção de EP como conhecemos hoje, desde sua fundação mantinha conexões com o Estado e alguns grupos da Igreja Católica, instituições que como referimos acima, eram rejeitadas pelo movimento dos trabalhadores anarquistas.

Mejía (1996) salienta que as raízes históricas da EP podem ser encontradas em diferentes contextos e movimentos, essas origens diversificadas mostram que os elementos que constituem a EP são amplos, sendo necessário reconhecer e analisar as práticas que foram desenvolvidas e que representam parte do seu acumulado histórico. Esse aspecto seria fundamental para realizar a refundamentação da EP, tema que trataremos mais adiante, para isso, o referido autor defende que é imprescindível,

superar una forma excluyente y descalificadora que ha hecho carrera entre los educadores populares, quienes han convertido las diferencias en antagonismos irreconciliables; sin duda, esas diferencias son más explicables en sus supuestos teórico-ideológicos de origen o en los énfasis en procesos específicos que en los procesos educativos concretos (Mejía, 1996, p. 4).

Oscar Jara (2020) também afirma que a EP é composta por inúmeras práticas, e o que caracteriza um trabalho elaborado de acordo com seus princípios não é a escolha de um grupo específico, mas sim, a existência de um compromisso político e político-pedagógico com as causas do povo e com a sua educação. Trata-se de fazer uma opção pelo povo e compreender a educação como um processo de humanização e uma ferramenta de transformação social, desse modo, as práticas educativas elaboradas a partir das experiências e saberes de movimentos contestatórios, como o movimento anarquista, criaram uma EP “vinculada com a instrução pública, mas com uma formação política que responderia às necessidades de organização, de mobilização e de consciência dos movimentos populares, com uma perspectiva de classe” (Jara, 2020, p. 72).

Essas experiências e propostas pedagógicas libertárias, em sua grande maioria, foram interrompidas com o surgimento das ditaduras que tiveram lugar em vários países da América Latina. Um dos argumentos autoritários utilizados como desculpa para instaurar os regimes antidemocráticos era justamente o de combater reprimindo os princípios e ideais socialistas e comunistas que estavam no cerne desses movimentos contestatórios e revolucionários.

Trazer à superfície práticas de EP que foram gestadas a partir da experiência e dos saberes do próprio povo em um período de opressão e de lutas revolucionárias, significa reconhecer a potencialidade desses sujeitos, homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras que mesmo em meio a condições adversas de trabalho e sobrevivência vislumbravam os processos educativos como ação política, possibilidades de transformação social por meio da arte, da literatura e da cultura que era difundida entre os seus, para que todos/as pudessem adquirir consciência de classe e perceber as contradições e injustiças a que estavam submetidos/as e então, possivelmente, unir forças para promover uma transformação social.

Além disso, conforme enfatiza Mejía (1996), para o fortalecimento e ampliação da EP é importante retomar essas tradições históricas, dessa maneira analisar o que o legado libertário traz para o campo da EP, pode auxiliar na construção de um novo horizonte histórico a partir de sua recomposição temática e do reconhecimento de que suas origens são diversificadas e contraditórias. Cada uma de suas raízes guarda aspectos heterogêneos e de similaridade que são reveladores das muitas formas de conduzir processos de EP, e se não podem dar respostas concretas as novas questões sociais que se apresentam na atualidade, podem oferecer pistas e apontar os caminhos que podem ser trilhados na busca de novas formas de enfrentamento.

2.2 Educação Popular, institucionalização e as políticas públicas nos Estados democráticos

A EP, que surge durante os períodos de maior efervescência política na América Latina e se coloca contra os regimes autoritários, mantinha conexões também com as utopias socialistas de transformação social que entraram em crise com a derrocada do socialismo real e a posterior entrada em um novo contexto mundial, que traz consigo a lógica neoliberal e pós-moderna. Essa nova ordem mundial produz um fenômeno de reestruturação da cultura e transforma vários aspectos da vida em sociedade, tais como as formas de trabalhar, de sentir, de pensar, de conhecer, de se expressar e de compreender a própria realidade (Jara, 2020).

É nesse contexto que surge a ideia de que estaríamos vivendo também uma crise de paradigmas (Jara, 2020). Na medida em que as ditaduras militares foram sendo extintas e os regimes democráticos foram florescendo nos territórios, criou-se um discurso sobre política que apregoava, entre outras coisas, o fim das ideologias, das lutas de classe e do popular, ou seja, era o fim de todas as questões que poderiam representar as limitações da democracia promovida

pelo capitalismo (Carrillo, 2013). Contudo, conforme foi escrito anteriormente, foi nesse contexto também que a EP recebeu um novo fôlego e começou a se difundir e ampliar, sendo utilizada em ONGs, movimentos e em espaços institucionalizados, tais como as universidades.

Neste cenário, é importante apresentar alguns processos que foram importantes para o fortalecimento institucional da EP.

Quadro 04- Processos que contribuíram para a institucionalização da Educação Popular

Em dezembro de 1998, profissionais de saúde e algumas lideranças populares criaram a Rede Nacional de Educação Popular em Saúde, contando com apoio institucional da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.
Em 2003, é instituída a Coordenação Geral de Ações Populares de Educação na Saúde na estrutura do Ministério da Saúde, integrando a nova Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES).
Em 2005, em meio às mudanças ocorridas na gestão federal, a Educação Popular em Saúde (EPS) foi realocada na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), onde foi instituída a Coordenação-Geral de Apoio à Educação Popular e à Mobilização Social, apresentando uma direcionalidade maior para a promoção da participação popular na saúde. A EPS constituiu-se como elemento significativo da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS).
Aprovação, em 2007, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com destaque para o Capítulo VI, que é dedicado à educação não formal e aos processos de Educação Popular em Direitos Humanos.
Em 2009, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa criou o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) com a missão de qualificar a interlocução com os coletivos e movimentos de EPS, bem como, acompanhar o processo de formulação desta Política no contexto do SUS.
Criação, em 2011, do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio do Decreto nº 7.688/2012.
Organização de mapeamento, no segundo semestre de 2011, pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG, de processos educativos e formativos do Governo Federal.
Realização, em 16 de agosto de 2011, de reunião com cerca de 30 órgãos, dentre eles, ministérios, autarquias e empresas públicas, para apresentação da proposta de articulação das ações, programas e projetos formativo-educativos do Governo Federal.
Realização, em 6 de outubro de 2011, do I Seminário de Processos Formativo-educativos do Governo Federal, propiciando conhecimento e reconhecimento das diversas experiências. Nesse seminário ficou definida a elaboração de uma sistematização dessas experiências e a elaboração de diretrizes de orientação para tais ações no âmbito do Governo Federal.
Realização, em 30 de maio de 2012, do II Seminário de Processos Formativo-educativos do Governo Federal, no qual foram apresentadas três experiências governamentais baseadas na metodologia da Educação Popular para aprofundamento sobre as concepções a orientar o Marco de Referência que se pretendia construir.
Debate no âmbito do Fórum de Gestores da Participação Social, no segundo semestre de 2012, dos princípios da educação para a cidadania ativa, adensando a agenda de construção de uma política intersetorial de Educação Popular.
Construção da Recomendação nº 08, de 4 de julho de 2012, do Ministério do Trabalho, das “Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária”, que tem como referência metodológica a Educação Popular.
Como fruto de um forte trabalho de articulação com os movimentos sociais em saúde, por meio da Articulação Nacional de Práticas de Educação Popular em Saúde (Aneps) e a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), entre outros, em 2012, o Conselho Nacional de Saúde aprova a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, ⁷ também aprovada na Gestão Tripartite do SUS, do Ministério da Saúde.
Entre 2011 e 2012, o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG desenvolveu uma série de diálogos internos ao Governo Federal com ministérios, secretarias, empresas públicas, universidades, escolas e centros de Educação Popular (Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, Escola Nacional de Formação da

CUT, Escola Nacional de Formação da Contag, Instituto Paulo Freire – IPF) com a Recid e com fóruns de educação de jovens e adultos, de Economia Solidária, de Educação do Campo em torno da construção da Política Nacional de Educação Popular.

Desde 2011, a Secretaria Geral da Presidência da República assumiu o desafio de avançar na consolidação da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, tendo como elemento importante a “educação para a cidadania ativa”. Assim, em 2013, definiu como prioridade no seu planejamento estratégico a formulação da Política Nacional de Educação Popular, sob a coordenação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã.

De 1941 a 2013, foram realizadas 138 conferências nacionais, das quais 97 foram realizadas de 2003-2013, como importantes espaços de participação e debate sobre as políticas públicas no Brasil. O tema da educação é transversal a muitas delas. A Educação Popular é assumida em diversas resoluções.

Fonte: a autora, com base em (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2013).

Na esteira de sua institucionalização, tendo em vista os processos que foram construindo a sua base, conforme apresentados no quadro acima, importa nos debruçarmos com mais afinco sobre o lugar assumido pela EP em políticas públicas nos Estados democráticos, sobretudo no campo da saúde. Nesse contexto, realçamos o Marco de Referência para a Educação Popular nas Políticas Públicas (Brasil, 2014) e a criação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEP/SUS (Brasil, 2013).

O Marco de Referência para a Educação Popular nas Políticas Públicas foi um documento publicado pelo governo federal, no ano de 2014. Nas páginas iniciais deste documento, é possível ler que “seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias” (Brasil, 2014a, p. 6).

Como seu próprio nome sugere, esse documento objetiva fornecer elementos que possibilitem identificar práticas de EP e indicar referências essenciais para a construção da Política Nacional da Educação Popular. Sendo assim, “reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do governo federal” (Brasil, 2014a, p. 6). Como desafio para sua concretização, apresenta-se uma tarefa que deve ser assumida pela sociedade civil e pelas repartições governamentais, qual seja: fazer com que ele seja conhecido e assimilado por todas as pessoas e agentes que realizam ações educativas nos mais diversos contextos e nas políticas públicas (Brasil, 2014a).

O intento é fazer com que o referencial teórico e metodológico da EP passe a orientar cada vez mais processos educativos e a inspirar a elaboração de políticas de Estado, também tornando possível a identificação de ações que já são realizadas de acordo com esses princípios. Observa-se que a elaboração do Marco de Referência é realizada em um momento de fecundidade para a EP, onde no âmbito de setores governamentais cresce um movimento que

apoia a valorização das práticas que são realizadas sob a orientação da EP. Conforme Cananéa e Melo Neto (2017), os processos e movimentos sociais que contribuíram para a construção desse documento foram os seguintes:

Rede de Educação Cidadã (RECID), que, desde 2003, vem sendo desenvolvida com a mobilização social do programa Fome Zero. A rede envolve o governo e a sociedade civil organizada; [...] Diálogos e ações envolvendo as Universidades Públicas, as ONGs e os Movimentos Sociais Brasileiros. (Cananéa; Melo Neto, 2017, p. 158).

Nesse documento a EP recebe reconhecimento por seu papel histórico nas lutas e formação do povo brasileiro, assim como no desenvolvimento econômico e social, ressaltando-se “que a ação estatal e seus processos educativos podem confluir em um fértil campo de diálogo com a realidade, entre os saberes e o conhecimento acumulado do povo brasileiro” (Brasil, 2014a, p. 6). O momento era o do processo de elaboração da Política Nacional de Educação Popular, e o Marco de Referência surge nesse contexto em que a EP é compreendida tanto como um método quanto como uma perspectiva capaz de contribuir com a construção de políticas públicas democráticas, participativas e orientadas aos interesses das classes populares (Brasil, 2014a).

Como foi possível observar nos escritos anteriormente, tanto a atuação de Paulo Freire quanto a EP, desde sua criação, sempre estiveram fortemente relacionados a questões relativas à criação de uma pedagogia alfabetizadora. Analfabetismo, opressão e a pouca capacidade das massas populares de olhar criticamente para a realidade e atuar sobre ela para transformá-la foram elementos que inspiraram o nascimento da EP, todavia, dada a sua intencionalidade e ao contexto político vivenciado, a EP passa a integrar outros espaços e contribuir com a formação de diferentes sujeitos que atuavam em organizações sindicais, associações de bairro, centros culturais, de estudo e imprensa.

Nos bairros populares foi possível observar a retomada das associações de moradores e dos movimentos que se organizavam e lutavam por melhorias como a construção de creches, saúde, habitação, transporte, educação, legalização de loteamentos clandestinos, saneamento básico etc. Como exemplo de movimento que surgiu nesse cenário é possível referir o Movimento Popular de Saúde (MOPS) que remonta as décadas de 1980/1990 (Pedrosa, 2021).

A PNEP/SUS foi estabelecida pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Seus princípios podem ser identificados também com algumas das principais categorias da EP, quais sejam: diálogo, amorosidade, problematização, construção

compartilhada do conhecimento, emancipação e compromisso com a construção do projeto democrático popular. Esta política foi construída tendo uma participação importante de movimentos sociais populares, principalmente os Movimentos de Educação Popular em Saúde (MEPS), mas também pesquisadores, professores, comunidades tradicionais, estudantes e trabalhadores da saúde que inspirados pelos fundamentos epistemológicos e pedagógicos de Paulo Freire, acreditam e atuam com a intencionalidade política de emancipar-se diante dos casos de opressão (Pedrosa, 2021).

A Educação Popular em saúde (EPS) tem origem nas periferias dos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades do interior, quando a EP passa a ser compreendida como um instrumento de reorientação da globalidade das práticas no setor saúde, “na medida em que dinamiza, desobstrui e fortalece a relação com a população e seus movimentos organizados” (Vasconcelos, 2001, p. 14). A relação que se estabeleceu entre alguns profissionais de saúde e a EP, a partir da década de 1970, representou para o setor saúde a criação de uma cultura de relação com as classes populares que significou uma ruptura com o autoritarismo e normatização que existiam na educação em saúde (Vasconcelos, 2001).

[...] com a redemocratização do país no fim dos anos 1980, a EPS já se caracteriza como movimento organizado em rede – agregando militantes dos movimentos sociais, docentes, discentes, pesquisadores e trabalhadores da saúde principalmente da atenção básica e saúde mental – e realiza encontros de forma sistemática para troca de experiências, formação de lideranças e desenvolvimento de práticas populares e tradicionais de saúde, utilizando inclusive as novas tecnologias de comunicação, como a lista da Rede de Educação Popular em Saúde (RedePop) na internet. (Pedrosa, 2021, p. 3).

Para Vasconcelos (2001), a institucionalização da EPS representaria que suas práticas não ficariam apenas restritas a experiências alternativas e transitórias, mas poderiam ser introduzidas no contexto sanitário hegemônico, beneficiando assim um número muito maior de pessoas e profissionais. “Considerando que a institucionalização de uma proposta aumenta a sua abrangência de atuação e amplia as suas possibilidades” (Ibidem, 2001).

A PNEP/SUS como política formulada a partir de uma demanda dos movimentos sociais, além de ter seus próprios princípios, estratégias e objetivos, compactua e assume os princípios do SUS de universalidade, equidade e integralidade procurando assegurar a efetiva participação popular no sistema de saúde pública. A política ressalta e propõe uma prática político-pedagógica que atravessa as abordagens voltadas para promoção, proteção e recuperação da saúde afirmando a necessidade da existência do diálogo entre os diversos

saberes, valorizando os saberes populares e os saberes ancestrais, assim como, incentivando a produção individual e coletiva de conhecimento e que estes sejam introduzidos no SUS (Brasil, 2013).

No cenário de desmontes e retrocessos, que começou a ser vivenciado no país a partir processo de *impeachment* da presidenta, Dilma Rousseff, em 2016, passou a ser questionada a viabilidade de políticas como a PNEP/SUS, que como afirma Pedrosa (2021, p. 12) “não integram as necessidades básicas de produção e reprodução do capitalismo”. Em nosso entendimento, políticas como a PNEP/SUS possuem elementos que confrontam o neoliberalismo, pois trata-se de uma política de visa diminuir a desigualdade no acesso a saúde.

Num contexto político de valorização do Estado mínimo e de práticas autoritárias, como já se sabe, as classes populares são sempre as mais atingidas e é comum que os poucos direitos conquistados sofram ataques ou sejam reduzidos ao mínimo. Foi isso que se observou no Brasil ao longo dos últimos anos. O SUS já vinha sofrendo com o comprometimento de seu orçamento desde o governo de Michel Temer, com a aprovação do teto de gastos por meio da Emenda Constitucional 95/2016 que propunha congelar os gastos públicos em áreas como saúde e educação por vinte anos. Os desmontes tornaram-se ainda maiores com a chegada de Jair Bolsonaro ao governo em 2019, e suas ideias de privatização do sistema de saúde, extinção de conselhos, revisão da política de saúde da população indígena e investimentos públicos em comunidades terapêuticas, em detrimento dos CAPS e da Rede de Atenção Psicossocial.

No entanto, com a chegada ao poder de um governo comprometido com os valores democráticos em 2023, o campo popular volta a assumir certo protagonismo e tem mais possibilidades de lutar pela manutenção dos direitos já conquistados, assim como a PNEP/SUS e a Política Nacional de Redução de Danos. Atualmente o SUS passa por um processo de reconstrução, que envolve o fortalecimento de políticas públicas e pode ser observado, por exemplo, nas ações desenvolvidas pelo governo com o povo Yanomami que se encontrava em situação de completo abandono, e também na reestruturação do Programa Mais Médicos.

2.3 Educação Popular e as novas dimensões da luta social e política: drogas e redução de danos

No cenário atual, surgem novos temas que não se restringem ao debate sobre classe social e atingem níveis da subjetividade humana. São questões que ganharam mais visibilidade

já nos regimes democráticos, atreladas a adoção das políticas neoliberais e ao avanço tecnológico. Diante disso, a EP passou a ser questionada sobre sua validade e utilidade em um contexto que agora era tão diferente da realidade na qual ela foi gestada, e onde os desafios e questões sociais vão além daquilo que foi pensado e refletido por seus grandes teóricos na sua época de maior desenvolvimento teórico-prático.

Assim, conforme sublinhou Mejía (1996), é possível identificar pelo menos o surgimento de três grupos: 1) os que defendem o fim da EP, por acreditarem que é uma concepção ultrapassada; 2) os que acreditam em sua continuidade, mantendo-se fieis aos seus preceitos originais; 3) os que compreendem a necessidade e a urgência de sua refundamentação diante das novas demandas de nossa época.

De nossa parte, discordamos dos que acreditam na possibilidade de fim da EP. É notório que as condições vivenciadas na atualidade são distintas daquelas que existiam no momento de surgimento da EP, e que muitos debates que hoje ocupam lugar de destaque no cenário social não existiam ou eram pouco difundidos nos anos de seu maior desenvolvimento como, por exemplo, as questões relacionadas às pessoas consumidoras de drogas e às práticas de redução de danos. Porém, apesar do contexto diverso, as questões sociais que estavam na base e que deram origem ao pensamento da EP ainda podem ser identificadas como molas de sustentação da maioria dos problemas sociais que enfrentamos na atualidade.

Nesse sentido, a desigualdade social ainda pode ser considerada uma das maiores chagas dessa sociedade, que vem resistindo desde os tempos nascentes da EP e se alargando e aprofundando à medida que a sociedade vai se desenvolvendo, tendo se nutrido cada vez mais, sobretudo, a partir do surgimento da hegemonia neoliberal.

A razão de ser da EP, aquilo que lhe dá identidade é justamente a sua capacidade de questionamento, de resistência às realidades injustas e de se colocar como aliada dos movimentos populares na luta pela transformação social (Carrillo, 2013). Tendo em vista que elementos como injustiça social, desigualdade, opressão, exclusão, pobreza preconceitos e desumanização ainda estão presentes em nossa sociedade e atingem boa parte da população, principalmente a mais economicamente empobrecida, não podemos concordar com os que acreditam no fim da EP. Diante do cenário criado pelo sistema de produção neoliberal, reconhecemos a necessidade da existência da EP, mas, como sublinhou Mejía (1996), é necessária uma reinvenção de suas práticas a partir de novos processos sociais.

Nesse sentido, é preciso avançar, pois novos questionamentos exigem novas respostas. Vivemos atualmente na sociedade do consumo e do desempenho, conforme explicitou o filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han (2015, p. 14), “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais sujeitos de obediência e produção. São empresários de si mesmo.” Com o claro objetivo de elevar a produtividade, o sistema neoliberal promove a substituição do paradigma da disciplina¹³ pelo paradigma do desempenho¹⁴. Enquanto o primeiro produzia loucos e delinquentes, o segundo produz depressivos e fracassados (Ibidem, 2015).

A sociedade do desempenho pode ser caracterizada, entre outros aspectos, pelo excesso de positividade e pela pressão do desempenho que figuram como novas exigências da sociedade pós-moderna do trabalho. Nessas circunstâncias, surgem novas formas de exploração, ou o que pode ser considerado ainda mais grave, como a autoexploração do sujeito e o seu consequente adoecimento. Dessa maneira:

O homem depressivo é aquele animal laborans que explora a si mesmo e, quicá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo. [...] O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. (Ibidem, 2015, p. 16-17).

Fica claro que as condições de exploração e de dominação no século XXI ganharam contornos ainda piores e são diferentes das que existiam no momento fundacional da EP. O sistema coercitivo do neoliberalismo avançou a tal ponto, que se tornou ainda mais difícil perceber a maneira como ele exerce sua dominação, o sujeito explorado sente-se livre, pois, aparentemente, ele é o responsável por sua própria exploração. Além de que, novos arranjos e

¹³ “A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. O verbo modal negativo que a domina é o não-ter-o-direito. Também ao dever inere uma negatividade, a negatividade da coerção” (Han, 2015, p. 14).

¹⁴ “A sociedade de desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. Justamente a desregulamentação crescente vai abolindo-a. O poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação Yes, we can expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (Han, 2015, p. 14).

preocupações temáticas ocupam a agenda contemporânea, tais como a questão das drogas que é abordada neste trabalho, as questões de gênero, os debates antirracistas, as questões ambientais e muitos outros ainda. Diante disso, é preciso ir além, o acumulado teórico da EP e aquilo que vem sendo produzido em suas novas práticas podem ser o ponto de partida para promover uma renovação/atualização, que possibilite o fortalecimento dessa concepção educativa e para que seja possível, a partir dela, pensar as condições objetivas da sociedade atual a partir de novos conceitos.

Surge então a discussão sobre a necessidade de refundamentação da EP, no período em que esse debate teve início havia certo desencanto, e naquele momento, como também acontece agora, era vivenciado um clima de muitas incertezas. Cabe então a pergunta: que posição pode ocupar a EP diante das novas demandas sociais de nosso tempo? É possível que a resposta a esse questionamento esteja na reflexão e compreensão da EP diante da multiplicidade de práticas que estão sendo gestadas pelos setores populares diante das questões de nosso tempo. É neste cenário que nos colocamos e pretendemos contribuir com a elaboração deste estudo, ao conhecermos e discutirmos sobre como elementos da EP vêm sendo inseridos em abordagens de redução de danos no campo das drogas. Tendo em consideração que o campo das práticas educativas sobre drogas pode ser considerado um dos novos espaços de intervenção da EP, conforme pode ser observado em Silva (2020).

A respeito da reestruturação da EP, Jara (2020, p. 149) afirma que dois aspectos se destacam e marcam as análises, são eles: “os que surgem desde o impacto das mudanças do contexto para as propostas de Educação Popular e os que surgem desde as críticas a essas práticas.” O primeiro dos aspectos diz respeito ao que já estivemos tratando anteriormente, ou seja, as mudanças que vêm sendo produzidas na sociedade desde a queda dos regimes socialistas até a entrada de vez no sistema econômico neoliberal, e como a EP ainda pode fazer sentido nesse contexto. Um segundo elemento que seria representativo dessa necessidade de refundamentação da EP, diz respeito às críticas acerca do distanciamento que poderia ser identificado entre suas intencionalidades e suas práticas reais (Ibidem, 2020).

Tomando como referência os escritos de Torres (1988) e Osorio (1988), Oscar Jara (2020, p. 153) aponta as principais incoerências que poderiam ser listadas entre o discurso da EP e a prática de alguns de seus educadores e educadoras:

- 1) Falta reflexão sobre a Educação Popular como prática pedagógica, que ficou reduzida ao metodológico e ao manejo de determinadas técnicas. A “problematização

se limita a um exercício superficial e é aplicada a grandes categorias, não a revisão das práticas cotidianas e políticas; 2) Existe um frágil desenvolvimento teórico-conceitual da Educação Popular, produto de debilidade na pesquisa; 3) Nem sempre são criadas as melhores condições para a participação, que se desenvolve de forma rígida e é preciso revisar o assunto das técnicas para que contribuam à comunicação educativa por meios participativos; 4) É frequente o predomínio do ativismo sobre situações imediatas e de curto prazo, com uma ausência de visão de processo e de avaliação e sistematização das práticas como processo de autoformação. (Jara, 2020, p. 153 *apud* Osorio, 1988).

Conforme aponta Carrillo (2021), atualmente existe um entendimento sobre a necessidade de reafirmar os sentidos críticos e emancipatórios da EP diante do reconhecimento do liberalismo como principal modelo econômico da sociedade e pensamento único. Os debates sobre a vigência da EP como paradigma emancipador têm origem no Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe – CEAAL. Nesse contexto, surge a urgência de que seja abordado um conjunto de desafios que reforcem sua perspectiva crítica e promovam uma maior aproximação da EP com as lutas sociais e culturais, além de tornar mais evidente o seu apoio ao combate de todas as formas de discriminação e exclusão. Como foi realçado anteriormente, persiste entre alguns educadores e educadoras populares no século XXI, a preocupação com a legitimidade da EP diante das rápidas transformações engendradas pelos avanços da sociedade e do neoliberalismo. De acordo com o autor supracitado, os principais desafios elencados pelo CEAAL são os seguintes:

1.1. Afirmación de la EP dentro de los paradigmas emancipadores; 1.2. Mayor articulación de la EP a los movimientos sociales; 1.3. Educación Popular y democratización; 1.4. Educación Popular, cultivo de la diversidad y superación de toda forma de exclusión y discriminación social. (Ibidem, 2021, p. 4,5,6,7).

No campo da EP a afirmação de paradigmas emancipatórios, ou a própria renovação da EP como um paradigma emancipatório, resulta em fortalecer a consciência crítica e as subjetividades rebeldes entre os setores das classes populares. Cabe ressaltar também que a categoria emancipação não é uma exclusividade da EP, sendo possível identificá-la em outros campos críticos e utópicos, tais como a filosofia, a teologia e a sociologia da libertação (Ibidem, 2021). Outra necessidade apontada pelo autor é uma maior articulação da EP com os movimentos sociais. Como se sabe, a EP sempre teve estreita ligação com movimentos sociais populares e seus processos formativos e organizativos, isso desde sua fundação, entretanto, é possível constatar que a partir da metade da década de 1990 muitos centros de EP passaram a se dedicar e investir esforços nas instituições e políticas públicas que foram surgindo a partir

da transição democrática, o que representou um afastamento das relações históricas que foram construídas com organizações de base e movimentos populares (Ibidem, 2021).

Muitas dessas organizações populares foram crescendo de forma independente, afastadas dos centros e ONGs de EP, construindo suas próprias propostas pedagógicas, apesar de reconhecerem a importância de Paulo Freire e da EP. Nesse sentido, cabe a EP como uma de suas tarefas para reafirmar seus sentidos críticos e emancipatórios, “retomar y vitalizar sus vínculos con los movimientos sociales, para compartir sus acumulados, aprender de ellos y seguir construyendo juntos pensamiento pedagógico y estrategias educativas emancipadoras” (Ibidem, 2021, p. 6).

No que diz respeito aos processos de democratização e a EP, Carrillo (2021; 2013) enfatiza que vivemos em democracias de baixa intensidade e que apresentam fissuras em decorrência do modelo econômico neoliberal, em que a cidadania se resume ao direito de escolher os próprios governantes por meio do voto. É o que se pode chamar de democracia sem povo, pois não articula cidadania econômica, política e cultural, ao povo cabe apenas o papel consultivo em alguns casos específicos, sua atuação é bastante reduzida. Na tarefa de democratizar a democracia a EP já vem desempenhando um papel importante, pois se apresenta como educação democrática, como educação para os direitos humanos e para a participação. Nesse sentido, seu maior desafio é “avanzar en un posicionamiento propio, crítico y alternativo que le permita distanciarse e ir más allá de los marcos liberales hegemónicos” (Ibidem, 2021, p. 6).

Esse posicionamento crítico da EP frente ao processo democrático que ainda permite a existência de formas de opressão e exclusão, demanda o reconhecimento e a contribuição às lutas e reivindicações que vêm sendo realizadas por diversos grupos sociais que pelem para ter os seus direitos e a sua diversidade respeitada. São mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas da comunidade LGBTQIAP+, pessoas privadas de liberdade, sobreviventes do cárcere, pessoas que consomem drogas ilícitas e ainda outros grupos sociais que foram sendo subalternizados ao longo da história.

A opressão, discriminação e desigualdade que vitima a maioria dos sujeitos pertencentes a esses grupos sociais pode ser associada a “explotación económica y la manipulación política” (Ibidem, 2021, p. 7). Reconhecer os processos organizativos e a maneira como esses sujeitos vêm elaborando suas resistências e provendo a luta política, diante do sistema de dominação

que busca o seu apagamento e exclusão é reconhecer a força do seu protagonismo. E nesse sentido,

La EP se ha visto urgida a reconocer estas nuevas expresiones de la lucha social y política. Por ello, se plantea la necesidad de revisar las prácticas de educación popular desde estas nuevas expresiones y dimensiones y reconocer críticamente cuánto falta por avanzar en este camino de superación de toda forma de discriminación. (Ibidem, 2021, p. 7).

No que concerne a novas expressões das práticas de EP, pode-se afirmar que são relativamente recentes as experiências de EP no contexto de pessoas consumidoras de drogas (Silva, 2020). O surgimento das lutas antiproibicionistas e da organização dos sujeitos em coletivos e movimentos foi fundamental para que se começasse a pensar na existência do consumidor de drogas como um sujeito político e de direitos, aliada as estratégias de redução de danos a EP vem desempenhando um papel nesse cenário, que representa uma tentativa de restaurar a cidadania, saúde e dignidade de uma parcela da população que faz diferentes formas de consumo de substâncias psicoativas.

O conhecimento e reconhecimento de como a EP vem sendo introduzida nesses novos espaços de luta social e política que se constitui por sujeitos heterogêneos e que podem estar expostos a diversos tipos de opressão, tendo em vista que são consumidores de drogas, mas também fazem parte de outros grupos historicamente oprimidos, pode representar contribuições para o fortalecimento de suas lutas e também para o próprio campo da EP por meio do reconhecimento de novas expressões e dimensões de suas práticas.

O exercício de reflexão e autocrítica que foi e ainda vêm sendo conduzido por parte de alguns educadores e educadoras populares, como tem sido demonstrado ao longo desses escritos, é representativo de um movimento que acredita na potencialidade da EP, mesmo em novos contextos e diante de novas demandas sociais. A EP representa um movimento histórico de resistência que enxerga a educação como caminho de possibilidades reais, se antes os grupos oprimidos eram os sujeitos das classes populares como um todo, e as formas de dominação se davam principalmente por meio das relações de trabalho, na atualidade a questão tornou-se mais complexa. Os movimentos e os grupos que lutam por justiça social, respeito e igualdade são infinitamente mais diversificados e organizados, é preciso compreender sua organização, suas formas de luta e de compartilhamento de saberes.

Novos espaços de atuação da EP podem representar sua reconstituição e a reorganização das suas estratégias de intervenção. As práticas de redução de danos realizadas por educadores e educadoras populares que tomam essa concepção educativa como inspiração, podem ser

entendidas como novos espaços de elaboração e de práticas de EP que estão sendo gestados em um contexto histórico diferente, tendo como público participante sujeitos que também são diferentes daqueles que foram em algum momento o público preferencial das ações de EP.

Falamos sobre pessoas que consomem drogas lícitas e ilícitas, sujeitos que fazem diferentes formas de consumo, e que podem estar expostos a formas diversas de opressão. No entanto, indo na contramão do que é esperado pela sociedade, essas pessoas vêm criando formas de resistência, de organização, de preservação das suas vidas e de luta por seus direitos. A EP vem sendo introduzida nesses processos sociais, o que pode ser representativo de sua vitalidade e capacidade de reestruturação.

Em alguns momentos, o caminho da resistência pode ser o único possível diante de estruturas sociais que tentam esmagar a diversidade, as escolhas são resistir ou sucumbir. Pessoas que consomem drogas, sobretudo as ilícitas, em sua maioria são enxergadas por parte da sociedade como desviadas, tendo seu comportamento e suas escolhas individuais rotuladas e criminalizadas acabam passando por um processo que as desumaniza, retirando-lhes os direitos básicos fundamentais, entre eles o direito à cidadania, saúde e educação. O resultado, em boa parte dos casos, é a exclusão, a piora nas condições de vida e o silenciamento.

São pessoas impedidas de dizer a sua palavra, seres humanos que, por vezes, são inferiorizados e vistos como dominados pelo consumo de uma substância. Assim, o pensamento hegemônico vem representando os consumidores de drogas ilícitas, e é nesse contexto que surgem os movimentos de pessoas consumidoras de drogas, os movimentos de resistência.

Pessoas consumidoras de drogas seguem resistindo. O movimento de redução de danos é um movimento de saúde e de resistência, de luta por igualdade e de valorização de direitos humanos e de práticas educativas que valorizam os saberes das pessoas que consomem drogas. É sobre o paradigma da redução de danos que trataremos no próximo capítulo.

3. PERSPECTIVA DE REDUÇÃO DE DANOS

A gente combinamos de não morrer. Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e de viver uma vida menos cruel.

(Conceição Evaristo, 2016, p. 108)

Entre as abordagens de cuidado que podem ser ofertadas a pessoas que fazem consumo de drogas, a prática de redução de danos têm se destacado nos últimos tempos no cenário nacional e internacional. A redução de danos (RD) tornou-se uma atividade regulada no Brasil por meio da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.028, de 1º de julho de 2005, que estabelece o cuidado ao consumidor de drogas sem impor a exigência de abstinência (Brasil, 2005).

Essa perspectiva de cuidado em saúde tem um viés educativo e caracteriza-se por aceitar a realidade do uso de drogas como algo inerente aos seres humanos, tendo em vista que não é possível vislumbrar uma sociedade sem drogas, sejam elas lícitas como os medicamentos vendidos na farmácia e alguns tipos de alimentos ou ilícitas, tais como a Cannabis e a cocaína, por exemplo.

Além de se opor ao paradigma da abstinência e aceitar que o consumo dessas substâncias faz parte da realidade humana, a dimensão educativa da RD se volta para a construção da autonomia e do protagonismo do consumidor de drogas a partir do momento em que se faz a opção por estratégias que visam educá-lo para um uso seguro das drogas, e permite que esse conhecimento chegue a outros consumidores por meio das estratégias de comunicação e educação entre pares, mas ainda há mais a observar:

A literatura nacional e internacional associa a abordagem de Redução de Danos à formulação de estratégias educativas, onde educadores e educandos necessitam reconhecer os diferentes aspectos envolvidos no processo do uso de drogas, quais sejam: o tipo, a quantidade e a frequência da droga consumida, e o contexto social, cultural, histórico e jurídico do uso. (Souza; Monteiro, 2011, p. 835).

Nesse entendimento, fazer RD vai além de transmitir informações sobre drogas. Requer escuta ativa, disponibilidade para ouvir o outro e suas necessidades. Sobretudo porque os consumidores não são seres desprovidos de vontade e conhecimentos, na maioria das vezes, são pessoas que desenvolveram suas próprias estratégias de cuidado e isso precisa ser levado em consideração. O diálogo torna-se uma categoria fundamental, assim como o estabelecimento de

vínculos de confiança e da necessidade de partir do contexto social e cultural dos próprios sujeitos. Esses elementos só podem ser verdadeiramente encontrados em processos educativos que objetivam a libertação e não a sujeição.

Para Ascelrad (2005), partindo de um entendimento ampliado e considerando espaços escolares e não escolares, a educação no horizonte da RD se volta para todos os tipos de drogas, lícitas e ilícitas. A abstinência não deve ser imposta, ao invés disso, propõe que os riscos sejam avaliados. “Traduz os objetivos pedagógicos: educar para a autonomia, tornar o sujeito capaz de reflexão e ação protetora de si e de sua comunidade. Perspectiva construída na contramão do controle dos sujeitos”. (Ascelrad, 2005, p. 188).

Geralmente, a pessoa que realiza práticas de RD é reconhecido/a como um/a redutor/a de danos. No campo das drogas, esse/a profissional se caracteriza por desenvolver atividades educativas e de cuidado com as pessoas que consomem essas substâncias, e pessoas que estejam em situação de risco pessoal ou social (Tisott *et al.*, 2019). Muitos/as consumidores/as, após terem contato com a RD, tornam-se redutores/as de danos, passando a atuar em seus próprios contextos sociais, o que tem se mostrado bastante efetivo, tendo em vista que eles/as estão inseridos/as na comunidade e podem com mais facilidade estabelecer uma relação de confiança e proximidade com outros consumidores de drogas, aumentando o alcance e tornando mais efetivas as ações de RD.

A Portaria nº 1.028/2005 ressalta que na contratação de redutores/as de danos é importante priorizar pessoas que pertençam a comunidade onde as ações serão desenvolvidas, considerando que, a perspectiva da RD fundamental ir até onde as pessoas estão. Este documento também enfatiza que as ações devem compreender medidas de atenção integral à saúde, tais como: a) informação, educação e aconselhamento; b) assistência social e à saúde; c) e disponibilização de insumos de proteção à saúde e de prevenção ao HAIV/aids e hepatites. A Portaria aponta ainda um conjunto de conteúdos que devem ser levados em consideração nas ações de informação, educação e aconselhamento:

I - informações sobre os possíveis riscos e danos relacionados ao consumo de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência; II - desestímulo ao compartilhamento de instrumentos utilizados para consumo de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência; III - orientação sobre prevenção e conduta em caso de intoxicação aguda (“overdose”); IV - prevenção das infecções pelo HIV, hepatites, endocardites e outras patologias de padrão de transmissão similar; V - orientação para prática do sexo seguro; VI - divulgação dos serviços públicos e de interesse público, nas áreas de assistência social e de saúde; e VII - divulgação dos

princípios e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas declarações universais de direitos. (Brasil, 2005, p. 1-2).

É possível constatar que a educação ocupa um papel na política de redução de danos, diferentemente do que acontece na maioria dos espaços educativos formais, como escolas, por exemplo, a educação inserida no contexto da RD não é atravessada pelo paradigma proibicionista. É a educação em sentido amplo, voltada para a formação de um sujeito conhecedor dos seus direitos, que vai se construindo em processos de trocas e compartilhamento de saberes. A educação na RD vai além da prevenção, é o resgate da autonomia que vai sendo reconquistada à medida em que, por meio dos processos educativos e de cuidado, os/as consumidores/as de drogas vão se percebendo como cidadãos/ãs que merecem ser respeitados/as.

Quando se parte do pressuposto de que o consumo vai acontecer independente das restrições que existam, a alternativa lógica e que mais representa o compromisso de proteção e respeito pela vida humana, é cuidar para que os danos que eventualmente possam acontecer sejam os menores possíveis. No entanto, em um país como o Brasil, abordagem da RD enfrenta alguns desafios para se efetivar. A própria história de como uma parcela da sociedade resolveu encarar o consumo de drogas diz muito sobre esses desafios.

Apesar do discurso proibicionista ainda ser o mais adotado e difundido pela sociedade, uma parte da população já reconhece que as substâncias que ficaram conhecidas como drogas sempre estiveram presentes no planeta, e que os seres humanos logo cedo foram apresentados aos efeitos que elas podem causar no organismo. Ao longo da história os exemplos são muitos: diversos tipos de substâncias, diversas formas de uso e inúmeras finalidades.

Inicialmente, conforme aponta Escohotado (1998), o consumo de drogas era mais comum em cerimônias religiosas e com finalidades terapêuticas, isso pôde ser identificado em algumas das maiores civilizações, a exemplo dos mesopotâmicos, egípcios e da Grécia Antiga. Nesse sentido, o ópio se destaca como a primeira substância psicoativa a ter registros escritos encontrados na região da Suméria, no terceiro milênio antes da era cristã.

Essas substâncias milenares sobreviveram e evoluíram com as civilizações, chegando até a era moderna, entre avanços e recuos, períodos de coexistência pacífica e períodos tumultuosos, os seres humanos seguem fazendo o consumo de drogas. Mas por que será que os humanos usam drogas? Essa pergunta pode ter inúmeras respostas, mas, neste momento, estamos de acordo com o que sublinhou Nery Filho (2012):

Os humanos usam drogas porque se tornaram humanos. [...] Se admitirmos que cada humano consumirá essa ou aquela droga, na medida de suas necessidades subjetivas e sociais. Não são as drogas que fazem os humanos – já foi dito; são os humanos que fazem as drogas ou, se dissermos de outro modo, em função dos buracos/faltas que constituem a estrutura de nossas histórias. (Nery Filho, 2012, p. 18).

Os humanos fazem as drogas a partir de sua interação com elas, pois drogas são apenas substâncias que, longe da comunicação com um organismo vivo não podem ter efeitos benéficos, ou maléficos. É na relação que se estabelece entre ser humano e substância que se revelam seus elementos psicoativos, contudo, é preciso considerar que, além da droga e do sujeito que faz o seu consumo, o que também exerce influência nessa relação é o contexto social no qual ambos estão inseridos. Assim, evidencia-se que o mais importante é a dimensão do humano, é a forma como esses sujeitos vêm lidando, ao longo dos séculos e na contemporaneidade, com essas substâncias capazes de satisfazer algumas necessidades suas.

O leque de possibilidades proporcionado pela droga vai ao encontro do preenchimento de diversas carências humanas, sejam elas de paz ou de alegria, de excitação ou de euforia, de concentração ou de quietude. No entanto, a sensação mais reconhecida e buscada é a sensação de bem-estar, um profundo contentamento consigo um excesso de bem-estar (Carneiro, 2018). Essa alteração da consciência por meio da ingestão de uma substância, tão buscada e desejada pelos humanos, certamente pode ter sido um dos fatores que proporcionou às drogas a entrada na categoria de mercadorias produtoras de subjetividade, como salienta Carneiro (2018):

A essência do consumo de uma droga extravasa o âmbito estrito de uma “necessidade” ou de um “desejo” e surge historicamente como uma determinação social da expansão das relações mercantis, dilatadas na época moderna por um intercâmbio global e, posteriormente, pelo sistema industrial. [...] Drogas são *objetos subjetivos*, produzem subjetividades, são técnicas de si, moduladores hormonais, cognitivos ou sensoriais, são plasmadores de estados mentais e corporais, servindo assim, na história das civilizações, como alguns dos mais eficientes instrumentos de criação de vivências e de experiências [...]. (Ibidem, 2018, p. 30).

Como mercadorias, objetos subjetivos e produtoras de subjetividades essas substâncias foram sofrendo modificações ao longo do tempo. As transformações das drogas com o isolamento de princípios ativos e o surgimento de substâncias sintéticas, são frutos da modernidade que vieram acompanhados de modificações nas formas de consumo e nas suas finalidades, o que pode ter originado um fenômeno de que pouco se tem conhecimento nas civilizações que nos antecederam: o consumo abusivo de drogas.

Desde o princípio dos tempos, o ser humano havia feito o consumo das substâncias utilizando as próprias plantas, a descoberta e isolamento dos princípios ativos significou, entre outras coisas, que agora era possível dispor desses fármacos em qualquer lugar e a todo o momento. Não sendo mais necessário transportar a matéria vegetal de um lugar para outro (Escohotado, 1998). Essas descobertas científicas representaram uma maior acessibilidade para os consumidores, assim como permitiram identificar as concentrações mais seguras de cada substância.

Assim, transforma-se consideravelmente o consumo de drogas, na antiguidade o consumo se dava principalmente em rituais religiosos, práticas espirituais e práticas medicinais, como foi realçado anteriormente. De acordo com exposto por Bergeron (2012) no contexto dos rituais realizados por povos antigos, a droga teria um papel unificador do campo social, os consumos teriam o objetivo de reafirmar a coesão dos grupos de indivíduos em algumas sociedades. Existia um tipo de regulação que se dava por meio de uma vinculação com aspectos culturais dos próprios grupos sociais. A partir do século XIX é possível observar uma modificação nessas formas de consumo, como afirma o autor: o uso de certas substâncias psicoativas se emancipa progressivamente dos dispositivos de regulação culturais, religiosos ou profissionais que o determinavam até então” (Ibidem, 2012, p. 22).

Com a perda ou o enfraquecimento dos vínculos culturais ancestrais, perdeu-se também as formas de regulação próprias dos grupos sociais para o consumo de drogas. Some-se a isso o advento do modelo econômico do capitalismo na sociedade e todos os elementos de desestruturação, desvinculação e individualismo que fazem parte de sua base estrutural e foram disseminados na sociedade. “A partir da segunda metade do século XIX mais precisamente, o uso regular e depois compulsivo, independentemente de qualquer contexto terapêutico (no qual o produto havia sido prescrito) começa a se desenvolver” (Ibidem, 2012, p. 23).

No entanto, as primeiras evidências da medicalização do uso de drogas podem ser encontradas ainda no século XVII, com uma associação entre o consumo e o surgimento de problemas mentais (Petuco, 2019). Começa então a haver uma preocupação das ciências médicas com uso dessas substâncias:

Na aurora do século XX surgem as teorias da adicção. [...]. De um modo geral, a medicina considerava que todos os usuários contumazes de álcool e outras drogas eram *adictos*, independente do consumo ser moderado ou não, e a *adicção* passou a ser considerada uma doença. (Petuco, 2019, p. 37).

Uma análise apressada poderia supor que a patologização do uso de drogas foi uma elaboração exclusiva da área da medicina, porém, fenômenos dessa natureza dificilmente envolvem apenas um campo de forças. E no caso específico das drogas, possível identificar uma articulação entre saúde, política, sociedade e cultura (Petuco, 2019). A partir da classificação da adicção como doença no início do século XX, uma série de acontecimentos iria se desenrolar envolvendo o tema das drogas e seus consumidores, representando verdadeiros entraves para a efetivação das políticas de redução de danos. Trataremos de alguns deles nas próximas seções deste capítulo.

3.1 Guerra às drogas, proibicionismo e abstinência

Não existem muitos exemplos, ao longo da história, de guerras que tenham sido travadas contra substâncias, ou seja, objetos inanimados que as pessoas consomem. O caso das drogas é muito particular, pois tomou proporção e relevância tamanhas que dificilmente pode ser explicado apenas pela preocupação com a saúde das pessoas, até porque, como mostram os estudos científicos, e alguns deles foram mencionados na seção anterior, os humanos sempre consumiram drogas e isso não era considerado um problema.

Por certo que os tempos eram outros, mas, entre tantas possibilidades e formas de se fazer o consumo, que os estudos mostram é que o desenvolvimento do uso problemático depende de outros fatores, além do consumo de algum fármaco psicoativo. E ademais, de acordo com Carneiro (2018), o abuso de substâncias não é um fenômeno cultural, mas um conjunto minoritário de comportamentos integrados. Os consumos compulsivos seriam mais um sintoma causado pelo sistema econômico vigente na fase tardia do capitalismo, do que fruto de características inerentes à natureza constitutiva de alguma droga. Para corroborar com seu argumento, afirma o autor que “estudos mais recentes dão percentuais de adicção do total dos que experimentam drogas pela primeira vez de 15-16% para cocaína, 12-13% para o álcool e 8% para a maconha” (Carneiro, 2018, p. 393).

As percentagens são baixas, mas não são desprezíveis, sobretudo quando se admite as consequências nocivas que um consumo abusivo de drogas pode acarretar para diversas áreas da vida humana. Contudo, não sendo a maioria das pessoas que se tornam consumidoras problemáticas, esse também não seria um argumento válido para sustentar uma resposta bélica contra as drogas. Nesse conjunto de estratégias repressivas que ganhou a dimensão de uma

guerra violenta e global, podem-se identificar elementos de fenômenos sociais que pressupõem a dominação de um povo sobre o outro.

Partiremos do início, pois consideramos que para compreender um fenômeno é preciso conhecer o seu desenvolvimento processual para assim se ter uma compreensão adequada da realidade. Já sabemos que as drogas nem sempre foram sinônimo de problema para a sociedade, mas quando e por que essa relação começou a se transformar? Como uma prática individual e, em muitos casos ancestral, tornou-se objeto de regulação e punição dos seus consumidores?

Antes de haver um controle internacional de drogas, pessoas que faziam consumo abusivo tinham um destino que não era ainda o sistema prisional, mas que já era representativo do disciplinamento e do controle que se pretendia exercer sobre os corpos desses indivíduos:

[...] em diversos lugares do mundo, a política pública para o tratamento dos bebedores de classes desfavorecidas seguiu sendo a internação compulsória em instituições asilares, prática que em pouco ou nada se diferenciava dos modelos morais com investimento na segregação, comuns à história do tratamento para pessoas com transtornos mentais. (Petuco, 2019, p. 38).

O filme “Bicho de Sete Cabeças”, dirigido por Laís Bodanzky, teve sua estreia no ano 2000, a obra impactou a opinião pública pela dureza de seu relato e por ser inspirada no livro autobiográfico “Canto dos Malditos” (Lemos/1993), de autoria de Austregésilo Carrano Bueno. O filme ilustra bem o tipo de tratamento a que eram submetidas pessoas com transtornos mentais e consumidores de drogas em instituições psiquiátricas. Na obra cinematográfica um jovem saudável e ativo passa a fazer o consumo da *cannabis* de forma esporádica, pelo que é possível observar, isso não atrapalha em nada sua vida.

Tudo se transforma a partir do momento em que o pai do jovem encontra um cigarro entre suas coisas, então, movido por elementos como medo, ignorância e moralismo, conclui que o filho é um “viciado” e precisa de tratamento. Trata então de realizar sua internação compulsória em uma instituição asilar, o que vem a seguir é um conjunto de atrocidades a que nenhum ser humano deveria ser submetido. O jovem saudável transforma-se num reflexo do lugar onde foi obrigado a permanecer, triste e adoecido pelas práticas violentas a que foi submetido nessa instituição, tais como sessões de eletrochoque que tinham o objetivo de “tratar o seu vício”, ele claramente não era mais o mesmo.

Obras como essa conseguem chocar por sua brutalidade, que já foi em algum momento não tão distante, a triste realidade a que eram submetidas pessoas consumidoras de drogas e indivíduos com transtornos mentais. O próprio autor do livro “Canto dos Malditos”,

Austregésilo Carrano Bueno, sobreviveu com diversas sequelas fruto do período em que ficou retido sob a custódia do sistema violador de direitos que se estabeleceu nas instituições psiquiátricas, tornando-se mais tarde ativista e símbolo da luta antimanicomial. Com o avanço e as conquistas dos movimentos pela reforma psiquiátrica, mudaram-se as práticas excludentes e violentas e ganharam relevância as práticas substitutivas e o cuidado em liberdade. No entanto, o controle e o disciplinamento dos corpos de usuários/as de drogas persistem até hoje com uso de novas tecnologias de poder, mas sem prescindir do seu caráter violador de direitos.

O aparecimento do controle internacional de drogas começa a dar os primeiros sinais de sua existência já no século XX, porém, o controle localizado em países específicos é anterior a este período. O caso do ópio na China é um dos mais emblemáticos, a substância era utilizada com diversas finalidades, inclusive como estimulante sexual em bordeis. Nesse sentido, considera-se que a proibição teve fortes características puritanas levadas adiante por um governo imperial que já vinha impondo interdições a práticas vistas como decadentes (Carneiro, 2018).

Esta proibição de um produto de uso habitual foi um primeiro ensaio de controle biopolítico de um consumo psicoativo que redundou numa ampliação do uso desta substância e na criação de um enorme circuito de valorização de preços devido à escassez artificialmente criada pela interdição e sua imposição repressiva. Junto a isso se estabeleceu uma corrupção generalizada que permitia a continuidade clandestina das variadas e tradicionais formas de consumo e uma demanda por importação, dada as restrições à produção nacional (Ibidem, 2018, p. 92).

Neste primeiro momento, a abordagem da proibição já começa a revelar seus efeitos nocivos ao tentar de forma coercitiva impedir o consumo de drogas. No caso do ópio na China, o estabelecimento da norma repressiva gerou aumento do consumo, valorização da substância e aumento da corrupção, pois era preciso consumir na clandestinidade. Criou ainda um valioso e lucrativo comércio que não demorou a chamar a atenção de grandes mercadores internacionais que enxergaram em parte da população chinesa potenciais consumidores, ávidos por um produto que não podia ser produzido e comercializado de forma legal em seu país.

E assim tem origem um comércio altamente lucrativo e clandestino que atraiu países como Inglaterra, França e EUA. No entanto, a subsistência desse mercado era permeada por relações conflituosas, tanto entre os comerciantes como entre os comerciantes e as leis chinesas que proibiam esse comércio, os embates entre mercadores e o governo chinês terminaram por produzir o que entrou para a história como as Guerras do Ópio, ambas situadas entre 1839-1842

e 1856-1860 (Ibidem, 2018). Nesses conflitos, a China saiu perdedora e teve que submeter a tratados que estabeleciam termos para o comércio com países ocidentais.

No século XX, é possível observar uma mudança de posicionamento de alguns países que obtiveram lucros exorbitantes com o comércio clandestino do ópio no século XIX. Como aponta Carneiro:

Os britânicos e norte-americanos que haviam se beneficiado do comércio triangular, após o início do século XX, passaram a defender mecanismos internacionais de controle e de restrições ao comércio do ópio que redundaram na Conferência de Xangai, de 1909, e no Tratado de Haia de 1912, no qual o Imperador Alemão e rei da Prússia, o presidente dos Estados Unidos, o Imperador da China, o presidente da República Francesa, o rei da Grã-Bretanha e da Irlanda e dos domínios britânicos de ultramar e imperador da Índia, o rei da Itália, o imperador do Japão, a rainha do Holanda, a majestade imperial do Xá da Pérsia, o presidente da República Portuguesa, o imperador de todas as Rússias e o rei do Sião por meio de seus representantes, se determinaram a conseguir a “gradual supressão do abuso do ópio, morfina, cocaína e outras drogas preparadas ou derivadas dessas substâncias [...]”. (Ibidem, 2018, p. 120).

A Conferência de Xangai em 1909, foi o palco para o primeiro debate sobre o controle de substâncias psicoativas, seguido da primeira Convenção Internacional sobre o Ópio que aconteceu em Haia, em 1912. A segunda Convenção Internacional sobre o Ópio teve lugar em Genebra no ano de 1925. Essa convenção estabelecia que os governos deveriam apresentar estatísticas sobre a produção, consumo e fabricação de drogas a *Permanent Central Opium Board*. (Boiteux, 2009).

Conforme Silva (2015), em 1931 foi elaborada a primeira Convenção de Genebra no âmbito da Liga das Nações. O objetivo desta convenção incidia sobre a fabricação, regulamentação e distribuição de drogas para uso médico e científico, além de restringir as quantidades de substâncias que poderiam ser disponibilizadas em cada Estado. A segunda Convenção de Genebra foi assinada em 1936, e foi promulgada pelo Brasil em 1938. Neste documento, os países signatários deviam se comprometer com a criação de legislações que estabelecessem severas punições, como por exemplo, a prisão para a produção, comércio e distribuição de substâncias proibidas. Começam a surgir as bases da criminalização, como conhecemos hoje.

Apesar de contar com a anuência de líderes mundiais de diversas partes do globo, os EUA já estavam à frente dos primeiros mecanismos de controle de substâncias a nível internacional. Uma das razões principais para a mudança de posicionamento, neste momento,

pode ter sido a tentativa de exercer o controle sobre a indústria farmacêutica que já produzia diversas substâncias que podiam reproduzir os efeitos do ópio (Carneiro, 2018).

No que diz respeito à liderança norte-americana nas estratégias de controle e proibição, um dos fenômenos que mais se destaca é a tentativa de proibir o consumo do álcool. Nesse contexto, dois grupos ganham maior destaque, os puritanos e os que desejavam restringir o uso de substâncias as práticas médicas. Ambos os movimentos surgem de forma tímida e vão ganhando robustez à medida que vão tecendo articulações, chegando ao ponto em que alcançaram uma grande conquista: o estabelecimento da Lei Seca, que foi aprovada em 1919 e entrou em vigor em 1920 se estendendo até 1933 (Petuco, 2019).

O movimento proibicionista e pela abstinência surge inicialmente como movimento pela temperança e sua origem pode ser encontrada nos primórdios do século XIX. De início, o objetivo do grupo era realmente buscar a temperança, ou seja, a moderação no consumo do álcool, porém o que a história revela é que a luta por moderação logo transformou-se em luta pela abstinência e proibição da venda e produção de bebidas alcoólicas (Carneiro, 2018). Dessa maneira,

O movimento proibicionista se constituiu, assim como uma expressão social do excesso. Não era a moderação, mas a abstinência completa e compulsória que passaram a buscar. Ser “seco” (*dry*) se tornou parte de uma psicologia de extremos em que, como escreve Andrew Sinclair, a “verdadeira tragédia” da ideologia proibicionista é que ela “não deixou nenhum espaço para a temperança. (Carneiro, 2018, p. 255).

A moral religiosa que condena qualquer tipo de prazer passa a não tolerar também o consumo de bebidas alcoólicas, a defesa da abstinência teria como seus pilares a condenação religiosa pautada na ideia de pecado, mas também o saber médico que enxergava no álcool a fonte de muitos problemas. Essa guinada puritana e repressiva daquilo que era considerado como prazeres carnavais, entre eles o consumo de álcool, vai se aprofundar com o surgimento de movimentos fundamentalistas religiosos (Ibidem, 2018).

O álcool tornou-se uma substância proibida em outros países além dos EUA, se neste país o puritanismo religioso foi um dos principais responsáveis pela proibição, na França o papel de ator principal vai para o discurso médico orientado por concepções higienistas e degeneracionista hereditária que atuavam em favor de um sistema político que era contrário à revolução e atribuía aos setores proletários o estigma de classes perigosas para o consumo do

álcool. O alcoolismo passa a ser considerado uma doença social que estava associada, sobretudo, a operários, mulheres e movimentos revolucionários (Ibidem, 2018).

A proibição do consumo do álcool que funcionou como uma tentativa de coerção religiosa e estatal não foi exitosa, como é do conhecimento de muitos. O simples ato de proibir a adoção de certos comportamentos e estabelecer punições não foi suficiente para destituir de grande parte da população a legitimidade cultural do ato de beber, assim como extinguir os comércios que passaram a existir na clandestinidade. As pessoas foram buscar suas próprias formas de comprar ou produzir no âmbito doméstico suas bebidas, o resultado, como é de se imaginar, foi o aumento substancial da violência (Ibidem, 2018).

Durante os 13 anos, cinco meses e nove dias em que houve a vigência da proibição [...] houve meio milhão de presos, 800 mil mortos só em Chicago, na guerra de gangsters, cerca de 13.500 agentes da proibição foram afastados por envolvimento com o crime, e ocorreram mais de 50 mil mortes e centenas de milhares de afetados por consumo de metanol. (Ibidem, 2018, p. 301).

Essa experiência vivenciada de forma tão intensa e pode-se dizer também prolongada, já que a lei vigorou por cerca de 13 anos, foi apenas uma pequena amostra do que ainda viria pela frente. Apesar de todos os envolvidos conhecerem o que resultou da proibição do consumo e comercialização do álcool, e desse fato constar também como um registro histórico, uma parcela da sociedade detentora de capital político e econômico resolveu insistir na proibição e repressão como política pública para a questão das drogas e dos seus consumidores. Desta feita, tornando ilícitas outras substâncias, a começar pela *cannabis*.

No caso específico da *cannabis*, por exemplo, o que estava em jogo, entre outros fatores, era o desenvolvimento das indústrias americanas que produziam fibras sintéticas e concorriam diretamente com as indústrias que produziam fibras naturais, a partir do cânhamo/maconha. No entanto, a proibição não atingiu apenas a produção industrial, mas também os consumidores, já que o Ato de Taxação da Maconha proibia o consumo recreativo da planta (Sodelli, 2016).

Em 1930 são criadas pelo governo norte-americano algumas instâncias controladoras para lidar especificamente com a questão das drogas, a saber: a Agência Federal de Narcóticos (*Federal Bureau of Narcotics* – FBN) e a Administração de Alimentos e Drogas (*Food and Drug Administration* - FDA). Esta última existe até hoje como uma das principais agências reguladoras dos EUA, sendo responsável pelo controle e supervisão de diversos produtos e substâncias, definindo o que pode ou não pode ser comercializado (Sodelli, 2016).

É nesse contexto que vai sendo gestado o embrião da política proibicionista internacional sobre drogas, a partir do surgimento da FBN, sendo essa agência considerada sua precursora. Harry Anslinger que foi seu dirigente por muitos anos desponta como uma figura relevante no que concerne ao proibicionismo materializado por meio de políticas públicas. Esse homem participou ativamente de todo o processo, sendo considerado por muitos o maior coordenador e defensor do posicionamento proibicionista adotado pelos EUA e disseminado pelo mundo, já que os ideais e interesses desse país sempre eram destaque nas convenções internacionais que tratavam sobre o tema das drogas (Ibidem, 2016).

Aprovada em 1961, a Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU marca a política global de drogas até hoje. Foi o primeiro documento dessa instituição sobre o tema. Seus signatários tinham o dever de incorporar em suas legislações as medidas estabelecidas nesta convenção, que, além de incidirem com mais veemência sobre o controle da produção, distribuição e comércio, proibia também o consumo de algumas substâncias, a exemplo do fumo e a ingestão do ópio, mastigação da folha de coca e o consumo da *cannabis*, que teria o uso permitido apenas para fins médicos (Silva, 2015). É na esteira dessa Convenção, na década de 1970, que o então presidente dos EUA Richard Nixon declarou a “guerra às drogas”, sendo órgãos como *Drug Enforcement Administration* (DEA) fundamentais nesse contexto.

Nessa época houve uma intensificação no combate ao consumo e comercialização de algumas substâncias que acabaram tornando-se ilícitas, sobretudo opiáceos e cocaína, mas não apenas essas, já que o consumo recreativo da *cannabis* também foi proibido. Como referimos anteriormente, o caso da *cannabis* é bastante representativo de como interesses econômicos são camuflados e divulgados como preocupação com a saúde das pessoas. Como afirma Sodelli (2016), a proibição que entrava em vigor contra opiáceos, cocaína e *cannabis* não se estendiam a outras substâncias que eram produzidas pela indústria farmacêutica, as chamadas drogas sintéticas, tais como, metadona, barbitúricos e anfetaminas não só possuíam livre consumo e produção como eram legitimadas pela principal agência reguladora norte-americana, o que aponta para a existência de interesses políticos e comerciais do próprio país.

A partir da interdição do consumo e comercialização da *cannabis* o próprio fenômeno do proibicionismo adquire novos contornos, já que anteriormente havia sido fortemente influenciado por movimentos e setores da sociedade civil, como foi possível observar no caso da formulação e implementação da Lei Seca. O Estado assume a liderança e os interesses de questões que envolvem a temática das drogas e as proibições passam a ser gestadas por sua

própria iniciativa, independente da vontade da população. Assim, vai se construindo uma governamentalidade onde o saber estatal é considerado e difundido como saber irrefutável, mas isso não seria possível sem a exploração dos valores moralistas e puritanos que estavam no princípio das primeiras medidas proibicionistas (Ibidem, 2016).

A formulação e implementação de políticas repressivas que teve origem nos EUA e foi disseminada pelo resto do mundo por meio de acordos internacionais, possibilitou o surgimento de medidas punitivistas, fortaleceu as intervenções policiais e relegou algumas drogas a ilegalidade, outras permanecem tendo o seu consumo estimulado, as bebidas alcoólicas são um bom exemplo. Além dos interesses econômicos e políticos que estavam desde sempre na origem da proibição, havia ainda a necessidade de controlar parcelas da população, diante disso, é possível afirmar que:

[...] uma conjunção de fatores que se somaram ao longo do século XIX e XX para consolidar as distinções entre as substâncias, entre os quais os interesses econômicos, dos estados, do ativismo, das instituições profissionais, das agências internacionais e as tensões locais e nacionais fazem parte.

Isso levou ao estabelecimento de uma ordem farmacocrática global, em que a classificação das substâncias como lícitas ou ilícitas não obedece a nenhum critério objetivo de maior ou menor nocividade, toxidade ou potencial de criação de dependência. Dessa forma, a farmacologia se tornou uma farmaconomia ou uma farmacologia política e a ciência foi subordinada a um paradigma repressivo e se tornou, em boa parte da produção sob o amparo institucional, um veículo de justificativa *a posteriori* do *status quo*, o qual ela se preocupa apenas em reforçar, sem questionar a irracionalidade dos seus fundamentos. (Carneiro, 2018, p. 45-46).

A falta de objetividade para a classificação das substâncias em lícitas ou ilícitas e sua consequente proibição ou aceitação, é sintomático do que permanece nas sombras da política proibicionista. Se o critério para considerar o consumo de uma droga legal ou ilegal não reside na sua toxidade, quais seriam então as justificativas para manter certas substâncias na ilegalidade e punir severamente seus consumidores? a resposta para esta pergunta envolve não apenas um, mas um conjunto de fatores.

Como escrito anteriormente, a existência de um aparato repressivo envolve a necessidade de controlar alguns grupos populacionais e disciplinar seus corpos, sobretudo pessoas pobres e negras, dificultando sua efetiva participação social, provendo o encarceramento massivo e mantendo seus corpos prontos para o trabalho. No Brasil, o caso da *cannabis* e da sua criminalização associada ao consumo das populações pobres e negras é paradigmático. No início a planta foi bastante utilizada como matéria prima para a indústria têxtil, sendo seu cultivo no país uma iniciativa da corte portuguesa que desejava explorar seu

aspecto econômico, sendo cultivada em diversas regiões, sua utilização é apontada como fator importante para o primeiro impulso de industrialização de Estados como o Maranhão, por exemplo (Adiala, 2016).

A tentativa de industrialização daquele estado levou ao desenvolvimento de plantações de algodão e cânhamo, que eram utilizados pela Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo, que entrou em funcionamento em 1893. Além do uso têxtil, também eram conhecidas aplicações terapêuticas da *cannabis sativa*, que eram descritas em manuais médicos do século XIX, como o famoso *Formulário Chernoviz*, e publicadas em revistas especializadas, como o *Brazil Médico*. (Adiala, 2016, p. 93).

No Brasil, assim como nos EUA, o cânhamo sendo uma variedade da espécie *cannabis sativa*, foi bastante utilizado na produção industrial e de forma terapêutica. A maioria das drogas antes de ter o seu consumo e produção interditados, foi mercadoria das quais muitas nações se serviram para o enriquecimento e ampliação de rotas de comércio, em outras palavras, é possível afirmar que as drogas, desde muito cedo, foram percebidas como objetos super lucrativos e sua condição de legalidade ou ilegalidade não diminui seu potencial mercadológico, já que sempre vai haver muitos consumidores dispostos a comprar. O consumo recreativo da planta não foi o primeiro a ser criminalizado, outras substâncias já haviam sofrido restrições.

Apesar de já ser consumida no Brasil de forma recreativa, inicialmente a *cannabis sativa* não chamou a atenção dos médicos higienistas e dos legisladores que trabalhavam pela proibição de algumas substâncias. Conforme explica Adiala (2016), seu consumo era prática comum entre a população negra escravizada e seus descendentes o que fazia com que o uso recreativo da planta recebesse pouca atenção. Isso se modifica a partir do momento em que o médico sergipano, Rodrigues Dória (1859-1938), publica e divulga um trabalho chamado “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”. Este texto tornou-se central para as discussões que se seguiram a respeito da *cannabis* no país.

Nesta obra constata-se a associação entre raça, vício e *cannabis*. É possível identificar o racismo explícito, o menosprezo e a inferioridade que são atribuídas as pessoas negras e pobres, e como o consumo da *cannabis* é associado à violência e selvageria que seria, segundo Dória (1958), uma característica inata da raça negra. O trecho que apresentamos a seguir foi retirado do trabalho “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”.

Entre nós a planta é usada, como fumo, ou em infusão, e entra com posição de certas beberagens, empregadas pelos feiticeiros, em geral pretos africanos ou velhos caboclos. Nos candomblés — festas religiosas dos africanos, ou dos pretos crioulos, dêles descendentes, e que lhes herdaram os costumes e a fé, é empregada para produzir alucinações e excitar os movimentos nas danças selvagens [...] A raça prêta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim de sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que a afastaram da terra querida [...]. (Dória, 1958, p. 5-13).

O discurso preconceituoso que trata a cultura, costumes e crenças do povo negro de forma inferiorizada e selvagem foi amplamente difundido, e em certa medida, responsável pela proibição do consumo da *cannabis* no Brasil. Afinal, era uma droga consumida principalmente por aqueles que eram considerados a “escória da sociedade”, e consequentemente associados a casos de violência e criminalidade. Como se não bastasse o racismo evidenciado, Dória ainda responsabiliza a população negra “por inocularem o mal” nas pessoas brancas que lhes arrancaram de suas terras. Leia-se “o mal”, por consumo de *cannabis*.

Mas a população negra não foi o único grupo a ser apontado como disseminador do consumo dessa planta. Desde sempre, os alvos preferenciais da repressão, no que diz respeito às drogas, foram os grupos mais vulneráveis da sociedade: pretos, pobres, mulheres e pessoas LGBTQIAP+.

Do inquérito a que tenho procedido a respeito do uso de fumar as sumidades floridas da planta que faz o objeto dêste trabalho, é êle muito disseminado entre pessoas de baixa condição, na maioria analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz, nas margens do rio de São Francisco, canoeiros, pescadores, e também nos quartéis pelos soldados, os quais ainda entre nós são tirados da escória da nossa sociedade. (Ibidem, 1958, p. 11).

A “escória da sociedade”, de acordo com autor supracitado, é composta por pessoas de baixa condição e pouca escolaridade, são os sujeitos sociais que precisam ser controlados, manter-se disciplinados. Para Adiala (2016) a criminalização da *cannabis* serviu ao propósito de dar legitimidade a abordagem repressiva e ao controle policial sobre a população empobrecida. O consumo da planta com fins recreativos e o vício passaram a constituir uma categoria acusatória, que funciona de forma implícita como justificativa para reprimir o povo negro e grupos desviantes.

Tornando-se a proibição parte de políticas globais, a abstinência passou a ser a principal, ou quando não a única forma de tratamento possível para pessoas consumidoras de drogas, considerando que a meta dos governos signatários da legislação repressiva era a total erradicação das substâncias que foram postas na ilegalidade. Logo, a única alternativa para os que faziam uso dessas drogas era abandonar o consumo, a abstinência se configuraria como tratamento e também como uma forma de manter-se relativamente seguro diante da repressão do estado.

Para fins explicativos, cabe fazer uma distinção entre abstinência e paradigma da abstinência, tendo em vista que são fenômenos diferentes:

Por paradigma da abstinência entendemos algo diferente da abstinência como uma direção clínica possível e muitas vezes necessária. Por paradigma da abstinência entendemos uma rede de instituições que define uma governabilidade para as políticas de drogas e que se exerce de forma coercitiva na medida que faz da abstinência a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder jurídico, psiquiátrico e religioso. (Paula, 2022, p. 69).

No campo das drogas a abstinência não pode ser desconsiderada como uma direção clínica que, em alguns casos, configura-se como necessária, é também um direito da pessoa consumidora de drogas, uma decisão que cabe a ela tomar quando considerar oportuno. O que define e caracteriza o paradigma da abstinência como uma violação de direitos é justamente a sua abordagem coercitiva, é a imposição de um comportamento e a consequente penalização do sujeito que decide não assumir esse comportamento. Uma rede de instituições atua definindo o que pode e o que não pode ser consumido, assim como quais são as alternativas de tratamento que serão disponibilizadas aos sujeitos que incorrerem no desvio das normas estabelecidas por elas. Assim, questões relativas à saúde pública passam a ser diretamente influenciadas por outras instâncias de poder que atuam na sociedade, e que no mais das vezes, são movidas por interesses outros.

Uma das facetas da complexidade que compõe a questão das drogas pode ser observada quando são trazidas à tona as relações de poder que atuam neste fenômeno social. Os campos jurídico, psiquiátrico e religioso vêm se movimentando desde as primeiras tentativas de proibir o comércio e o consumo, como já foi possível observar nas páginas escritas anteriormente, a articulação dessas esferas sociais é representativa de interesses que se sobrepõe e muito à preocupação com a saúde das pessoas. Como é apontado por Paula (2022) desde o século XIX

a criminologia e a psiquiatria vêm disputando, no Brasil, a gestão do “criminoso”. Nesse sentido:

A produção da verdade científica sobre o anormal e o antissocial inseriu não somente o louco, como também o usuário de drogas no regime do saber psiquiátrico. O arcabouço jurídico e institucional criado para controlar o louco se estendeu a todos os indivíduos cuja conduta fosse identificada pela psiquiatria como desviante. [...] A legitimação da psiquiatria como ciência que controlava a vida dos perigosos e anormais garantiu, a um só tempo, o estigma do usuário de drogas doente mental, bem como uma outra instituição de confinamento: o hospício. (Ibidem, 2022, p. 70).

Psiquiatria e criminologia atuavam no sentido de controlar e excluir o sujeito que se recusava a seguir a norma social, e por isso era enxergado como uma ameaça para o bem-estar. Enquanto o direito penal excluía por meio do encarceramento, a psiquiatria usava o hospício como recursos para manter os “desajustados” longe do convívio social. No entanto, no cárcere o tempo de confinamento é previamente estabelecido e tem um prazo para findar, já nas instituições psiquiátricas que teriam a função de curar a loucura, o aprisionamento poderia estender-se pela vida toda até a morte do sujeito (Ibidem, 2022, p. 70).

Nesse contexto, além de estigmatizado e marginalizado, o consumidor de drogas se percebe entre um conjunto de instituições que vão decidir sobre os rumos da sua vida, a repressão tenta anular a sua autonomia e a sua capacidade de gerir a própria vida e o seu consumo de substâncias, o paradigma da abstinência e a sua imposição obriga o usuário de drogas, em alguns casos, a vivenciar um cerceamento da sua cidadania, pois o confinamento não é a única forma de punição a que está suscetível. E como aponta Paula (2022, p. 71), é em meio a um “jogo de poder que o usuário de drogas ora se vê perante o poder da criminologia, ora diante o poder da psiquiatria; ora encarcerado na prisão, ora no hospício.”

Na atualidade, e principalmente após a Reforma Psiquiátrica que abordaremos mais adiante, os confinamentos em hospitais psiquiátricos foram sendo gradativamente abandonados, apesar de alguns Estados ainda manterem essas instituições e seus leitos. Outra instituição passou a exercer o controle sobre a vida e os corpos de pessoas consumidoras de substâncias psicoativas, trata-se das comunidades terapêuticas, o mais recente equipamento de disciplinamento e exclusão de pessoas, que usa o discurso do tratamento e da cura e fundamenta-se no paradigma da abstinência para seguir perpetuando violência, tais como as internações compulsórias e práticas ineficazes de tratamento destituídas de validação científica.

A perspectiva repressiva trouxe consigo uma série de danos para o consumidor de drogas que vão além dos danos que podem ser causados pelo consumo de uma substância, isso pôde ser observado já no século XIX com o advento da primeira grande proibição de uma droga, ou seja, o ópio na China. Ainda não era uma proibição a nível global, mas trouxe à tona a transformação da droga em uma mercadoria, produto altamente valorizado e produtor não só de subjetividade, mas também de lucros exorbitantes que justificaram a eclosão de duas guerras para que interesses comerciais fossem atendidos e parte da população chinesa pudesse consumir seu produto psicoativo. Os ganhos econômicos foram amplamente desfrutados por alguns países que hoje se colocam na linha de frente da política repressiva.

No século XX temos outra tentativa de interdição de uma substância, foi o caso do álcool nos EUA e da sua Lei Seca. Como demonstrado algumas páginas atrás, foi a partir da iniciativa de grupos puritanos religiosos, movidos um moralismo exacerbado que a temperança se transformou em abstinência e o consumo e produção de bebidas alcoólicas foram lançados na ilegalidade. O resultado dessa empreitada é bem conhecido pela maioria das pessoas e já foi alvo de nossas discussões. A proibição fez prosperar um vertiginoso mercado ilegal, uma vez que as pessoas precisavam continuar consumindo suas bebidas. A Lei Seca com seus resultados pífios ao proibir o consumo teve grandes resultados quando pensamos sobre o aumento da violência, marginalização dos consumidores e criação de mercados ilegais.

Afirma Carneiro (2018), que o proibicionismo em escala global tem origem no século XX, mais precisamente na segunda metade. Como realçado anteriormente, os EUA estavam a frente desta iniciativa, mas não estava sozinho, pois contava com o apoio de outras potências mundiais além da cobertura diplomática e jurídica da Organização das Nações Unidas – ONU. Caracterizando-se como uma política de controle social, o proibicionismo também pode ser visto como um elemento fundamental “na acumulação especulativa da fase mais financeirizada do capitalismo tardio, devido a hipervalorização de derivados das três plantas mais tradicionais (ópio, maconha e coca) e de substâncias sintéticas [...]” (Ibidem, 2018, p. 123).

Para Lancetti (2015, p. 39) “[...] na nossa história mais recente o proibicionismo está intimamente ligado à incisividade do poder psiquiátrico, ao oportunismo político e à própria subjetividade contemporânea francamente compulsiva [...]” A política de “guerra às drogas” ao reunir elementos como o proibicionismo e o paradigma da abstinência, apresenta-se de forma funcional para atender os propósitos para os quais foi criada e que estão contidos nela de forma implícita, quais sejam: contribuir com a rentabilização do capital financeiro e exercer um poder

coercitivo sobre determinados grupos populacionais. É possível classificá-la como uma política totalitária que se originou na China, mas foi disseminada globalmente pelos EUA (Ibidem, 2018).

Essa política transformou práticas ancestrais em crime e em certa medida modificou a forma como a sociedade enxerga a droga e o usuário, assim “os consumidores de drogas se tornaram [...] os novos párias, os novos leprosos morais, a carne viva para o povoamento dos concentracionários, ocupando o lugar dos loucos e dos criminosos num só ajustamento de segregação, estigmatização e exclusão” (Ibidem, 2018, p. 124).

Que tipo de tratamento poderia ser ofertado a esse grupo de indivíduos malvistas pela sociedade e descumpridores das normas sociais, de acordo com a política repressiva? Internação, muitas vezes compulsória, e abstinência. Como se delineiam as abordagens preventivas e educativas sobre drogas de acordo com o paradigma repressivo ainda hegemônico? Como verdadeiras cruzadas moralistas e preconceituosas. Porém, em meio ao proibicionismo um ponto de inflexão contra-hegemônico emergiu, e desde então vem promovendo uma verdadeira revolução nas práticas de cuidado. É sobre a origem do paradigma da RD como uma ética de cuidado que trataremos na próxima seção deste capítulo.

3.2 O embrião da revolução: origem da redução de danos

Diante do cenário opressivo que se instalou em boa parte do mundo e das alternativas sombrias que ainda hoje são propostas e impostas pela política de “guerra às drogas”, é possível constatar que, ao longo da história, alguns grupos de indivíduos manifestavam preocupações no sentido de assegurar o bem-estar dos consumidores de álcool e outras drogas. No Brasil, os debates e as críticas às posturas conservadoras que marginalizavam esses indivíduos já podiam ser observados antes da chegada da RD no país. Foi o que constatou Petuco (2019) em sua tese de doutorado, ao investigar se a RD havia sido a primeira alternativa progressista no campo do tratamento que é dirigido a pessoa que faz um consumo abusivo, o autor observou que já existiam controvérsias e debates acerca das formas de cuidado que eram direcionadas a elas.

Percorrendo alguns acontecimentos e debates e trazendo à tona alguns homens e mulheres que tiveram importância histórica nas discussões em torno das drogas no Brasil, o autor supracitado localiza controvérsias a respeito das causas do alcoolismo e da ligação entre

cannabis e violência, por exemplo. Na década de 1950, atores sociais como o médico Décio Parreiras e o psiquiatra Ernani Lopes divergiam sobre as causas do alcoolismo:

Para o primeiro, haveria bases biológicas que explicariam porque algumas pessoas se tornam alcoolistas, enquanto a maioria consegue beber equilibradamente, sem maiores problemas, e por isto não faria nenhum sentido qualquer iniciativa de proibição do álcool; para o segundo, o próprio uso do álcool determinaria o elitismo, e proibi-lo seria o caminho para a profilaxia de um dos principais fatores de degenerescência da raça brasileira. (Petuco, 2019, p. 268).

Já em 1977, ao investigar eventos que discutiam o cuidado em saúde dirigido a pessoas que consumiam álcool e outras drogas, o autor pode constatar que,

[...] no Simpósio Internacional sobre Farmacodependência, realizado em 1977, emerge a crítica ao modelo proibicionista, a proposição de redes comunitárias alternativas ao manicômio e ao cárcere, a defesa de um cuidado ampliado que incluísse educação e assistência social, para além da simples internação em hospital psiquiátrico. (Petuco, 2019, p. 269).

Esses debates são reveladores de posturas conflitantes, são travados por sujeitos atuantes em diversas frentes, e para os quais a questão do consumo abusivo de drogas representava uma preocupação. Porém, não existia uma resposta única, pois enquanto alguns defendiam a abstinência, outros observavam que nem todas as pessoas que fazem consumo de substâncias desenvolvem uma dependência, além disso, já havia o questionamento do modelo proibicionista e a defesa de práticas de cuidado menos opressoras e excludentes, sugerindo-se alternativas ao manicômio e ao cárcere. Mesmo antes da RD chegar em território brasileiro e ganhar uma série de especificidades, é notável que alguns atores sociais já compreendiam a questão das drogas para além do que era difundido pelo proibicionismo e acreditavam que o consumidor em situação de dependência tinha o direito a um cuidado ampliado.

Assim como tantas outras práticas que foram adotadas no Brasil, a RD tem origem no continente europeu e ganhou destaque ao ser praticada por médicos na Inglaterra, em 1926, com a estratégia divulgada por meio do “Relatório de Rolleston”. A abordagem assumida foi o tratamento com prescrição de opiáceos para usuários de heroína e morfina, tendo em vista que essas pessoas não conseguiam interromper o consumo, foi a forma escolhida para realizar uma administração monitorada dessas substâncias e possibilitar ao consumidor levar uma vida mais estável (Fonsêca, 2012). As pessoas que apresentavam um consumo abusivo dessas drogas eram em grande medida soldados que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial.

Na Primeira Guerra, soldados tratados com morfina ficaram dependentes de opioides. Como desenvolveram o vício defendendo o país, argumentou-se que o Estado tinha obrigação de fornecer a substância para minimizar os riscos da retirada brusca [...] Apesar de apelar a um certo 'patriotismo', por estar ligada a heróis da guerra, a estratégia nunca foi completamente aceita por questões culturais, era vista com desconfiança tanto pela população quanto pela comunidade científica. (Silveira, 2017).

O relatório estabelecia algumas condições que deveriam ser cumpridas para que o médico pudesse prescrever a droga ao seu paciente, quais sejam: como forma de administrar a síndrome da abstinência; para alcançar a cura; quando após diversas tentativas de interromper o consumo ficasse atestado que este não poderia ser descontinuado de forma segura; e por fim, quando ficasse provado que a pessoa só conseguiria levar uma vida normal e ativa com a administração de pelo menos uma dose mínima da droga regularmente (Fonsêca, 2012; Sodelli, 2016).

A abstinência com a total interrupção do uso ainda era o mais desejável, no entanto, o reconhecimento de que para algumas pessoas não era possível deixar de fazer o consumo levou esses indivíduos a buscarem alternativas no sentido de assegurar minimamente a qualidade de vida dos consumidores de opiáceos, mesmo que para isso fosse necessário prescrever a droga (Fonsêca, 2012). Foi uma aposta na minimização dos danos, já que não era possível evitar que eles ocorressem em algum nível, seja como for foi uma resposta inteligente e que teve reverberações em outras partes do globo.

Não obstante, os ecos produzidos pela experiência inglesa de RD não influenciaram de imediato outras experiências, pois foi apenas no início da década de 1980, ou seja, após um hiato de quase 60 anos, que a RD ressurgiu na Holanda por iniciativa dos próprios consumidores de drogas. Explica Sodelli (2016) que os princípios da proposta de RD começaram a ser sistematizados por uma associação de consumidores de drogas, e os programas tinham o objetivo de combater uma epidemia de hepatite B que se disseminava entre usuários de drogas injetáveis (UDI).

O autor supracitado refere-se à associação de usuários e ex-usuários de drogas conhecida como *Junkiebond* (Liga de Dependentes), que por meio de um processo de auto-organização chamou a atenção da sociedade holandesa para a necessidade de evitar o compartilhamento de seringas e a distribuição desses insumos entre os UDI. Em decorrência da dificuldade de acesso aos insumos para o uso da heroína, os participantes dessa associação

decidiram exigir uma atitude das autoridades de saúde da Holanda, que respondeu de forma negativa. Para as autoridades de saúde existia o risco de um grande número de agulhas e seringas usadas ficarem espalhadas por vários espaços das cidades como parques e praças, o que poderia ocasionar a contaminação da população.

Diante da negativa do governo, os consumidores de drogas apresentaram uma nova proposta: substituir as agulhas e seringas usadas por novas, sendo o material utilizado recolhido de forma adequada. Uma solução que garantiria mais segurança para os UDI e evitaria a dispersão das agulhas e seringas em qualquer lugar, a proposta não só foi aceita como mudou a história da infecção por HIV entre UDI. Como consequência desse movimento promovido pelos próprios consumidores de drogas, o sistema de saúde holandês implementou o programa de distribuição e troca seringas (Araújo; Moreira, 2008).

Na década de 1980, além das hepatites, outra patologia apresentava-se como emergência de saúde pública e se alastrava por vários países, foi o surgimento do HIV/aids. Nesse cenário, a via de transmissão intravenosa por meio do compartilhamento de seringas está no centro das atenções. Afirmam Araújo e Moreira (2008) que o advento da aids representou uma nova forma de compreender o fenômeno das drogas, pois a transmissão do vírus entre pessoas UDI era também um problema para toda a sociedade. A partir desse momento, tornou-se necessário pensar em práticas preventivas efetivas e que não envolvessem diretamente a exigência de abstinência por parte dos consumidores de drogas, tornando o processo de aceitação dessas práticas mais fácil, rápido e eficaz. Assim tem origem os primeiros centros de distribuição e troca de agulhas e seringas em países europeus.

Em Amsterdã, as abordagens adotadas pelas autoridades sanitárias do país previam programas de redutores de danos que atuavam na rua. Essas pessoas trabalhavam intervindo em situações de crise, compartilhando informações, encaminhando os consumidores de drogas às instituições de atendimento, realizando terapias de substituição de heroína por metadona e também possibilitando a troca de seringa (Araújo; Moreira, 2008).

Além da Holanda, a Inglaterra também fomentou avanços para a construção e fortalecimento da redução de danos, como pode ser constatado através do Relatório de Rolleston. No entanto, ainda há mais a observar:

Na Inglaterra, o primeiro centro de RD foi o Maryland Center, em Liverpool - Merseyside. Além da troca de seringas e agulhas e terapias de substituição, o Dr. John Marks desenvolveu um programa de distribuição de heroína para os dependentes de heroína, retomando as orientações do Comitê Rolleston. O programa do Dr. Marks

reduziu drasticamente as mortes por overdose. A dose desejável de heroína é muito próxima da dose letal e a diferença de pureza da droga pode ser o suficiente para induzir a overdose. Desta forma, a disponibilização controlada de heroína de pureza conhecida evitou que os usuários morressem por overdose, entre outros benefícios, como reduzir complicações por contaminação e afastar os usuários da criminalidade. Após alguns anos desenvolvendo este trabalho em Liverpool, Dr Marks levou sua experiência para a Suíça e, mais recentemente, para a Nova Zelândia. (Araújo; Moreira, 2008, p. 13).

Não foi sem ter que ultrapassar uma série de obstáculos que a RD foi se estabelecendo como uma alternativa de abordagem com pessoas que faziam o consumo de drogas na Europa. Como visto anteriormente, desde os seus primórdios ela não foi completamente aceita e era vista com desconfiança pela população e comunidade científica, muito dessa rejeição, possivelmente, se deve a um preconceito que, como a própria etimologia da palavra aponta, significa formar um conceito/opinião sobre algo ou alguém antes de ter o conhecimento necessário. Por desconhecimento, a RD pode ser confundida com uma apologia ao consumo de drogas, uma vez que entre suas práticas está a distribuição de insumos como seringas e canudos e a substituição de uma droga por outra que possa ser menos nociva.

No Brasil, a trajetória desse paradigma da saúde voltado para os consumidores de drogas teve um início de caminhada bastante turbulento, talvez um indício do que ainda viria pela frente e de como seriam dificultosos os enfrentamentos culturais, políticos e educativos para estabelecer a redução de danos como uma política pública neste país.

3.2.1 A redução de danos no Brasil

Depois das experiências exitosas em outros países e levando em consideração o cenário de saúde pública que foi vivenciado no Brasil durante a década de 1980, não demorou muito para que as primeiras ideias sobre RD fossem ancoradas por aqui. O vírus da aids chegou antes das medidas preventivas e vinha provocando uma série de problemas, pois era uma doença pouco conhecida da população que não sabia direito como se dava as vias de contágio.

O município de Santos, cidade localizada no litoral do Estado de São Paulo, ficou conhecido como a primeira região do país a tentar implementar abordagens de RD. Mas por que em Santos e não em qualquer outra cidade do Brasil? Essa cidade reunia um conjunto de características que a tornavam o município mais adequado para a RD, o primeiro diz respeito ao comprometimento e protagonismo da gestão municipal, sobretudo na área da saúde. O

responsável pela gestão da pasta da saúde no município era David Capistrano Júnior¹⁵, reconhecido ativista do Movimento pela Reforma Sanitária; e a política voltada para o HIV/aids foi levada a frente pelo médico Fábio Mesquita, que atuava na rede municipal da cidade, conhecida como a “Capital da Aids” devido ao grande número de habitantes infectados (Petuco, 2020).

Como explica Paula (2022), Santos abriga o maior porto da América Latina, o que representa um intenso fluxo de trocas e circulação de pessoas de diversas partes do mundo. Na década de 1980, o município destacou-se como uma das cidades com maior índice de pessoas contaminadas pelo HIV “(20% dos casos nacionais e 38% dos casos no estado de São Paulo) e uma das principais portas de entrada da aids no país” (Paula, 2022, p. 125).

A situação epidemiológica evidenciada demandava a tomada de atitudes concretas e efetivas para conter a disseminação do vírus e cuidar das pessoas infectadas. Assim foram criadas redes, práticas coletivas e ações de prevenção e tratamento que priorizavam as minorias marginalizadas. Optou-se por realizar o debate público com a sociedade civil levando informação e educação sobre a questão do HIV/aids como uma maneira de incluí-la nas discussões. Além disso, foram criados serviços de atenção e tratamento, a exemplo de policlínica em local frequentado por profissionais do sexo e uma casa de apoio para o acolhimento de pacientes em situação de abandono (Paula, 2022, p. 128).

Todas as formas de intervenção já representavam um avanço e um cuidado que eram característicos da gestão municipal de Santos, comprometida com aqueles princípios que viriam, em 1990, a serem consolidados como princípios do SUS e com a proteção da vida humana. No entanto, entre tantos serviços que foram oferecidos para controlar a epidemia de aids, as abordagens de RD chamou a atenção das estruturas de repressão. Adotar a estratégia de RD foi necessário porque constatou-se que a disseminação do vírus acontecia de forma bastante frequente entre UDI. A redução dos danos foi a resposta inteligente e eficaz encontrada naquele

¹⁵ David Capistrano da Costa Filho nasceu na cidade de Recife em 1948. Foi militante, político, autor e médico sanitário. Um dos líderes da Reforma Sanitária brasileira. Sua trajetória na militância política começa cedo e muito por influência de seus pais, David Capistrano da Costa e Maria Augusta Capistrano. Ambos foram militantes políticos atuantes e integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). David Capistrano da Costa foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista em Pernambuco em 1946, mas antes disso participou da Insurreição nacional libertadora de 1935, das Brigadas Internacionais na Guerra Civil da Espanha e da resistência francesa contra a ocupação nazista. Ao retornar ao Brasil foi eleito deputado estadual, sendo preso pela ditadura brasileira em março de 1974 e considerado desaparecido, até a confirmação de sua tortura e morte (Goulart, 2023; Brasil, 2014).

momento, já que muito provavelmente seria inútil exigir que as pessoas interrompessem o consumo de drogas injetáveis.

Embora os primeiros casos de AIDS tenham sido notificados, oficialmente, em 1981, foi somente no ano de 1987 que a transmissão de HIV pelo uso de drogas injetáveis ganhou evidência epidemiológica no cenário nacional (Teixeira, 1997, p. 62). Parte dessa demora ocorreu em função da política antidrogas que marginalizava os usuários, ou seja, distanciava esta população de outros serviços de saúde que não fossem os hospitais psiquiátricos. Em poucos anos, o uso desprotegido de drogas injetáveis acabou se tornando uma das principais vias de transmissão do HIV. (Paula, 2022, p. 128-129).

Neste cenário, há o encontro de duas temáticas complexas que representavam um desafio para o campo da saúde pública: aids e drogas, pensadas juntas como fatores de vulnerabilização e agravos à saúde. Como era de se esperar os grupos mais atingidos foram também os mais marginalizados. A repressão e a estigmatização que até os dias atuais funcionam como mecanismos de exclusão, dificultaram a identificação rápida de uma das principais vias de transmissão do HIV. O custo disso em termos de vidas humanas perdidas certamente não pode ser calculado.

Para Silveira (2008), a aids, apesar de representar um problema, acabou gerando contribuições no sentido dar visibilidade as pessoas por ela atingidas. A constatação da propagação do vírus entre consumidores de drogas injetáveis ajudou a modificar o discurso de que existiam grupos de risco, tornando-se imperativo a partir deste momento pensar a existência de comportamentos de risco ou atitudes de vulnerabilidade. Isso trouxe à tona a necessidade de elaborar e colocar em prática ações concretas no sentido de promover mudanças de comportamento como, por exemplo, a não reutilização ou compartilhamento de seringas.

O trabalho realizado em Santos tornou-se uma referência na área da saúde, pois lá foram implementadas políticas relativas à questão do HIV/aids que haviam sido experimentadas em países de primeiro mundo. Tendo em conta a realidade vivenciada naquele momento no município e também as respostas que vinham sendo produzidas em outros lugares para lidar com um problema semelhante ao enfrentado em Santos, inclusive com a divulgação de trabalhos científicos atestando sua eficácia, os gestores da saúde compreenderam a importância de minimizar os danos, ou seja, já que as pessoas iriam consumir a droga de qualquer maneira, pelo menos que isso não representasse o risco de ser contaminada ou de contaminar outros indivíduos com o vírus do HIV, que representava um agravo maior à saúde. Parece ser uma escolha racional, e é mesmo. No entanto, o aparato judicial não entendeu dessa maneira.

O Ministério Público, entretanto, entenderia a proposta como um incentivo ao uso de drogas, impedindo a sua implementação. As barreiras de ordem legal fariam com que as primeiras ações de prevenção ao HIV/Aids entre pessoas que faziam uso de drogas por via injetável ocorressem na clandestinidade. (Petuco, 2020, p. 95-96).

Essa primeira tentativa de criminalizar a RD foi bem-sucedida, na verdade, mesmo antes que o Programa de Troca de Seringas (PTS) fosse concretizado, a secretaria a qual ele estava vinculado já passou a enfrentar retaliações oriundas da mídia, da Igreja e do sistema de justiça. Com o ministério público movendo dois processos na área criminal e civil, os crimes cometidos, segundo o órgão acusador, era o de facilitação de uso de entorpecentes e o dispêndio de dinheiro público com consumidores de drogas (Paula, 2022; Mesquita, 1991).

Em 1989, o gasto de dinheiro público com consumidores de drogas era considerado pelo sistema de justiça criminal um desperdício passível de punição. Diante disso, é possível dimensionar o nível de exclusão e de falta de cidadania a que essas pessoas poderiam estar expostas. Afirma Paula (2022) que o alvo do ministério público não foi a Secretaria de Higiene e Saúde do município de Santos, mas sim os próprios David Capistrano e Fábio Mesquita, respectivamente secretário de saúde e coordenador do Programa de DST/aids, que tiveram que paralisar o PTS do contrário poderiam ser presos.

Para além da política pública proibicionista e repressiva que estava em vigor nessa época no Brasil e do que isso representa em nível de tratamento que era oferecido aos consumidores de drogas, a criminalização da RD tem a ver com a recusa de uma proposta que não acredita na abstinência como único caminho possível. Nas palavras de Paula (2022) esse novo paradigma de cuidado evidencia que nem todas as pessoas que consomem drogas precisam de tratamento, ou seja, existem diversas formas de se relacionar com essas substâncias, e seus consumidores não podem ser reduzidos a categoria de doentes. Essas afirmações vão de encontro ao que é difundido pela política de “guerra às drogas” e passou a povoar o imaginário social, a não aceitação da RD e sua criminalização no município de Santos diz muito sobre isso.

É preciso enfatizar que, mesmo criminalizada e impedida de acontecer na institucionalidade, a RD não deixou de se desenvolver passando a ser praticada por ativistas e organizações na clandestinidade. Foi nas margens da sociedade que ela sobreviveu e suas práticas foram ganhando diversos contornos a depender do contexto em que eram realizadas e do seu público participante. Salienta Petuco (2020) que foi preciso aguardar até o ano de 1995, na cidade de Salvador, onde ela foi pela primeira vez realizada dentro da legalidade, a partir de

então, outras cidades conseguiram realizar Programas de Redução de Danos (PRDs) e logo já era possível localizá-los por vários Estados do país.

O PRD foi um projeto gestado a partir do Programa Nacional de DST e Aids – PN-DST/aids que,

[...] criou um conjunto de articulações e tensões no interior da própria máquina estatal. É esse jogo de tensões e articulações que ocorreram no interior da máquina estatal que nos permite acompanhar como a RD vai aos poucos deixando de ser uma estratégia de prevenção as DST/AIDS e vai se tornando um novo paradigma. O PN-DST/AIDS possibilitou um outro plano de sustentação da RD, não mais “subterrâneo”, mas sim estatal. (Paula, 2022, p. 144).

É nesse cenário político que vão surgindo as redes de mobilização compostas por agentes diversos, tais como, redutores e redutoras de danos e os próprios consumidores de drogas. Assim tem origem a Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), em 1997, a e Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC), fundada em 1998 (Mesquita, 2020). A ABORDA cumpria o papel de mobilizar tanto redutores quando consumidores de drogas para que se organizassem politicamente, um de seus frutos foi a criação de diversas ONGs pelo Brasil, além de representar um espaço não institucionalizado que proporcionava mais liberdade e autonomia para os redutores de danos (Paula, 2022).

No que concerne a questão do HIV/aids no Brasil, a redução de danos teve um papel bastante relevante que pôde ser observado por meio dos indicadores epidemiológicos, mas também no que diz respeito a definição de aspectos éticos, estéticos e políticos, pois “o campo social constituído em torno da construção de respostas a epidemia foi (e ainda é) extremamente receptivo a participação de grupos considerados marginais em outras esferas da vida pública” (Petuco, 2020, p. 96).

A epidemia trouxe à tona a necessidade de intervir nos territórios, indo ao encontro das pessoas marginalizadas que estavam sendo as mais vitimadas pelo contágio. Nesse sentido, o papel dos próprios consumidores de drogas foi fundamental para assegurar que as ações preventivas chegassem aos lugares onde eram necessárias, isto é, até as pessoas que por medo da criminalização procuravam manter-se na invisibilidade (Petuco, 2020).

Neste cenário de mudanças no campo da saúde pública, que ia ganhando contornos mais democráticos e inclusivos, é preciso ressaltar o importante papel que foi desempenhado pelos movimentos sociais, sobretudo o da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Contra o HIV/aids. No Brasil, os referidos movimentos deram contribuições para o desenvolvimento da

RD, e, por conseguinte, para que os consumidores de drogas fossem reconhecidos como sujeitos de direito.

3.2.2 Movimentos sociais e redução de danos: movimento de luta contra o HIV/aids e Reforma Psiquiátrica

Para Gohn (2011), movimentos sociais podem ser definidos como ações sociais coletivas com características sociopolíticas e culturais, onde as pessoas podem se organizar e manifestar suas demandas. Suas estratégias de atuação são diversificadas, podem ser denúncias, pressões indiretas e pressões diretas. Esse tipo de organização pode gerar nos seus membros um sentimento de pertencimento social, o que contribui para amenizar a sensação de exclusão a que alguns indivíduos estão submetidos, já que passam a experimentar o sentimento de pertencimento a um grupo.

Essas organizações possuem um forte caráter educativo, essa relação entre movimento social e educação se constrói através da participação nas ações práticas que se constituem em fonte de produção de novos saberes (Gonh, 2011). Nesse sentido, a participação ativa no movimento possui caráter pedagógico e pode ocorrer “de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (Ibidem, 2011, p. 334). Conforme a autora supracitada, as aprendizagens nesse contexto podem ser aprendizagem prática, aprendizagem teórica, aprendizagem técnica instrumental, aprendizagem política, aprendizagem cultural, aprendizagem linguística, aprendizagem sobre a economia, aprendizagem simbólica, aprendizagem social, aprendizagem cognitiva, aprendizagem reflexiva e aprendizagem ética (Ibidem, 2011).

A seguir, iremos nos debruçar sobre dois importantes movimentos sociais que produziram e continuam a produzir aprendizagens e construções de saberes em seus respectivos campos.

3.2.2.1 Movimento de luta contra o HIV/aids

Como foi escrito anteriormente, a epidemia da aids, para além do que representou enquanto uma grave problemática de saúde, também jogou luz sobre alguns grupos populacionais que até então recebiam pouca ou nenhuma atenção por parte da sociedade. O

Brasil acabava de entrar em uma fase de redemocratização, após longos anos de ditadura civil-militar, e logo se encontrou diante do enorme desafio representado pela chegada da aids na década de 1980.

O primeiro grupo a ser fortemente estigmatizado foi o das pessoas *gays*, especialmente os homens *gayS*. Os primeiros casos de pessoas contaminadas pela aids no Brasil foram identificados entre esse grupo de indivíduos (Paula, 2022). Diante disso, é possível supor que o preconceito e a marginalização direcionados a esses sujeitos deve ter se acentuado, além de ter de conviver com o medo de contrair uma doença da qual se tinha pouco conhecimento, mas sabia-se que podia ser mortal, ainda era preciso lidar com todas as implicações geradas pelo estigma e o pânico que se alastrava pela sociedade.

Foi nesse contexto amedrontador, moralizante e repressivo que algumas minorias oprimidas começaram a se organizar politicamente objetivando conseguir respostas governamentais para o problema que estavam enfrentando. Mas, além de conquistar políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento das pessoas já infectadas, ainda era preciso enfrentar as tentativas de controle dos comportamentos e dos modos de vida, já que a homossexualidade era diretamente associada a aids, como se apenas esse grupo populacional estivesse passível de contrair ou transmitir o novo vírus.

A regra da abstinência sexual passou a ser conjugada ao controle de minorias que, em vez de serem segregadas em espaços fechados, foram marginalizadas na justa medida em que sofriam estigmatizações: “o câncer ou peste *gay*” aumentou o estigma dos homossexuais, principalmente masculinos. O poder, ao incidir sobre a vida, lançou outra violência, que não exclui a física, mas a perpassa: a violência produzida ao se associar homossexualidade à morte. [...] A alteração do termo primeiro, “grupo de risco”, para “comportamentos de riscos” revelou, antes de tudo, o caráter insidioso de um controle que definiu como promíscuo e perigoso os estilos de vida dos *gays*, dos usuários de drogas, dos travestis, das prostitutas e passou a controlar não os corpos, mas a própria subjetividade. (Paula, 2022, p. 114).

A substituição do termo grupo de risco pelo termo comportamento de risco representou um avanço na medida em que afirma que não existe um grupo de risco, pois toda e qualquer pessoa pode contrair ou transmitir o vírus do HIV, não apenas os homossexuais. Porém, a adoção do termo comportamento de risco denota que a prática de determinados comportamentos pode deixar a pessoa mais vulnerável ao contágio de algumas doenças. Este pode ser considerado um argumento válido se pensarmos, por exemplo, na questão da reutilização e compartilhamento de seringas entre UDI ou na prática do sexo sem o uso de preservativo, pois estes são comportamento que podem expor a pessoa a uma série de

problemas. A tentativa de controle das práticas acontece quando se define que determinados estilos de vida são promíscuos e as diversas formas de se obter prazer podem representar riscos para a vida humana.

Atualmente os termos grupo de risco e comportamento de risco, no campo da aids, foram substituídos pelo termo contextos de vulnerabilidade, o que é demonstrativo de uma importante mudança conceitual, conforme pode ser observado:

Diferentemente dos demais conceitos que se fizeram marcantes ao longo do processo em que a epidemia HIV/Aids se alastrou, o conceito de vulnerabilidade não está relacionado ao outro; não está relacionado a um comportamento certo ou errado dos indivíduos; não objetiva encontrar culpados ou inocentes. [...]. A vulnerabilidade, como conceito atualmente utilizado no contexto HIV/Aids, não diz respeito a nenhum grupo em específico e, ao mesmo tempo, diz respeito a todos os indivíduos por serem humanos. (Schaurich, 2004, p. 122).

O conceito de vulnerabilidade aqui acionado possui três dimensões: pessoal, social e pragmática/institucional. Conforme nos explicam Ayres et al. (2004), o componente individual está relacionado ao grau e a qualidade das informações que o indivíduo possui, também a sua capacidade de compreender essas informações, ou seja, seu grau de consciência a respeito do tema, a capacidade de incorporá-las às suas práticas protetivas cotidianas; já o componente social diz respeito ao coletivo, ao acesso aos meios de comunicação, escolarização, saúde, participação em decisões políticas e ao não estar submetido a processos coercitivos; a dimensão pragmática/institucional diz respeito aos recursos sociais disponibilizados com o intuito de proteger o sujeito, em outras palavras, trata-se dos pactos governamentais, recursos, programas e políticas voltados para a prevenção e cuidado.

O movimento de luta contra aids teve grande influência de sujeitos que não aceitaram renunciar a suas formas de obter prazer e “em vez de se absterem dos prazeres que usufruíam, dedicaram-se a criar outras formas de cuidado, afirmando seus estilos de vida como bandeira política” (Paula, 2022, p. 115). Assim, o protagonismo conquistado pelo movimento *gay* e outros grupos minoritários foi fundamental para a consolidação da política de aids e para o surgimento do primeiro modelo de atenção para as pessoas infectadas pelo vírus, com as práticas de saúde assumindo um caráter político e democrático (Paula, 2022).

O movimento de luta contra a AIDS possibilitou o surgimento dos "ativistas de AIDS", como muitos militantes passaram a se identificar. [...] Deixar de ser "aidético" para se tomar uma "ativista", isto é, sair de uma condição clínica para uma identificação política, exige que se opere um minucioso processo de subjetivação, no

qual a superação do estigma pode se colocar como motivação inicial. (Pelúcio, 2007, p. 122).

Ao afirmarem seus estilos de vida como bandeira política, os ‘ativistas da aids’ estavam buscando uma estratégia que promovesse uma ampliação da vida e deslocasse o seu próprio lugar nesta equação, rejeitando a identidade que era imposta pelo estigma e assumindo a sua própria identidade como sujeito político e cidadão possuidor de direitos.

Para Barros e Silva (2016), uma conjunção de fatores contribuiu para que a questão da aids ganhasse status de agenda política. Nesse sentido, as autoras consideram o processo de transição democrática; a presença de sanitaristas nos cargos de chefia do Ministério da Saúde; a rapidez com que a doença se espalhava; a existência de grupos de pesquisa dedicados a estudar doenças infecciosas e parasitárias; o progresso feito pela medicina sobre o conhecimento da doença; a criação de programas de aids em alguns estados da federação; e, por fim, a pressão dos movimentos sociais.

No caso específico desta epidemia, é possível observar a organização de diversos grupos, dentre eles os grupos mais estigmatizados e principais vítimas da infecção: os homossexuais, que se recusaram a aceitar a realidade tal qual era apresentada, e foram em busca de estratégias que assegurassem não só a prevenção, mas também tratamento e a diminuição dos preconceitos. Para Pereira e Nichiata (2011), entre os movimentos pioneiros, é possível identificar o grupo estadunidense *Gay Men’s Health Crisis*, fundado pelo escritor e dramaturgo Larry Krumer, que em 1987 também foi responsável pela criação do *Aids Coalition to Unleash Power* (ACT UP). Um dos principais objetivos dessas organizações era a inserção nos espaços onde o tema da aids estivesse sendo debatido, assim, eles tinham como algumas de suas estratégias a invasão de eventos científicos sobre saúde, realização de protestos de rua e a distribuição de panfletos com informações afim de diminuir o preconceito e a estigmatização das pessoas homossexuais.

Continuando com as autoras supracitadas, no contexto brasileiro, é possível destacar o grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Sexual, fundado em 1978, como um dos primeiros criados a partir do movimento homossexual que tinha como uma de suas frentes de ação lutar contra o estigma e o preconceito que estabeleciam uma ligação direta entre aids e homossexualidade. As ONGs também tiveram papel importante:

Dentre as organizações, destacam-se quatro que apresentaram importante inserção política na luta nacional contra a Aids: o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA), Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Grupo Pela

Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids (Pela Vidda) e o Apoio Religioso Contra Aids/Instituto de Estudos da Religião (ARCA/ISER). (Pereira; Nichiata, 2011, p. 3252).

Também é preciso ressaltar a importância da criação do SUS no final da década de 1980, como uma ferramenta que contribuiu para uma articulação entre medidas preventivas, garantia de tratamento e um sistema de saúde democrático (Barros; Silva, 2016). Dessa maneira, é possível afirmar que:

O Espaço Aids constituiu-se historicamente como espaço de luta pela organização da resposta à epidemia e de intervenção sanitária. Estavam em disputa a autoridade de falar sobre o significado da doença, formas de prevenção, tratamento e estratégias para o controle da epidemia. Sua conformação envolveu agentes do campo médico, do “Espaço da Saúde Coletiva”, do campo burocrático, do movimento homossexual e do campo científico, influenciado pelos campos político, religioso e jurídico. Posteriormente, movimentos de hemofílicos, talassêmicos e profissionais do sexo e ONG/aids, compondo o subespaço militante. (Barros; Silva, 2016, p. 10-11).

O espaço de disputa que se constituiu em torno da aids serviu ao propósito de elaborar e colocar em prática as respostas que eram requisitadas pela sociedade e especialmente pelos grupos mais vulneráveis. A partir daí são pensadas estratégias de tratamento e implementadas as primeiras ações concretas e efetivas de prevenção, entre elas a troca de seringas entre os UDI como uma forma de evitar a contaminação. Como foi possível observar na seção anterior, quando tratamos sobre o início da redução de danos no Brasil, a epidemia de aids foi o marco inicial dessa estratégia de saúde pública no país.

O movimento de luta contra a aids e os agentes que lutaram nas suas trincheiras para mudar a história da epidemia buscando estratégias eficazes de prevenção deram grande contribuição para afirmação da redução danos enquanto prática de saúde pública com potencial de promover mudanças de comportamento, visando diminuir os danos sem exigir das pessoas que elas abram mão daquilo que elas não podem ou não querem deixar de fazer, isto é, em lugar da obrigatoriedade da abstinência passa a ser priorizado o direito à saúde.

3.2.2.2 Reforma Psiquiátrica

Um fator que teve grande importância para o fortalecimento da redução de danos e para a mudança no tratamento assistencial que era ofertado às pessoas que consomem drogas foi a Reforma Psiquiátrica, que teve como um de seus maiores protagonistas o Movimento da Luta

Antimanicomial. A Reforma Psiquiátrica foi efetivada no Brasil a partir da publicação da Lei nº 10.216/2001, que ficou conhecida como Lei Paulo Delgado, em homenagem ao deputado federal que a propôs. Para além de estabelecer o cuidado em liberdade e pôr fim aos tratamentos desumanos, essa lei representa a garantia de dignidade e o direito de exercer a cidadania das pessoas em sofrimento mental já que assegura, por exemplo, que o lugar preferencial para o tratamento da pessoa deve ser nos serviços comunitários de saúde mental, ou seja, no seu próprio contexto social e não segregada em uma instituição asilar.

Iniciativas de reforma do sistema psiquiátrico foram bastante presentes durante o século XX em alguns países europeus e também nos EUA. Países como Inglaterra, França e Itália levaram adiante transformações na assistência psiquiátrica que era oferecida a suas populações, algumas dessas experiências serviram de inspiração para a Reforma Psiquiátrica brasileira, a exemplo da psiquiatria democrática do psiquiatra italiano Franco Basaglia.

Foi a psiquiatria democrática, alicerce ideológico e técnico da RPB¹⁶, quem mais claramente iluminou e operou sobre as relações de poder presentes no tratamento segregativo do sujeito com doença mental, tanto no interior do manicômio quanto nas relações sociais. (Mezza; Torrenté, 2020, p. 236).

Apontada como alicerce ideológico da Reforma Psiquiátrica brasileira, a psiquiatria democrática propunha a reflexão sobre as relações de poder que apareciam de forma velada através da segregação e isolamento do sujeito em sofrimento mental. Essa abordagem de cunho político e social propunha não só a transformação do tipo de assistência que era oferecido, como também fazia a crítica social ao constatar como as relações de poder atuavam nesses espaços e contribuíam com a vulnerabilização e a estigmatização das pessoas que utilizavam seus serviços, sem de fato apresentar uma contribuição relevante para o seu processo de recuperação.

Nessa perspectiva a instituição manicomial é percebida como uma ferramenta a serviço do sistema opressor que se apresenta contrária ao princípio da liberdade e contribui para a manutenção da desigualdade social, violência e exclusão dos sujeitos. Assim, Franco Basaglia defendia a destruição desses equipamentos, tendo em vista a sua função social de controle dos corpos e disciplinamento (Mezza; Torrenté, 2020).

Conforme é explicitado por Nunes et al. (2019), observou-se que as reformas do sistema psiquiátrico, tanto no contexto nacional quanto internacional, geralmente têm origem em períodos de crise socioeconômica e sanitária que acabam criando ou aprofundando

¹⁶ Reforma Psiquiátrica Brasileira.

vulnerabilidades e fragilidades do tecido social. Assim, compreende-se que essas reformas não podem ficar apenas no plano de reorientação do modelo assistencial, pois as questões abordadas exigem que aconteçam transformações nas estruturas macro e micropolíticas para que seus efeitos sejam realmente palpáveis e duradouros.

No que diz respeito à internação de pessoas classificadas como toxicômanos ou intoxicadas por entorpecentes nessas instituições, antes da Reforma Psiquiátrica, afirmam Machado e Boarini (2013) que a internação podia ser obrigatória ou facultativa por tempo determinado ou não, e quem tinha o poder de decisão nesses casos era o sistema judiciário.

Não obstante, a alta do paciente só podia ser autorizada por um médico, quando esse atestasse a cura do toxicômano comprovada por testes e exames, a cura era uma exigência, pois a toxicomania era classificada na legislação como doença de notificação compulsória, essa determinação estava expressa no Decreto-Lei nº 891, de 25 de novembro de 1938, uma das primeiras legislações do país sobre a questão das drogas. A legislação seguinte, Lei nº 6.368/1976, retirou a prerrogativa compulsória das internações em instituições hospitalares para pessoa que faziam consumo abusivo de substâncias, por outro lado, é possível observar a intensificação da medicalização dessas pessoas, o que deu legitimidade a termos como dependente de drogas (Machado; Boarini, 2013).

A reestruturação da assistência psiquiátrica é categoria presente durante o processo de redemocratização do país e objetivava a superação do modelo manicomial asilar, responsável por tratamentos baseados no isolamento e em abordagens que podiam se assemelhar a práticas de tortura, que vitimava também os consumidores de drogas. Alguns marcos importantes dessa construção de alternativas no campo da saúde mental já podiam ser observados “na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), na 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental (1987), na 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental (1992), culminando na 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental (2001)” (Hirdes, 2009, p. 298).

No que diz respeito a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no mês de março de 1986, é possível observar, conforme afirma Paula (2022), a existência de lutas por uma participação popular nas questões relativas à saúde:

A inédita participação popular fez dessa conferência um marco no processo de redemocratização do país. A defesa da saúde como direito do cidadão e dever do Estado tornou-se uma das principais diretrizes desse encontro, de onde foram traçadas metas de universalização do acesso, integralidade do cuidado, equidade das ofertas, descentralização das ações e controle social. (Ibidem, 2022, p. 100).

No entanto, é preciso voltar ao período anterior à redemocratização do país, já que o embrião da Reforma Psiquiátrica tem origem em plena ditadura militar. Para o autor supracitado, durante o período da ditadura militar, com suas práticas de dominação e limitação dos direitos individuais da maioria da população, os profissionais de saúde, em alguns casos, puderam experimentar algo muito próximo ao que eram submetidos os pacientes psiquiátricos. Nesse sentido, “a ditadura permitiu evidenciar a proximidade entre tortura e eletrochoque ou, até mesmo, entre exílio de confinamento” (Ibidem, 2022, p. 98).

Por absurdo que possa parecer na atualidade, quando se trata dos tipos de tratamento que eram oferecidos a pessoas em sofrimento mental, é possível constatar que não existia uma clara diferenciação entre castigo e métodos terapêuticos. As práticas de tortura, em muitos casos, eram entendidas como meios viáveis para alcançar a cura, “um desses tratamentos criados em 1949 teve um reconhecimento social particular. A psicocirurgia, ou mais conhecida como lobotomia, foi honrada com o prêmio Nobel” (Mezza; Torrenté, 2020, p. 237).

O conjunto de arbitrariedades a que eram submetidas as pessoas em hospitais psiquiátricos não podia continuar, assim, o ponto de culminância que deu origem ao Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, conforme Paula (2022) e Amarante (1995), pode ser localizado no movimento grevista levado a frente pelos profissionais e estagiários que atuavam na Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), o referido órgão compunha o Ministério da Saúde e tinha como sua incumbência a elaboração das políticas de saúde, especificamente as de saúde mental. A precarização das condições de trabalho e as situações de violência que vitimavam tanto profissionais quanto pacientes foram fatores aglutinadores e propiciadores da greve, além disso, segundo Amarante (1995, p. 53), eram “frequentes as denúncias de agressão, estupro, trabalho escravo e mortes não esclarecidas”.

Nesse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que, como é apontado por Amarante (1995), pode ser identificado como uma das entidades responsáveis pela formulação das políticas de saúde mental brasileiras. Mas ainda é possível dizer mais sobre a importância deste movimento para a luta antimanicomial, pois, conforme o autor supracitado, o MTSM é o primeiro movimento em saúde com participação popular, não sendo identificado como um movimento ou entidade da saúde, mas pela luta popular no campo da saúde mental” (Ibidem, 1995, p. 59).

O movimento incidiu em várias frentes, desde a articulação da luta antimanicomial até a elaboração e direcionamento de propostas de transformação dos hospitais psiquiátricos, segundo afirma Amarante:

[...] Articulação Nacional da Luta Antimanicomial, outra expressão do MTSM, além de um grande número de entidades de amigos, familiares e usuários que têm a marca do movimento. Finalmente, em decorrência de seu caráter múltiplo e plural, o MTSM encaminha propostas de transformação de unidades psiquiátricas públicas (CJM, Pinel, CPPII, Juqueri, Galba Velloso, Raul Soares, Messejana, Juliano Moreira de Salvador, dentre tantos outros) ocupa espaços em instâncias consultivas e decisórias dos governos federal, estaduais e municipais, e busca influenciar na formulação das políticas de saúde do País. (Amarante, 1995, p. 57-58).

Uma conexão que merece destaque é a que se deu entre o MTSM e o Movimento da Reforma Sanitária, outro movimento emergente que começou a ser criado em 1970 e contou com mobilização importante da população e dos movimentos sindicais. A aproximação com o movimento sanitarista representou mudanças para o MTSM, que passou de um movimento com caráter trabalhista a um movimento que lutava pelo reconhecimento dos direitos do “louco” como cidadão, assim como pela redemocratização do Brasil (Paula, 2022).

Para Hirdes (2009), um dos grandes marcos históricos para o campo da saúde mental no Brasil foi a Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica, que aconteceu em Caracas, capital da Venezuela, em 1990. Nesta reunião foi publicada a Declaração de Caracas da qual o Brasil foi signatário, e impulsionou mudanças efetiva no Ministério da Saúde. Neste documento os países da América Latina firmaram o compromisso de levar adiante uma reestruturação da assistência psiquiátrica, que tornava imperativo uma reflexão sobre o papel hegemônico ocupado pelo hospital psiquiátrico e a necessidade de assegurar os direitos individuais, dignidade e direitos humanos das pessoas que necessitavam desses serviços, sem excluí-los do convívio social e zelando para que pudessem permanecer em seu próprio meio comunitário.

No entanto, a primeira experiência concreta fruto da Reforma Psiquiátrica que teve reverberação e chamou a atenção da opinião pública foi a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, na cidade de Santos em 1989. De acordo com Hirdes (2009), esse acontecimento foi representativo da desconstrução da estrutura manicomial no país e da construção de modelos substitutivos. O processo que culminou com essa intervenção é descrito por Amarante:

[...] em 03 de maio de 1989, o processo de reforma psiquiátrica assumiu repercussão nacional, mediante a intervenção da Secretaria de Saúde do Município de Santos na

Casa de Saúde Anchieta. A partir da constatação das piores barbaridades, incluindo óbitos, neste hospital psiquiátrico privado, a Prefeitura ordenou a intervenção, com seu posterior fechamento. Isto possibilitou um processo inédito em que foram criadas as condições para a implantação de um sistema psiquiátrico que se definia como completamente substitutivo ao modelo manicomial. Esse sistema substitutivo deu-se com a redefinição do espaço do antigo hospício em vários trabalhos e experiências de parcerias com a municipalidade, e com a criação de Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), cooperativas, associações, instituições de residencialidade etc. Este processo santista foi, certamente, o mais importante da psiquiatria pública nacional e que representou um marco no período mais recente da reforma psiquiátrica brasileira. (Amarante, 1995, p. 83).

Deste momento em diante os serviços substitutivos passaram a ser privilegiados em detrimento do hospital psiquiátrico, esses serviços podem ser definidos conforme é ressaltado por Amarante (1995), como experiências e trabalhos que foram sendo realizados em parceria com os municípios. Tais quais “redes de atenção à saúde mental, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos psiquiátricos em hospitais gerais, oficinas terapêuticas, residências terapêuticas [...]” (Hirdes, 2009, p. 298). Uma das principais características dessa nova modalidade de serviço era o respeito aos direitos humanos e garantia de um tratamento que não visava a exclusão social.

Nesse cenário, os CAPS, enquanto serviço alternativo de saúde mental, nasceram oficialmente em 1992 por meio da Portaria nº 224/92 do Ministério da Saúde. Um dos seus objetivos é oferecer assistência para a pessoa em sofrimento mental em seu próprio contexto social e familiar, garantindo sua territorialização. Por essa razão, esses equipamentos são definidos como unidades de saúde locais, sua atualização e integração ao SUS veio na esteira da aprovação do marco legal da Reforma Psiquiátrica, por meio de outro documento do Ministério da Saúde, desta feita temos a Portaria nº 336/2002, que ampliou o seu funcionamento e estabeleceu as modalidades de serviço definidas como: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS I II e CAPS ad II. Sendo esta última modalidade voltada ao atendimento de pessoas com transtornos causados pelo consumo ou abuso de drogas (Souza, 2020; Brasil, 1992; Brasil, 2002).

Como foi escrito anteriormente, a cidade de Santos mais uma vez ocupava papel de vanguarda no país ao produzir um direcionamento do Movimento da Reforma Psiquiátrica com o início do processo de desmonte das estruturas manicomiais. Na visão de Paula (2022, p. 105), essa desestruturação do manicômio pode ser dividida em dois momentos, quais sejam: “o primeiro referia-se às práticas coletivas dentro do hospital e o segundo, aos efeitos de abertura

que essas ações produziram. Respectivamente, podemos, neste caso, observar uma importante distinção entre desospitalização e desinstitucionalização.”

Para Amarante (1995) o processo de desinstitucionalização produzido pela Reforma Psiquiátrica significa o mesmo que desconstrução, ou seja, a substituição do modelo hospitalocêntrico no cuidado em saúde mental. Não deve ser confundido com a desospitalização, que para o autor refere-se à redução no número de leitos ou do tempo médio de internação hospitalar. Nas palavras de Saraceno, desinstitucionalização,

consiste em uma progressiva superação das condições de dependência dos pacientes psiquiátricos das instituições psiquiátricas, hospitalares ou não, e dos automatismos invalidantes que caracterizam o círculo vicioso doença/resposta invalidante a doença [...]. (Saraceno, 2001, p. 23).

Mais ainda é possível ir além, pois, no entendimento de Mezza e Torrenté (2020), o processo de desinstitucionalização tem como um dos fatores impulsionadores a contradição entre a teoria científica e a realidade institucional. A reviravolta teria tido origem quando se constatou que a ciência médica não logrou êxito na sua tarefa de “tornar o louco um ser humano – doente – como qualquer outro” (Ibidem, 2020, p. 240). Ao contrário disso, contribuiu com o processo de exclusão social desses sujeitos.

No Brasil, o processo de desinstitucionalização tem início com as intervenções que foram realizadas em Santos, que visavam inicialmente melhorar as condições dentro da instituição hospitalar, inibindo as ações violentas, os tratamentos com eletrochoque e o uso das celas-fortes¹⁷ como castigo imposto aos pacientes. Nesse contexto, são implementadas medidas simples, mas de grande representatividade como a permissão para que os pacientes pudessem circular livremente pelo pátio do hospital. Essa liberdade dos pacientes gerou certo medo em alguns profissionais que atuavam na instituição, que passaram a se sentir inseguros. Este elemento foi importante para que fossem criados espaços coletivos de decisão e gestão dentro do próprio hospital, onde questões como essa podiam ser discutidas. Os feitos dessa intervenção não podiam permanecer restritos ao que acontecia dentro do hospital, era preciso ir além da

¹⁷ [...] consistiam em pequenas salas, individuais, fechadas, com portas de material reforçado, que continham uma ou duas aberturas, na parte superior para o profissional observar a pessoa no interior do cubículo e na parte inferior para entregar as refeições. [...]. As pessoas eram encaminhadas para os cubículos quando estavam muito agitadas ou agressivas. Todavia, esses recintos também serviram para que alguns funcionários os usassem como um castigo para os pacientes. Não existia um tempo de permanência estabelecido para a reclusão, podia ser de 2 a 3 horas, até vários dias (Guimarães, *et al.*, 2013, p. 365).

livre circulação dentro da instituição e assegurar a livre circulação das pessoas pelas ruas da cidade (Paula, 2022). Nesse sentido,

o processo de desinstitucionalização passa a arguir a própria sociedade, questionando publicamente a demanda por internação. Da mesma forma que o medo dos técnicos foi debatido em assembleias e reuniões, o medo da sociedade passou a ser discutido publicamente; familiares, políticos, mídia e igreja transformavam-se em atores de uma nova história da loucura no Brasil. (Ibidem, 2022, p. 109).

Não obstante as importantes transformações que foram sendo conquistadas pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica, é preciso ressaltar que, inicialmente, a questão do consumo de álcool e drogas não era uma prioridade para este movimento. Conforme aponta Petuco (2019), houve certa demora do campo da saúde mental em assumir a problemática do consumo abusivo de drogas como sua, o que só veio a acontecer, em termos documentais, com a implementação da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2003), que pode ser vista como um produto do encontro entre RD e Reforma Psiquiátrica. Além de representar um marco para a questão das drogas no país, este documento traz um dos primeiros registros da RD entendida enquanto uma ética de cuidado, indo além de um conjunto de técnicas voltadas para o consumo seguro de drogas.

Mesmo na cidade de Santos, que assumiu postura inovadora em problemáticas que vinham ocupando lugar de destaque e que envolviam diretamente os consumidores de drogas, tais como a contaminação dos UDI pelo vírus da aids e a sua reclusão em instituições asilares, não era possível observar o estabelecimento de relações entre RD e o campo da saúde mental.

Não deixa de ser curioso o fato de que duas das áreas de maior visibilidade na gestão de saúde da cidade de Santos, entre 1989 e 1992, foram justamente as políticas de Aids (pelo que fez, com respeito à construção de uma política pública inovadora) e de saúde mental (pelo que desfez, no que tange à desconstrução do modelo manicomial). Ainda assim, não se percebia o quanto a experiência com trocas de seringas seria relevante para a saúde mental, e o encontro entre reforma psiquiátrica e RD teria de esperar alguns anos para se realizar, ao menos no âmbito da gestão e dos documentos governamentais. (Petuco, 2019, p. 215).

O encontro entre o movimento de saúde mental e movimento de luta contra o HIV se deu, finalmente, por meio da publicação da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2003). No entanto, é possível destacar que a preocupação com a atenção aos usuários de álcool e outras drogas e a reorientação dos modelos assistenciais em saúde mental já era possível de ser observada no Relatório Final da

III Conferência Nacional de Saúde Mental, que antecedeu a criação da política pública, conforme afirma (Paula, 2022).

Além de representar um marco histórico, a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2003), transformava a RD em uma diretriz de cuidado no SUS. O texto do documento começa reconhecendo a existência de uma lacuna nas ofertas de cuidado e atenção voltadas para pessoas consumidoras de drogas, apontando a exclusão desses sujeitos dos serviços de saúde e a necessidade de reverter os modelos assistenciais que não contemplem as reais carências dessa população. Enfatiza que as práticas de cuidado, quando necessárias, devem ser baseadas em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial ligados à rede assistencial em saúde mental, e que estes dispositivos devem lançar mão dos conceitos de território e rede, assim como da perspectiva de RD, sem deixar de considerar o contexto social, cultural e comunitário em que o sujeito está inserido, e levando em conta os princípios da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2003).

Como pode ser observado, esta política trouxe um conjunto de avanços para a questão da atenção e cuidado que é dispensado para as pessoas consumidoras de drogas. Por levar em consideração os princípios da Reforma Psiquiátrica e do SUS, tenta assegurar que essas pessoas, quando precisem, sejam atendidas nos serviços de atenção psicossocial localizados em seus próprios territórios, a exemplo do CAPS AD. Aumentando e facilitando o acesso ao invés de excluir e marginalizar. Ainda estabelece que esses dispositivos de atendimento e suas equipes devem levar em consideração a realidade e as especificidades de cada um dos sujeitos atendidos, sem negar a singularidade e a diversidade dos consumidores de drogas, dos tipos de consumo, das drogas e dos contextos de uso. Além de apresentar a possibilidade de investir de forma concreta na alternativa de RD, uma vez que a abstinência não é mais considerada a única opção de tratamento.

Essa aproximação trouxe contribuições para os dois lados, uma vez que a RD não ofertava respostas prontas, mas sim, possibilitava o surgimento de reflexões éticas que colocavam em marcha a necessidade de movimento e invenção. Por seu turno, o campo da Saúde Mental oportunizou à RD a superação do entendimento reducionista que ligava a questão do uso de drogas a uma perspectiva apenas instrumental de caráter preventivista (Petuco, 2020).

O cenário podia ainda não ser perfeito, mas são inegáveis as conquistas da Reforma Psiquiátrica para o campo da saúde mental. Contudo, nos últimos anos foi se intensificando um movimento que passou a ser conhecido como Contrarreforma Psiquiátrica, que consiste em

tentativas de desestruturação e ataques sistemáticos contra as políticas de saúde mental que foram fruto da Reforma. Dessa maneira,

Pode-se definir a Contrarreforma, enfim, como um processo sociopolítico e cultural complexo que evidencia uma correlação de forças e interesses que tensionam e até reverterem as transformações produzidas pelas RP [...] No Brasil, a maior vaga de oposição à RP se deu a partir de 2017, com a Portaria GM/MS 3.588. (Nunes *et al.*, 2019, p. 4491).

A Portaria GM/MS 3.588/2017 propôs a inclusão de alguns serviços na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tais como unidade de referência especializada em hospital geral; hospital psiquiátrico especializado; hospital dia e CAPS AD IV, que seria disponibilizado sobretudo nas cenas de uso de crack. Como é possível perceber, temos aí o retorno do hospital psiquiátrico como lugar privilegiado para o tratamento do sofrimento mental, mas não só, pois todos os novos serviços agregados denunciam o caráter hospitalocêntrico que se busca imprimir na RAPS a partir daquele momento. Constata-se assim a claríssima tentativa de reverter as conquistas que foram alcançadas com a Reforma Psiquiátrica.

Desse momento em diante, vão surgindo novas Resoluções e Portarias que objetivam, entre outras coisas, aumentar o número de leitos nos hospitais psiquiátricos e a quantidade de dinheiro investido na manutenção desses leitos, além de um forte investimento na expansão e manutenção das comunidades terapêuticas. Conforme o enfatizado por Nunes *et al.*, (2019), entre os anos de 2017 e 2018, é possível observar a tentativa de formalização da Contrarreforma Psiquiátrica com o enfraquecimento dos serviços substitutivos através do congelamento e da retirada de recursos, e da volta do reconhecimento e do investimento nos hospitais psiquiátricos e nas comunidades terapêuticas. Nesse sentido, nas palavras de Nunes *et al.*, (2019, p. 4494), [...] surgem formas promissoras de mercantilização da atenção em saúde mental [...]. E os números são reveladores:

Em 2017, uma minuta da “nova política” do Governo Federal propunha investir 240 milhões de reais em expansão de serviços para álcool e outras drogas sendo mais de 120 milhões em CT contra R\$ 31.752.720,92/ano para a expansão da rede e criação de novos serviços territoriais. Em 2019, o valor subiu para 153.7 milhões de reais somente para comunidades terapêuticas. O Governo ampliou para 496 instituições credenciadas, com uma oferta de 10.883 leitos exclusivos para usuários de substâncias psicoativas. Por outro lado, em 2017, são apenas 406 CAPS para álcool e outras drogas. Com essa mudança, o número de comunidades terapêuticas suplanta o de CAPS-Ad, gerando uma inversão da curva em relação àquela que foi alcançada em 2011, com a superação do ciclo histórico do modelo hospitalocêntrico, tanto no número de serviços quanto na prioridade do financiamento. (Nunes *et al.*, 2019, p. 4495).

O neoliberalismo, como expressão radicalizada do capitalismo, consegue transformar quase tudo em mercadoria, não faz muita diferença para esse sistema se os lucros são obtidos ao custo da precarização da saúde da população ou da sua exclusão social. Assim, constata-se uma mistura de interesses econômicos, moralismo e desprezo pela vida humana que conseguem tensionar e desestabilizar conquistas sociais. No entanto, cabe destacar que no dia 21 de junho de 2023 foi publicada a Portaria GM/MS nº 757, onde o Ministério da Saúde revoga a Portaria nº 3.588/2017 e consequentemente os serviços que com ela haviam sido atrelados a RAPS, como vimos anteriormente. Uma esperança de que o campo da saúde mental continue trilhando os caminhos da Reforma Psiquiátrica.

3.2.3 Ampliação do conceito de redução de danos: da prevenção ao cuidado integral

A inclusão da RD como uma diretriz de cuidado no SUS e a implementação de uma política pública voltada para as pessoas que fazem consumo de álcool e outras drogas, aliadas às contribuições trazidas por diferentes experiências e indivíduos que atuavam nesse campo como redutores e redutoras de danos, representou uma ampliação do conceito de RD que no Brasil adquiriu características próprias.

Um dos aspectos fundamentais da RD é a sua capacidade de tomar como ponto de partida a singularidade e os direitos do consumidor de drogas, entendido e respeitado enquanto cidadão. É um paradigma que possui razões éticas e humanitárias e leva em consideração a promoção da saúde e os direitos humanos, buscando assegurar o protagonismo dos sujeitos nas suas abordagens, colocando-se como um contraponto à ideia de medicalização enquanto busca contribuir com projetos que visem à autonomia e a emancipação das pessoas consumidoras de drogas (Gomes e Dalla Vecchia, 2018).

Apesar de adquirir *status* de política de pública e adentrar na institucionalidade, o que é fundamental para assegurar uma maior abrangência de suas estratégias, seu fortalecimento e o financiamento das suas ações, a RD sempre manteve fortes laços com os movimentos que acontecem fora da institucionalidade, as margens da sociedade e porque não dizer na clandestinidade. Talvez isso ocorra porque seu principal público, em grande medida e durante bastante tempo, teve que manter seus hábitos de consumo nas sombras e ainda hoje é vitimado pelo estigma associado ao consumo de substâncias ilícitas.

Contudo, esses sujeitos estigmatizados tiveram importante participação no entendimento e na adoção da RD como um novo paradigma de atenção e cuidado voltado não apenas para a prevenção de agravos à saúde, mas para a proteção dos direitos humanos e o reconhecimento da cidadania da consumidora e do consumidor de drogas. Essas pessoas organizadas em coletivos e movimentos sociais se “apropriaram” da RD e contribuíram para que suas estratégias fossem além da troca de seringas.

Do ponto de vista das estratégias de RD, é possível afirmar sua diversidade e adaptabilidade aos sujeitos, substâncias e contextos sociais e culturais onde são praticadas. No quadro a seguir serão descritas as estratégias mais frequentemente adotadas.

Quadro 05 – Estratégias de redução de danos

Troca de seringas e material esterilizado	A distribuição e a troca de seringas continua sendo uma das principais estratégias de RD, em decorrência da sua efetividade em evitar a reutilização ou compartilhamento de material e de seu baixo custo.
Informações e aconselhamento	Serviços de informação e aconselhamento estão presentes na maioria das ações de RD. Conhecimentos a respeito das substâncias, da prevenção e de formas de utilização segura podem ser repassados de forma verbal aos consumidores de drogas ou através de materiais impressos, que podem acompanhar a distribuição de insumos. Contudo, a troca de informação entre usuários e ex-usuários é considerada a forma mais eficiente de fazer com que o conhecimento seja difundido.
Kits de redução de danos	Os kits são considerados técnicas abrangentes e podem ter composições distintas, de acordo com o público que será atendido. Sua composição geralmente é constituída por objetos como folhetos informativos, materiais para tratamento de feridas, água destilada, preservativos e lubrificantes. Alguns kits também podem incluir agulhas, seringas e cachimbos.
Terapias de substituição	A estratégia de substituir uma substância por outra foi uma das primeiras adotadas no contexto da RD. A terapia de substituição teve início com a prescrição controlada de heroína e morfina, na atualidade e com avanço da farmacologia passam a fazer parte da relação de drogas de substituição a metadona e o composto buprenorfina-naloxona <u>usados principalmente no tratamento da dependência de opiáceos.</u>
Acesso aos serviços de saúde e assistência social	Essas estratégias visam oferecer um cuidado integral ao consumidor de drogas através de programas interdisciplinares e intersetoriais que abrangem o cuidado em saúde e serviços de assistência social, tais como os serviços oferecidos nos <i>drop in centers</i> que funcionam como centros de acolhimento com distribuição de informações e insumos, além de oferecer alimentação, higiene e/ou repouso. Nesse tipo de abordagem o contexto social também pode ser trabalhado por meio de oficinas de capacitação, rodas de conversa e escuta terapêutica.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Gomes e Dalla Vecchia (2018 p. 2332- 2333).

Para Paula (2022), as principais instituições de promoção da RD seriam as seguintes: a) Programas Municipais de DST/aids através de PRDs; b) Organizações Não Governamentais de Redutores de Danos; c) Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas; d) Centros de Referência Nacional de Álcool e outras Drogas. De acordo com autor supracitado,

a RD avançou de uma concepção reduzida de prevenção às DST/Aids entre UDI para uma proposta ampliada de produção de saúde[...] criando novos dispositivos de intervenção, ampliando seu campo de ação” (Ibidem, 2022, p. 253).

Nessa proposta ampliada de promoção da saúde a RD assume um compromisso com suas próprias diretrizes (gestão comum, corresponsabilidade e cooperação), e com os princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade). Nesse sentido, evidencia-se a busca de assegurar à vida e o direito a saúde do consumidor de drogas que deixa de ser percebido como um doente ou cidadão de segunda classe e tem sua singularidade e seus saberes respeitados.

Nessa perspectiva, a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (Brasil, 2003), ao discorrer sobre o método da RD, afirma que, “o método está vinculado à direção do tratamento e, aqui, tratar significa aumentar o grau de liberdade, de co-responsabilidade daquele que está se tratando. Implica por outro lado, no estabelecimento de vínculo com os profissionais[...]” (Brasil, 2003, p. 10). O caminho, no sentido de método, adotado pelas práticas de RD através de suas intervenções vai se modificando e se adaptando aos sujeitos e aos territórios onde vai sendo realizada. Sem renunciar a seus princípios e as diretrizes do SUS, a RD consolidou-se como uma valiosa estratégia educativa e de saúde pública, além de um paradigma de cuidado que se contrapõe ao paradigma da abstinência.

Em sua estratégia metodológica, o consumidor de drogas é incluído não apenas como sujeito alvo das intervenções, mas também como participante no processo de gestão, levando em consideração o seu desejo de assumir essa responsabilidade e sem colocar a exigência de abstinência como uma pré-condição. E é assim que, “nas associações de RD os usuários de drogas podem colaborar na produção de projetos, construir projetos, estabelecer contratos, votar e se candidatar para a direção das instituições em que participam” (Paula, 2022, p. 172-173). Nesse contexto, através das abordagens de RD, podem ser delineados processos de valorização e fortalecimento da autonomia da pessoa consumidora de drogas. Nesse sentido, é importante lembrar que:

Não podemos esquecer e, certamente, isto é o mais essencial, que a RD é um método construído pelos próprios usuários de drogas e que resistiu, na contemporaneidade, um cuidado de si subversivo às regras de conduta coercitivas. Os usuários de drogas são corresponsáveis pela produção de saúde à medida que tomam para si a tarefa de cuidado. Reduzir danos é, portanto, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário democrático e participativo. (Ibidem, 2022, p. 181).

Diante da diversidade de padrões de consumo, substâncias e contextos, a RD estabeleceu-se como uma ética de cuidado. E como foi realçado anteriormente, oferece estratégias diferenciadas que vão desde a informação, orientação e distribuição de insumos até as ações de cuidado que visam integrar as pessoas e aplacar as situações de vulnerabilidade, tais como “proteção a vida, abrigo, testagem para o HIV, encaminhamento para CAPS ad, geração de trabalho e renda, acesso à educação e cultura[...]” (Petuco, 2020, p. 101).

O redutor ou redutora de danos, em muitos casos, transforma-se na figura que está do lado de dentro do território e ao lado do consumidor de drogas. Dialogando, fornecendo informações sobre saúde e acesso aos serviços, acolhendo e principalmente ouvindo essas pessoas ativamente e sem julgamentos. Além da redução dos riscos e danos, é almejada a reinserção desses sujeitos em seus contextos sociais e familiares, e quem sabe, até a volta ao mercado de trabalho. Pois essas são condições que podem representar uma melhora na qualidade de vida e combater a exclusão social (Camargo et al., 2020).

Em muitos casos, o desenvolvimento do consumo problemático de substâncias não está relacionado apenas à droga em si, mas pode sofrer influência direta de outras questões de cunho social e cultural, tais como pobreza, vulnerabilidade, falta de acesso a serviços públicos de saúde e educação, estigmas, relações familiares e sociais debilitadas (Camargo, et al., 2020). A junção desses elementos ou de alguns deles na vida de um indivíduo pode ser suficiente para fazer com que essa pessoa encontre na droga um refúgio, uma maneira de fugir do sofrimento ao embarcar na viagem psicoativa proporcionada pela substância. Muitos são os fatores que podem levar ao consumo de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, e já abordamos alguns deles neste trabalho.

O mais importante é que a RD compreende essa diversidade que está presente nas pessoas, nas substâncias, nas motivações para o consumo, nos territórios e nos contextos de uso. E foi por meio dessa compreensão que seus agentes foram percebendo que seu trabalho ia além do oferecimento de medidas preventivas e da distribuição de insumos. Assim foi se construindo a ampliação do conceito de RD no Brasil, e, para Ratton e West (2016), é possível afirmar que:

A redução de danos, no contexto latino-americano, deve ir além da definição convencional [...] nessa região, o conceito deve incorporar a proteção contra a violência e o desencarceramento como um elemento intrínseco e definidor de tal ideia. O principal dano que se quer reduzir é a violência e o encarceramento que estão ligados, principalmente, às dinâmicas dos mercados de drogas. (Ratton; West, 2016, p. 4).

Tendo em vista que os danos a que alguns consumidores de drogas estão expostos podem ser também de ordem social e cultural, torna-se imperativo que as abordagens de RD sejam planejadas levando em consideração o contexto sociocultural das pessoas atendidas. Sem deixar de reconhecer a relevância das experiências internacionais de RD, criou-se o entendimento de que, no Brasil, essa estratégia deve ser adequada às especificidades da população. Sejam elas sociais, culturais, políticas e econômicas (Machado; Boarini, 2013). De acordo com Petuco (2019, p.252), no contexto nacional, a RD terminou por absorver, em suas práticas e saberes, algumas das características das pessoas que são atendidas por ela, tais como “transgressão, flexibilidade, capacidade de fazer alianças e operar nos territórios, desobediência e improviso”.

Conforme foi escrito anteriormente, a existência de uma política de “guerra às drogas” que se sustenta em pilares da moralidade e da repressão, só serve ao propósito de aprofundar a desigualdade social, a estigmatização dos consumidores, o encarceramento massivo e a violência. As principais vítimas dessa guerra têm sido a população pobre e em sua maioria não branca. Nesse sentido, além dos consumidores de drogas ilícitas, a “guerra às drogas” e a existência de mercados não regulados causa danos para a sociedade como um todo, que sofre diariamente suas consequências. Assim, estamos de acordo com Ratton e West (2016), quando os autores afirmam que a RD no contexto latino-americano deve assumir uma postura diferenciada, pois a “guerra às drogas” travada nos países que integram esse território tem suas próprias especificidades e é urgente reduzir ou breca completamente os danos causados por ela.

Seguindo o entendimento elaborado pelos autores supracitados, é possível identificar no Brasil algumas experiências que, pode-se dizer, assumiram a RD e a ampliação do seu conceito, pois a droga e o seu consumo perdem o protagonismo, cedendo lugar para outras formas de construção e valorização da vida que não tem na abstinência o seu fim último. Conforme é realçado por Petuco (2019), o projeto “De Braços Abertos” começou seus trabalhos em 2014, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão do então prefeito Fernando Haddad (PT). O programa, que atuava principalmente junto às pessoas que frequentavam a região conhecida como cracolândia, “desloca a ênfase da saúde e do uso de drogas para as questões sociais, com ações inspiradas, por exemplo, no conceito de *housing fist*[...] oferecendo moradia para as pessoas que usam drogas em situação de rua já no início do processo e não

como prêmio pela abstinência” (Ibidem, 2019, p. 253). Esse projeto tornou-se uma das experiências mais conhecidas no Brasil a dotar a redução de danos como perspectiva orientadora de suas ações. Sobre ele é possível afirmar que:

O projeto tinha um componente de saúde bastante importante, mas também previa garantia de moradia (em hotéis do centro da Cidade de São Paulo) e emprego aos usuários frequentadores do projeto, tendo, portanto, uma abrangência psicossocial muito relevante e que mudou a forma de pensar sobre como os danos deveriam ser de fato, reduzidos. (Mesquita, 2020, p. 14).

Fenômenos como a falta de emprego, moradia, acesso a serviços essenciais e violência podem causar profundos danos sociais. São condições de vulnerabilização criadas pela própria sociedade e seu mecanismo de produção e desenvolvimento econômico que atingem com força justamente as camadas mais empobrecidas da população. Em muitos casos, o consumo abusivo de uma substância é só a ponta do *iceberg*, o que não é visto e que está na base são os problemas causados pela profunda desigualdade social existente.

Além das condições impostas pelo neoliberalismo, os consumidores de drogas ilícitas e o resto da sociedade ainda têm de lidar com os danos causados pela política proibicionista em suas vidas. Essa é uma política violenta e racista de controle social que causa morte, estigmatização, exclusão e encarceramento. Esses danos também podem e devem ser reduzidos, e a RD tem tido um papel relevante nesse contexto ao apoiar a luta antiproibicionista e antirracista, desenvolvendo abordagens onde a pessoa consumidora de drogas é tratada como um igual e seu protagonismo e autonomia são estimulados para que, em alguns casos, ele ou ela volte a se reconhecer como uma pessoa que tem direitos e que não pode ter toda a sua existência reduzida pelo estigma associado ao consumo de uma substância.

Assim, percebe-se a importância de um programa de RD que, além da prevenção, também atue reduzindo os danos sociais e culturais, ou seja, oferecendo moradia, trabalho, acompanhamento, facilitando o acesso aos serviços de saúde e educação, ouvindo e dialogando com as pessoas em seus próprios territórios e criando vínculos. Aprendendo com elas sobre suas próprias práticas de cuidado e contribuindo para que haja uma melhora na condição geral de vida. Redução de danos entendida dessa forma é saúde, respeito à vida, dignidade humana e construção de autonomia. É uma escolha ética e política. A respeito da compreensão ampliada da RD, apresentamos o quadro a seguir com algumas de suas dimensões:

Quadro 06 – Dimensões da concepção ampliada de redução de danos

Contextos	Danos
Redução de danos à saúde/segurança pessoal	-Mortes -Acidentes no trabalho -Violações interpessoais diversas
Redução de danos sociais	-Delinquência organizada -Delinquência comum -Degradação urbana -Perda de espaços públicos -Insegurança cidadã (objetiva e subjetiva) -Estigmatização de minorias -Colapso/ineficiência do sistema penal -Mais controle/repressão sobre populações específicas
Redução de danos econômicos	-Enriquecimento ilícito -Evasão fiscal -Fuga de capitais -Conluio com empresas ilegais -Custos bilionários da repressão
Redução de danos políticos	-Corrupção e participação de funcionários públicos em atos ilícitos -Deslegitimação institucional -Violação dos direitos humanos e das liberdades civis -Narcodiplomacia
Redução de danos culturais	-Sexismo -Lei do mais forte -Desvalorização da educação como canal de mobilidade social, abandono da escola, cultura do crime.

Fonte: Elaborado com base em Leite (2018b, p. 16).

Ter em consideração essa globalidade da dimensão dos danos nos leva a refletir sobre a necessidade de atuar para reduzi-los. Como é possível observar no quadro acima, quando se trata do tema das drogas, os prováveis danos não se limitam aos que são causados pelo consumo abusivo. A existência de uma política proibicionista tem acarretado danos em várias esferas da vida dos/as consumidores/as e da sociedade como um todo.

Apesar disso, nos últimos tempos a RD passou por fortes ataques e viu alguns de seus principais projetos que contavam com financiamento público serem completamente desmontados ou descaracterizados. As comunidades terapêuticas voltaram ao centro das discussões e, em alguns casos, a receber grandes quantidades de dinheiro público para manter consumidores de drogas segregados e longe dos olhos da sociedade.

Como foi escrito anteriormente, o processo de desmonte de políticas na área da saúde começa a ganhar ênfase durante o governo de Michel Temer com o congelamento de recursos financeiros durante vinte anos, além de retrocessos na política de saúde mental e na política de álcool e drogas. Neste último caso, especificamente, temos a publicação da resolução 01/2018

aprovada pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), que trouxe significativas alterações na Política Nacional sobre Drogas. Sem nenhum tipo de consulta à população, pesquisadores, movimentos sociais ou pessoas consumidoras de drogas. A resolução claramente representa um ataque à Política Nacional de Redução de Danos e um retrocesso enorme, pois enfatiza a promoção da abstinência e que a União passe a promover de forma contínua o financiamento das comunidades terapêuticas.

A gestão que se seguiria a partir de janeiro de 2019 mostraria que o cenário poderia ficar ainda mais desolador. Por meio da nota técnica nº 11/2019, o governo de Jair Bolsonaro introduziu mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Entre os itens introduzidos temos a compra de equipamentos de eletroconvulsoterapia, ou seja, temos a volta dos tratamentos com eletrochoque. Novamente é possível observar o intento de expansão e financiamento das comunidades terapêuticas e da consequente segregação do consumidor de drogas ilícitas nessas instituições. Além de apresentar posicionamento contrário à descriminalização das drogas, a nota técnica esclarece que suas estratégias de tratamento objetivam que “o paciente fique e permaneça abstinente, livre das drogas” (BRASIL, 2019). Uma vez mais é decretado o fim da política de RD.

A nota técnica nº 11/2019 parece ignorar completamente os estudos científicos sérios sobre o tema. É obvio que os consumidores de drogas também não foram ouvidos durante sua elaboração, muito menos os pesquisadores e os movimentos sociais. Como já foi realçado em outro momento, a RD não é contrária a abstinência enquanto uma condição clínica possível e, por vezes, necessária. Mas sempre que possível essa deve ser uma escolha feita pelo indivíduo, não uma imposição ou uma exigência para que a pessoa possa acessar os serviços de saúde. Um dos problemas reside em transformar a abstinência em uma prática coercitiva. É uma violação dos direitos da pessoa e uma exigência que exclui todas as outras formas de cuidado e tratamento possíveis, bem ao modo do que, em muitos casos, pode ser observado nas comunidades terapêuticas.

Em 11 de abril de 2019 o ex-presidente, Jair Bolsonaro, anunciou o Decreto nº 9.761/2019 que estabelecia uma nova política de drogas para o Brasil. Esse foi o processo de culminância que aglutinou todos os retrocessos que vinham sendo praticados em termos de política de drogas. A RD foi excluída deste documento. O que prevalece é a redução da demanda e da oferta de drogas, a promoção e manutenção da abstinência, aumento de leitos em hospitais psiquiátricos e estímulo e apoio financeiro às comunidades terapêuticas, mas não

apenas a elas, o Decreto enfatiza que o fomento pode ser estendido também às entidades que as congreguem ou representem. Ou seja, como muitas dessas instituições são comandadas por grupos religiosos, parte do dinheiro público seria destinado a eles também.

De acordo com Bardi e Garcia (2022), essa predileção pelas comunidades terapêuticas em detrimento de outras formas de tratamento e cuidado que estejam de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica, denota um retorno ao paradigma manicomial, com subsídio público para a privação de liberdade. Em outras palavras, um movimento de Contrarreforma, como explicitado anteriormente. Enquanto isso, serviços de saúde mental como os CAPS foram sendo sumariamente enfraquecidos.

Mas todo esse processo de esfacelamento de políticas sociais e o retorno a práticas que haviam sido abolidas, não ocorrem sem o protesto de entidades e movimentos sociais ligados ao tema, tais como Conselho Federal de psicologia, Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e ainda outras entidades. Essas manifestações reconheciam o processo de contrarreforma que estava em curso no Brasil, e rejeitavam as medidas que estavam sendo impostas de cima para baixo, de maneira autoritária sem nenhuma espécie de diálogo com a população.

Com a chegada do presidente Lula ao poder em janeiro de 2023, a democracia, o Brasil e muitas de suas políticas sociais parecem passar por um processo de reconstrução. A impressão que fica é que sobrevivemos a um grande terremoto que deixou inúmeros focos de destruição em várias áreas, e agora é preciso lidar com eles. Em 06 de abril de 2023, por meio do Decreto nº 11.480, o governo reaviva o Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD) que havia sido praticamente aniquilado durante a gestão Bolsonaro. Além de definir suas atribuições, o referido Decreto também aponta que o CONAD voltará a contar com a participação da sociedade, mais especificamente “10 representantes de organizações da sociedade civil” (Brasil, 2023). Outra importante medida foi a revogação da Portaria nº 3.588/2017, que como foi discutido acima, representou graves retrocessos para a RAPS e para o campo da saúde mental como um todo.

Todavia, mesmo em um governo com ares progressistas, é possível observar controvérsias. Talvez a principal delas até agora tenha sido a decisão do atual governo de criar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, um Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas. Esse movimento trouxe certo

incomodo ao campo da saúde mental, pois a criação de um departamento para apoiar essas estruturas segregadoras e que, na sua maioria, são contrárias a RD, pode ser entendido como uma espécie de reconhecimento do serviço que vem sendo prestado por elas. Não era isso que se esperava de um governo que teve todo apoio dos movimentos antiproibicionistas e de luta antimanicomial, contudo, faz parte do jogo político, que como é sabido por todos é um campo de disputas.

Entre avanços e retrocessos no campo institucional, a RD vai sobrevivendo e se afirmando como a melhor alternativa ao paradigma da abstinência. Embora ainda tenha um longo caminho pela frente, pois até os dias de hoje ainda é possível constatar a tentativa de criminalizá-la, tal qual o que aconteceu durante o carnaval de 2023 na cidade de Olinda – PE. De acordo com reportagem publicada em 1º de março de 2023 pela jornalista Júlia Vasconcelos, do jornal Brasil de Fato, uma ação de RD promovida pela Escola Livre de Redução de Danos, instituição localizada na cidade de Recife, foi interrompida quando a polícia civil recebeu denúncia anônima de que a campanha era, na verdade uma apologia ao consumo de drogas, pois estavam distribuindo kits com material educativo, água, preservativos, protetor solar, cartões e canudos para o consumo de drogas aspiradas.

Alguns anos se passaram desde a primeira tentativa de realizar ações de RD no Brasil, de lá para cá, políticas públicas foram implementadas, programas foram criados e muito já se discutiu sobre RD. O que ainda não mudou e talvez explique a criminalização da RD ainda hoje, é a existência de uma política de “guerra às drogas”, apesar de todos os indícios de que ela é completamente ineficaz no combate a essas substâncias. Sua permanência só se justifica por funcionar como um mecanismo de dominação, controle e exclusão social que perpassa toda a sociedade e é fundamental para a manutenção de certas estruturas de poder, já que afeta diretamente o comportamento individual por meio da aplicação de sanções.

Quando se estabelece que certas atividades e condutas são erradas, criando regras e normas para impedi-las de acontecer, cria-se automaticamente o sujeito desviado, pois nem todas as pessoas vão obedecer ou concordar com essas regras. O resultado da tentativa de imposição é a exclusão e a estigmatização daqueles que passam ser vistos como *outsiders*. Trataremos sobre essa relação no próximo capítulo.

4. SOCIEDADE, DESVIO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ESTIGMATIZADO A PARTIR DA CRIAÇÃO DE NORMAS

“O escândalo ainda é necessário, mas ai daquele por quem vem o escândalo” – era no Novo Testamento que estava dito? A solução tinha que ser secreta. A ética da moral é mantê-la em segredo. A liberdade é um segredo.

(Clarice Lispector, 2009, p. 86)

Lembre-se da regra de ouro: quem tiver o ouro faz as regras.

(Brant Parker e Johnny Hart, in The wizard of ID)

A palavra desvio significa mudança de direção. Pode ser entendida também como a tomada de um caminho alternativo, uma ruptura com aquilo que era considerado a norma vigente. Em algumas denominações religiosas, sobretudo cristãs protestantes, os desviados são aqueles que deixaram de fazer parte da congregação, pessoas que se desviaram do caminho que supostamente lhes levaria ao céu. Essas instituições representam um dos poucos exemplos na sociedade em que o termo desviado/a é assumido e usado com naturalidade por seus membros para se referir a outros indivíduos. Nesse contexto, deixar de frequentar a igreja e seguir suas regras pode ser considerado uma atividade desviante, a punição máxima aplicada é a “perda da salvação da alma”.

O caso das drogas, sobretudo do consumo dessas substâncias, é considerado uma forma específica de desvio. O consumo de algumas drogas é proibido, logo, quem faz esse consumo infringe algumas regras e pode sofrer retaliações. Mas quem criou essas normas? Quem definiu e com base em que argumentos quais seriam as substâncias proibidas? Como um comportamento individual que pôde ser identificado em quase todos os grupos humanos, em alguns momentos históricos, passou a ser considerado uma violação de regras? Quais as consequências da rotulação para a pessoa consumidora de drogas?

O termo desvio social parte de uma concepção sociológica que vai afirmar que o desvio é criado pela própria sociedade, quando ela produz regras cuja infração representa um desvio (Becker, 2008). Existem diversas categorias de desvio, não é um campo homogêneo nem em

relação aos atos desviantes nem em relação aos infratores. Além disso, nem sempre que um ato desviante for cometido haverá punição, tendo em vista que a punição também não é aplicada a todas as pessoas de forma igualitária. Sendo assim, quanto ao comportamento desviante:

Não devemos vê-lo como algo especial, depravado ou, de alguma maneira mágica, melhor que outros tipos de comportamento. Cumpre vê-lo simplesmente como um tipo de comportamento que alguns reprovam e outros valorizam, estudando os processos pelos quais cada uma das perspectivas, ou ambas, é construída e conservada. (Becker, 2008, p. 178).

A questão está relacionada a criação de normas. Todos os grupos sociais elaboram regras e estabelecem punições para os indivíduos que as violam. As regras sociais servem para definir situações e tipos de comportamento apropriados, nesse sentido, vão existir comportamentos considerados “certos” e comportamentos considerados “errados”, que serão proibidos. Outro aspecto relevante sobre a criação de regras é que geralmente é preciso impô-las, e para isso pode-se lançar mão de alguns artifícios como leis, acordos informais e tradição. Quem decide desobedecer a uma regra imposta pode sofrer uma série de sanções. Esse indivíduo pode passar a ser visto como diferente, um *outsider*, alguém que decidiu viver fora da regra ou das regras instituídas pelo grupo (Becker, 2008).

As normas que são estabelecidas no formato de lei geralmente são impostas pelo Estado, que utiliza o poder da polícia para fazer cumpri-las e adota sanções formais. Já as normas impostas através de acordos informais e da tradição utilizam sanções informais que podem ser diversificadas. Para que uma regra se mantenha viva, é preciso que ela seja imposta, regras que não são impostas tendem a desaparecer. Assim como também é variável o grau com que uma pessoa pode ser considerada desviante, mesmo que tenha cometido alguma infração, pois a quebra de algumas regras é mais tolerada do que outras (Becker, 2008).

Infringir regras pode significar, em alguns casos, viver as margens da sociedade que enxerga o *outsider* como uma parte defeituosa que ameaça a coesão do grupo. No entanto, é preciso ter em consideração que:

[...] o *desvio* – o comportamento situado nas *margens* – não é tão somente uma característica de um ato em si cometido por uma pessoa, mas também uma consequência da aplicação de regras e punições ao que se considera um comportamento irregular, sendo o suposto infrator sancionado por terceiros. Ou seja, ao estabelecerem normas cuja infração constitui uma irregularidade, os grupos sociais criam o *desvio*. O *outsider* é produzido socialmente. Será *desviado* e posto nas *margens*, portanto, quem for assim descrito pelas regras, com estas requerendo que seja realizado um eficiente trabalho de rotulação pública dos comportamentos tidos

por elas como desviados, para que então a etiquetagem comportamental que as mesmas realçam torne-se reconhecida. (Leite, 2018a, p. 15).

Observa-se que o principal problema não reside no ato que infringe a regra, mais sim no julgamento a que é submetido o sujeito que incorreu no desvio. Ao criar a norma cria-se automaticamente o desvio, pois em algum momento essa norma será burlada. Em alguns casos, a pessoa que viola a regra não concorda com a existência dela e nem com o julgamento que é feito pelos impositores. Sob tal perspectiva, o caso dos consumidores de drogas é exemplar, pois muitas dessas pessoas não concordam com o tipo de julgamento que é feito dos seus comportamentos e nem com as normas que mantêm substâncias na ilegalidade. Concordar com esse juízo e não questionar a aplicação do rótulo desviante seria o mesmo que aceitar os valores do grupo que está realizando o julgamento, “[...] impedindo-nos de ver o próprio julgamento como parte decisiva do fenômeno” (Becker, 2008, p. 20).

É assim que determinados comportamentos individuais passam a ser rotulados publicamente e os sujeitos a conviver com o peso de uma etiquetagem comportamental que se torna reconhecida pela sociedade e pode reverberar em distintos âmbitos da sua vida. Nas palavras de Becker (2008, p. 22) “o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.” E como não constituem uma categoria homogênea o que esses indivíduos têm em comum é o fato de partilharem a experiência de serem etiquetados como desviantes.

Fica evidenciado que a teoria interacionista do desvio não busca desvelar a personalidade ou encontrar características comuns dos desviantes, seu interesse é no “[...] processo pelo qual eles passam a ser considerados *outsiders*[...]” (Ibidem, 2008, p. 22). Indo um pouco mais além, nosso interesse é também explicitar como a estigmatização, fruto da rotulação tem importantes consequências no âmbito pessoal e social da vida do indivíduo, dentre elas a exclusão, opressão e exploração.

Para que seja caracterizado como tal, o desvio precisa da interação de pelo menos dois grupos opostos, já que não se trata de um aspecto presente em um comportamento e ausente em outro. É necessário que haja uma reação, ou seja, é fundamental que alguém manifeste uma reação contrária aquele comportamento e torne isso público. No entanto, é difícil estabelecer um consenso:

O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em

suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele. (Ibidem, 2008, p. 26).

Como pode ser observado, o processo que transforma um comportamento em um ato desviante é bastante complexo. As concepções que a sociedade formula a respeito de determinados comportamentos vão variando ao longo do tempo e dos interesses dominantes. As drogas são um bom exemplo disso, substâncias como cocaína e ópio já foram consumidas com diversas finalidades e comercializadas em farmácias. Os comportamentos de consumo dessas drogas não representavam uma infração, ao contrário do que acontece hoje em dia. De modo semelhante, o consumo do café e do tabaco já foi considerado uma violação das normas, como escreve Escohotado (1998, p. 27): “Na Rússia, durante meio século, beber café foi um crime punido com tortura e mutilação de orelhas. Fumar tabaco causava a excomunhão entre católicos e a amputação de membros na Turquia e Pérsia.” Na atualidade, apesar de serem substâncias psicoativas, tanto o consumo do café quanto o do tabaco não enfrentam restrições.

Em alguns casos, para que um comportamento represente violação de regra, vai depender de quem o assume, pois a reação da sociedade tende a ser diferente, a depender de quem seja o infrator. Nesse sentido, um exemplo bastante pertinente é o da infidelidade entre os casais. Quando o comportamento de infidelidade é cometido pelo sexo masculino, as reações tendem a ser brandas ou mesmo inexistentes. Porém, quando o mesmo ato é cometido pela mulher, as reações são mais fortes e drásticas. Na bíblia é relatado que mulheres adúlteras eram punidas com o apedrejamento, como pode ser observado no livro de João, capítulo 8:1-11. Já para os homens não existia punição. Além dos castigos físicos, mais comuns em outras épocas, na atualidade ainda persiste a estigmatização como uma espécie de punição informal, pois “[...] regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras” (Becker, 2008, p. 25).

Dessa maneira, não basta que a regra seja violada para que exista o desvio, é preciso haver a “interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele” (Becker, 2008, p. 27). Mas afinal, quem cria essas regras e consegue empurrá-las de goela abaixo a outros indivíduos? Como salienta Becker (2008), regras sociais são criações de grupos sociais distintos por classe social, ocupação, cultura, perfil étnico etc. Esses indivíduos geralmente não partilham as mesmas regras, tendo em vista que elas são elaboradas de acordo com as especificidades do grupo, seu ambiente, história e tradições. Inevitavelmente as regras de vários grupos tendem a se contradizer, gerando desentendimento quanto ao tipo de comportamento adequado.

Mais importante para o estudo do comportamento de hábito rotulado como desviante, as perspectivas das pessoas que se envolvem são provavelmente muito diferentes das visões daqueles que o condenam. Nessa última situação, uma pessoa pode sentir que está sendo julgada segundo normas para cuja criação não contribuiu e que não aceita, normas que lhe são impostas por outsiders. (Ibidem, 2008, p. 28).

Não é raro encontrar esse tipo de discordância entre indivíduos de grupos diferentes. Consumidores de drogas, sobretudo das substâncias ilícitas, em sua maioria, não concordam com os julgamentos e punições que são estabelecidos através da legislação sobre drogas vigente no Brasil. Essas pessoas não contribuíram para a criação de uma política que decide e determina como deve ser suas vidas. As regras, nesse caso, foram, em sua maioria, estabelecidas à revelia de seu público-alvo, que pode não aprová-las e inclusive lutar contra sua imposição fazendo o que considera necessário. A esse respeito, cabe destacar que no âmbito de alguns grupos e movimentos sociais de pessoas consumidoras de drogas é comum ouvir a frase “nada sobre nós, sem nós”. Essa frase que se transforma em um lema adotado por alguns grupos que historicamente foram marginalizados e excluídos, representa que toda decisão que diz respeito à vida dessas pessoas deve ser tomada com a sua participação, e não de cima para baixo, a partir da iniciativa de indivíduos que se apresentam como empreendedores da moral.

4.1 O/A empreendedor/a moral

Para criar regras e impô-las de forma coercitiva a outros grupos sociais é preciso, entre outras coisas, poder político e econômico. Nesse sentido, Becker (2008, p. 29) vai afirmar que “diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenças de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras.” E não se trata apenas de poder econômico, tendo em vista que relações de poder podem se estabelecer a partir de outros parâmetros tais como gênero, raça e classe social.

Nesse contexto, é possível afirmar que a licitude ou ilicitude de uma determinada substância tem a ver com fatores políticos e de convenção social e cultural que são colocados em destaque por grupos que detêm acentuado poder político e econômico (Alvarez, et al. 2017). Os assim chamados empreendedores morais quase sempre estão envolvidos no processo de criação de regras, e não estão sozinhos, pois é comum que busquem apoio de outros grupos que pensam de forma semelhante, além do mais podem usar a influência e alcance de meios de

comunicação e redes sociais para conquistar o apoio da opinião pública, conforme ressalta Becker (2008). Para este autor,

Onde quer que regras sejam criadas, deveríamos estar atentos quanto à possível presença de um indivíduo ou grupo empreendedor. Suas atividades podem ser chamadas de *empreendimento moral*, pois o que empreendem é a criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade, seu código de certo e errado. (Ibidem, 2008, p. 151).

Por mais que o termo não seja usado de forma corriqueira, os exemplos de empreendedores morais podem ser facilmente identificados na sociedade, é o sujeito ou grupo que primeiro “levanta a voz” em defesa da criação de uma norma, pois geralmente enxerga a presença de um mal que precisa ser banido, do contrário toda a sociedade poderá estar em risco. Em 1920, nos Estados Unidos, os cruzados morais foram responsáveis pela proibição do consumo do álcool. Segundo Carneiro (2018), o movimento que começou de forma tímida transformou-se num longo e vasto processo de pressões e lutas sociais que só obteve sua maior conquista cem anos depois de seu início, com a aprovação da legislação que proibia a produção, comercialização e consumo do álcool.

Quando se trata de um empreendimento moral o sucesso total é conquistado com a criação de novas regras e novas agências reguladoras que funcionaram como mecanismos de imposição. No caso da Lei Seca nos EUA, a cruzada moral bem-sucedida gerou a “exigência da dissuasão legal, da coerção governamental do comércio e do consumo de bebidas, a persuasão [...] vai ser substituída pela pura coerção imposta aos que querem beber” (Carneiro, 2018, p. 279). E quando a norma criada ganha o status de lei, é possível agir por meio de uma força policial que vai tratar de coibir o comportamento desviante.

No que tange ao consumo de drogas ilícitas, também é possível identificar os cruzados morais que tiveram grande participação na criação das regras proibitivas e na classificação de determinadas substâncias como ilícitas. Como foi mencionado no terceiro capítulo deste estudo, Harry Anslinger pode ser apontado como um grande empreendedor moral que trabalhou de forma incessante na construção de uma política de drogas proibicionista, foi inclusive um dos responsáveis pela proibição do consumo de maconha nos EUA.

O método utilizado por Anslinger foi o característico dos cruzados morais: primeiro, passou a advertir o público sobre os “efeitos terríveis” que surgiam depois do consumo da droga, posteriormente utilizou a imprensa para que seu discurso fantasioso e baseado no horror chegasse a todas as pessoas possíveis. Sob a influência de Anslinger, foi a primeira vez que

“veículos de comunicação tinham o aval do governo federal para transmitir isso para o país inteiro, a todo volume, atestando a veracidade das informações” (Hari, 2018, p. 29).

Em um famoso discurso de rádio, ele anunciou: “Cuidado, pais! Seus filhos estão sendo levados a um novo perigo, que vem na forma de um cigarro de droga, a maconha. Os jovens são escravos desse narcótico, prosseguindo no vício até que fiquem deteriorados mentalmente, se tornem malucos e comentam crimes violentos e assassinatos”. (Ibidem, 2018, p. 29).

O discurso deste empreendedor moral foi questionado por especialistas, médicos e até pessoas que já haviam feito o consumo da planta na juventude. Alguns clamavam pelo desenvolvimento de pesquisas, outros já haviam lidado com consumidores de maconha e tinham conhecimento prático de que a realidade era diferente da que “pintava” Anslinger, todos foram sumariamente ignorados e alguns sofreram ameaças, conforme escreve Hari (2018). Ao que parece, quando se trata da imposição de normas, é comum uma espécie de vale-tudo, que geralmente é adotado pelos cruzados morais motivados por razões diversas. Nesse sentido, os fins justificam os meios, contanto que o “mal maior” seja eliminado e que se criem mecanismos para punir aqueles que ousarem infringir a regra.

Becker (2008) faz uma distinção entre criadores e implementadores de regras, pois geralmente pessoas diferentes cumprem cada uma dessas funções. Já discutimos um pouco sobre os primeiros, agora podemos tecer algumas considerações sobre os impositores, os indivíduos que observam e zelam pelo cumprimento das normas. Quando novas regras são criadas, às vezes também é preciso criar um conjunto de agências de imposição com seus respectivos funcionários, pois penas com o estabelecimento de dispositivos voltados para a imposição, o empreendimento moral torna-se institucionalizado. Assim, “o que começou como uma campanha para convencer o mundo da necessidade moral de uma regra torna-se finalmente uma organização dedicada à sua imposição” (Ibidem, 2008, p. 160). Quando as organizações formadas são institucionalizadas e as regras passam a existir na forma de leis, sua imposição fica a cargo da polícia.

Embora alguns policiais tenham sem dúvida uma espécie de interesse missionário em reprimir o mal, é provavelmente muito mais típico que o policial disponha de certa visão neutra e objetiva de seu trabalho. Ele está menos preocupado com o conteúdo de qualquer regra particular que com o fato de que é seu trabalho impor a regra. Quando as regras são alteradas ele pune o que antes era comportamento aceitável, assim como deixa de punir o comportamento que foi legitimado por uma mudança de regras. (Becker, 2008, p. 161).

Como pode ser observado, ao que parece, o impositor frequentemente não está preocupado com o conteúdo da regra. Quando o trabalho de imposição torna-se um trabalho formal, do qual o indivíduo retira o seu sustento, o que importa é cumprir sua função de forma burocratizada e por vezes sem refletir sobre o teor das ações que se realiza. A proibição da prática da capoeira no Brasil, durante o século XIX, é um exemplo interessante. A capoeira era uma atividade praticada principalmente por pessoas negras, que logo após a abolição da escravidão permaneceram marginalizadas e sem garantia de direitos básicos de cidadania. Não demorou para que regras fossem criadas associando as práticas desses indivíduos à violência e criminalidade. Conforme aponta Santos (2004), a força policial foi responsável pela repressão dos capoeiras, realizando uma ação excessiva com o apoio da imprensa e das pessoas de classe média.

Contudo, em 1936 a norma que transformou a capoeira em crime veio abaixo, assim, o comportamento do/a capoeirista que antes era considerado inaceitável ganhou legitimidade e não pôde mais ser punido, pois aconteceu uma mudança de regra. A força policial que anteriormente zelava pela imposição da regra e punia o violador, deixou de fazê-lo. O caso da capoeira é apenas um dos exemplos que podem ser trazidos aqui, muitos outros comportamentos e práticas já foram vítimas da criação e imposição de regras.

Para Becker (2008), uma característica dos impositores de regra que merece atenção é que não raras vezes eles formam uma visão pessimista da natureza humana. Como se o ser humano naturalmente possuísse uma tendência ou dificuldade para cumprir as regras, entre eles pode existir a crença de que a própria natureza humana carrega alguma coisa de maléfica, e por essa razão seria difícil regenerar os que infringem as regras. O referido autor também enfatiza que:

[...] um impositor de regras provavelmente acreditará ser necessário que as pessoas com quem lida o respeitem. Se não o fizerem, será muito difícil realizar seu trabalho; seu sentimento de segurança no trabalho será perdido. Portanto, boa parte da atividade de imposição é dedicada não à imposição efetiva de regras, mas à imposição de respeito às pessoas com quem o impositor lida. Isso significa que uma pessoa pode ser rotulada de desviante não porque realmente infringiu uma regra, mas porque mostrou desrespeito pelo impositor da regra. (Ibidem, 2008, p. 162-163).

O impositor também ocupa um lugar de poder, e sua situação em relação ao infrator geralmente é de desigualdade de forças, é uma relação complexa, tendo em vista que o suposto infrator pode ser punido se de fato infringir a norma ou se apenas mostrar falta de respeito pelo

impositor. A propósito, a polícia como uma das principais instituições impositoras da sociedade, já ofereceu exemplos. Circulam pela internet inúmeros casos de abuso de autoridade e de condutas exageradamente violentas que são desencadeadas por uma atitude desrespeitosa por parte do infrator. Óbvio que ninguém deveria ser desrespeitado no exercício de sua função, no entanto, isso não justifica de maneira nenhuma o uso de práticas ilegais ou violentas para estabelecer o respeito.

Para os impositores, os *outsiders* são criados de forma seletiva, uma vez que não é possível apanhar todas as pessoas que infringem as normas, é preciso estabelecer prioridades. Assim, tanto os impositores quanto os criadores de regras demonstram que a rotulação está mais atrelada à aplicação da regra por outrem do que ao comportamento individual de qualquer pessoa. De acordo com Becker, a rotulação eficaz depende de alguns fatores:

Depende de o agente da lei sentir que dessa vez deve dar alguma demonstração de que está fazendo seu trabalho a fim de justificar sua posição; de o infrator mostrar a devida deferência ao impositor; de o “intermediário” entrar em ação ou não; e de o tipo de ato cometido estar incluído na lista de prioridades do impositor. (Ibidem, 2008, p. 166).

Pode-se afirmar que o comportamento desviante é construído de forma coletiva e na interação entre pessoas que não partilham os mesmos interesses. Em muitos casos, busca-se fazer prevalecer seus interesses particulares, em detrimento da vida e da liberdade do outro. Não é uma relação pacífica e simplista que pode ser reduzida apenas às pessoas que descumprem as regras. Desviantes, criadores e impositores de regras são partes constituintes de um mesmo fenômeno que produz efeitos perversos.

4.2 Rotulação e estigmatização do consumidor de drogas

Até que ponto o que o outro pensa a nosso respeito pode exercer influência sobre nossa vida? Quando o ato abstrato de pensar ganha concretude através de ações ou palavras que rotulam e etiquetam o outro, as consequências podem ser imprevisíveis. A rotulação nada mais é do que a tentativa que reduzir a existência do outro a um determinado aspecto da sua vida. Por exemplo: Se a pessoa bebe de forma compulsiva ela pode ser chamada de alcoólatra, pingüço, pé de cana, bêbado e por aí vai... se o sujeito é um profissional de determinada área ou se realiza alguma outra coisa importante na sua vida, isso acabará tendo menos relevância

do que o sentido atribuído ao seu etiquetamento, mesmo o consumo do álcool sendo bem tolerado no meio social.

Na seção anterior foi possível observar como acontece o processo de construção do estigma. Empreendedores e impositores de regras atuam de forma eficaz para que determinados indivíduos ou grupos sejam rotulados com sucesso. Obter sucesso nessa empreitada significa que o etiquetamento de um comportamento foi entendido e aceito pela sociedade que passou a associá-lo à pessoa que adota o comportamento.

Rotulação e etiquetamento são palavras que dizem respeito à estigmatização social. O uso desse mecanismo pode ter várias finalidades, mas geralmente tem a ver com controle. Manter sob controle certos grupos e assegurar posições de poder, pois, como afirmam Elias e Scotson (2000, p. 23), “um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. Então para assegurar sua posição e manter os outsiders excluídos e marginalizados se aposta na força da estigmatização, que, em razão do seu potencial devastador de vidas, pode muito bem ser comparada a um tipo de arma.

Para Elias e Scotson (2000), o sujeito estigmatizado é visto pelo grupo estigmatizador como uma espécie inferior que merece ser desprezada, pois não obedece às normas e restrições que são valorizadas por grande parte da sociedade. As consequências de uma rotulação bem empregada podem variar caso a caso, dependendo do tipo de regra que foi quebrada, mas, no geral, pode passar pelo enfraquecimento ou perda de relações sociais e familiares, dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal e dificuldade para ter acesso à saúde e educação. Além disso, ainda é preciso conviver com o olhar de desconfiança de parte da sociedade que não desaparece de uma hora para outra, mesmo que o sujeito decida voltar a cumprir as regras.

Palavras como drogado, maconheiro, doente, cracudo e noiado são termos estigmatizantes que não possuem apenas efeitos explicativos, produzem também efeitos políticos ruins, funcionando como acusação moral e jurídica que recai principalmente e com mais força sobre grupos já marginalizados (Alvarez et al., 2017). O estigma carrega consigo o peso da imoralidade, o sujeito considerado imoral passa a ser reconhecido pelo rótulo que recebeu atrelado ao seu comportamento desviante.

Situação semelhante pode ser observada entre indivíduos que passaram pelo sistema prisional. É de conhecimento geral que o sistema prisional no Brasil objetiva a ressocialização das pessoas, ou seja, não se trata de punição pura e simplesmente. A intensão é que esses

indivíduos possam voltar a conviver com o restante da sociedade sem cometer os mesmos delitos. No entanto, quem passa por esse sistema e vive essa experiência, sabe que quando finalmente puder sair terá que carregar o peso da bagagem e o peso do estigma.

O rótulo de presidiário vai ser substituído pelo de ex-presidiário, e isso pode acarretar uma série de problemas para voltar a desempenhar papéis sociais, dificultando o seu processo de reintegração. Pode acontecer a perda dos vínculos afetivos e ser muito custosa a reinserção no mercado de trabalho, no fundo se trata de um processo duplamente excludente, pois a exclusão continua a se repetir mesmo nos casos em que a pessoa já cumpriu sua pena e deveria poder viver como um cidadão normal com seus direitos e deveres. Nesse caso específico, a acusação moral aponta que aquela pessoa não é mais digna de confiança, tendo em vista que já infringiu regras e foi punida com a privação de sua liberdade.

O estigma é por si só uma pena aplicada pela sociedade, com o agravante de não ter um prazo para acabar. Talvez um dos maiores problemas associado a aplicação de rótulos se dê quando há a internalização do rótulo pelo indivíduo que está sendo acusado. Neste sentido é possível afirmar que:

[...] quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor. Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade *de poder* como um sinal de inferioridade *humana*. (Elias; Scotson, 2000, p. 28).

O peso do estigma pode levar a pessoa a sofrer violência física, mas sem dúvida, seu potencial de ferir o *outsider* nas camadas mais profundas da sua subjetividade é muito maior. Não é uma regra geral, ou por assim dizer, nem todo mundo que recebe uma etiquetagem social vai começar a se perceber como sendo detentor das características atreladas a esse rótulo, mas é comum que aconteça. De tanto ser inferiorizado, marginalizado, considerado indigno de confiança e tratado como irresponsável o indivíduo pode acabar acreditando que é isso mesmo, que ele/a merece ser tratado dessa forma e que não pode lutar contra isso. É um processo cruel e que serve a desumanização das pessoas, pois como apontam os autores supracitados, há um impacto na estrutura de personalidade daquele que passa a ser visto como um *outsider*.

Entre os próprios consumidores/as de drogas é comum o uso do termo “limpo” para se referir ao não uso de drogas, nesse sentido, pressupõe-se que aquele/a que está fazendo o

consumo está “sujo”. Como afirmam Chagas et al., (2021), Também é comum o uso dos termos “limpo” e “sujo” para comunicar o resultado de exames toxicológicos, para os autores, “tais palavras, além de evocarem preconceitos punitivos implícitos, diminuem a sensação de autoeficácia, sendo uma barreira na mudança de paradigma no campo da saúde” (Ibidem, 2021, p. 2).

Em seu estudo etnográfico realizado em uma pequena cidade no interior da Inglaterra no final dos anos de 1950, Norbert Elias e John L. Scotson (2000) puderam constatar que:

Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos outsiders não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos. [...] No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente associada, os grupos outsiders são comumente tidos como sujos e quase inumanos. (Ibidem, 2000, p. 29).

Nesse contexto, a escolha por certo tipo de linguagem e a adoção dela pelos próprios grupos desviantes pode representar um certo grau de internalização e materialização dos estereótipos que lhes são atribuídos pelos grupos dominantes. Em sua pesquisa de campo, os autores supracitados puderam constatar que o sentido atribuído às palavras limpo e sujo tinha relação com a ideia de contaminação pela anomia, ou dito de outra forma, contaminação pela sujeira que simbolizava a quebra das regras e a escolha por viver fora da norma estabelecida em algum aspecto.

É de chamar a atenção a semelhança no padrão de uso de certa linguagem estigmatizante que pôde ser observada entre moradores de uma pequena cidade que rejeitavam os forasteiros, e ainda hoje entre os consumidores de drogas, sobretudo das ilícitas. Entre esses últimos, é com naturalidade e satisfação que podemos ouvi-los dizer que finalmente ficaram “limpos”, como se antes estivessem sujos, contaminados pelo consumo da droga que, nesse contexto, vai representar a quebra da norma estabelecida. Elias e Scotson (2000, p. 30-40) nos ajudam a compreender como o ato objetivo de atribuição do estigma torna-se parte da subjetividade da pessoa. Nas palavras dos autores: “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa [...] a autoimagem e a autoestima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele”.

A esse respeito, Becker (2008) também afirma que ser identificado como desviante pode gerar consequências tanto para a participação social quanto para a autoimagem da pessoa, sendo a mais relevante uma grande mudança em sua identidade pública.

Cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status. Ele revelou-se um tipo de pessoa diferente do que supostamente era. É rotulado de “bicha”, “viciado”, “maluco” ou “doido”, e tratado como tal. (Becker, 2008, p. 42).

Ao ganhar o rótulo e começar a receber o tratamento que a sociedade reserva para esse tipo de indivíduo, pode acabar ocorrendo uma mudança na forma como essa pessoa se enxerga, afinal o dano é causado em sua identidade pública, ou seja, o que primeiro muda é a forma como as outras pessoas passam a percebê-lo. Depois o próprio indivíduo começa a se perceber pelo que vê refletido na lente da sociedade; seria preciso uma força muito grande para não se deixar levar, ou para não permitir que essa mudança na identidade pública deixe marcas na mente da pessoa que se torna alvo.

O tratamento que podem receber visa afastá-los da sociedade, lhes reservando um lugar às margens, excluindo, segregando e oprimindo. Isso pode ser constatado com muita facilidade ao se observar o caso de muitos consumidores de drogas, mas também de pessoas LGBTQIAP+. A opressão, nesses casos, impossibilita a vivência plena da cidadania e pode levar a pessoa a cometer outros tipos de desvio. Tomemos como exemplo o que acontece com muitas travestis e mulheres transexuais que geralmente enfrentam muita dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal e passam a exercer o trabalho sexual. Ser um/a trabalhador/a sexual não é uma coisa indigna e muitas pessoas gostam e optam por realizar esse tipo de trabalho, porém, é considerado um comportamento desviante e, em boa parte dos casos, é a própria sociedade que conduz a pessoa a este caminho quando nega ou dificulta a sua inserção no mercado de trabalho formal.

A identidade pública daquele/a que recebe o status de desviante é composta por traços principais e auxiliares, é como se uma característica principal estivesse atrelada a outras, como se não fosse possível ser uma coisa sem ser outras também. De acordo com a análise feita por Becker (2008), funciona da seguinte maneira:

A posse de um traço desviante pode ter valor simbólico generalizado, de modo que as pessoas dão por certo que seu portador possui outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele. Para ser rotulado de criminoso só é necessário cometer um único crime, isso é tudo a que o termo formalmente se refere. No entanto a palavra traz consigo muitas conotações que especificam traços auxiliares característicos de qualquer pessoa que carregue o rótulo. (Becker, 2008, p. 42).

Desse modo, se compreendermos o consumo de drogas ilícitas como um traço desviante é possível identificar os seus traços auxiliares: Faz parte do imaginário social a figura do consumidor de drogas associado a violência, criminalidade, doenças, irresponsabilidade, sujeira, promiscuidade e imoralidade. Por outro lado, conforme aponta Velho (1981), o consumidor de drogas também pode ser pintado como um sujeito fraco, manipulado, submisso e sem vontade própria. Nesse sentido, é inegável o importante papel desempenhado pela mídia que quase sempre escolhe apresentar as manchetes mais arrasadoras, onde são expostas as pessoas mais fragilizadas e as que eventualmente apresentam algum envolvimento com o crime. Discutir sobre as inúmeras pessoas que fazem o consumo dessas substâncias e conseguem levar uma vida normal está fora de cogitação.

Nesta análise, outro aspecto que merece atenção é que, apesar de todas as pessoas apresentarem características e personalidades distintas, a partir do momento em que elas adotam um determinado comportamento considerado desviante, automaticamente acredita-se que passam a compartilhar as mesmas características. O sujeito que comete um furto e é descoberto, passa a ser encarado como pessoa que pode fazer outros furtos, mas também pode realizar um assalto, um latrocínio ou traficar. Independente da personalidade de cada um, presume-se que essas pessoas possuem os mesmos traços indesejáveis.

Assim, categorias de acusação como drogado e ladrão contaminam outras instâncias da vida e possuem implicações morais, políticas e sociais, como pode ser observado:

[...] drogado é uma acusação moral e médica que assume explicitamente uma dimensão política, sendo, portanto, também uma acusação totalizadora. A ideia é que há acusações que são parciais porque ficam no nível de segmentos ou aspectos particulares do comportamento enquanto existem outras que contaminam toda a vida dos indivíduos acusados, estigmatizando-os de forma talvez definitiva. Voltando a categoria drogado muito acionada atualmente, percebe-se que nesse caso o aspecto de doença já é dado, faz parte da própria categoria. Outra forma de acusação é viciado e doente referindo-se a pessoa que usa tóxicos. No entanto, mais e mais, dependendo do contexto, a droga assume uma dimensão política. (Velho, 1981, p. 60).

De acordo com o exposto por Gilberto Velho (1981), acusações totalizadoras podem ter seus efeitos sentidos em vários âmbitos da vida da pessoa, pois não se restringem a aspectos particulares, seu alvo é a própria identidade do indivíduo. No caso específico das drogas, seus consumidores são atacados principalmente ao nível de sua moral, uma vez que podem passar a ser percebidas como pessoas que não conseguem manter vínculos afetivos e de trabalho.

Ao contaminar outras instâncias da vida o *status* de desviante assume o lugar de status principal e passa a fazer parte das características do indivíduo. O julgamento moral e o estigma andam de mãos dadas, pois é comum que se pense sobre o tipo de pessoa que seria capaz de burlar uma lei ou quebrar uma norma social. Certamente esses/as não são apresentados/as como os modelos sociais que devem ser seguidos pela maioria.

Um *outsider* sempre será visto como alguém capaz de infringir outras normas ou de reincidir na quebra da mesma regra. Por exemplo, se uma pessoa em situação de rua e que já fez o consumo de drogas ilícitas recebe ajuda e consegue mudar sua condição de vida, é quase certo que terá que lidar com o olhar de desconfiança de uma parcela da sociedade que não acredita que ela pode sustentar essa mudança. Mesmo que o consumo compulsivo não esteja mais acontecendo, vai continuar pairando sobre ela a nuvem densa do estigma e alguém estará à espreita esperando o momento da recidiva, pois o seu status principal permanece sendo o de drogada. Por conseguinte, o indivíduo pode vir a assumir essa identidade que foi criada para ele/a.

Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral, e não em particular, desviante produz uma profecia autorrealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela. Em primeiro lugar, após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele. (Becker, 2008, p. 44).

O estigma consegue ser pernicioso de formas distintas, muito mais até do que o próprio comportamento desviante. Se uma pessoa faz o consumo de drogas ilícitas de forma recreativa e esse fato não é de conhecimento público, ela pode continuar a frequentar e fazer parte dos mesmos círculos sociais ainda que estes sejam muito moralistas, pois o consumo da substância não vai causar o seu afastamento. Esse não é um dos efeitos da droga, no entanto, a partir do momento em que esse comportamento for descoberto e as pessoas manifestarem seu descontentamento, o consumidor/a das substâncias pode ser sumariamente afastado do grupo.

Muitas pessoas da comunidade LGBTQIAP+ passam por um processo parecido, os casos de jovens que são afastados/as do próprio núcleo familiar quando resolvem assumir sua sexualidade são inúmeros. Enquanto seu comportamento permanece escondido ou disfarçado, as famílias conseguem conviver com eles/as, mesmo que haja uma desconfiança, mas a partir do momento em que essa pessoa decide não mais esconder sua própria identidade e resolve assumi-la pode acontecer o afastamento familiar. O isolamento é causado pela revelação do

desvio e a reação que as pessoas manifestam, as consequências desse isolamento forçado também são bastante conhecidas. Mesmo não sendo uma regra geral, muitas pessoas vão parar na rua, marginalizadas, oprimidas e expostas a todo tipo de violência.

Mesmo quando a punição não é aplicada e executada pelo sistema de justiça criminal, ela pode ser aplicada pela sociedade e representar a quase aniquilação da pessoa. Como afirma Becker (2008, p. 45) “[...] o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas”. Como já foi escrito anteriormente, torna-se bem mais difícil conseguir um emprego formal quando não se possui um endereço fixo, ou realizar a matrícula em uma escola quando a pessoa não possui toda a sua documentação.

O que quisemos demonstrar até aqui, é como a estigmatização do consumidor de drogas foi sendo construída e vem sendo usada como uma ferramenta eficaz de opressão que por meio da política de “guerra às drogas” tem se materializado em um sistema que se presta muito bem aos objetivos dos seus empreendedores morais, pois como enfatizam Alvarez et al., (2017, p. 6) “[...] as políticas proibicionistas podem ser observadas como dispositivos específicos, ao criminalizar a questão e estigmatizar, por meios diversos, grupos sociais específicos”.

4.3 Superação da estigmatização e a necessidade de uma mudança discursiva

Importa discutir sobre as consequências da estigmatização, mas também sobre as formas de combatê-la, o uso da linguagem estigmatizante para se referir a pessoas que consomem drogas ilícitas talvez seja o aspecto desse desvio social mais disseminado na sociedade. Assim, na realização do trabalho educativo sobre drogas, a partir da perspectiva da Educação Popular, a mudança no tipo de linguagem utilizada vem sendo apontada como uma questão fundamental:

A estigmatização tem, de imediato, dois efeitos perversos. Ou seja, quanto mais a sociedade estigmatize e repugne as pessoas que usam drogas ilícitas, menos oportunidade de tratamento ao consumo problemático é oferecido; da mesma forma, o estigma distancia as pessoas que necessitam de ajuda dos serviços disponíveis. Portanto, a mudança de orientação discursiva é uma condição *sine qua non* para que o tema das drogas seja tratado com o devido equilíbrio. Ao assumir essa mudança como uma das suas modalidades na abordagem da questão, a Educação Popular chancela-se como enfoque analítico credenciado a respeito e como dispositivo pertinente de intervenção teórico-prática. (Leite, 2018a, p. 22).

Além de tudo que já foi escrito aqui sobre as consequências perversas da estigmatização, é preciso enfatizar ainda que esse tipo de julgamento moral tem um efeito duplamente ruim até mesmo sobre a possibilidade de oferecer tratamento e cuidado, pois, por um lado, limita as oportunidades de tratamento e, por outro, distancia as pessoas. No caso das drogas, são bem conhecidos os tipos de tratamento disponibilizados e estabelecidos através das políticas públicas. Já discutimos sobre isso em seções anteriores deste trabalho, em algum momento a RD recebeu destaque e foi apresentada como a melhor e mais humanizada alternativa de tratamento, no entanto, ela não é a unanimidade e muitos consumidores de drogas ainda são submetidos à tortura e segregação em determinados espaços de algumas comunidades terapêuticas.

Para Leite (2018a) e Chagas *et al.* (2021), é preciso realizar uma mudança discursiva levando em consideração a substituição dos termos depreciativos por termos mais apropriados e que, preferencialmente, essas escolhas sejam orientadas pelos achados científicos atuais. Essa iniciativa de adequação pode ser observada partindo de algumas instituições tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas. Esta última uniu-se a outras entidades, e em 2017 conseguiram publicar um *Guia sobre drogas para jornalistas*, objetivando que as matérias jornalísticas deixem de estimular o estigma social (Chagas *et al.*, 2021).

A adequação da linguagem ou mesmo a mudança discursiva são esferas desafiantes para todos os setores que lidam diretamente com o complexo tema das drogas. E talvez seja mais fácil operar essa mudança em alguns espaços do que em outros. Chagas *et al.*, (2021) observam esse movimento de substituição de termos que podem gerar algum tipo de estigmatização por outros mais adequados. Por exemplo, na área da saúde mental e em algumas leis e Decretos brasileiros, “tendo sido substituídas denominações como “infratores viciados”, “sanatório para toxicômanos”, “Conselho Nacional Antidrogas” para outras mais adequadas, como “dependente”, “acesso ao cuidado”, “Política Nacional sobre Drogas”” (Ibidem, p. 1-2).

Esse é um bom caminho por onde começar, mas ocorre que a mudança discursiva tem que perpassar toda a sociedade, tomada em sua maioria pelos preconceitos, moralismos e controvérsias de fundo ideológico. Nesse sentido, o espaço escolar é um bom exemplo. O tema das drogas não é um dos mais abordados no contexto escolar, mas é comum acontecerem atividades pontuais onde se aborda a questão da prevenção, conduzidas por professores/as que assumem a tarefa e geralmente não se sentem suficientemente preparados.

Em estudo realizado com a participação de professores/as da educação básica, Silva (2020) constatou que alguns deles faziam uso de linguagem estigmatizante para se referir a consumidores de drogas. Termos usados como “noiadozinho” e “marginal” sendo utilizados por um educador/a, à primeira vista pode parecer algo chocante, mas no fundo é só um reflexo do que acontece na sociedade. Nenhum dos docentes entrevistados havia passado por processo de formação continuada sobre o tema em questão, e a maioria se informava sobre drogas através das mídias sociais.

Já foi escrito anteriormente que a forma como os meios de comunicação de massa abordam a questão das drogas e seus consumidores dissemina a estigmatização, pois esses veículos de informação, em sua maioria, estão orientados pela ideologia dominante e os recortes que fazem da realidade visam reforçar os estereótipos. Se o sujeito só tem acesso a esse tipo de informação e não possui capacidade de questioná-lo, fazendo a crítica da informação que chega até ele/a, não se pode esperar nada além da mera reprodução do conteúdo estigmatizante.

A escola ainda é uma das instituições mais importantes da sociedade, mas não é possível negar o seu caráter contraditório e nem apostar na sua neutralidade, uma vez que está à mercê dos posicionamentos políticos e econômicos dominantes. Logo, é de se supor que muitas discussões e conteúdos necessários à manutenção do *status quo* serão bem recepcionados e disseminados por essa instituição, no entanto, seu caráter contraditório também permite a formação do pensamento crítico. Dessa maneira, a formação continuada do/a professor/a voltada para uma abordagem crítica do tema das drogas se torna uma necessidade, pois como salienta Silva (2020, p. 100) o processo de ensino-aprendizagem voltado para o tema das drogas “deve ser pautado, sobretudo, pelo acolhimento, horizontalidade, diálogo e respeito”.

A representação negativa do consumidor de drogas que começou a ser desenhada desde que se considerou o seu comportamento uma quebra das normas estabelecidas vai se perpetuar enquanto existirem políticas repressivas que precisam justificar a sua própria existência. A imagem do consumidor pintado com as tintas do proibicionismo é a imagem do terror, do humano transformado em zumbi, do marginal que não merece confiança, do sujeito dominado pela droga. Como reverter esse quadro quando até as atividades de prevenção que acontecem nas escolas e em outros espaços educativos reproduzem esse estereótipo? Como afirmou Acselrad (2005, p. 186) “as ‘verdades’ que sustentam o discurso preventivo repressivo tornam-se uma pedra no meio do caminho da educação”.

Como remover essa pedra do caminho não só da educação, mas também do tratamento e do cuidado? Talvez a resposta a esse questionamento já esteja sendo formulada e passe pela elaboração de uma política de drogas humanizada e pelas abordagens educativas de RD, já que no contexto dessas abordagens se busca reconstruir a cidadania do consumidor de drogas e consequentemente combater os estereótipos.

A inclusão do usuário de drogas nos serviços de saúde não só como um paciente, mas como ator corresponsável pelas políticas, vem sendo o desafio da RD. Nas associações de redutores de danos, os usuários de drogas participam como agentes políticos colaboradores na produção de redes de cuidado e de comunicação, criando uma mobilização coletiva, uma gestão do comum. (Passos; Souza, 2011, p. 159).

Como já foi enfatizado em outro momento, as ações de RD são estratégias de cuidado que vão muito além da distribuição de insumos para o consumo seguro de substâncias. A RD tornou-se um paradigma e um prisma através do qual é possível vislumbrar uma realidade onde consumidores de drogas ilícitas não são enxergados como pessoas inferiores, desprovidas de moral e de vontade própria. Neste universo, o consumo que se faz de uma substância não é o principal elemento a ser levado em consideração, pois o ser humano e suas necessidades são colocadas em primeiro plano, quando há inclusão e as pessoas são chamadas a assumir responsabilidades, independente de consumirem ou não alguma droga, já se está rompendo com alguns estereótipos. Compreender o sujeito como um agente político e, acima de tudo, respeitar e permitir que ele exerça sua cidadania.

A repressão e os estereótipos cumprem o papel de desumanizar, pois é mais fácil excluir, reprimir e subjugar corpos que são considerados menos humanos. A RD age no sentido oposto, lutando para que as pessoas tenham seus direitos garantidos e respeitados, recuperando a sua autoestima e modificando a sua autoimagem, esse é um passo importante na direção de mudar a imagem que a própria sociedade possui do consumidor de drogas. Outro passo necessário é a lutar pela construção de uma nova política de drogas, e nesse aspecto a RD também tem dado sua contribuição, pois tem sido nos embates travados com a política repressiva de “guerra às drogas” que esse paradigma de cuidado tem crescido e se afirmado como a principal alternativa de tratamento e cuidado voltada para consumidores de drogas.

Uma mudança discursiva que abrangesse toda a sociedade deve necessariamente passar pela transformação da política pública em primeiro lugar, pois a criminalização do consumidor e a ilegalidade de algumas substâncias sustentam as regras que ao serem violadas e publicizadas criam o desvio social e a rotulação do *outsider*. Por certo, enquanto existir uma política de

“guerra às drogas”, a maioria das ações serão de caráter pontual mais nem por isso menos importantes. Na atualidade os movimentos sociais antiproibicionistas e antimanicomiais, assim como alguns coletivos de RD têm ganhado espaço em diversos âmbitos governamentais e acadêmicos para discutir sobre política, saúde e direitos dos consumidores de drogas, aliás muitos participantes dessas organizações são consumidores/as de drogas lícitas e ilícitas e fazem questão de se apresentarem como tal.

É evidente que esse tipo de inserção social ajuda a romper com o estereótipo, pois mostra o/a consumidor/a de drogas como uma pessoa capaz de falar por si mesma, de gerir a própria vida, criar seus filhos e de lutar por seus direitos e o dos seus pares. Freire (2018) enfatiza a importância de acreditar nos oprimidos, de enxergá-los como seres capazes de pensar certo, é evidente que na pedagogia do oprimido o autor se refere aqueles/as que sofrem opressão de classe social, no entanto, a opressão pode ser oriunda de diversas fontes. Uma mulher negra, nordestina, lésbica e consumidora de drogas pode sofrer uma sobreposição de fatores sociais que podem torná-la vítima de várias formas de opressão.

A importância das micro revoluções, como as que vem sendo produzidas pelo movimento de RD e pela Educação Popular é justamente a de ir minando o pensamento hegemônico sobre o tema das drogas e a forma de tratar os consumidores. Esses movimentos acreditam no potencial dos oprimidos, na sua vocação humana para ser mais e na sua capacidade de pensar certo, independente do tipo de opressão a que estejam submetidos, já que esses paradigmas emancipatórios buscam fazer com que os oprimidos se insiram criticamente na realidade a qual estão submetidos.

Os desafios ainda são muitos, mas importantes conquistas foram alcançadas. Na atualidade, boa parte do mundo começa a rever suas políticas sobre drogas com ações de descriminalização do consumo ou de legalização de substâncias, o que de forma indireta pode contribuir muito para o fim da rotulação do consumidor. O caso da *cannabis* é um bom exemplo, pois o seu aspecto medicinal está tendo uma boa aceitação por parte da sociedade que começa a levar a sério os benefícios do uso de compostos dessa planta para tratar e combater um conjunto de doenças. Além disso, discussões críticas e fundamentadas em estudos científicos sérios tem estado cada vez mais presentes nos espaços públicos e chegado a um maior número de pessoas.

No que concerne às atividades de prevenção que são desenvolvidas nos espaços escolares e da disseminação do estigma nesses contextos, como já realçamos anteriormente, é

fundamental que sejam ofertadas formações continuadas e que elas sejam orientadas teórica e metodologicamente pela perspectiva da RD, com base nos conhecimentos científicos mais atuais sobre o tema. Isso torna-se relevante não apenas porque muitos adolescentes e jovens que frequentam a escola são consumidores de drogas, mas também porque essa instituição tem a função de disseminar valores que serão internalizados por seus frequentadores e reproduzidos na sociedade.

Concluimos a escrita deste capítulo que tratou sobre o conceito de desvio social e a estigmatização do/a consumidor/a de drogas. Tratou-se de um breve mergulho que nos auxiliou a compreender um dos aspectos que compõe o complexo fenômeno das drogas, todas as discussões teóricas realizadas até este momento foram fundamentais para apresentarmos o que vem a seguir, quando iremos nos debruçar sobre os achados empíricos deste estudo.

5. A EDUCAÇÃO POPULAR NAS ABORDAGENS DE REDUÇÃO DE DANOS NA ÁREA DAS DROGAS

O que é, então, um ser humano? É o ser que sempre decide o que ele é.

(Viktor E. Frankl, 2020, p. 112)

Sim, neste estudo todas as participantes são mulheres, são redutoras de danos e educadoras populares. Essa não foi uma escolha da pesquisadora, mas ela ficou feliz por poder contar com outras mulheres para realizar esta pesquisa. Nesta parte inicial do capítulo, acreditamos que é importante escrever algumas linhas sobre nossas interlocutoras e logo depois passaremos para a apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise dos dados.

Em primeiro lugar é preciso destacar que são mulheres compromissadas e dedicadas às suas causas. Para além de um conjunto de perguntas e respostas, conseguimos estabelecer diálogos potentes e por vezes emocionantes. Nesse processo que durou cerca de dois meses, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, tivemos o prazer e a honra de conhecer cinco mulheres que nos falaram sobre redução de danos, drogas, Educação Popular, resiliência, violência, preconceito, acolhimento, feminismo e tantos outros temas que iam surgindo e que de certa maneira estão conectados aos interesses deste estudo e desta pesquisadora.

Todas as participantes atuam diretamente com pessoas consumidoras de drogas, mas também com a população em situação de rua, trabalhadoras sexuais e pessoas da comunidade LGBTQIAP+, sobretudo mulheres trans e travestis. Algumas delas nos trouxeram relatos pessoais de diversos tipos de violências sofridas, inclusive sexual, o que nos tocou bastante, tendo em vista ser esse um tema sensível e doloroso para nós mulheres, já que temos de conviver diariamente com o medo de sermos a próxima vítima desse tipo de violência tão bárbara. Ouvir esses relatos foi uma experiência marcante.

Temas como violência policial, sexual, consumo de drogas, trabalho sexual, estigmatização e dificuldade de acesso à educação e trabalho foram naturalmente sendo trazidos por algumas dessas mulheres. São temas que fizeram, e em alguns casos ainda fazem parte das suas vidas, e então não é possível falar sobre drogas e redução de danos sem trazer estes outros elementos. Talvez seja esse um forte indício de que esses fenômenos podem estar conectados, e que por essa razão falar sobre drogas não é só falar sobre consumo de substâncias psicoativas.

Nossas interlocutoras realizam trabalhos educativos nos ambientes mais diversos: na rua, no movimento social, nas festas, nos becos e tantos outros espaços que poderiam não ser imaginados como um lugar onde a educação pode acontecer. A educação escolar foi mencionada em algumas falas e tem a sua importância reconhecida como um direito que não deveria ser negado a ninguém, mas junto a esse reconhecimento surgiu outro elemento: a dificuldade de permanecer nessa instituição em decorrência do preconceito e da estigmatização que funcionam como fatores de exclusão.

Os caminhos que um ser humano pode trilhar são tão diversos quanto o próprio ser humano pode ser. Não dá para ter certeza de onde cada estrada percorrida nos levará, temos apenas desejos, sonhos e ideias. Mas nem sempre as coisas saem como foi imaginado e então, diante da injustiça, da falta de oportunidades e dos momentos amargos que podemos ser obrigadas a vivenciar, é preciso ressignificar. No caso de nossas interlocutoras o encontro com a RD foi um momento de ressignificação, e como algumas afirmaram ao longo das entrevistas, a RD salvou suas vidas.

As entrevistas foram momentos bonitos de diálogo, e a análise realizada posteriormente permitiu-nos compreender como a EP vem sendo inserida e contribuindo com as práticas de RD. O Roteiro semiestruturado que serviu de guia para a realização das entrevistas foi composto por onze questões: 1) qual sua formação? 2) atua junto a pessoas consumidoras de drogas há quanto tempo? 3) atua como redutor/a de danos há quanto tempo? 4) tendo em vista a sua atuação como redutor/a de danos, você participa de alguma organização ou movimento social? Se sim, qual? 5) qual a sua visão a respeito da redução de danos? 6) na sua opinião, as práticas de redução de danos podem ser consideradas práticas educativas? Se sim, por quê? 7) como se deu o seu encontro com a Educação Popular? 8) que elementos da Educação Popular consegue identificar nas suas práticas de redução de danos? 9) na sua opinião, quais contribuições a Educação Popular pode oferecer para o campo das drogas e seus consumidores? 10) para você quais seriam as dificuldades e potencialidades de se realizar um trabalho educativo sobre drogas orientado pela redução de danos e pela Educação Popular? 11) quais são suas principais referências no campo da Educação Popular?

Todas as entrevistas realizadas com as educadoras populares foram aqui analisadas com a técnica de análise de conteúdo temática, conforme foi indicado na seção metodológica deste trabalho. Resultaram em cinco categorias temáticas que serão apresentadas abaixo. Os quadros procedentes da análise, com a categorização das respostas de nossas interlocutoras podem ser

conferidos no apêndice (C). A seguir, apresentaremos os resultados e discussões com base nas falas de nossas interlocutoras, no referencial teórico utilizado e em outros textos disponíveis.

5.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O QUE DIZEM AS EDUCADORAS POPULARES?

5.1.1 O movimento social e a escola como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular

Quando se pensa em espaço educativo/formativo, qual a primeira instituição que vem a nossa mente? Talvez a resposta mais comum seja a escola, outros talvez pensem na universidade. Esses são os espaços amplamente reconhecidos pela sociedade que têm a função de transmitir nossa herança cultural às novas gerações ao mesmo tempo em que devem estimular o pensamento crítico e possibilitar a construção do novo. No entanto, para nossas interlocutoras tanto a escola quanto o movimento social podem ser considerados espaços de formação e de encontro com a Educação Popular, é disto que trataremos nesta seção.

Já foi escrito anteriormente que a EP nasceu fortemente vinculada a espaços não institucionalizados, mais especificamente movimentos culturais populares. Durante certo período havia entre seus representantes o que podemos chamar de resistência aos espaços institucionalizados, sendo o principal deles a escola. Essa realidade modificou-se, sobretudo a partir de Paulo Freire. No entanto, possivelmente, sua maior inserção na institucionalidade seja na área da saúde, onde a EPS vem florindo e frutificando.

Fora da institucionalidade, no âmbito dos movimentos sociais, a EP sempre manteve um bom relacionamento eles, constituindo-se até hoje como inspiração ou matriz teórico-metodológica de alguns deles. Para Batista (2020), nos movimentos sociais a EP pode contribuir com processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que se reconhecem em posição de iguais e compartilham objetivos e expectativas. Esses processos formativos são pensados, elaborados e colocados em prática de maneira que todos os envolvidos possam se enxergar como sujeitos do processo, contribuindo ativamente. Nesse cenário, os procedimentos metodológicos e recursos são variados: música, teatro, textos, linguagem oral, símbolos etc.

Todas as participantes do estudo atuam em movimentos sociais ou organizações, em sua maioria de caráter antiproibicionista. Quando perguntamos a elas onde se deu o seu primeiro

encontro com a EP foi possível constatar o importante papel dos movimentos sociais e da escola como espaços onde a EP pode ser realizada, proporcionando transformações nas maneiras de compreender a realidade, conforme pode ser observado em algumas de suas falas¹⁸:

Meu encontro com a Educação Popular foi na graduação, quando eu fiz, quando eu consegui entrar no Programa de Iniciação à Docência, o PIBID. E com isso eu entrei num programa que era multisetorial, mas eram várias pessoas da pedagogia, das ciências sociais e da história, se não me engano. E a gente tinha que trabalhar contos da mitologia grega, africana ou indígena para poder trabalhar conteúdos dos temas que tinha no currículo escolar do EJA [...]. (Bell).

Com o feminismo antiproibicionista. Porque é isso, a redução de danos me tornou uma potência, né? Mas até que ponto aquela potência era liberado a mim transmitir, né? E era isso. Eu era coordenada por um grupo de homens da RD que acabava me podendo, e quando eu me vejo enquanto uma mulher feminista empoderada é que eu acho que eu falo, caralho! esse conhecimento tem que ser compartilhado, não pode ficar dentro de um quadradinho. (Simone).

Então a palavra Educação Popular, veio assim, na época que eu dava aula, né? Eu, me via sempre como uma professora. E só que é isso assim, né? É educação para quem, né? Onde está chegando essa educação? onde está chegando essas oportunidades de aprendizado, sabe? E com a Educação Popular, quando chegou esse termo para mim, eu comecei a abrir um pouco a cabeça. Assim, que era para quem eu queria dar aula e com quem eu gostaria de estar junto[...]. (Hannah).

O encontro com a EP pode acontecer em diferentes contextos e situações existenciais, e é possível que nem sempre esse encontro represente alguma transformação na forma de enxergar a realidade ou a si mesmo. Mas pelo que é possível constatar por meio dos relatos transcritos acima, nossas interlocutoras que chegaram até a EP por caminhos diferentes, conseguiram perceber nessa concepção educativa seu caráter transformador e de questionamento da realidade. Possivelmente, elas mesmas foram transformadas em algum nível, a ponto de levarem esses conhecimentos para suas práticas educativas e começarem a se reconhecer como educadoras populares. Para Carrillo, (2013, p. 19), a EP é composta por uma “heterogeneidade de atores, âmbitos, práticas e modos de entendê-la [...]”. Ainda assim, é possível identificar ideias centrais que fazem dela uma concepção educativa coerente:

A partir de uma crítica indignada da ordem social dominante e a partir da identificação com visões de futuro alternativas, busca contribuir para a constituição de diversos setores subalternos como sujeitos de transformação, incidindo em diferentes âmbitos de sua subjetividade, mediante estratégias pedagógicas dialogais, problematizadoras, criativas e participativas. (Ibidem, 2013, p. 19).

¹⁸ Os depoimentos de nossas interlocutoras são reproduzidos da maneira que foram vocalizados por elas. Não fizemos ajustes de natureza ortográfica ou de cacofonia.

O encontro com a EP só é possível quando há uma identificação entre suas ideias centrais e o sujeito, ela pode ser compreendida como a preocupação com os processos educativos das pessoas jovens e adultas, pode ser compreendida como o compartilhamento de conhecimentos entre pessoas consumidoras de drogas ou com o ato de refletir criticamente sobre as nossas práticas de ensino quando estamos diante de uma classe formada majoritariamente por crianças pertencentes às classes populares. Esses podem ser os marcos iniciais do diálogo com a EP, como foi com nossas interlocutoras. Um bom encontro é aquele que nos transforma, que nos permite crescer e alargar nossos horizontes de conhecimento.

É relevante que espaços institucionalizados como a universidade e a escola sejam mencionados como locais de primeiro contato com a EP, sobretudo a escola pública, onde, convenhamos, é comum ouvir o nome de Paulo Freire, mas raramente se menciona a EP. Se queremos escolas que busquem fomentar o pensamento crítico seria interessante abordar os conteúdos também de forma crítica, estimulando a pergunta e a curiosidade, um simples diálogo sobre um tema específico pode ser capaz de aguçar a curiosidade do indivíduo e levá-lo a buscar mais informações sobre o conteúdo. Melhor ainda seria se a EP fosse não só apresentada, mas também praticada nesses espaços de formação.

Além de lugar de encontro com a EP, os movimentos sociais também podem ser espaços formativos, é o que enfatiza uma de nossas interlocutoras:

[...] para eu conseguir também chegar aonde que eu cheguei foi através da redução de danos e da Educação Popular, porque eu tive que entender tudo sobre direito, sobre visibilidade, porque é uma coisa que não tem hoje em dia. Você não tem esse espaço para você estar agregando, entendeu? E o movimento social te traz isso. Então eu acredito que toda a minha formação foi pela Educação Popular e hoje eu sou educadora. Hoje eu dou curso de redução de danos. (Clarisse).

Para Carrillo (2013) movimentos sociais, coletivos e organizações não deveriam ser compreendidos apenas como espaços de prática da EP, mas sim como sujeitos educadores, tendo em vista que, em alguns desses movimentos, existe reivindicação por educação e preocupação com a formação dos seus integrantes, além disso, as dinâmicas e processos desenvolvidos em seu interior podem por si só cumprir um papel formativo. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação acontece nos espaços de reunião, mobilizações, festividades, discussões em grupo etc. Para o autor supracitado, estas instituições podem operar uma

transformação em seus integrantes, tanto no nível educacional quanto por meio de seus imaginários, valores, rituais, símbolos e práticas que podem ser adotados por seus membros.

Por meio do relato de nossa interlocutora Clarisse, fica perceptível que houve um processo de formação e aprendizagem que ela atribui a sua participação no movimento social, sobretudo sobre os temas da RD e da EP. Conforme Batista (2020), a dimensão educativa dos movimentos sociais pode ser observada através de múltiplas experiências, e nas aprendizagens geradas nesse contexto de participação é possível identificar uma incidência nas dimensões políticas, culturais, subjetivas, simbólicas e afetivas que trazem novas matrizes para a educação. “No cenário de lutas vai-se forjando uma educação da polis, da rua, da praça, como arena onde se exercita a cidadania, uma cidadania planetária; reafirma-se o movimento social como princípio educativo da formação humana[...]” (Batista, 2020, p. 76).

Nesses espaços de luta coletiva, muitas aprendizagens acontecem através da inserção nas práticas. Para Aranha (2006, p. 95), “a produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema.” Algumas dessas organizações até possuem escolas formais em seus territórios, vinculadas ao Estado, a exemplo do MST. E nestes cenários, os conteúdos sistematizados são importantes para a produção de conhecimento e formação das pessoas. Mas, em sua grande maioria, os processos formativos se dão no âmbito do não-formal. É possível afirmar que a formação e educação dos seus integrantes é um tema importante para esses movimentos, uma das razões de suas lutas. Afinal trata-se também de um direito básico de cidadania.

De acordo com Carrillo (2013), essas instituições podem deixar marcas em seus integrantes e esses sujeitos podem incidir na formação de outros atores sociais que não necessariamente façam parte da organização, como podemos observar através do relato transcrito abaixo:

Eles (o Estado) não arranjam maneiras da gente sentir prazer em outras coisas. A Tulipas do Cerrado leva o cine debate que além de dar um prazer que foi negado para eles, né? A gente discute, a gente debate. Coloquei o filme Django Livre. Tu imagina o pessoal da rua? Só fui entender o que é racismo depois que eu me torno uma feminista, não é? Entender que eles estão ali não é pela pobreza, não é porque é pobre, não é porque faz uso de substância. É entender o racismo. Coloco eles ali, levar o Django Livre e trazer uma realidade. Quantas pessoas pretas não podiam subir no cavalo? Não podiam olhar? Quantas pessoas pretas tinham que matar uns aos outros para os prazeres de seus senhores? A gente faz festas pontuais, né? Festas Juninas onde as pessoas dançam e têm memórias afetivas, choram, fala: caralho eu fazia isso na minha terra! No meu

nordeste, com a minha mãe, na minha roça, no meu sertão, né? E isso para mim não tem, não tem, não tem dinheiro que paga isso. É muito ativismo. É estar nas ruas, é mostrar o conhecimento, é dizer para essas pessoas que esses prazeres também podem pertencer a eles. (Simone).

Os participantes dessas atividades, pessoas das camadas populares, provavelmente são impactados de alguma forma por esses processos de formação, vai além do oferecimento de atividades culturais e da tentativa de assegurar um dos elementos básicos da cidadania, é também uma tentativa de preencher a lacuna deixada pelo poder público, que deveria garantir a todas as pessoas o acesso a outras formas de prazer, tais como a arte e o esporte, por exemplo.

Já foi escrito em outro momento que o consumo de drogas pode ser considerado uma fonte de prazer e que, em praticamente todas as sociedades humanas, é possível encontrar registros desses consumos. No entanto, essa é apenas uma das formas disponíveis, é possível e desejável que a pessoa tenha opções, e que a droga não seja a única coisa a que as pessoas têm acesso. Reconhecemos que se trata de um paradoxo criado pela política de “guerra às drogas”, uma vez que muitas dessas substâncias permanecem ilícitas, no entanto, em alguns contextos, é mais fácil comprar uma pedra de crack do que ter acesso a uma atividade cultural.

Permitir que pessoas consumidoras de drogas e em situação de rua possam realizar atividades como assistir um filme, participar de celebrações festivas e discutir sobre os temas emergentes suscitados a partir das práticas realizadas é lutar pela humanização das condições de vida desses grupos, é gerar aprendizagem dos direitos e resgatar a cidadania dessas pessoas que são excluídas e forçadas a viver de forma precária, à margem da sociedade. É um processo formativo e de humanização que busca assegurar as necessidades mais básicas e primárias do ser humano.

Enquanto a ciência e a tecnologia evoluem de forma rápida e sem precedentes, ainda nos vemos às voltas com questões como fome, falta de moradia, exclusão e dificuldade de acesso a direitos básicos. Conforme aponta Arroyo (2003, p. 38), “esses coletivos nos lembram que ainda milhões de pessoas não saíram daí, dos começos. Como se as promessas de futuro não tivessem conseguido que a humanidade ultrapassasse seus inícios, suas necessidades primárias.” Além do papel educativo e da luta social travada por esses movimentos, há um constante lembrete de que parcela significativa da humanidade tem ficado para trás, mas que permanece lutando por reconhecimento, igualdade de oportunidades e respeito a sua diversidade, tendo em vista que na atualidade as lutas empreendidas pelos movimentos sociais

vão além da luta pela terra ou por moradia, passando por questões de caráter cultural, tal qual os temas de raça, gênero, diversidade, drogas, meio-ambiente etc.

No caso específico dos consumidores de drogas, o papel exercido pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos antiproibicionistas, tem sido importante no resgate da autoestima dessas pessoas proporcionando visibilidade, participação em decisões políticas que incidem diretamente sobre suas vidas, e proposição de formas de tratamento e cuidado que respeitem os direitos humanos e sejam pautadas pela RD. No contexto de alguns desses movimentos sociais, a busca pela humanização e a aprendizagem dos direitos andam de mãos dadas e é possível afirmar que:

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. Os movimentos sociais articulam coletivos nas lutas pelas condições de produção da existência popular mais básica. Aí se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos. (Arroyo, 2003, p. 32).

Nos movimentos sociais os processos organizativos e de lutas pela humanização das condições de vida adquirem caráter central na formação. Assim, de acordo com Batista (2020) vai se construindo uma educação que é eminentemente política, que incide na identidade social da pessoa e contribui para a construção da cidadania. As aprendizagens podem ocorrer na participação de eventos e reuniões, mas também nas escolas instaladas nos assentamentos, é necessário destacar a relevância dos movimentos como instituintes de práticas educativas e de novas formas de sociabilidade, nesse cenário, trata-se de processos de produção, apropriação e compartilhamento de conhecimentos que compõem a realidade social e na qual os sujeitos estão imersos.

A seguir, buscamos compreender os elementos que, segundo nossas interlocutoras, fazem da RD uma prática educativa e um paradigma ético de cuidado e acolhimento.

5.1.2 A redução de danos enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado e acolhimento

Refletir a respeito da prática educativa é necessário para chegarmos ao entendimento da RD enquanto uma prática educativa que tem a especificidade de poder ser realizada na rua, no CAPS, ou no ambiente escolar, com alunos e pessoas consumidoras de drogas. Que elementos fazem da RD uma prática educativa? Buscamos essa resposta junto as nossas interlocutoras, e pelo que foi possível observar, uma prática educativa pode ser composta por vários elementos, assim como deve dialogar com as condições materiais de produção da existência humana.

O primeiro ponto que merece destaque é que, para pensar a RD enquanto uma prática educativa, é preciso enxergar além daquilo que a realidade nos apresenta como o comum. Uma reflexão apressada poderia concluir que sua gênese educativa estaria apenas no ensinar a reduzir os danos do uso de uma determinada substância, também se trata disso, mas não é apenas isso. Conforme nos mostra nossa interlocutora Bell, que fez uma fala extensa e entendemos ser importante trazê-la quase totalmente na íntegra:

*[...] Acho que esse movimento de muitas vezes servir de espelho para as pessoas é uma ferramenta muito educativa. E esse espelho no sentido de fortalecer como a pessoa se vê, né? Ou os espaços que ela pode acessar. Então a gente lida com pessoas e na escola (**escola de RD**), por exemplo, que estão em um grande nível de vulnerabilidade e que moram nas palafitas, por exemplo, que não tem banheiro. As pessoas fazem suas necessidades na maré, no buraco, no chão. Então é reaprender como usar o banheiro, né? Ou quais são os acordos coletivos pra que aquilo mantenha assim um espaço confortável pra todo mundo. É algo que precisa ser nomeado. Cuidado, né? Acho que o grande lugar é esse, do comum, né? A construção do comum. O que que é? Do que é que a gente consegue conviver? Das nossas diferenças. Mas o que é que a gente consegue manter para a gente? Tá todo mundo no mesmo espaço, né? Sem que eu atravessasse nenhum o espaço do outro, assim. Mas eu acho que pra mim a redução de danos e a Educação Popular me provocam a ultimamente, né? Mas assim nos últimos anos, desde o mestrado, uns três anos. E aí, nesse lugar de quais são as ferramentas que a gente usa para dizer o que a gente tem pra dizer, né? Ou para fortalecer o processo das pessoas que a gente entende que são importantes e que precisam ser ouvidas. E aí não é aula expositiva, né? É uma das ferramentas. Pode ser uma parte desses processos de educação, mas a gente tem percebido, por exemplo, na escola (**escola de RD**), que o escalda pés também é um momento de olhar para a sua caminhada e ter aquela oportunidade de parar, de receber um carinho nos pés e perceber esse olhar de outra forma, né? Nesse processo todo. E é buscar esse lugar mesmo, de que para poder lutar ou para poder me indignar, ou pra poder mudar alguma coisa eu preciso estar vivo. (Bell).*

Podemos observar que o entendimento da dimensão educativa é ampliado e toma como ponto de partida a concretude da sua realidade, vários elementos presentes no relato feito por Bell poderiam não ser a nossa primeira opção de resposta, caso fossemos interrogados sobre a dimensão educativa de uma prática como a RD. Mas é exatamente isso que ela nos revela, o “fortalecer como a pessoa se vê” pode significar o empoderamento, a reconstrução da

autonomia através de um processo educativo que promova a redução do estigma e aumente a autoestima dessas pessoas.

Evidencia-se também a preocupação com o próprio fazer educativo, com as ferramentas e métodos, quando ela se questiona: “quais são as ferramentas que a gente usa para dizer o que a gente tem para dizer?”, e nesse momento surge o ‘escalda pés’, como uma prática educativa e de cuidado promovida pela RD. Não se trata apenas de um momento de relaxamento como ela mesma enfatiza, “é o momento de olhar para sua caminhada”, ou seja, é o momento de refletir sobre a própria existência, de ser ouvido/a e de se enxergar como um ser humano que merece e precisa de atenção e cuidados, é um processo humanizador.

A existência de reflexão sobre a prática, o questionamento sobre o como fazer, diante da pluralidade dos sujeitos e dos contextos com o qual o/a redutor/a de danos se depara pode ser considerado um processo formativo. Contudo, conforme Pimenta (2006, p. 20), para que a prática seja valorizada na formação é preciso que seja “uma prática refletida, que lhes possibilite responder às situações novas, nas situações de incerteza e indefinição”. E neste caso específico, ainda mais do que na escola, é preciso estar preparado/a para lidar com toda sorte de imprevisibilidade, conflitos e dilemas que podem demandar novas soluções, adaptações ou a criação de novas práticas que sejam mais adequadas ao contexto.

Nesta perspectiva, a prática educativa da RD assume ainda uma característica que a aproxima bastante da EP, que defende uma educação crítica e transformadora. Não basta alfabetizar ou entregar insumos para o uso seguro de substâncias, conforme relata nossa interlocutora, esta prática educativa busca incentivar a luta, a indignação e a transformação da realidade. Tal qual a EP, que conforme nos informa Carrillo (2013), almeja, a partir de uma crítica indignada da realidade, favorecer a formação de pessoas das classes populares como sujeitos de transformação.

Produção e compartilhamento de conhecimentos também foram apontados como elementos que caracterizam a RD enquanto prática educativa:

A gente acredita que a maior ferramenta do ser humano é o conhecimento, né? E todo mundo ser capaz de receber esse conhecimento a partir do momento que a pessoa esteja disposta. Compartilhar esse conhecimento com sinceridade, transparência, né? E com a linguagem mais acessível, eu acho que isso é importante. (Simone).

A RD promove aprendizado. A gente aprende e criamos estratégias para ver como podemos melhorar. [...] Levando para elas o que a gente quer para a melhoria e o que a opinião delas também nos agrega para a gente estar se fortalecendo e também não deixar de enxergar a vida do próximo. (Clarisse).

O acesso ao conhecimento e a sua produção não é permitido a todas as pessoas de forma justa, principalmente quando se trata do conhecimento sistematizado. Em se tratando da RD e do consumo de drogas, existem informações que são fundamentais para tentar diminuir os riscos e danos que podem estar relacionados com a adoção de algumas práticas. Essas informações são compartilhadas e muitas pessoas vão se tornar multiplicadoras, levando esses saberes para os seus pares, mas além do compartilhamento, há também a produção do conhecimento, pois essas pessoas criam as suas próprias estratégias com a intenção de sobreviver ou melhorar sua condição.

É perceptível que nessa prática educativa há a valorização desses saberes que são construídos pelos próprios sujeitos nas suas vivências. O conhecimento sistematizado tem o seu lugar, mas a relevância das estratégias criadas pelas pessoas não deixa de ser reconhecida:

[...] todos nós criamos estratégia de sobrevivência. É, eu moro na rua desde os meus 10 anos de idade. Sou uma mulher muito forte. Eu não sou uma mulher vulnerável. Eu fui convenientemente vulnerabilizada em várias questões porque foi conveniente para o Estado. O Estado fez com que a gente criasse uma película protetora na nossa vida. Onde a gente cria estratégias de sobrevivência. Eu dormia dentro de uma boca de bueiro com mais de 3 ratos enormes, maior do que um gato e eles nunca me morderam, nunca me machucaram do tanto que as pessoas e a sociedade em cima me machucaram. Então não venham dizer que a gente não sabe sobreviver porque a gente sabe. (Simone).

Essas estratégias de sobrevivência são aprendizados que podem ser compartilhados no âmbito das práticas de RD, conhecimentos que em sua maioria, provavelmente, não são sistematizados, mas que podem garantir a sobrevivência de consumidores/as de drogas e pessoas em situação de rua. Uma prática educativa verdadeiramente comprometida com esses sujeitos e o seu reconhecimento como cidadãos deve tomar esses saberes como ponto de partida. A ênfase dada pela RD à valorização e ao compartilhamento dos saberes de experiência pode qualificar este paradigma enquanto uma prática educativa, pois todos os sujeitos são considerados produtores de conhecimento e aprendizagem.

No entanto, para uma de nossas interlocutoras, é preciso observar a maneira como são conduzidas as ações de RD para poder qualificá-las enquanto práticas educativas:

Sim. Depende da forma como ela é aplicada pelo educador, né? Como eu estou dizendo, às vezes é o pintar um papel, não é? É você colocar a água, a fruta e você fazer como eu fiz esses dias, colocar um homem com várias garrafas de bebida caídas no chão, não é? E aí ele dizia assim: ah, eu fico assim tia, chapadão! Aí eu dizia, o

que é isso aí que ele está assim vomitando aí? Uso abusivo do álcool. Aí eu entro com a Educação Popular, eu faço eles dialogarem, vou também com a redução de danos, mas uma coisa bem suave, não é? Para que também não fique tão chato. (Bille).

Levando a EP para a prática educativa da RD, a interlocutora Bille propõe fazer a problematização através da discussão de situações existenciais que podem fazer parte da cotidianidade dos/as consumidores/as de drogas. Nesta abordagem, é possível observar que a ênfase está em reduzir os danos, mas também em provocar a reflexão e estimular o diálogo entre os sujeitos participantes. Para Freire (2018b), na medida em que as pessoas vão sendo convidadas a refletir no contexto de um processo educativo libertador, podem ir aumentando sua percepção e começando a enxergar com novos olhos situações que sempre estiveram ali, mas que não eram percebidas com clareza, com toda sua complexidade. No entanto, tomar consciência de uma situação, em boa parte das vezes, não é suficiente para transformar comportamentos ou mesmo fazer com que os sujeitos se engajem na luta pela transformação de uma determinada realidade. Apesar disso, fazer a problematização e tornar visível aquilo que estava oculto é o papel de uma educação crítica.

Educação e saúde são condições fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser humano, essa afirmação tem um caráter óbvio e é de conhecimento da maior parte da população. O que talvez não seja tão óbvio, é pensar a RD que tem sua gênese na área da saúde, enquanto uma prática educativa, apesar das áreas da saúde e educação estarem próximas e realizarem um diálogo profícuo. Nesse sentido, não devemos esquecer da atuação relevante exercida pela EP no contexto da educação em saúde, onde vem se desenvolvendo por meio das ações de EPS, conforme já apontamos em capítulo anterior. Não se trata aqui da educação formal, escolarizada. Buscamos um sentido amplo do educativo que antecede até mesmo a formação da instituição escolar.

Em Bandeira e Ibiapina (2014) e Aranha (2006), constatamos que a educação e a humanidade caminham juntas desde o princípio de tudo, não sendo possível estabelecer uma data em que atividades educativas começaram a ser observadas. Como uma prática social a educação vai se modificando conforme o contexto social, histórico, econômico e político vivenciado em cada tempo e lugar, no entanto, a transmissão de costumes, hábitos, formas de criar e conhecer são comuns a todas as sociedades que se encarregam de que as próximas gerações recebam esses ensinamentos. Por outro lado, a escola tão atrelada nos dias de hoje a educação, nem sempre existiu e suas características e importância também sofreram variações ao longo do tempo.

Sendo a educação um processo especificamente humano e que pode ser identificado em diversos contextos, como poderíamos definir uma prática educativa? Conforme Bandeira e Ibiapina (2014), não é possível imaginar a prática educativa restrita a sala de aula. E assim é possível afirmar que “a prática educativa é ação social intencional, é parte integrante da vida, do crescimento da sociedade. Todos nós desenvolvemos prática educativa, independentemente do contexto, da concepção filosófica e pedagógica” (Ibidem, 2014, p. 111).

Compreendendo a prática educativa como parte integrante da vida é possível imaginá-la sendo realizada por um/a redutor/a de danos junto a pessoas consumidoras de drogas na rua, no movimento social, nos becos e nas bocas de bueiro, conforme nos foi relatado por uma de nossas interlocutoras. Sendo uma ação social intencional toda prática educativa tem objetivos e é orientada por uma concepção de mundo, mesmo que em um primeiro momento o/a educador/a não consiga perceber isso com clareza. Nesse sentido, não existe espaço para neutralidade, sua natureza política evidencia-se em cada escolha ou decisão tomada pelo educador. Nas palavras de Freire:

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideias. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra. (Freire, 2018b, p. 68).

Seja realizada em espaço formal como uma escola, ou em um espaço que se situe fora da institucionalidade, toda prática educativa terá como seus elementos constitutivos a presença de objetivos, conteúdos, técnicas e materiais. Também é difícil concebê-la em uma relação que não envolva pessoas, mesmo na era da automação, onde por vezes aprendemos sozinhos diante de telas. Enquanto houver seres humanos caminhando por este planeta, haverá a necessidade de aprender, essa necessidade que nasce com eles e só deixa de existir quando o próprio humano não existe mais, a consciência de que estamos sendo, ou melhor dizendo, a consciência de que não estamos prontos e acabados, nos impele a aprender e a ensinar.

Não é possível falar sobre prática educativa única, um modelo que poderia ser adotado por todos, tal qual uma receita que bastaria ser seguida à risca para que tudo saia bem, existe uma diversidade de modalidades de práticas que podem se interpenetrar, tendo em consideração que a educação é um fenômeno social e não pode ser compreendida fora de um contexto histórico, social e cultural. Ela está comprometida com a sociedade do seu tempo, que lhe faz

exigências e define suas finalidades (Bandeira e Ibiapina, 2014). Sendo assim, cada prática terá suas especificidades a depender do contexto, dos educandos e dos educadores.

Neste debate, para Arroyo (1998, p.163) importa sobretudo destacar que “toda ação educativa é ação humana, ação entre pessoas, de pessoas sobre pessoas. É convívio de gerações. [...] Ser relação humana é o que confere o sentido específico à educação”. Entre os elementos podem ser definidos como constituintes da ação educativa, no entendimento do autor supracitado, há uma centralidade das discussões entorno da transmissão de conhecimentos, quer sejam de natureza alienada/alienante ou de natureza crítico/conscientizadora. Para ele é importante considerar as condições materiais em que a educação vai sendo produzida:

[...] Os processos educativos se materializam em práticas e rituais. A teoria pedagógica cada vez é mais sensível à trama de práticas, procedimentos, rituais e relações em que acontece o educativo. A educação cada vez torna-se mais vinculada com a ação humana, com os processos em que se materializa. Esta visão pode ser um avanço. (Arroyo, 1998, p. 160).

Desta maneira, a ação educativa seria constituída pela transmissão de conhecimentos através do ensino, mas também das práticas e rituais pelos quais vai se concretizando na realidade. Essas práticas sociais possuem uma virtualidade formativa e podem ser identificadas nas formas como as pessoas interagem, na maneira como se relacionam com os tempos e espaços, e até mesmo na forma de organização do trabalho pedagógico. Assim, a capacidade formadora de um processo educativo estaria em observar ainda o peso da materialidade e das condições de existência de seus educandos, tendo em consideração que a educação não pode acontecer de forma apartada das condições materiais em que os sujeitos vivem (Arroyo, 1998).

Antes de ser compreendida enquanto prática educativa, a RD foi reconhecida como um paradigma ético de cuidado e acolhimento, essa discussão foi realizada no capítulo três desta pesquisa e foi enfatizada por nossas interlocutoras durante as entrevistas:

Para mim a redução de danos é isso, assim, esse paradigma ético, clínico e político, esse lugar da ampliação de vida. Mas é também um lugar de reparação. E acesso a direitos[...]. (Bell).

Para mim, a redução de danos, ela é uma estratégia diferente de você poder viver, sabe? Salva vidas, né? (Hannah).

Ai, a redução de danos para mim é apologia à saúde e ao cuidado. Salva vidas. [...] Se a gente não escutar e se a gente não acolher, não existe redução de danos. Não adianta a gente entrar com letramento, com educação se não tiver o acolhimento. (Bille).

É possível observar que o entendimento que nossas interlocutoras têm a respeito da RD é bastante ampliado, conforme já havíamos refletido em nosso referencial teórico, essa é uma característica presente na RD praticada no Brasil, no entanto, isso não significa que esse conceito ampliado não seja praticado em outros países. Partindo deste entendimento, podemos afirmar que fazer RD é mais do que distribuir seringas e preservativos, é buscar reduzir os danos sociais, trazendo reparação e garantindo o acesso a direitos, por essa razão esse paradigma pode ser compreendido como um movimento de ampliação da vida, pois se apresenta de forma contrária ao sistema que marginaliza as pessoas.

Em uma sociedade que valoriza características como o individualismo e o “cada um por si”, onde imperam várias formas de desigualdade e injustiça, pensar o cuidado para com o outro é uma atitude contra-hegemônica, ainda mais se esse outro for um consumidor de drogas. Conforme nos escreve Ayres (2017, p. 1), no horizonte ético do tema do cuidado repousa “a recusa à “coisificação” das pessoas e das relações, o resgate do valor de uma solidariedade social espontânea e criativa e, como corolário das perspectivas anteriores, a busca de superação de uma visão individualista e individualizante das ações humanas.”

No que nos compete nesta pesquisa, abordamos a discussão sobre cuidado desde o campo da saúde, a partir do paradigma da RD. Levando em consideração que este foi um dos aspectos levantados por nossas interlocutoras, que compreendem a RD como apologia ao cuidado dos consumidores de drogas. Dessa maneira:

[...] conceituar e valorizar o cuidado é já uma forma de buscar apreender e lidar com essa intersubjetividade constitutiva de nossas existências de um modo ativamente interessado no “outro”, entendido não como meio ou destinatário passivo das nossas aspirações, por mais nobres e necessárias que possam parecer, mas como co-construtor necessário de tudo o que possamos chamar de vida humana. (Ayres, 2017, p. 1).

Uma abordagem voltada para o cuidado exige dos seus participantes abertura e interesse, para dialogar e ouvir de verdade, é necessário estar genuinamente interessado no que o outro tem para dizer, reconhecendo a importância daquilo que está sendo dito. Neste contexto, já não é mais possível enxergá-lo como objeto passivo de nossas ações, mas sim como sujeito. O cuidado deve ser um momento de encontro entre sujeitos. “[...] pensar o cuidado não pode senão nos levar à busca de dar voz a essas perspectivas subjetivas negligenciadas, oprimidas ou desconhecidas” (Ibidem, 2017, p.2). Acreditamos que o cuidado seja uma estratégia que

possibilita espaços para que as pessoas possam usar sua própria voz, neste sentido, oferecer cuidado vai além da preocupação com patologias físicas, é reconhecer a existência do outro e seu papel como integrante e construtor da vida.

Ayres (2004; 2009) afirma que uma relação de cuidado deve ser construída de maneira colaborativa e nem todo encontro terapêutico vai representar uma relação de cuidado, pois este deve relacionar os aspectos técnicos aos aspectos humanistas da atenção à saúde. Além disso, é necessário que aconteça uma ampliação de horizontes no sentido de superar as concepções individualistas e substituí-las por esferas da coletividade, que podem possibilitar as atividades de cuidado. O cuidado vai se caracterizar pela participação ativa dos sujeitos e pela qualidade das relações intersubjetivas que devem ser ricas e dinâmicas.

Na acepção defendida pelo autor referenciado acima, é fazer emergir o sentido existencial da experiência de adoecimento, seja ele de origem física ou mental. O conceito está profundamente relacionado a humanização das práticas de saúde e ao acolhimento como estratégia potencializadora do vínculo entre pessoas que podem estar em posições distintas, mas que assumem o compromisso do respeito mútuo e de abertura ao diálogo. Refletindo sobre a dimensão dialógica como um dos aspectos do cuidado, o autor supracitado afirma a importância da abertura para ouvir o outro de forma autêntica, uma escuta interessada e qualificada que é diferente de ouvir apenas. Neste entendimento, diálogo pressupõem abertura, confiança, empatia e liberdade para permitir que cada participante desse processo possa se expressar (Ayres, 2004). Além do diálogo e da escuta, a humanização em saúde envolve ainda outras estratégias:

A esta capacidade de ausculta e diálogo tem sido relacionado um dispositivo tecnológico de destacada relevância nas propostas de humanização da saúde: o acolhimento. [...] o acolhimento é recurso fundamental para que o outro do cuidador surja positivamente no espaço assistencial, tornando suas demandas efetivas como o norte das intervenções propostas [...] é no contínuo da interação entre usuários e serviços de saúde, em todas as oportunidades em que se faça presente a possibilidade de escuta do outro, que se dá o acolhimento, o qual deve ter entre suas qualidades essa capacidade de escuta. (Ayres, 2004, p. 23).

Ao enfatizar o cuidado como uma característica da RD e realçar a escuta e o acolhimento como aspectos essenciais nesse processo, nossas interlocutoras reconhecem mais uma vez o caráter humanizador deste paradigma, pois trata-se de uma abordagem que busca a valorização da pessoa que faz o consumo de drogas, ao promover a escuta de suas necessidades, estratégias de sobrevivência, desejos e modos de levar a vida. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se

lança mão de tecnologias que visam reduzir os possíveis danos oriundos do consumo de substâncias, como a substituição de seringas, por exemplo, pode haver a criação de espaços de encontro onde as pessoas podem dialogar, falar sobre suas experiências existenciais, ouvindo e sendo ouvidas.

Cabe ressaltar que as pessoas também possuem suas próprias práticas de cuidado, e é comum que essas estratégias não recebam o devido valor e atenção por parte daqueles/as que atuam nos serviços de saúde, principalmente quando essas práticas têm sua origem nos conhecimentos e experiências populares. Rezadeiras e parteiras são exemplos de pessoas que fazem uso de práticas muitas vezes ancestrais, fruto do conhecimento popular que foi sendo transmitido através da oralidade de geração em geração. Em alguns contextos, essas práticas podem ser a única alternativa acessível e representar a diferença entre a vida e a morte. Nesse sentido, é importante reconhecer e respeitar essas formas de cuidado, contribuindo para a construção da autonomia dos indivíduos.

No âmbito da RD os consumidores de drogas “[...]são corresponsáveis pela produção de saúde à medida que tomam para si a tarefa de cuidado. Reduzir danos é, portanto, ampliar as ofertas de cuidado dentro de um cenário democrático e participativo” (Passos e Souza, 2011, p. 161). Dessa maneira, as abordagens não são homogêneas, pois cada indivíduo é estimulado a assumir suas práticas de cuidado, em certa medida, e quando possível, “tomando as rédeas” do seu tratamento. “O protagonismo dos usuários pode caminhar de uma dimensão mais individual para uma dimensão mais coletiva, passando de um cuidado de si para um cuidado do outro[...]” (Ibidem, 2011, p. 161).

É assim que as palavras redução de danos e vida dialogam de forma bonita, quando essa abordagem representa o espaço onde as pessoas podem pensar de forma coletiva suas formas de cuidado e tratamento, assumindo protagonismo. Reduzir danos é salvar vidas, é aumentar a autoestima, é não reduzir a pessoa ao consumo que ela faz de uma substância, é também educar, cuidar e acolher quando necessário. É também empoderamento, conforme nos relata Clarisse:

Para mim a Redução de danos ela sempre foi, é assim, ela me empoderou, né? Ela me empoderou porque eu fui uma pessoa que foi negada em tudo e ela salvou a minha vida. Ela salvou literalmente a minha vida e tirou aquele estigma que eu tinha, o rótulo que a sociedade sempre coloca hoje em dia, entendeu? (Clarisse).

Vimos, em capítulo anterior, uma reflexão sobre o conceito de desvio social e estigmatização. Entendemos que reduzir o estigma associado a pessoas que consomem drogas

é algo fundamental para que possam exercer sua cidadania de forma plena. Através da fala transcrita acima, podemos constatar que nossa interlocutora tem consciência da existência da rotulação e do estigma, nesse caso específico, o fato de identificar como uma mulher transexual, trabalhadora sexual e consumidora de drogas pode lhe caracterizar como uma *outsider*, uma pessoa que incorreu em vários desvios da norma vigente e foi punida por isso, sendo estigmatizada e rotulada, embora de acordo com Becker (2008, p.27), “desvio não resida no comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele”. No entanto, ainda é possível observar outros efeitos perversos da estigmatização e do preconceito:

Eu sempre fui negada pela empregabilidade. Eu sempre queria também, assim, eu sou uma trabalhadora sexual, mas eu quero ter um serviço, eu quero trabalhar de carteira assinada, entendeu? E as pessoas, quando eu chegava na entrevista, ela sempre falava: não, é trans, não quero. Não quero isso, entendeu? Eu quero pessoas que sejam normais, como se a gente não fosse normal. Eu cheguei um certo período da minha vida, que eu fui num lugar, numa entrevista, numa empresa bem grande, e a pessoa olhou para mim e falou: A vaga já está preenchida, você não me serve. Eu saí dali, sabe? Tão revoltada que eu falei, gente, eu tenho que fazer alguma coisa para eu me dar bem na vida, né? (Clarisse).

Os fatos narrados por nossa interlocutora são lamentáveis, no entanto, não é possível deixar de reconhecer que muitas pessoas em posição semelhante à dela vivenciam os mesmos tipos de problemas, em decorrência da rotulação e do preconceito. Enfatizamos isso anteriormente, em alguns grupos sociais a dificuldade de empregabilidade em empregos formais pode estar bastante atrelada ao preconceito. Essa seria uma forma de punição informal aplicada pelos impositores de regras, que ao estabelecer a punição (negação de emprego formal) acabam conduzindo a pessoa a outros comportamentos rotulados como desviantes, conforme enfatiza Becker (2008).

No entanto, é notável que o empoderamento propiciado pela RD por meio de suas abordagens seja apontado como um fator capaz de atuar reduzindo o estigma. Esse empoderamento vai sendo conquistado à medida que a pessoa vai sendo respeitada na sua diversidade, seus saberes vão sendo reconhecidos e valorizados e ela é convidada a participar de forma ativa, contribuindo e em muitos casos tornando-se também uma redutora de danos. É o movimento de perceber-se como um sujeito que tem direitos, e que não pode ser definido apenas por suas escolhas individuais.

A partir da análise dos dados, apresentaremos a seguir as contribuições da EP para as ações de RD de nossas interlocutoras.

5.1.3 A Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas

Pelo que já vimos até este momento, é possível afirmar que algumas abordagens de RD têm sido um lugar profícuo para a EP. Mas quais seriam de fato as contribuições dessa concepção educativa para ações de RD? Já observamos em capítulo anterior que a EP possui fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. Caracteriza-se por um conjunto de princípios que fazem dela um fenômeno sociocultural e uma concepção educativa libertadora. O termo “popular” é mais do que um conceito, representa uma escolha política deste campo teórico e de todas as pessoas que se comprometem com ele, compromisso com a superação das relações de opressão e dominação, preconceitos, exclusão e marginalização, conforme define Jara (2020).

Para o autor supracitado, no campo da EP, é possível identificar uma multiplicidade de práticas, mas todas elas teriam elementos em comum, nesse sentido, quando indagamos nossas interlocutoras sobre que elementos da EP elas conseguiam reconhecer nas suas práticas de RD, foi possível obter as seguintes respostas:

Acho que esse lugar da ética é muito forte, né? Para mim, pelo menos do quanto que é esse lugar de respeitar mesmo o lugar de cada pessoa e de que mesmo que seja um adolescente, se for uma criança, se for uma idosa. Todo mundo tem o seu saber, sabe? Todo mundo tem o seu lugar. E se cada um reconhecer o lugar de cada um para poder construir esse saber coletivamente, ele vai ser muito mais rico e vai tocar nas pessoas nesse lugar de respeito, das diferenças, mas também do reconhecimento delas. [...]. Essa coisa das diferentes metodologias também, sabe? De trabalhar em círculo, que é uma coisa que em todos os espaços formativos que eu tô, eu proponho esse lugar da circulação da palavra, mas também de usar exemplos que fazem parte da realidade, de discutir casos que inquietam a gente (Bell).

As pessoas acham que Educação Popular é só saúde, mas tem muita coisa. É mudança, é direitos, é cidadania e protagonismo (Simone).

A construção coletiva do conhecimento para mim é Educação Popular e é também redução de danos [...] o intuito dessas aulas que a gente dá para essas pessoas, para essas trabalhadoras sexuais e pessoas em situação de rua, é estar levando o aprendizado mesmo, levando o que é direito, levando a aprender o alfabeto ali. A alfabetização é muito importante (Clarisse).

Eu gosto muito de fazer escuta, visse? Porque aí é onde eu vejo as fragilidades. Eu gosto muito de fazer roda de diálogo, mas a gestão não deixa (Bille).

Nestas falas transcritas é possível identificar vários elementos que conferem identidade às práticas de EP e que estão sendo inseridos nas abordagens de RD na área das drogas, trata-se de experiências educativas populares que tem como público principal pessoas consumidoras de drogas, ou seja, sujeitos que nem sempre foram uma preocupação para o campo da EP. Nas palavras de Carrillo (2013), estas práticas que se constituem por contextos e pessoas diversas não se destacam tanto pela aplicação de uma concepção educacional, mas sim pela sua recriação e reinvenção. No âmbito das práticas educativas de RD é possível sugerir que a EP passa por um processo de recriação e reinvenção das suas práticas.

O reconhecimento do outro como um ser capaz de produzir conhecimento, independente de quem seja ou do estado em que a pessoa se encontre é um elemento permanente das práticas de EP e que demanda um profundo respeito pela história desse indivíduo. É nesse movimento que o educando passa a ser sujeito do processo educativo e não mais objeto, seu protagonismo vai sendo estimulado, e quando esse conhecimento vai sendo construído de forma coletiva as aprendizagens podem ser ainda maiores e melhores, pois outros saberes tais como o respeito as diferenças e o reconhecimento delas vão sendo estimulados nas ações educativas. No entendimento de Hooks (2017, p.58), “ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento”.

Percebemos que o respeito e o reconhecimento das diferenças têm um papel muito importante nessas práticas, e nessas diferenças compreender também que cada pessoa possui seus saberes, estratégias e cultura, e que em um espaço em que cada um seja valorizado e respeitado é possível construir novos conhecimentos de forma coletiva, partindo sempre da realidade experienciada pelas pessoas, fazendo com elas e não para elas, pois partimos do pressuposto de que cada indivíduo possui conhecimentos de alguma espécie. Assim, concordamos com Freire quando ele afirma que:

Neste lugar do encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam ser mais. Não há também diálogo se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens (Freire, 2018, p. 112).

A EP reconhece o direito de todos os homens e mulheres, essa concepção nos sinaliza que é preciso ter fé nas pessoas e na sua capacidade de criar e recriar a realidade, a vocação de *ser mais* nasce com todos os seres humanos, não é exclusividade de alguns. Logo, todos os grupos, independente dos comportamentos que adotam merecem ser tratados com igualdade de

direitos e oportunidades. Paulo Freire já nos ensinou sobre isso em sua pedagogia que propõe a abolição dos preconceitos e acredita no potencial dos grupos populares, é por este caminho que vai se construindo o protagonismo e a autonomia e as pessoas vão se reconhecendo como cidadãs, aptas a reivindicar e lutar por melhores condições de vida e tratamento.

O entendimento da EP na prática de RD vai além das questões voltadas para o tema da saúde, o seu potencial de concepção educativa crítica e libertadora vem sendo reconhecido. Nossa interlocutora Simone nos diz que, para ela, a EP “é mudança, é direito, é cidadania e protagonismo”, todos esses elementos ela consegue perceber na sua prática de RD que se entrelaça com a EP. Essas educadoras populares e redutoras de danos ao levarem a EP para suas abordagens na área das drogas reforçam o caráter libertador e transformador dessa concepção educativa. Poderíamos afirmar ainda que a presença da EP nessas práticas é um indicativo que ela continua viva e sua atualização está em curso, na medida em que sua relevância e contribuição vai sendo reconhecidas diante das questões atuais que mais preocupam a sociedade.

Já destacamos em capítulo anterior, que uma das principais características da EP é a sua articulação com as lutas e movimentos populares, assim como o enfrentamento das situações de injustiça. Em contraposição a outras concepções educativas ela propõe um processo que envolve ao mesmo tempo prática política e prática pedagógica (Carrillo, 2013). Possivelmente, esses sejam os fatores que fazem com que ela venha sendo chamada a dar sua contribuição nas mais diversas temáticas. Diante dos contextos de opressão, ainda hoje pessoas do campo popular conseguem reconhecer o seu potencial solidário, coletivo e conscientizador. Segundo Paludo (2001):

A Educação Popular ganha a posição de uma concepção que associa os processos educativos à ação política e social das classes subalternas com vista à transformação social, apesar e para além da multiplicidade de correntes que a conformam, esta constitui-se a centralidade que lhe confere sentido. (Paludo, 2001, p. 96).

Embora nem sempre seja alcançada em sua plenitude, a transformação social segue sendo o anseio maior das práticas de EP, é assim desde os seus fundamentos, é a utopia que move e faz avançar em direção a um horizonte de justiça social. É uma das marcas mais fortes dessa concepção educativa que busca formar pessoas inconformadas, dispostas a enxergar com clareza a realidade e quem sabe agir no sentido de transformá-la. A contribuição da EP enquanto

um processo educativo que envolve a ação política e social é corroborado por uma de nossas interlocutoras:

Eu acho que esse lugar mesmo da mobilidade social, sabe? Essa capacidade de compartilhar saberes, reconhecer os lugares de cada um e possibilitar que as pessoas alcancem outros lugares que não só de usuários de drogas, usuários dos serviços ou só profissionais da saúde, que também é um lugar engessado, né? [...] Então, acho que o que a Educação Popular pode fazer, acho que é essa ponte, sabe? Entre as diferentes linguagens, entre os diferentes lugares e a possibilidade de construção de soluções, de alternativas. (Bell)

O compartilhamento de saberes entre pessoas que se reconhecem na sua diversidade e que podem estar situadas em contextos também diversos é compreendido como uma ponte que pode unir esses sujeitos, e contribuir para a construção de novos conhecimentos elaborados de maneira conjunta, tendo em vista a criação de outras possibilidades. Uma ponte erguida com o auxílio de categorias da EP que são levadas para as abordagens de RD e tem interesses práticos, uma vez que nossa interlocutora aponta como objetivos a construção de soluções e alternativas. Logo, a entrada da EP nessas ações, além de assegurar processos humanizadores e dialógicos pode cumprir o papel de acentuar o caráter político e social dessas práticas, tendo em vista à transformação social.

A necessidade de promover uma transformação social e assim modificar condições injustas, passa pela construção da autonomia das pessoas, outro aspecto teórico-metodológico presente na concepção de EP. Para Brandão e Assumpção (2009, p. 95), a EP “[...] exige uma coerência entre a concepção teórico-metodológica e o posicionamento político-pedagógico: a intencionalidade de construir a autonomia e emancipação dos sujeitos”, se não houver essa coerência não estamos falando de EP, porém não se trata de um processo fácil. Na atualidade, é possível identificar uma apropriação da categoria autonomia pela lógica do capital, o que obviamente se reflete em como esta categoria é incorporada nos processos educativos:

Nesse contexto em que o ideário neoliberal incorpora, entre outras, a categoria autonomia, é preciso também atentar para a força de seu discurso ideológico e para as inversões que pode operar no pensamento e na prática pedagógica ao estimular o individualismo e a competitividade. (Oliveira, 2018a, p. 13).

A autonomia neoliberal se opõe ao entendimento de autonomia presente na EP e tão discutido por Paulo Freire, para este autor a autonomia vai sendo construída de forma processual e pode ser estimulada por práticas educativas críticas, solidárias e coletivas em que

as pessoas possam ser participantes ativos e não apenas expectadores passivos. Já no contexto neoliberal o conceito de autonomia se confunde com individualismo, competitividade e também pode ser estimulado por práticas educativas, essa aparente confusão interpretativa em que a mesma categoria pode representar coisas opostas e contraditórias requer atenção redobrada por parte dos/as educadores/as que se acham comprometidos com a educação crítica, para que esses valores não sejam disseminados através de suas práticas.

O estímulo a autonomia das pessoas consumidoras de drogas pode ser observado na fala de nossa interlocutora:

Essa é a diferença da Educação Popular, não é? Não é você condicionar aquela pessoa aquilo que você quer. É você levar uma coisa com transparência e dar o direito àquela pessoa de refletir se é certo ou não. E ouvir também. Não é só falar, né? Ah, eu tenho um monte de informação, de conhecimento! Às vezes, muito dos nossos conhecimentos a gente adquiri ouvindo o próximo (Simone).

Em favor da construção da autonomia dos/as educandos/as, a prática educativa deve reconhecer que todos/as possuem saberes prévios, além de sofrer a influência do meio social em que estão inseridos. No entanto, o indivíduo não é totalmente condicionado e este condicionamento não deveria ser objetivo da educação. Pelo que percebemos na abordagem de RD realizada pela educadora popular ouvida, há uma preocupação em assegurar que as pessoas possam fazer as suas escolhas, e que essas escolhas sejam fruto da reflexão realizada com base no conhecimento disponibilizado e construído coletivamente. Cabe ressaltar ainda que a emancipação é um dos princípios norteadores da Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEP/SUS.

Quando se refere a diferença da EP, nossa interlocutora fala sobre a diferença entre a educação bancária e a Educação Popular. Freire (2018a) vai nos dizer que a educação bancária é instrumento de opressão, que não considera em suas abordagens a experiência existencial dos educandos e nem a realidade na qual estão inseridos, nesse modelo educacional criatividade, reflexão e questionamentos não possuem grande importância, o destaque fica por conta do depósito de conteúdos que é feito nos/as educandos/as, vistos como receptáculos vazios. Meros objetos que não teriam contribuições a fazer, na medida em que o/a educador/a é o/a único/a detentor/a do conhecimento válido. Como é possível imaginar o processo de construção de autonomia torna-se mais difícil nesse contexto, pois as pessoas não teriam espaço para contribuir e tomar as próprias decisões.

O oposto do que acabamos de expor pode ser encontrado na educação libertadora na qual se funda a concepção de EP que tratamos neste estudo. É Freire (2018a, p. 86) que novamente nos fala sobre ela, para este autor: “[...] se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação”. Podemos depreender que nossa interlocutora identificou esta contradição e compreendeu que a educação libertadora não visa a domesticação das pessoas, mas sim a construção da sua autonomia.

Pensar em favor da autonomia de pessoas consumidoras de drogas é uma atitude contra-hegemônica, principalmente de consumidores de substâncias ilícitas. Geralmente esses indivíduos são retratados como pessoas destituídas de vontade, incapazes de fazer boas escolhas e de se responsabilizar por seu próprio bem-estar. Boa parte da sociedade acredita que o Estado deveria tutelá-los e promover sua internação compulsória em estabelecimentos destinados a esse fim. As abordagens inspiradas na EP e na RD vão na contramão do pensamento hegemônico ao defender a autonomia e acreditar que o consumo de drogas nem sempre torna a pessoa incapaz de gerir a própria vida, além do mais, é uma escolha ética de respeito pelas decisões individuais de cada um/a.

Outro aspecto importante é a escuta, permitir que o outro diga a sua palavra e reconhecer que nesse discurso também há possibilidade de aprendizagem. No contexto criado por uma política de guerra contra as drogas e alguns de seus consumidores, é inconcebível pensar que um consumir de substâncias ilícitas teria alguma coisa de relevante para dizer, que algum aprendizado poderia surgir a partir desse discurso. No entanto, nas práticas orientadas pela EP e pela RD, ouvir essas pessoas é tarefa primordial, como aponta nossa interlocutora Simone, que além de enfatizar a importância da escuta nos diz ainda que é também por meio da escuta qualificada dessas pessoas que ela adquire conhecimentos, a escuta nos remete a existência de comunicação entre a redutora de danos e consumidores de drogas, e para Freire a comunicação é um princípio inegociável na prática da educação libertadora:

[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes e nem a estes impostos. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos de uma realidade. (Freire, 2018a, p. 89-90).

Toda comunicação envolve pelo menos duas pessoas que devem estar disposta a falar, mas também a ouvir. Ouvir de forma aberta e evitando julgamentos prévios, eis um grande

desafio, mas que vem sendo lentamente superado na área das drogas. Para Freire a autenticidade da comunicação reside no respeito ao pensamento do/a outro/a, na capacidade de dialogar e não tentar impor ou condicionar a pessoa a adotar certas condutas de maneira irrefletida. Como já foi realçado ao longo deste estudo, quando o tema são as drogas é comum encontrar pessoas que pensam saber o que é melhor para o/a outro/a, sem nem ao menos parar para ouvir aquele indivíduo. Nesse contexto, o diálogo fica impossibilitado e a escuta não existe, tendo em vista que se supõe saber o que o/a outro/a precisa, quais as suas necessidades.

A importância de uma escuta qualificada na área das drogas também é realçada por outra de nossas interlocutoras, que reconhece esse princípio como uma das contribuições da EP para as abordagens de RD:

Essa escuta qualificada assim, né? Então, a escuta que independentemente de você poder resolver aquele problema ou não, mas a gente consegue, ouvindo, a gente consegue saber o que o outro está precisando. Independentemente do que eu possa ajudar ou não, mas eu consigo escutar. Se eu não conseguir fazer nada, nenhum encaminhamento pelo menos eu acolhi, né? Eu escolhi ouvir aquela pessoa também ali. (Hannah)

A escuta qualificada é um princípio humanizador que pode estar presente em práticas de cuidado em saúde, mas também em práticas educativas realizadas em outros contextos. Para Santos (2019) essa não é uma escuta qualquer, desatenta ou desinteressada. Escutar de forma qualificada é ir ao encontro da subjetividade do outro de forma sensível e empática, é ouvir o que dizem os gestos e expressões abandonando os preconceitos. Esse tipo de escuta exige do ouvinte que perceba a pessoa como um sujeito de direitos, protagonista da sua história.

Como afirma nossa interlocutora, é uma escolha feita pelo indivíduo que se dispôs a estar com o outro, mesmo que não possa resolver seus problemas naquele momento, o não tão simples ato de ouvir de forma qualificada pode ser o que a pessoa precisa naquele instante. É o acolhimento que vai substituir a punição, o respeito às diferenças que entra no lugar dos preconceitos. Só quando há uma escuta atenta é possível o estabelecimento de vínculos e de confiança, percebendo as reais necessidades do sujeito. Concordamos com Freire (2018b) quando afirma que:

Escutar é obviamente algo que vai muito mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, as diferenças do outro. (Freire, 2018b, p. 117).

O ouvir é um dos cinco sentidos do corpo humano e grande parte das pessoas conseguem fazê-lo naturalmente e sem esforço. Já o escutar demanda reunir um conjunto de habilidades, além de um comprometimento da pessoa com a humanização. Continuando com Freire:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las, e se não os escuto, não posso falar *com* elas, mas a elas, de *cima* para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-las. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso *escutá-lo* ou *escutá-la*. O diferente não é o *outro* a merecer respeito, é isto ou aquilo, destratável ou desprezível. (Ibidem, 2018b, p. 118).

O papel da escuta torna-se tão relevante que é possível dizer que, sem escuta, não há diálogo possível, e que ambos só podem acontecer de maneira genuína em relações horizontais. Diálogo no sentido posto por Freire, ou seja, “falar com elas e não a elas”. Assim como a escuta demanda abertura e respeito as diferenças, o mesmo exige de nós a capacidade de dialogar e tornar as nossas práticas dialógicas. No contexto do público principal ao qual nos voltamos quando pensamos em abordagens de RD e de EP, é evidente ser necessário abolir os estigmas e preconceitos para realizar uma escuta verdadeiramente empática que não admite imposições, mas aposta na força do diálogo. Pois, de acordo com Simon et al. (2014, p. 1357), o que caracteriza a Educação Popular freireana não é tanto um desvelamento de estruturas nem um agir estratégico privilegiado. O que caracteriza a Educação Popular (EP) é a radicalidade do diálogo.”

Outro ponto que cabe destaque é o uso de metodologias que estimulem a participação ativa das pessoas, pois esta é uma característica bastante valorizada nas práticas de EP. Neste contexto, além de estar no centro da atividade educativa o educando é colaborador não só do processo de ensino-aprendizagem, mas também na produção do conhecimento. O grande desafio que se coloca é assegurar para que essa participação aconteça de fato e não fique apenas nos discursos, além de analisar de maneira cuidadosa a qualidade das oportunidades de participação. Pensar o “como fazer” é tarefa primordial, no entanto, é preciso também refletir sobre as finalidades do processo educativo.

Metodologias que promovem participação são ferramentas educativas, assim como a escuta e o diálogo, é importante realçar que como quaisquer outras, essas ferramentas podem ser utilizadas de modo superficial, sem o comprometimento com os princípios pedagógicos orientadores da ação (Simon et al., 2014). “Esta dissociação ocorrerá, por exemplo, se elas

forem utilizadas [...] sem acessar as dimensões políticas, sociais, históricas e éticas do conhecimento, ou seja, sem atuar na perspectiva da emancipação simultaneamente individual e coletiva [...]” (Ibidem, 2014, p. 1360). Em outras palavras, não basta utilizar essas ferramentas para produzir uma prática de EP, é preciso que os objetivos da ação tenham uma intencionalidade libertadora e emancipatória.

Diante do que foi exposto até este momento, é possível afirmar que, entre as contribuições mais marcantes da EP nas ações desenvolvidas por nossas interlocutoras, destacam-se as seguintes: 1) a valorização dos saberes das pessoas, independente de quem seja ou do estado em que se encontre; 2) o reconhecimento do contexto social vivenciado como ponto de partida das práticas; 3) o uso de metodologias que estimulam a participação; 4) a construção da autonomia e do protagonismo dos atores sociais envolvidos nas práticas; 5) a construção coletiva do conhecimento; 6) escuta ativa; 7) diálogo.

Por outro lado, é preciso enfatizar alguns aspectos da EP que não foram possíveis de identificar nas falas de nossas interlocutoras. Nos chama a atenção dois princípios que aparecem na PNEP- SUS, e que de maneira muito frequente são encontradas nas abordagens de EPS: Problemática e amorosidade. A problematização pressupõe a leitura da realidade e sua crítica, na busca da superação de situações que podem ser limitantes, no entanto, nem sempre é de imediato que os sujeitos conseguem perceber a existência dos problemas, e quando o fazem, por vezes é difícil imaginar a sua superação.

A prática educativa problematizadora vai propor a discussão dos problemas e a construção coletiva de soluções, a partir daí as pessoas participantes da ação educativa podem apurar o seu próprio senso crítico, transformando-se e passando a perceber sua própria realidade de modo diferente, identificando, problematizando e tentando a transição de uma situação-limite para um inédito-viável.

Essa expansão dos horizontes faz com que seja possível enxergar aquilo que sempre esteve diante de nós, muitas vezes encoberto apenas pelo véu de alguma ideologia. Neste sentido, o sujeito pode problematizar até mesmo situações existenciais e identificar formas de superá-las, esse processo pode ser realizado de maneira coletiva, desde que o diálogo esteja no centro das práticas e o olhar crítico para a realidade seja estimulado. Ao identificar e agir no sentido de buscar transformações a pessoa vai resgatando suas potencialidades e se percebendo como sujeito. Seu protagonismo e autonomia vão sendo estimulados.

Outra categoria importante é a amorosidade, ela tem seu valor reconhecido para as práticas de cuidado em saúde, e pode oferecer grandes contribuições para as abordagens de RD, que na maior parte das vezes atende populações em situação de sofrimento, abandono e vulnerabilizadas. Assim, é possível afirmar que:

A amorosidade se expressa na prática da EP, por meio de diferentes caminhos, como pela atitude de busca de formação de vínculos afetivos entre as pessoas envolvidas, pela valorização das trocas intersubjetivas entre as pessoas, incluindo a consideração – na experiência educativa – das emoções e sentimentos mobilizados, e também pelo desenvolvimento dialógico do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a EP representa uma abordagem educativa que, ao mesmo tempo em que problematiza a realidade e oportuniza o mergulho consciente e crítico no meio cultural, interliga as experiências distintas dos atores participantes, através do acolhimento de seus saberes em suas variadas formas de construção e mobilização. (Cruz et al., 2018, p. 617).

Como é possível constatar a amorosidade está relacionada a criação de vínculos afetivos entre as pessoas, no entanto, construir uma vinculação real e duradoura não é tarefa simples. Exige convivência, respeito, diálogo e confiança mútua. É plausível supor que as pessoas não saem por aí compartilhando seus sentimentos e emoções com qualquer indivíduo, essa deve ser uma construção processual realizada no dia a dia das práticas, mas que possui um potencial bastante relevante ao possibilitar as trocas intersubjetivas entre os sujeitos e a criação de relações de confiança. O amor é um sentimento muito presente na obra de Freire, e se estende ao mundo e seus homens e mulheres, para o autor não é possível uma prática educativa progressista e comprometida com grupos oprimidos sem um profundo amor aos seres humanos, tampouco é realizável o diálogo como um momento de encontro: “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (Freire, 2018a, p. 111).

Tendo em consideração estes aspectos, acreditamos que tais categorias poderiam estar presentes nas práticas de RD, sobretudo naquelas que forem orientadas pelo referencial teórico-metodológico da EP. Elas podem acentuar o caráter sensível, humanístico e crítico das abordagens, colaborando com os projetos de resgate de autoestima e cidadania, afinal, trata-se de princípios que já tiveram seu valor e contribuições reconhecidos nas práticas educativas e de saúde.

Na próxima seção nos debruçaremos sobre as principais dificuldades encontradas por nossas interlocutoras para realizar abordagens orientadas pela EP e pela RD.

5.1.4 Desafios para o trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos

Não obstante todas as contribuições da EP para as práticas de RD, é necessário enfatizar a existência de obstáculos, fatores que podem limitar o potencial desse diálogo que tem se mostrado tão interessante para ambas as áreas. Um primeiro indício foi apresentado por nossa interlocutora Bille, que atua em um espaço institucionalizado pertencente ao Estado. Ao narrar sobre a EP nas suas abordagens de RD, ela afirma que:

Eu gosto muito de fazer roda de diálogo, mas a gestão não deixa. Ela me priva às vezes, não é? Me engessa. É tudo programado, é um projeto, né? E aí quando eu tento assim, às vezes digo: gente, vamos sentar, eu quero escutar vocês. E aí muitos falam da vida pessoal, de como tiveram essas quedas, né? E aí eu vou tentando entender, mas às vezes eu sou travada e até chamada atenção, porque não é, não é por aí. Então tá bom, vamos como o programa quer, não é? O Estado quer assim. (Bille)

Travada e engessada foram as palavras usadas por nossa interlocutora para demonstrar como se sente ao tentar realizar algumas abordagens que teriam um caráter mais participativo e não estariam nas prescrições do Programa ao qual ela está vinculada. Já vimos em outros momentos que educadores/as populares podem encontrar certa dificuldade de realizar suas práticas de EP em certos contextos, disso é importante ter clareza. Por razões que estão atreladas ao seu caráter crítico e político a EP nem sempre será bem-vinda em todos os espaços, sobretudo em espaços onde o educador não tem liberdade para agir.

Espaços e programas institucionalizados tendem a seguir processos rígidos e burocráticos que podem limitar a autonomia dos profissionais que neles atuam, é uma esfera de fato desafiante tentar construir uma abordagem educativa crítica e libertadora em um contexto em que é recomendado seguir apenas as prescrições de maneira irrefletida, e ainda receber advertências quando se tenta fazer algo no sentido de tornar a prática um pouco mais dialógica. Este seria um primeiro ponto a considerar.

Um segundo aspecto que merece ser levado em consideração, quando se discute a realização de práticas educativas críticas em espaços institucionalizados, é o risco de deformação dessas práticas que podem acabar perdendo sua identidade e tornando-se mais uma abordagem descontextualizada e adaptada aos padrões do sistema. Nesse sentido, a nomenclatura pode permanecer a mesma, mas o que está sendo realizado em nada se assemelha a concepção que foi pensada inicialmente, pois, apesar de haver uma intenção, as pessoas

envolvidas na ação não têm liberdade suficiente, autonomia para agir e decidir sobre a melhor maneira de conduzir os processos. Daí a sensação de sentir engessado, travado e continuar seguindo as regras, sob o risco de sofrer alguma forma de punição.

Paludo (2001), chama a atenção para o fato de que concepções educacionais verdadeiramente comprometidas com a emancipação das classes populares dificilmente vão conseguir se institucionalizar em uma sociedade conduzida pelos interesses do capital, pois tais concepções são também instrumentos de luta do povo, logo, permitir a sua presença na institucionalidade seria contraproducente para os interesses de manutenção das estruturas do próprio capital. Este fato ficou bastante óbvio quando as experiências educativas conduzidas por Freire e sua equipe foram encerradas, e todos os participantes foram classificados pela ditadura militar como subversivos, sendo obrigados a se refugiar na clandestinidade ou em organizações não governamentais.

Contudo, após o período ditatorial, a EP começa a se movimentar em outras direções, nas palavras de Gadotti (2001) é possível afirmar que:

[...] O que assistimos é a Educação Popular dispersando-se em milhares de pequenas experiências, perdendo aquela grande unidade teórica, mas ganhando em diversidade. Esses numerosos movimentos trazem no seu bojo uma nova concepção de Educação Popular e do Estado. (Gadotti, 2001, p. 8).

Neste entendimento menos radical, a EP continuaria comprometida com a emancipação das classes populares, mas suas experiências e práticas não rejeitam as possíveis alianças que possam surgir com a institucionalidade, ao contrário, essas alianças são desejadas como uma maneira de participar de forma ativa na formulação das políticas públicas. Sendo assim, apesar dos obstáculos para sua inserção em espaços educativos institucionalizados, não há mais uma rejeição por parte de alguns educadores/as populares, o que se busca é a superação dos obstáculos.

Outros fatores foram apontados como limitadores para a realização de um trabalho educativo sobre drogas orientado pela EP e pela RD. Podemos conferir nas falas transcritas abaixo:

Eu acho que tem pela própria limitação do campo, sabe? Acho que a gente tem a escola livre de redução de danos, da qual eu faço parte atualmente. Ela nasceu desse déficit de formação, porque a gente teve um edital do Ministério da Saúde, quando a redução de danos foi instituída enquanto política pública, né? na política de atenção integral. E aí rolou essa movimentação de fazer a formação de profissionais. Dos

CAPS que estavam sendo abertos e das UBS que já existiam, mas depois disso nenhum outro, não teve um movimento de formação permanente. (Bell).

A política de drogas, né? É ela, ela parece que ela foi criada mesmo, não, parece não, ela foi criada justamente para justificar o extermínio de alguns corpos, a violência de alguns corpos. (Simone).

Assim, a gente encontra várias dificuldades, e preconceito. [...] Quando a gente fala que trabalha com usuário, se eu disser que trabalho com Educação Popular e trabalho com pessoas, todo mundo está tranquilo. Agora, se eu disser que trabalho com Educação Popular, com redução de danos e com usuário de droga, pessoas que vivem na rua, pessoas em vulnerabilidade, não é? Com profissionais do sexo, e com pessoas infectadas com HIV, aids, né? Isso aí já muda tudo. (Hannah).

A única dificuldade é o estado querer empatar que essas pessoas, a gente da redução de danos e educadores popular, chegue à abordagem desses acolhimentos que a gente faz. Essa é a única dificuldade. (Clarisse).

Podemos averiguar que cada uma delas, a partir do seu ponto de vista, percebe um fator que representa dificuldade para a sua prática. O primeiro aspecto que emerge é uma preocupação que permeia a maioria dos espaços onde acontecem processos educativos, a questão da formação permanente, o estar adequadamente preparado/a para realizar o trabalho é fundamental. Possivelmente, são escassas na área das drogas atividades voltadas para a formação de redutores/as de danos, assim como para a formação de educadores/as populares.

Apesar de reconhecermos que os movimentos sociais possuem uma virtualidade formativa, não é possível renunciar a processos mais específicos que venham diretamente suprir uma necessidade, além disso, ações desenvolvidas apenas por essas organizações dificilmente dariam conta de toda a demanda. Nesse sentido, poderiam ser necessários programas mais abrangentes, tais como cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Estado, eventos voltados para a formação ou grupos de estudo, por exemplo. Por outro lado, para Jara (2020):

[...] a reflexividade crítica por parte de educadores e educadoras sobre suas práticas é a fonte de formação permanente mais importante com que contam e que, portanto, todo processo educativo que busque gerar aprendizagens significativas terá que considerar, reservar e garantir espaços para a reflexão[...]. (Jara, 2020, p. 196).

Já foi realçado em outro momento que a reflexão sobre a própria prática é uma rica oportunidade de formação, podendo ser realizada de forma individual ou em grupo, e neste contexto, torna-se uma opção importante tendo em vista a pouca oferta de processos formativos voltados para essas áreas. Cabe ressaltar que, a questão da formação aparece como um dos eixos estratégicos da PNEP/SUS, que sugere a criação de práticas que favoreçam a formação de atores sociais e profissionais da saúde na perspectiva da EP.

Outro obstáculo apontado por uma de nossas interlocutoras foi a política de drogas proibicionista, sabemos que essa política orienta todas as ações promovidas a nível de governo, além de representar uma ideologia que se espalha por toda a sociedade e é uma das grandes incentivadoras dos preconceitos e dos estigmas. Já refletimos em outra seção deste estudo sobre os seus efeitos perversos, porém, é preciso reforçar que o modo de compreender e tratar as questões relacionadas às drogas e seus/suas consumidores/as que é adotado na política pública sobre drogas é um importante obstáculo para a realização de trabalhos educativos e abordagens de cuidado humanizadas.

A própria RD, apesar de já haver ganhado o status de política pública, até os dias de hoje encontra dificuldades para se estabelecer plenamente, sendo mais compreendida e praticada em espaços que situam fora da institucionalidade. Esse pode ser encarado como um dos efeitos da existência de uma política proibicionista, que em seu cerne ainda enxerga o consumidor de drogas como um doente ou criminoso que deve ser punido e não educado e acolhido. Uma de nossas interlocutoras levanta este ponto, quando narra sobre os preconceitos envolvidos quando alguém se propõe a realizar um trabalho com EP e RD voltado para pessoas consumidoras de drogas.

Os preconceitos são fruto dessa imagem deturpada que se criou sobre as drogas ilícitas e seus consumidores, imagem que foi criada justamente com o intuito de desestimular o consumo e para manter sob controle alguns grupos sociais, uma maneira menos invasiva de tentar obrigar as pessoas a cumprirem as regras. Logo, abordagens que se coloquem contra o punitivismo e a favor da recuperação da dignidade dessas pessoas podem ser entendidas como apologia/incentivo ao consumo, pois têm origem em uma forma diferente de perceber o próprio consumo, e acima de tudo respeito pelas escolhas de cada indivíduo.

O proibicionismo é exemplo de política de drogas baseada em escolhas morais autoritárias e pouco tolerantes, sustentada por poucas evidências confiáveis. [...] Em primeiro lugar, ele aciona uma divisão simplista entre as substâncias, separando-as basicamente em dois tipos: proibidas e permitidas. Colonizado pela agenda moral que sustenta a proibição desde o seu início, o Estado termina por emular, em sua política, a divisão entre droga boa e droga ruim, oferecendo como resposta para as primeiras uma regulação normalmente mais frouxa (o caso do álcool no Brasil é exemplar), e a radical proibição para as segundas. Impede, assim, que matizes menos radicais, que não ignoram os danos potenciais das drogas, possam ser consideradas, de fato, no debate. (Fiore, 2018, p. 51-52).

O peso e as consequências da política proibicionista não podem ser ignorados. Nossas interlocutoras reconhecem de imediato que esse é um dos principais problemas a ser enfrentado,

pois possivelmente tem que lidar todos os dias com essa dificuldade, é desafiador conceber atividades educativas nesse contexto aparentemente tão desfavorável, mesmo assim elas persistem. Quando se referem a política proibicionista e ao Estado, como fatores limitantes de suas abordagens, provavelmente estão se referindo a mesma coisa.

Reconhecer a existência de situações limites é o primeiro passo para superá-las, nas palavras de Freire (2018), situações limites se apresentam, aparentemente, como barreiras insuperáveis, obstáculos intransponíveis. É preciso admitir a sua materialidade e compreender que se trata de dimensões de uma realidade histórica, logo, passíveis de serem transformadas. Para o autor supracitado,

No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenhar na superação das “situações limites”. Esta superação, que não existe fora das relações homem-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as “situações-limite”. (Freire, 2018, p. 126).

A existência de uma política proibicionista que dissemina preconceitos, estigmas e pune as pessoas, sem dúvida pode ser considerada uma situação-limite, contudo, trata-se um dado histórico pertencente a um determinado contexto que pode ser superado, tendo em consideração que ela nem sempre existiu. Assim, a possibilidade de ser substituída por um paradigma menos radical e mais humanizador é real e já está em curso, vide o exemplo de tantas nações que já perceberam o seu viés violento e sobretudo ineficaz. As ações de EP e RD realizadas por nossas interlocutoras, apesar de todas as dificuldades, também são uma amostra da busca diária da superação das situações-limite.

Tendo em vista o que observamos nesta seção, entre os desafios para o trabalho educativo orientado pela EP e pela RD, nossas interlocutoras destacam os seguintes: 1) a institucionalidade; 2) falta de formação permanente; 3) política de “guerra às drogas”; 4) preconceito; 5) o Estado. Cada um desses aspectos está diretamente relacionado ao que elas vivenciam em suas práticas e nos contextos em que atuam, é justamente o olhar crítico que lançam sobre essas realidades que lhes permite identificar elementos que dificultam a realização do trabalho. Conhecer esses fatores e discutir sobre sua existência é um passo importante na criação de estratégias de superação.

A seguir, buscamos identificar as principais referências conhecidas e utilizadas por nossas interlocutoras no campo da EP.

5. 1. 5 Principais referências destacadas no campo da Educação Popular

Com uma larga tradição histórica e presença reconhecida na maioria dos países da América Latina, a EP consolidou-se como um movimento político e pedagógico em favor das classes populares. Em decorrência do seu amplo desenvolvimento teórico, perguntamos as nossas interlocutoras quais eram suas principais referências no campo da EP, obtivemos as seguintes respostas:

Bell hooks, Paulo Freire, mas ultimamente muito bell hooks. Assim, muito porque acho que tem esse lugar do quanto. É isso, assim, Paulo Freire ele conseguiu provocar muita gente em várias, em várias perspectivas, sabe? Mas ainda assim, e ainda que nordestino, né? É um homem cis e em algumas medidas, embranquecido, né? Mas ela traz esse lugar do quanto que nomear sobre os nossos lugares e teorizar sobre as nossas vidas, também nos faz teóricas, também nos faz potentes para falar de amor, para poder falar de afeto enquanto processo educativo também, né? Enquanto esse lugar do encontro das nossas dores e das nossas camadas. Nesse processo de se formar para transgredir. (Bell).

Paulo Freire. A gente tem o nosso professor Antônio Nery, que para mim é uma referência. [...]. Luana Malheiros, uma das minhas melhores referências, né? Enquanto militante, enquanto educadora popular [...]. (Simone).

Eu leio eu sigo os ensinamentos de Paulo Freire, não é? mas também eu gostei muito, assim, me abriu muito assim, me despertou muito quando eu comecei a ler a bell hooks, sabe? (Hannah).

Paulo Freire, mas o que mais me motiva realmente é a nossa coordenadora, porque ela não é uma autora, mas poderia ser, né? O que ela enfrentou na vida eu também enxerguei que eu posso lidar com todas as minhas estratégias de vida, entende? E ela me motiva muito. (Clarisse).

Não leio muito, mas sempre estou lendo Paulo Freire. É assim, me inspiro muito nas literaturas dele. (Bille).

Como é possível observar, Paulo Freire é uma unanimidade entre as interlocutoras deste estudo, reconhecidamente, ele é um dos maiores expoentes do campo da EP sendo responsável por parte significativa de seu desenvolvimento prático e teórico. No entanto, a concepção de EP é anterior a Paulo Freire. Mejía (2018) aponta que seu acumulado teórico vem sendo elaborado desde as lutas travadas em prol da independência nos países da América Latina. Personagens como Simón Rodríguez (1769-1854), José Carlos Mariátegui (1894-1930) e José Martí (1853-1895) tiveram papel importante no seu período fundacional, pois defendiam uma educação com características próprias que pudesse atender as necessidades dos espoliados povos latino-americanos, e que em alguns casos já era chamada de Educação Popular. É nesse

contexto pujante de revoluções e luta por liberdade que nasce a EP como uma alternativa a educação eurocêntrica vinculada aos colonizadores.

Apesar de possuir um acumulado teórico que remonta aos tempos das revoluções, é inegável que o período de maior florescimento teórico-metodológico da EP foi durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, no Brasil. E talvez por essa razão não seja difícil encontrar artigos, livros e textos que atribuam apenas a Paulo Freire a origem do movimento de EP. Como já destacamos Freire deu grandes contribuições para este campo, mas não foi o único, ao longo dos anos ela vem se nutrindo dos conhecimentos gerados a partir das pesquisas e das práticas dos/as educadores/as populares nos grupos, movimentos sociais, comunidades, escolas e universidades e não apenas no contexto latino-americano, tendo em vista a existência de grupos que se organizam para pensar e praticar a EP a partir de outros continentes, a exemplo da Popular Education Network (PEN) – Rede Internacional de Educação Popular. Para Raul Mejía:

[...] é importante reconhecer na Educação Popular não uma prática de agora ou dos últimos quarenta anos, mas uma dinâmica que, nos últimos duzentos anos, tem estado presente na teia social da América Latina. Deste modo, se reconhecemos que nosso pai é Freire, o nosso avô é Simon Rodríguez, professor de Simon Bolívar, que estabeleceu, no começo do século XIX, as bases da Educação Popular que a América precisava e que, então, foi proposta para alguns dos países das repúblicas latino-americanas. Foi retomada pelo movimento das universidades populares, no começo do século XX, e por alguns dos artífices da educação formal, com a peculiaridade de nossos povos e na busca da justiça através da educação (Lizardo Pérez, José Maria Velaz e outros). (Mejía, 2009, p. 206).

É preciso reconhecer e resgatar a ancestralidade da EP para que uma prática tão antiga e que deu tantas contribuições à América Latina em seu período histórico, político e cultural mais efervescente não seja diminuída ou negada em sua relevância, o que pode acontecer se não se conhece a sua historicidade. Possivelmente essa seja uma questão ligada à formação de muitos educadores/as populares que quase sempre têm nas obras de Freire a “porta de entrada” para a EP. Essa é, sem dúvida, uma boa forma de começar, mas se desejamos levar a EP para nossos discursos e principalmente para nossas ações, amenizando o risco de sermos incoerentes é preciso conhecer de forma mais aprofundada suas bases teóricas. Este é princípio básico de qualquer prática educativa, que não pode prescindir da existência do diálogo entre teoria e prática.

Esse reconhecimento muitas vezes atribuído unicamente a Paulo Freire, em detrimento de outros atores sociais que também deram contribuições significativas para o campo, vem sendo motivo de crítica, pois enxerga-se nesse movimento uma espécie de institucionalização

do pensamento do autor, o que poderia não ser produtivo para o próprio campo da EP. Nesse sentido:

O [...] processo de institucionalização do pensamento de Paulo Freire, que produziu uma corrente de seguidores, comentadores, divulgadores, pesquisadores e admiradores reunidos em instituições de ensino e pesquisa, que, em nome da preservação da memória intelectual daquele educador, o transformou em um “autor”: centro irradiador de citações, de comentários, de exegese, de teses e dissertações, vendo e identificando na obra do mestre uma palavra fundamental repleta de indicações e caminhos não apenas pedagógicos, mas também éticos, epistemológicos, estéticos, políticos ou culturais que orientam, mais do que ações educativas, formas de relacionamento intersubjetivo, relações cognitivas com o mundo e reflexões sobre práticas individuais ou coletivas, privadas ou públicas. [...] A relação que o pensamento de um determinado autor pode guardar com a instituição que leva seu nome sugere, assim, uma indagação imediata, que é a de saber qual o grau de fidelidade ou de fidedignidade entre ambos ou, dito de outro modo, se o que se diz em seu nome poderia ser realmente endossado pelo autor. (Brayner, 2017, p. 853-854).

Sobre a indagação feita acima, podemos apenas conjecturar com base naquilo que Freire deixou escrito em suas obras, contudo, não é raro ouvir o nome dele sendo invocado por pessoas que se dizem freirianas, mas cultivam práticas autoritárias que certamente o próprio Freire não aprovaria. Pois, como ele mesmo enfatizou, a coerência é uma das virtudes indispensáveis a prática educativa do/a educador/a popular: “este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma dessas virtudes indispensáveis – a da coerência” (Freire, 2018b, p. 63). Freire é uma das principais referências utilizadas nesta pesquisa, não deixamos de reconhecer o potencial das suas ideias e nem suas grandes contribuições para a educação brasileira, no entanto, não podemos nos abster de fazer esta reflexão, tendo em vista os achados da pesquisa.

Duas de nossas interlocutoras citam outra autora reconhecida como referência, trata-se de bell hooks, uma educadora popular que, aparentemente, não é tão lembrada e estuda no próprio campo da EP. Este é um dado interessante, pois nos diz alguma coisa sobre o modo diverso que a EP pode estar sendo discutida nos grupos, movimentos e coletivos que não estão diretamente vinculados aos centros acadêmicos onde se discute EP. Em tela, temos o exemplo de uma autora que vem sendo estudada por nossas interlocutoras e na qual elas buscam inspiração e ensinamentos para realizar suas práticas, no entanto, esta mesma autora não é comumente uma referência estudada nos grupos de pesquisa que se dedicam a EP.

Além de educadora popular, a referida autora se destaca por suas obras e pesquisas na área do feminismo, sobretudo do feminismo negro, com seus trabalhos tendo sido amplamente divulgados nestes contextos. Bell hooks foi uma escritora e professora que buscou formas de

aprendizado diferente para seus alunos e alunas e nessa busca encontrou-se com o pensamento de Paulo Freire, fiquemos com o relato feito por ela mesma em seu livro intitulado “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”:

Quando descobri a obra do pensador brasileiro Paulo Freire, meu primeiro contato com a pedagogia crítica, encontrei nele um mentor e um guia, alguém que entendia que o aprendizado poderia ser libertador. Com os ensinamentos dele e minha crescente compreensão de como a educação que eu recebera nas escolas exclusivamente negras do Sul havia me fortalecido, comecei a desenvolver um modelo para minha prática pedagógica. (Hooks, 2017, p. 15).

Enquanto mulher negra afro-americana, ela vivenciou durante a infância a forte segregação racial que aconteceu nos EUA, frequentando escolas exclusivas para pessoas negras, e após o fim da segregação, escolas dessegregadas, mas ainda repletas de racismo que segunda ela mesma afirma, era reforçado através das práticas estereotipadas dos/as professores/as brancos/as (hooks, 2017). Ela buscou inspiração para desenvolver sua prática pedagógica nas experiências vivenciadas junto aos docentes negros das escolas segregadas e nas ideias de Paulo Freire, assim levou para seus alunos e alunas uma abordagem em que todos deviam se colocar como participantes ativos e onde consciência e prática não podiam andar separadas.

Nossas interlocutoras Simone e Clarisse, além de Freire, apontam como referências outros educadores e educadoras populares, pessoas com quem elas têm convívio e aprendem diariamente, ou seja, não são autores e autoras estudados no campo da EP, mas são educadores/as que lhes servem de inspiração. Este achado da pesquisa vem corroborar com o que afirma Jara (2020, p. 26) quando ele assinala que, “uma característica relevante é que a maioria dos produtores do pensamento da Educação Popular são, precisamente, seus praticantes”.

Dessa maneira, é possível compreender que o desenvolvimento teórico da EP também é fruto da experiência dos/as educadores/as populares, no entanto, como também aponta o autor supracitado, há literatura produzida por sujeitos que não têm uma prática cotidiana de EP. Assim como produções realizadas de forma individual e coletiva, o que significa que as fontes de informação no campo da EP têm características particulares, pois são produzidas de forma diversa e em contextos diversos, além de nem sempre serem sistematizadas o que pode significar que o conhecimento produzido com essas experiências dificilmente vai chegar a outras pessoas.

No entanto, é relevante que, ao buscar referências no campo da EP, nossas interlocutoras educadoras populares consigam identificar outras pessoas que elas consideram educadores/as populares, e nas suas experiências inspiração e motivação para realizar suas próprias práticas. Apesar de, aparentemente, não terem tido contato com obras de outros autores reconhecidos além de Paulo Freire e Bell Hooks, o aprendizado construído a partir da observação, participação ou convivência com outros educadores/as populares é levado para suas práticas de EP e pode vir a se tornar novo conhecimento que vai sendo gestado neste campo para responder aos desafios do nosso tempo.

É relevante ainda porque nos informa sobre os múltiplos lugares de produção do pensamento da EP, que enquanto campo do conhecimento, desde sua fundação nunca esteve restrita aos muros da academia, ao contrário, seu lugar preferencial sempre foram os movimentos e organizações populares.

Obviamente, não é preciso ser um especialista em EP para ser um/a educador/a popular e realizar práticas educativas, mas é importante conhecer o pensamento e as contribuições que diversos/as educadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as elaboraram neste campo do conhecimento. E não estamos nos referindo apenas a educadores/as que produzem no âmbito da Academia, tendo em vista que o conhecimento também pode ser construído e sistematizado a partir de outros espaços, ainda mais quando estamos tratando sobre EP. Assim, evidenciamos que o pensamento elaborado por Freire não é a única base teórica da EP, e seu aporte teórico-metodológico recebeu e continua recebendo a colaboração de diversos atores sociais.

Essa riqueza de teorias e metodologias precisa ser conhecida e discutida para que as práticas educativas sejam elaboradas e reelaboradas em conformidade com os princípios da EP, e para que ela não venha a ser encarada unicamente como uma metodologia, isto é, um conjunto de instrumentos de que se lança mão em qualquer atividade, mas sem levar em consideração sua gênese, sua historicidade e sua intencionalidade política e transformadora. Afinal, sua singularidade reside no seu comprometimento com os grupos populares, na elevação de sua consciência crítica e na transformação da realidade.

Desse modo, dialogicidade, horizontalidade, problematização e ainda outras categorias quando pensadas e praticadas a partir do campo da EP devem estar a serviço da humanização, da construção da autonomia e da transformação social. Por outro lado, caso haja uma dissociação ou fragilidade no âmbito da apreensão da teoria corre-se o risco de que aconteça apenas uma transposição das práticas, que passariam a ser adotadas de forma instrumental.

Afastando-se dos objetivos da concepção educativa da EP, que é conhecida e reconhecida em seu potencial de educação crítica e problematizadora.

Uma das atribuições da teoria é fornecer os fundamentos, as bases nas quais se vão assentar as práticas, mas trata-se de um movimento recíproco, pois, ao mesmo tempo em que fundamenta a prática a teoria vai sendo construída ou reconstruída por ela, tendo em vista que todo conhecimento é provisório e permanece em constante atualização. A esse respeito é possível afirmar que:

[...] a teoria como cultura objetivada é importante na formação [...] uma vez que, além de seu poder formativo, dota os sujeitos de pontos de vista variados para uma ação contextualizada. Os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados. O papel da teoria é oferecer aos professores perspectivas de análise para compreenderem os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si mesmos como profissionais, nos quais se dá sua atividade docente, para neles intervir, transformando-os. (Pimenta, 2006, p. 25).

Práticas educativas podem ser realizadas em diversas áreas e educadores/as não são apenas aqueles/as que exercem sua atividade profissional em espaços formais de educação. No entanto, apesar da multiplicidade de contextos em que podem ser empreendidas, essas práticas não prescindem da necessária articulação entre os saberes teóricos e os saberes práticos. Os primeiros podem proporcionar ao/a educador/a um novo olhar, novos pontos de vista sobre temas e discussões que fazem parte da realidade social e do próprio contexto em que educadores/as e educandos/as estão imersos, o que pode contextualizar e aumentar o potencial crítico das abordagens.

Também é função dos saberes teóricos expandir o nível de compreensão dos/as educadores/as, a partir do oferecimento de conjuntos de análises sobre a sociedade e os aspectos que a constituem, tendo em vista que muitos desses elementos tem influência direta sobre nossas vidas. Assim, compreendê-los em sua complexidade e profundidade é tarefa primordial quando nos dedicamos a tarefa de realizar trabalhos educativos. A reflexão também tem origem a partir desse processo compreensivo do funcionamento do mundo e de nossas atividades. Contudo, essa articulação de saberes não visa apenas aumentar os níveis de consciência crítica, objetiva a intervenção e a transformação do contexto histórico-social.

Assim, evidencia-se que a presença equilibrada desses saberes pode conduzir a concretização de uma práxis educativa:

Teoria e prática só se realizam como práxis ao se agir conscientemente de sua simultaneidade e separação dialética. [...] Para produzir mudança não basta desenvolver uma atividade teórica; é preciso atuar praticamente. Não se trata de pensar um fato, e sim de revolucioná-lo; os produtos da consciência têm que se materializar para que a transformação ideal penetre no próprio fato. Assim, enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas. Porém, esta transformação da consciência das coisas é pré-suposto necessário para se operar, no plano teórico, um processo prático. (Ghedin, 2006, p. 133).

A educação é uma prática social que pode estar a serviço da transformação ou da conformação, quando escolhemos conteúdos e a maneira de abordar esses conteúdos estamos fazendo escolhas políticas. Nunca será uma atividade neutra, pois através dela são transmitidos valores morais, normas de conduta e maneiras de pensar (Aranha, 2006). Ainda que muitas vezes os/as próprios/as educadores/as não se deem conta disso, daí a importância de ser coerente e perceber que a teoria exerce um papel fundamental junto à prática. Se o objetivo educacional é transformar a realidade social, é preciso em primeiro lugar transformar a consciência que temos sobre as coisas. Compreender os fatos com clareza é pressuposto indispensável para agir sobre o mundo no sentido de transformar algum de seus aspectos.

Já foi realçado em alguns momentos ao longo deste trabalho que a EP possui um relevante acumulado teórico e que novos conhecimentos vêm sendo elaborados a partir do seu entrelaçamento com outros campos do saber e novas discussões. Obviamente, não com a mesma intensidade experimentada em outras épocas, mas suas ideias e práticas não perderam a relevância e o potencial de alimentar nossas esperanças na construção de uma sociedade mais justa. Dessa maneira, é possível afirmar que ela oferece uma gama de conhecimentos que podem orientar as ações. É preciso se apropriar desses saberes e articulá-los nas práticas, em vista disto, torna-se muito importante investir tempo e esforços na formação de educadores e educadoras populares.

A seguir, apresentamos um próximo capítulo onde elaboramos algumas reflexões e retomamos algumas discussões, a partir do que se constatou ao longo da escrita deste estudo.

6. REDUÇÃO DE DANOS E EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGO QUE APONTA CAMINHOS E DESAFIOS

Após as discussões teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores, por fim chegamos ao momento de análise do material empírico, e tínhamos diante de nós uma profusão de dados e impressões que foram apreendidas durante as entrevistas. Como foi possível observar nas discussões realizadas acima, cada categoria temática nos provoca a pensar como vem se dando o entrelaçamento entre RD e EP nas práticas educativas sobre drogas. Esse diálogo, que no Brasil é, a um só tempo embrionário e promissor, não nos fornece receitas prontas ou modos de fazer que podem ser reproduzidos em qualquer contexto de maneira irrefletida, mas nos aponta que caminhos estão sendo construídos de maneira coletiva.

A RD e a EP são as melhores escolhas diante de um modelo educativo e de tratamento que tem se mostrado ineficiente e desumanizador. Neste sentido, torna-se relevante compreender de que maneira elas vêm sendo utilizadas e reconhecidas, esse conhecimento pode ser apreendido e discutido para pensar, aprimorar e elaborar novas práticas que sejam condizentes com aquilo que acreditamos quando nos reconhecemos como profissionais da saúde, redutores/as de danos e educadores/as comprometidos com valores éticos de respeito, valorização da vida e liberdade.

Ao longo de nossas análises, constatou-se que todas as interlocutoras do estudo são integrantes de movimentos sociais e organizações populares, são mulheres engajadas nas lutas por direitos, melhores condições de existência, dignidade e acolhimento. Em tempos de individualismo flagrante que permeia boa parte das relações humanas, em suas falas é possível perceber que há uma preocupação com a coletividade, pois não é apenas por suas vidas que elas lutam, existe um interesse coletivo, uma genuína preocupação com o/a outro/a e seu bem-estar.

Ao que parece, e conforme apresentamos anteriormente, o movimento social é o grande espaço formador que nossas interlocutoras têm acesso. É nas discussões e atividades promovidas por essas organizações que elas vão aprendendo, trocando e construindo novos conhecimentos que levam para suas práticas e compartilham com as pessoas. São também espaços de convivência e acolhimento onde o excluído pode encontrar a inclusão e quem sabe reunir forças para buscar seus direitos, esse sentimento de pertença a uma comunidade que pode oferecer nutrição física, mas também cultural e intelectual é poderoso, e pode empoderar as

peessoas fortalecendo sua autoestima e reconstruindo sua autonomia, como nos diz nossa interlocutora Simone:

Várias mulheres vão para a rua por causa da fome, várias mulheres vão efetuar o trabalho sexual por causa da fome e estes corpos não são reconhecidos. E a gente passa a levar cesta básica, mas isso não é assistencialismo. Nós não somos assistencialistas. A RD não é assistencialista. Eu estou levando uma cesta básica, mas não estou levando só uma cesta básica. Eu estou levando um debate para aquelas mulheres. Essas mulheres trabalhadoras sexuais, que passaram a vida inteira com tarja preta no rosto, com medo dos rótulos de suas famílias, começaram a mostrar seus rostos, saíram de dentro dos hotéis, dos bancos das praças, começaram a se assumir como trabalhadora sexual, porque tinha uma mulher lutando por elas. (Simone).

No relato acima transcrito há o cuidado e o entendimento de que é preciso discutir e debater para que as pessoas conquistem sua autonomia e possam enfrentar e superar o peso da rotulação. Mas isso não é possível se as pessoas estiverem com fome, se não forem atendidas nas suas necessidades mais básicas de subsistência, como afirma nossa interlocutora, não se trata de assistencialismo ou atividade paliativa, pois o objetivo que se busca é a criação de vínculos, o fortalecimento do sujeito e o seu empoderamento para que possa exercer sua cidadania de forma plena e não envergonhada.

Tanto o movimento social quanto a escola foram apontados como espaços de encontro com a EP, tínhamos a curiosidade de saber como nossas interlocutoras conheceram a EP e pelo que foi possível constatar, a maioria dos encontros se deu no âmbito dos movimentos sociais e organizações das quais elas fazem parte. Esse fato não é em grande medida surpreendente, como já foi enfatizado algumas vezes ao longo desta pesquisa, a EP possui uma intimidade com movimentos de caráter popular e não é tarefa das mais difíceis encontrar educadores/as populares nesses espaços.

O fato que possivelmente merece maior destaque é encontrarmos a EP em movimentos sociais e organizações que se dedicam ao tema das drogas e seus consumidores. Apesar de seu caráter popular e de comprometimento com a causa de grupos oprimidos, o tema central abordado por esses movimentos, até então, nunca foi amplamente discutido no campo da EP. Isso é possível constatar pela pouca quantidade de literatura disponível.

Podemos sugerir então, que a entrada dessa concepção educativa no âmbito desses movimentos vem acontecendo em decorrência das suas características humanizadoras, do entrelaçamento que se faz entre o político e o pedagógico e da sua intencionalidade transformadora. O desenvolvimento da EPS e a sua introdução em alguns contextos do SUS

possivelmente também deu sua contribuição para que se começasse a enxergar, no Brasil, o potencial da EP nas abordagens de RD na área das drogas.

A escola e a universidade também foram apontadas como espaços de encontro com a EP. Este pode ser considerado um dado animador, pois a escola pública não tem sido ao longo dos anos um lugar muito favorável para o desenvolvimento da EP. Tanto a escola quanto a universidade referidas por nossas interlocutoras eram públicas, e nesses espaços é sempre possível que algum membro da comunidade educacional leve a EP para sua prática ou apresente esta concepção educativa para seus alunos/as. No entanto, cabe ressaltar que esse não é um caminho trilhado com frequência, os fatores que podem limitar a presença da Educação Popular nesses espaços tão contraditórios são inúmeros, mas é possível mencionar a falta de formação específica dos professores e o pouco cuidado que geralmente se demonstra nessas instituições pelos interesses e necessidades das pessoas das classes populares, ainda que, curiosamente, esse seja o principal público atendido por elas.

6.1 Percepção sobre redução de danos e Educação Popular

Além de uma prática de saúde, a RD também é percebida por nossas interlocutoras enquanto uma prática educativa, educação aqui compreendida de forma ampliada, como uma prática social formativa e de construção da cidadania que visa entre outras coisas a redução do estigma através de um trabalho de fortalecimento da autoestima e da autonomia das pessoas. É educativa também porque busca o compartilhamento e a construção coletiva de conhecimentos que podem não assegurar a profissionalização do indivíduo, mas possivelmente podem fazer a diferença em outros âmbitos da vida.

Quando são ensinadas sobre o uso seguro de substâncias e as maneiras de reduzir os danos eventuais que podem decorrer do consumo, as pessoas podem aprender a ter mais qualidade de vida, percebem que alguém se importa com elas. Isso não é insignificante no universo de invisibilidade no qual muitos sujeitos estão imersos, por meio dos relatos de nossas interlocutoras percebeu-se que a prática de RD pode gerar alguns aprendizados, estes podem ser compartilhados entre as pessoas que se tornam multiplicadoras. Algumas transformam-se em redutoras de danos, e a depender do estado em que se encontram e da sua própria disponibilidade podem assumir espaços de liderança e protagonismo dentro dos próprios movimentos e organizações.

Foi possível observar que há uma preocupação com as ferramentas metodológicas escolhidas para realizar as práticas educativas de RD, esse cuidado pode ser considerado fruto de uma reflexão sobre a prática que leva essas pessoas a pensarem sobre as melhores estratégias disponíveis para atingir seus objetivos. Neste contexto, evidencia-se que o objetivo não é apenas prevenir ou reduzir danos do consumo de substâncias, mas também danos sociais, que como já foi realçado em capítulo anterior são causados principalmente pela existência de uma política proibicionista e opressora que cria e reforça os estigmas sociais.

Outro aspecto que merece realce é a utilização de metodologias ativas nessas abordagens educativas. Nesse sentido, as atividades são elaboradas de maneira que a participação dos/as consumidores/as seja estimulada, como afirma nossa interlocutora Bell:

[...] a redução de danos foi esse lugar da prática de propor oficina, de fazer, da palestra, de fazer atividade, né? Com metodologia ativa, de fazer, de divisão de grupos para poder fazer discussões, de propor projetos como processo educativo e o quanto que, quando a gente reconhece isso, é uma riqueza da redução de danos, né? Que as pessoas estão ali, elas têm as suas histórias. Então ela reconheceu o protagonismo dela sobre as suas próprias histórias. É algo que estabelece o vínculo, né? É através da confiança das tecnologias leves, né? Dessa coisa da relação, do toque, do olhar, da escuta. (Bell).

Conforme o entendimento de nossa interlocutora a prática educativa estimula o protagonismo para que as pessoas comecem a se enxergar como protagonistas da própria história. É um trabalho de resgate e de reconstrução onde se admite que cada pessoa possui diferenças e que deve ser respeitada e acolhida independente de suas escolhas, o que deve ser assegurado é o bem-estar. Nesse processo, ela nos informa a escolha de várias ferramentas metodológicas: oficinas, palestras, criação de grupos, discussões e projetos. Sua abordagem está voltada para a prática, objetivando o reconhecimento do outro e a construção do protagonismo.

As atividades privilegiam ações que têm o potencial de estabelecer vínculos e assumem uma postura humanizadora quando estabelece práticas que envolvem o toque, o olhar, a escuta e o diálogo. É um trabalho educativo sobre drogas que se difere em muitos aspectos do que vem sendo realizado sob orientação das posturas proibicionistas.

A RD passa a ser compreendida como um paradigma ético de cuidado e acolhimento. É uma forma de ver o mundo e se colocar nele, fazendo escolhas que devem ser coerentes com essa forma de interpretar a realidade. Mais que distribuição de insumos, como nos diz uma de nossas interlocutoras: “é um lugar de ampliação da vida”, onde a punição é substituída pelo

acolhimento. Um alento em meio ao terror que representa a política de “guerra às drogas” na vida de muitos consumidores de substâncias ilícitas. O encontro desse alento pode representar, em alguns casos, a diferença entre a vida e morte:

*Quem é que vai cuidar da galera que já está aí para receber todas as tragédias e violência? O redutor de danos. Quem está sentado aqui nessa maca, **(ela me mostra uma imagem)** é um companheiro nosso da rua que passou 6 meses fazendo xixi e defecando tudo dentro de uma boca de bueiro. Ele não se levantava nem para comer. Ele estava sendo comido vivo, né? Eu pergunto para qualquer um, quem é que ia entrar lá dentro para cuidar dele? Bombeiro? Não. Consultório na rua? Não. Polícia militar? Não. O IML, quando ele começasse a feder e incomodasse a casa de alguma pessoa, então iam pensar que era um bicho morto. O redutor de danos entra. Entramos lá dentro ajudamos ele, levamos para dentro do hospital. Ele teve seu pé amputado, né? Por causa que era isso, o pé dele já estava sendo comido pelos porós, né? (Simone).*

Com este relato, nossa interlocutora nos oferece uma boa dose de realidade, é até possível imaginar a situação e a cena descrita por ela. Essa é uma das práticas do/a redutor/a de danos que pode fazer a diferença entre a vida e a morte. Quando elas afirmam que a RD salva vidas, possivelmente estão se referindo a casos semelhantes a este que foi descrito acima, mas não só, pois aprender a fazer o consumo de substâncias de maneira que os riscos sejam minimizados também é salvar vidas, assim como ter a autoestima e o valor recuperados também pode salvar uma vida. Assim sendo, é possível afirmar que tornar-se um/a redutor/a de danos na área das drogas é também fazer uma escolha política, colocar-se nas trincheiras em defesa da vida e em favor de grupos marginalizados e oprimidos.

Pelo que é possível depreender, as práticas de nossas interlocutoras são potencializadas por algumas metodologias da EP, mas não é possível afirmar que todas as práticas RD mantenham diálogo com a EP, pelo contrário, é provável que existam contextos em que redutores/as de danos nunca imaginaram essa possibilidade. Em primeiro lugar, a RD caracteriza-se por ser uma política e uma estratégia de saúde com múltiplas abordagens voltada para o cuidado de pessoas que fazem consumo de drogas. Objetivando a redução de danos que podem estar associados ao consumo de substâncias, como já refletimos em outro capítulo deste estudo, assim, ela reconhece a existência de diversos tipos de consumo e que a abstinência nem sempre é a opção possível ou desejável.

Sob a perspectiva da EP, as abordagens de RD podem avançar no sentido de aumentar o potencial crítico e educativo de suas práticas:

O que talvez pareça simples para a Educação Popular, é um grande avanço para pensar o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas. As contribuições para pensar múltiplos aspectos da problemática das drogas são imensas. Interessa-me sobretudo a extensa tradição freireana de respeito à horizontalidade, à dialogicidade, a potência do processo pedagógico que se esforça para partir da realidade do educando, e não do desejo do educador; interessa-me a complexidade freireana, que poderia nos ajudar em uma compreensão das drogas, para além dos aspectos fármaco-químicos, como fenômeno político e cultural [...]. (Petuco, 2011, p. 16).

Categorias como horizontalidade, dialogicidade, escuta radical e participação são processos que ganham uma significação mais profunda quando pensados a partir da EP, pois ela representa uma pedagogia humanizadora que objetiva educar e politizar a um só tempo, onde educador e educando são sujeitos da ação educativa e “a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento” (Freire, 2018a, p. 78). De maneira semelhante, o diálogo autêntico só pode existir na horizontalidade das relações, assim que, “nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e nossa” (Freire, 2018a, p. 120). Em uma relação horizontal todas as pessoas envolvidas podem sentir-se à vontade para “dizer a sua palavra”, pois sabem que seus saberes não serão ignorados ou desprezados, mas sim tomados como parte na construção do diálogo.

Quando observamos a presença da EP em abordagens sobre o tema das drogas, dentre elas as práticas de RD, podemos supor que há o reconhecimento de que esta concepção educativa pode agregar potência as abordagens desenvolvidas. Foi possível averiguar no decorrer da análise, um conjunto de contribuições que EP estão presentes nas falas de nossas interlocutoras, e como vêm sendo afirmado ao longo desta pesquisa, ela representa um paradigma emancipador e uma prática pedagógica que possui seu próprio campo teórico e diversas metodologias. Ao se realizar uma abordagem com base nesses princípios, o que se espera é a coerência e a união entre teoria e prática, pelos relatos que foram apresentados anteriormente é possível supor que há um movimento de reinvenção da EP, pois não se trata das abordagens tradicionais, já que os o modo de fazer e o público participante das ações é diferente.

É marcante como praticamente todas elas reforçam a importância da produção e compartilhamento de conhecimento, sem deixar de reconhecer o/a consumidor/a de drogas como um ser que possui saberes e que também pode ser responsável e ativo no processo de cuidado e construção de novos conhecimentos. Neste cenário, pessoas muitas vezes

marginalizadas deixam de ser tratadas como mero objeto, joguete das circunstâncias e passam a ocupar o lugar de sujeito. Sujeito da própria história. No fundo trata-se disso também, reconhecer que todas as pessoas possuem uma história, uma trajetória que pode não ter sido tão fácil de percorrer, mas que deve ser reconhecida.

Por essa razão é tão importante tomar como ponto de partida a realidade, o contexto em que esses sujeitos estão inseridos, não há possibilidade de atingir os objetivos que os/as redutores/as de danos se propõe sem realizar suas práticas partindo daquilo que é vivenciado diariamente por essas pessoas. Um trabalho descontextualizado que não levasse em consideração seus saberes e experiências possivelmente seria pouco efetivo, nossas interlocutoras, enquanto educadoras populares, aparentemente já perceberam isso.

Na visão delas, a EP remete à mudança, direitos, cidadania e protagonismo, esses são aspectos que elas buscam assegurar para si mesmas, tendo em vista que se reconhecem como consumidoras de drogas, mas também à todas as outras pessoas que fazem o consumo. São elementos básico, nenhum ser humano deveria ter que lutar para ter seus direitos e cidadania respeitados, essas deveriam ser questões já superadas, no entanto, além de conquistar os direitos é preciso manter-se permanentemente vigilante para não os perder.

A transformação da realidade é outro objetivo que se busca alcançar, esse aspecto também justifica a escolha da EP como inspiração das práticas educativas. Há o desejo de que consumidores/as de drogas possam alcançar outros lugares, sendo reconhecidos/as como pessoas com autonomia no que diz respeito até mesmo aos seus tratamentos. Percebe-se que a intencionalidade das ações vai muito além da prevenção, da redução dos danos, o que se busca é o reconhecimento, a percepção de que as pessoas são muito mais do que o uso que fazem de uma substância. A construção do protagonismo e a percepção de que é possível reivindicar, criar condições para que as vozes marginalizadas possam ser ouvidas e sua dignidade respeitada, essa é a realidade que se busca construir, e as práticas de RD e EP podem contribuir para isso.

Nesse cenário, evidencia-se que a inserção da EP nessas abordagens pode acentuar o seu caráter político, pois, conforme que foi identificado, elas almejam que os consumidores de drogas possam fazer parte da mudança, sobretudo no que diz respeito às suas vidas. Para isso, é preciso investir em práticas que sejam efetivas. Assim, a escuta radical do outro como uma das categorias fundamentais da EP é levada para as ações de RD de nossas interlocutoras, e há o reconhecimento de que as pessoas possuem saberes e no respeito a esses saberes há

possibilidades de aprendizagens. Parte-se do princípio de que as pessoas produzem estratégias de sobrevivência, isto é, existe um conhecimento que é fruto de tudo que foi vivenciado, e deve ser considerado para que as práticas possam fazer sentido para os que delas participam.

Por tudo que foi realçado até aqui, ressaltamos mais uma vez que a EP vem sendo chamada a contribuir com as práticas de RD de nossas interlocutoras, que reconhecem o seu potencial. Contudo, existem desafios a serem superados, dificuldades que são reconhecidas por elas. A falta de formação permanente é citada como uma dessas dificuldades, como já enfatizamos anteriormente, esse é um problema enfrentado em outras áreas do campo educativo. Na pesquisa realizada por Silva (2020), é possível observar uma quase unanimidade entre os/as docentes entrevistados/as ao relatarem que não se sentiam preparados para abordar o tema das drogas com os/as alunos/as, e a necessidade de uma formação permanente voltada para essa temática.

No caso específico de nossas interlocutoras, trata-se de formações voltadas para a prática da RD e da EP, possivelmente, as oportunidades formativas devam ser ainda mais escassas e pontuais. Um ponto que chama a nossa atenção e merece destaque é o fato de algumas organizações nesse campo das drogas terem surgido também com o objetivo de oferecer formação para os/as redutores/as e consumidores de drogas, ou seja, essas pessoas perceberam a existência de um déficit e buscaram suas próprias soluções. São os/as próprios/as redutores/as a atuarem como formadores nesses espaços, como nos narra nossa interlocutora Bell, que atua em uma dessas organizações que teve sua origem na percepção de que era preciso formar redutores/as de danos. No entanto, é ela mesma que nos diz que, “os poucos movimentos que a sociedade civil consegue fazer nesse sentido, nunca vai dar conta da demanda”.

Outro aspecto levantado e apontado como entrave para a realização de abordagens educativas orientadas pela EP é pela RD é a política de drogas repressiva que tem o Estado como seu principal avalista. A partir de alguns de seus relatos, depreende-se que nossas interlocutoras sofreram na própria pele a repressão, o preconceito e o estigma que é estimulado por essa política. Quando elas apontam o Estado e a política de “guerra às drogas” como entraves estão corroborando conosco e com diversos autores e autoras que foram citados ao longo deste estudo.

6.2 Denúncias e anúncios

Como escreve o português José Saramago em seu livro “Ensaio Sobre a Cegueira”, “se queres ser cego, sê-lo-ás” (Saramago, 1995, p. 129). Boa parte da sociedade se recusa a enxergar aquilo que está nítido bem diante de seus olhos, a ideologia não é mais suficiente para encobrir a tragédia humanitária que está em curso e vem sendo produzida pelo modo repressivo de abordar a temática das drogas. Mesmo que alguns representantes da sociedade e meios de comunicação de massa permaneçam insistindo e reforçando o discurso proibicionista, a realidade tem se encarregado de desmascará-los. Esta pesquisa também oferece contribuições nesse sentido, pois, ao longo de todas as discussões e reflexões que estivemos realizando, sempre enfatizamos aquilo que acreditamos ser o objetivo real da política de “guerra às drogas”.

Além do encarceramento e da marginalização que geram graves prejuízos, a morte ainda é a pior consequência dessa política, e não nos referimos apenas a morte de consumidores de drogas, nessa guerra as vítimas também são crianças, idosos e pessoas pobres. Ninguém está totalmente a salvo, é necessário fazer a denúncia, mas também importa anunciar a existência de outra realidade que pode já estar sendo construída. Ambos os conceitos, denúncia e anúncio, são abordados por Paulo Freire, o autor gasta boa parte de seu tempo de vida fazendo a denúncia da opressão, da desumanização e da educação bancária e castradora que é ofertada ao povo, no entanto, ele não se limita a fazer apenas a denúncia, faz também o anúncio da educação humanizadora e libertadora que se contrapõe aquilo que ele vem denunciando. Esse movimento alimenta a utopia e pode ser uma fonte de esperança, pois informa que a realidade não é inexorável, mas sim, tempo de possibilidades.

Nesta tese, tomamos emprestado este movimento de denúncia e anúncio, pois à medida que denunciemos a existência de uma política de “guerra às drogas” que mata, encarcera, estigmatiza as pessoas e orienta abordagens educativas repressivas, ineficazes e moralistas, também fazemos o anúncio da existência de ações educativas sobre drogas que se inspiram na RD e na EP. Quando elaboramos a hipótese e a pergunta que nortearia esta investigação tínhamos indícios de que algum trabalho educativo sobre drogas estava sendo realizado por redutores/as de danos que também se reconhecem como educadores/as populares. Agora temos dados concretos que podem nos ajudar a refletir sobre como vem se dando esse diálogo entre RD e EP. A EP pode oferecer importantes contribuições, apesar de este não ser um tema amplamente debatido nos seus principais contextos, essas práticas vêm sendo realizadas com consumidores de drogas.

Um dado que merece destaque e já refletimos sobre ele anteriormente, é o fato de Paulo Freire ser o autor mais reconhecido por nossas interlocutoras, não há problema em lembrar do referido autor quando se busca referências no campo da EP. É provável que ele seja de fato o autor mais reconhecido, além de possuir vasta obra e fazer uso de uma linguagem acessível que pode ser compreendida por quase todos/as. O que o estudo nos sugere é que pode haver um conhecimento escasso de referências teóricas da EP, e que isso pode estar relacionado com a falta de momentos de formação voltados para esta temática, apesar de haver interesse por parte de alguns/as redutores/as de danos.

Como já foi posto anteriormente, a EP não pode ser totalmente compreendida com a leitura de um único autor, suas bases teóricas foram e ainda seguem sendo forjadas em vários locais e suas práticas são múltiplas. É certo que as práticas também exercem uma função formativa, mas apesar da aparente facilidade, fazer EP é tarefa difícil, pois exige muita coerência entre nossas ações e nossos discursos. Sem isso os discursos tornam-se vazios, puro verbalismo e repetição de jargões que acabam por não ter credibilidade fora do universo onde são criados e repetidos.

A tarefa de transformar a realidade opressora, principal objetivo das práticas de EP, é como escalar uma montanha que vai ficando maior a cada dia, e a cada passo que damos tenta nos derrubar. Imagine fazer esse percurso sem contar com as ferramentas adequadas e disponíveis, é necessário que teoria e prática caminhem juntas, de forma indissociável e que educadores/as populares posam conhecer a base teórica que dá sustentação às suas ações, como acontece ou deveria acontecer em qualquer prática educativa.

Assim, acreditamos que é urgente pensar em momentos formativos que possam ser oferecidos a educadores/as populares que atuam junto a pessoas consumidoras de drogas, e nesse contexto, é preciso “[...]recordar que a Educação Popular não é um método, uma teoria pedagógica ou uma teoria do conhecimento – ela é simultaneamente essas três coisas. Ainda mais, os princípios da EP impedem que estas três dimensões sejam consideradas separadamente” (Simon et al., 2014. p. 1360).

Retomando a hipótese pensada para este estudo, presumimos que a EP vem subsidiando com elementos teóricos e práticos a construção de abordagens educativas voltadas para processos participativos, humanizadores e dialógicos nas ações de RD no campo das drogas. A partir da pesquisa constatou-se que a hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que, foi

possível comprovar que a EP vem oferecendo subsídios práticos as ações de RD no campo das drogas, no entanto, há fragilidades no que diz respeito aos subsídios teóricos.

Em primeiro lugar, nossas análises mostraram que estratégias da EP estão presentes nas práticas narradas por nossas interlocutoras. Elas se reconhecem como educadoras populares e buscam realizar suas práticas educativas de forma participativa, priorizando a escuta e a dialogicidade. Os/as consumidores/as de drogas são convidados a contribuir de forma ativa, e para elas, este é um caminho que pode construir o protagonismo e a emancipação dessas pessoas, pois passa pelo reconhecimento e valorização do “ser” do outro.

É um processo de reconstrução da cidadania que, em muitos casos, foi totalmente usurpada, a própria vida, bem mais precioso de qualquer ser humano, pode perder o seu sentido, e então luta-se apenas para sobreviver, se manter respirando enquanto os dias passam como numa ação meramente instintiva. Os princípios humanizadores da RD e da EP entram nessas abordagens educativas para devolver a dignidade dessas pessoas, nesse sentido, o toque, o abraço, a conversa e a escuta atenta e radical do outro podem ser o divisor de águas, a diferença entre a vida e a morte.

A escuta é outro elemento que pode ser observado como um subsídio da EP presente nas práticas de nossas interlocutoras, mas além disso, elas trazem outras categorias como construção conjunta de conhecimento e compartilhamento de saberes. Dessa maneira, é possível afirmar que a EP vem potencializando essas experiências, não podemos precisar o momento ou quem foi a primeira pessoa a perceber a potência da EP nas abordagens educativas sobre drogas, mas o certo é que esse diálogo está acontecendo e certamente pode representar uma alternativa as abordagens educativas de cunho repressivo e amedrontador.

Pelo que constatamos, as possibilidades da EP nas ações de RD são numerosas, mas é preciso enfatizar que muitos/as redutores/as de danos não são educadores/as populares. Também é preciso refletir sobre os limites, e ao que parece, o principal deles é a falta de formação daqueles/as que passam a se reconhecer como educadores/as populares, as informações coletadas e analisadas sugerem que a formação acontece basicamente na prática social, ou seja, no momento mesmo em que estão desenvolvendo as ações. A respeito dessa questão é possível dizer que:

A maioria dos atuais educadores populares se formou a partir de circunstâncias bastante peculiares de sua vida pessoal que propiciaram contatos intensos como movimentos sociais e experiências de EP, que os mobilizaram e envolveram neste tipo de prática. [...] Entretanto, as atuais exigências políticas e institucionais não permitem

ficar apenas aguardando esta formação espontânea e ocasional de profissionais abertos para as iniciativas populares [...]. (Vasconcelos, 2013 p. 125).

A partir das falas de nossas interlocutoras podemos observar uma certa fragilidade no âmbito dos subsídios teóricos da EP, possivelmente este fato tenha relação com a questão da formação, como foi realçado acima, é comum que a formação de educadores/as populares aconteça apenas de maneira espontânea e ocasional. Neste contexto, o pouco conhecimento apreendido a respeito da teoria pode, eventualmente, comprometer a qualidade da prática. Como possível solução para este problema, Vasconcelos (2013, p. 126) sugere a “criação de condições institucionais para uma maior incorporação da EP nas várias instâncias de formação profissional.”

Apesar de estarem fortemente conectadas às abordagens de EP, a adoção de categorias como escuta, diálogo, autonomia e problematização não são uma exclusividade da EP. Para Simon *et al.* (2014), essa é uma questão desafiadora, pois essas são entidades distintas, apesar de comumente aparecerem atreladas. Sem levar em consideração os pressupostos da EP, cada uma dessas categorias pode ser “tomada como metodologia isolada, se for operada de forma instrumental, executando-se mecanicamente o passo-a-passo que a compõe, sem levar em conta as demais dimensões que a tornariam coerentes com a pedagogia de onde surgiu.” (Ibidem, 2014, p. 1359-1360). Continuando com os/as autores/as supracitados/as, eles/elas afirmam ainda que:

A mudança para uma educação libertadora não se faz apenas pelo método, depende acima de tudo da intencionalidade política do educador. Um educador comprometido com a transformação social pode fazer de uma aula expositiva um momento de diálogo, enquanto que o comprometido com a manutenção pode manter relações de opressão na roda de conversa, por exemplo. (Ibidem, 2014, p. 1360).

Logo, para construir uma prática educativa libertadora, tendo a EP como orientadora das ações é necessário levar em consideração suas dimensões, princípios e intencionalidade política que deve ser assumida pelo/a educador/a. Logicamente, essa não é uma tarefa simples, em princípio porque demanda uma transformação dos envolvidos na ação educativa, no sentido de perceberem as contradições da realidade de maneira crítica e estarem dispostos agir para modificá-la, elaborando, quando possível, novas práticas que sejam mais condizentes com o tipo de realidade que gostariam de construir e o mundo em que gostariam de viver.

Quando refletimos a respeito da educação sobre drogas, trazer elementos como dialogicidade, escuta, humanização, horizontalidade, participação ativa e compartilhamento de

saberes, já é um avanço muito grande, principalmente se pensarmos no modo como as coisas vem sendo conduzidas sob a orientação do paradigma proibicionista. Contudo, para que essas categorias não sejam utilizadas apenas como metodologias isoladas, é importante ter os conhecimentos práticos e teóricos sobre os princípios que orientam a ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de Doutorado teve como objetivo geral analisar como a Educação Popular vem sendo inserida em trabalhos com redução de danos na área das drogas. Em um primeiro momento, nos dedicamos a escrever algumas palavras sobre a trajetória da pesquisadora, este relato feito em primeira pessoa mescla elementos de sua vida pessoal e acadêmica, de modo que possibilita a compreensão de sua vinculação ao tema desta pesquisa. Realizamos uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, com o intuito de identificar na literatura estudos que versassem sobre o tema que estamos abordando, ou seja, a relação entre EP e RD. Buscamos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, encontramos apenas artigos e dissertações em pequena quantidade, o que nos aponta para o estado embrionário desta discussão no meio acadêmico.

Apresentamos o escopo do estudo e a problematização que nos levou a questão norteadora da pesquisa: *Como a Educação Popular vem sendo inserida em abordagens de redução de danos no campo das drogas?* Tendo como hipótese inicial o seguinte argumento de tese: A Educação Popular vem subsidiando com elementos teóricos e práticos a construção de abordagens educativas voltadas para processos participativos, humanizadores e dialógicos nas ações de redução de danos no campo das drogas.

Para produzir respostas, apresentamos de forma detalhada os caminhos e ferramentas metodológicas que se fizeram imperiosas na condução do estudo, foi dedicada uma atenção especial aos procedimentos de coleta e análise de dados, tendo em vista que, para o mapeamento das participantes do estudo, optamos pela técnica de bola de neve e tivemos dificuldades para encontrar referências sobre esta ferramenta em língua portuguesa. Por fim, apresentamos também a estrutura de organização do trabalho.

Desde o momento em que foram realizadas as entrevistas até a fase de análise dos dados, nos sentimos invadidas por um turbilhão de pensamentos e sensações. A princípio, imaginávamos o desafio que poderia ser encontrar educadores/as populares que também atuassem como redutores/as de danos e estivessem dispostos/as a contribuir com o estudo, principalmente tendo em vista a técnica utilizada para mapear esses sujeitos. Quando se trata de pesquisa científica, o entrar em campo é sempre um mergulho em um oceano que supomos conhecer, mas sempre guarda surpresas em suas profundidades, fomos surpreendidas de várias formas, em primeiro lugar pela forma positiva e animadora com que o estudo foi recebido por

todas as pessoas com quem mantivemos contato. Não que esperássemos o contrário, mas sabemos que se trata de uma área onde muitas pesquisas já foram realizadas, o que pode ocasionar um certo cansaço nas pessoas e por vezes a recusa em participar. Não foi o que aconteceu conosco.

Retomando brevemente o referencial teórico que dá sustentação a esta pesquisa, começamos desenvolvendo uma reflexão a respeito da EP, a concepção educativa que vem orientando nossas ações e discussões desde a graduação em pedagogia. Para investigar a inserção e buscar as contribuições da EP nas práticas de redutoras de danos, foi imprescindível apresentar as suas bases, aquilo que lhe dá sustentação e lhe configura como prática pedagógica, paradigma epistemológico e fenômeno sociocultural. A partir do que foi apresentado, acreditamos que a EP se chancela para ser desenvolvida em práticas educativas sobre drogas, tanto em espaços formais, quanto em espaços não-formais de educação.

Foi possível identificar que as lutas sociais e políticas ganham novos contornos e características no tempo presente, e assim é imprescindível reconhecer essas novas configurações e observar as práticas que vêm sendo gestadas no âmbito dos movimentos sociais, grupos e organizações populares, pois é também nesses contextos e nessas práticas que a EP pode estar sendo fortalecida e atualizada. Como foi enfatizado no segundo capítulo desta tese, não acreditamos no fim da EP, pois como constatamos a partir desta pesquisa, seu potencial continua sendo reconhecido e demandado diante de temas atuais. Ela está viva. E assim continuará, desde que seja pensada e realizada com rigor, seriedade e sensibilidade.

Como já era de se supor, a perspectiva da RD também foi discutida ao longo deste trabalho, este é um dos temas centrais e por essa razão fez-se necessário escrutinar o conceito. Tentamos apresentar os fatos e elementos que estiveram na sua origem, sem a pretensão de esgotar o tema ou abordar todos os seus aspectos de forma exaustiva, começamos refletindo sobre a política de “guerra às drogas”, o proibicionismo e a abstinência. Enfatizamos como o embrião da RD foi fecundado, gerado e veio a lume por iniciativa, sobretudo, dos/as próprios/as consumidores/as de drogas.

Não podíamos deixar de evidenciar o importante papel dos movimentos sociais para o fortalecimento, crescimento e desenvolvimento da RD. Destacamos principalmente a Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Contra o HIV/aids, estes foram movimentos que surgiram quando o cenário de mudanças na saúde pública estava tornando-se mais inclusivo e democrático. A RD dialoga profundamente com as diretrizes destes movimentos, pois o que

todos almejam é promover a ampliação da vida por meio de práticas de cuidado humanizadas e que prezam pela liberdade e autonomia das pessoas.

Essa discussão em torno da perspectiva de RD nos conduziu ao entendimento, que foi corroborado por alguns autores utilizados nos estudos, de que no Brasil o conceito de RD passa por um processo de ampliação, isto é, ela não é apenas compreendida como uma estratégia de prevenção de agravos a saúde, mas sim uma estratégia de cuidado integral. E o que isto significa? Em nossa compreensão ela nasce como uma estratégia de prevenção, mas ao longo de sua caminhada assume outras dimensões, muito em decorrência das necessidades de seus praticantes que tiveram importante participação no entendimento e na adoção da RD como um paradigma de atenção e cuidado voltado para a proteção dos direitos humanos e o reconhecimento da dignidade e cidadania do/a consumidor/a de drogas.

Outro conceito discutido ao longo desta pesquisa, foi o conceito de desvio social que nos ajudou a compreender como sujeitos que passam a ser consideradas *outsiders*, em decorrência da reação das pessoas a um comportamento assumido, podem sofrer punições e rotulações que trazem consequências negativas para suas vidas. Consumidores/as de drogas, principalmente das ilícitas, se enquadram na categoria de violadores de normas, pois o consumo de substâncias ilícitas é considerado uma forma de desvio, e a existência de regras que se materializam através da proibição e da punição estabelecidas por meio de legislações podem ser facilmente observadas nesse contexto.

Sem dúvida, o julgamento a que o sujeito será submetido é um dos maiores problemas, dessa maneira, explicitamos como a estigmatização fruto da rotulação pode ter importantes consequências no âmbito pessoal e social da vida da pessoa, dentre elas a exclusão, opressão e exploração. No entanto, os julgamentos e punições não se aplicam a todas as pessoas de forma igualitária, entre aqueles/as que infringem uma regra alguns serão punidos e outros não, alguns serão rotulados e outros não. Ressaltamos que as regras sociais são criadas por grupos sociais distintos em diversos aspectos, o que os unifica é que geralmente esses grupos possuem poder político e econômico, sem esses elementos dificilmente teriam êxito na tarefa de criar e impor uma determinada regra ao maior número de pessoas possível.

Além dos aportes teóricos que nos auxiliaram na compreensão da estigmatização do/a consumidor/a de drogas, algumas de nossas interlocutoras ressaltaram que, em determinados momentos de suas vidas, se sentiram estigmatizadas e rotuladas em razão de adotarem comportamentos que são tidos pela sociedade como desviantes, tais como o consumo de drogas,

o trabalho sexual e se identificarem como pessoas transexuais. Em algumas falas, estigma e preconceito são palavras recorrentes, possivelmente porque são obrigadas a lidar com isso no seu dia a dia. Todavia, a RD é apontada como uma ferramenta para a superação do estigma, pois por meio de suas práticas seria possível conquistar empoderamento e recuperar a autoestima, visibilidade foi outro termo usado por nossas interlocutoras, a RD lhes trouxe visibilidade.

Pelo que foi possível depreender, a estigmatização e o preconceito têm o potencial de destruir vidas, pois podem fazer com que a pessoa se sinta inferior e indigna. É um mecanismo cruel de punição que atinge o ser humano nas suas camadas mais profundas. Os achados deste estudo vêm reforçar a necessidade de superação da estigmatização, e se ainda não é possível uma mudança completa, em decorrência da existência de políticas públicas que funcionam como dispositivos de criminalização, é preciso fortalecer iniciativas contra-hegemônicas tais como a RD e a EP que se apresentam de forma contrária a todas as formas de preconceitos e estigmatização.

Para a árdua tarefa de combater os estigmas, com base em alguns autores, enfatizamos a necessidade de uma mudança discursiva como atividade prática, evitando o uso de linguagem estigmatizante ao se referir a consumidores/a de drogas. Sobre tudo na realização de trabalhos educativos em espaços escolares e não escolares, esta é uma medida que está a serviço da humanização, da recuperação da autoestima e da cidadania dessas pessoas. Quando se pensa na necessidade de combater o pensamento hegemônico sobre as drogas, a substituição da linguagem estigmatizante por termos corretos e respeitosos está ao alcance de todos/as.

Antes de nos debruçarmos sobre os resultados e discussões da pesquisa, foi necessário escrever algumas palavras sobre as participantes do estudo, nossas interlocutoras. Na sua diversidade, cada uma delas trouxe contribuições importantes, de forma livre e espontânea, pois apesar de haver um roteiro semiestruturado, as conversas fluíram para além daquilo que estava previsto o que em nosso entendimento, possibilitou novas reflexões.

Para o mapeamento das participantes, a técnica de bola de neve mostrou-se adequada e possibilitou os encontros, no momento em que era feito o primeiro contato entre a pesquisadora e sua provável interlocutora já era possível identificar a receptividade, pois este encontro havia sido mediado por pessoa de confiança da interlocutora. Junte-se a este aspecto o fato de as indicações oferecerem direcionamentos que nos conduziam a pessoas que de fato poderiam oferecer contribuições aos objetivos da pesquisa.

A análise de conteúdo dos dados realizou-se após a transcrição de todas as entrevistas que foram gravadas em vídeo, desse processo, resultaram cinco categorias temáticas que foram apresentadas e discutidas de forma individual. A primeira categoria a emergir desse “oceano” de palavras e sentidos foi *“o movimento social e a escola como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular”*, todas as participantes da pesquisa fazem parte de movimentos sociais ou ONGs. Como colaboradoras ativas nestes espaços foi possível identificar por meio de seus relatos que, além de atuarem como formadoras elas também passam por um processo formativo ao participarem de um conjunto de atividades como reuniões, mobilizações, festividades e discussões em grupo. Elas relatam a existência de aprendizados que tem origem nas práticas sociais realizadas e na convivência nesses espaços coletivos, neste sentido os movimentos sociais podem oferecer experiências formativas aos/as seus/suas participantes.

Procuramos identificar como se deu o primeiro contato das participantes da pesquisa com a concepção de EP. O movimento social, a escola e a universidade foram citadas como seus espaços de encontro. O fato mais interessante é tomarmos conhecimento de que a EP está sendo abordada no seio de coletivos que tratam de temas como drogas, trabalho sexual, pessoas em situação de rua e RD.

O que pode justificar, então, esta inserção? Como foi realizado ao longo deste trabalho, acreditamos que, ao levar a EP para estas discussões e estes espaços, objetiva-se aumentar o seu caráter humanizador e educativo. Dando destaque a práticas voltadas para o diálogo, escuta ativa, participação e construção coletiva de conhecimentos, pois estas são características inerentes as abordagens de EP. Nesse processo, há o reconhecimento de que esses grupos são compostos, em sua maioria, por indivíduos historicamente oprimidos, e além da opressão fruto das diferenças de classe social, há ainda múltiplas formas de opressão que podem se sobrepor a depender da interação de fatores como raça e gênero, por exemplo.

A escola e a universidade também foram mencionadas como locais de primeiro contato com a EP. Conhecer como elas chegaram até à EP foi importante para compreender sua identificação com essa concepção educativa, como passaram a se enxergar como educadoras populares, e não podemos deixar de imaginar como poderia ser uma coisa boa se mais professores e professoras pudessem conhecer a EP e compreender a diferença entre ela e a educação bancária, gerando talvez identificação e reflexões sobre suas implicações no cotidiano escolar e educativo, levando elementos dessa abordagem para suas práticas.

A segunda categoria destacada foi “*A RD enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado*”. Demos início a esta discussão abordando o conceito de educação, aqui entendida como uma prática social que vai se transformando de acordo com os fatores políticos, culturais e econômicos da sociedade. Definimos o que vem a ser uma prática educativa. Essa reflexão foi necessária para chegarmos ao entendimento da RD enquanto uma prática educativa e ação social intencional, pois toda prática com finalidade educativa deve possuir objetivos e ser orientada por uma concepção de mundo.

Neste contexto, também foram apresentados os elementos que podem constituir uma ação educativa. A partir do que foi relatado pelas participantes do estudo, percebeu-se que o entendimento da dimensão educativa nas suas práticas de RD visa entre outras coisas, recuperar a autoestima das pessoas, produzir, compartilhar conhecimentos e transformar a realidade em algum nível. Sempre tomando como ponto de partida a concretude da realidade, em alguns relatos evidencia-se a preocupação com o fazer educativo, com as ferramentas e métodos que serão utilizados.

É possível identificar, através de suas falas, que algumas de nossas interlocutoras buscam incentivar a luta, a indignação e a transformação da realidade, isto é, seu trabalho vai muito além de prevenir agravos a saúde em decorrência do consumo de substâncias. Práticas como as que foram mencionadas por elas nesta pesquisa, visam cuidado e acolhimento, mas também reflexão sobre a realidade e sobre a maneira como a pessoa existe e se coloca diante do mundo. É possível perceber algumas aproximações entre a RD e a EP, entre elas podemos mencionar esse comprometimento dos seus praticantes com os grupos marginalizados e oprimidos, essa necessidade de se colocar diante do mundo e deixar transparecer toda a sua indignação e inconformismo com as injustiças sociais.

Evidenciamos que, antes de ser compreendida enquanto prática educativa, a RD foi reconhecida como um paradigma ético de cuidado e acolhimento que busca reduzir os danos sociais, proporcionando reparação e procurando assegurar o acesso aos direitos. Foi possível constatar ainda que, o empoderamento oportunizado pela RD por meio de suas abordagens é reconhecido como um fator com potencial para a redução dos estigmas.

A terceira categoria que emergiu a partir da análise foi “*A Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas*”. Começamos enfatizando aquilo que já vínhamos constatando ao longo da pesquisa: as práticas de algumas redutoras de danos têm sido um lugar fecundo para o

desenvolvimento de abordagens inspiradas na EP. Dessa maneira, nos dedicamos a apresentar de forma mais detalhada as contribuições da EP para as práticas de RD de nossas interlocutoras.

Ressaltamos que o termo “popular” no âmbito da EP vai além de um simples conceito, representa uma escolha política deste campo teórico e de todas as pessoas que se comprometem com ele, ou seja, reconhecer-se como um/a educador/a popular é assumir uma postura diante da sociedade, assim, buscamos evidenciar que elementos da EP nossas interlocutoras conseguiam reconhecer em suas práticas, para tentar compreender como essas abordagens estavam sendo inseridas nas ações de RD.

Por meio dos relatos, foi possível identificar vários elementos que conferem identidade às práticas de EP e que vêm sendo integrados nas abordagens de RD: 1) valorização dos saberes; 2) a realidade tomada como ponto de partida das práticas, através da utilização de exemplos e de discussão de casos; 3) o uso de metodologias diferentes que estimulem a participação; 4) construção de autonomia e protagonismo; 5) compartilhamento e construção conjunta de conhecimentos; 6) escuta ativa; 7) diálogo.

É possível que nessas abordagens a EP esteja passando por um processo de recriação e reinvenção de suas práticas, partimos do pressuposto de que as abordagens na área das drogas não são totalmente idênticas aquelas que foram realizadas no campo da educação de jovens e adultos, por exemplo. Cada fenômeno social possui suas especificidades, e demanda suas abordagens de acordo com o público participante e o contexto em que se situa, as raízes seguem fincadas no mesmo solo, no entanto as árvores serão de espécies diferentes. O que queremos dizer, é que esse movimento de reinvenção de práticas é importante para o fortalecimento da EP.

Ao levarem a EP para suas práticas, essas mulheres reforçam o seu caráter libertador e transformador, e buscam potencializar suas abordagens, já que a EP propõe uma dinâmica que envolve ao mesmo tempo aspectos político e processos de aprendizagem. Além de preconizar processos humanizadores e dialógicos, a EP cumpre o papel de acentuar o caráter político e social dessas práticas, tendo como horizonte a transformação social.

Foi possível constatar ainda que, nas abordagens realizadas pelas educadoras populares ouvidas, há uma preocupação em assegurar que as pessoas possam fazer suas próprias escolhas, isto é, que tenham autonomia, que essas escolhas sejam fruto da reflexão individual ou coletiva, mas não da imposição. Outro aspecto relevante foi a importância atribuída a escuta qualificada e a comunicação, como contribuições da EP nas abordagens de RD.

A quarta categoria destacada durante o percurso de análise dos dados foi “*Dificuldades para se realizar um trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos*”. Até este momento, foi-se evidenciando como a EP vem sendo inserida nas práticas de RD e suas contribuições, no entanto, também é preciso ressaltar a existência de obstáculos para essa inserção, uma vez que, realizar ações educativas baseadas em paradigmas críticos e contra-hegemônicos dificilmente será uma atividade corriqueira, livre de dificuldades.

O primeiro obstáculo que se destaca é que as adversidades podem ser maiores quando se tenta realizar esse tipo de abordagem em espaços institucionalizados. Estes podem representar um desafio para EP, pois, em muitos casos, a própria liberdade e criatividade do/a educador/a é limitada e ele/a se vê obrigado/a a seguir um conjunto de prescrições que foram elaboradas por pessoas que nem sequer conhecem a realidade na qual a instituição está localizada. Neste sentido, é um ato de resistência, um nadar contra a correnteza todas as vezes em que se tenta realizar atividades de escuta e de incentivo a participação das pessoas.

A falta de formação permanente também aparece como um obstáculo para a realização de trabalhos educativos, uma de nossas interlocutoras destaca a existência de um déficit de formação, pois a demanda é sempre maior do que as poucas experiências formativas oferecidas por movimentos sociais, ONGs e algumas instituições universitárias. Segundo ela, trata-se de uma limitação do próprio campo, mas acreditamos que é um problema passível de ser identificado em outras áreas que lidam com a questão educativa.

A política de drogas proibicionista e o Estado também foram apontados como obstáculos, possivelmente esses sejam os maiores causadores de empecilhos para a realização de abordagens educativas orientadas pela EP e pela RD. Se até os dias de hoje a RD não conseguiu se firmar na institucionalidade como uma das melhores alternativas de tratamento e cuidado voltado para pessoas que fazem consumo abusivo de drogas, em boa parte isso se deve a existência dessa política.

Realçamos que, reconhecer a existência de situações-limite, é o primeiro passo na direção de sua superação, pois trata-se de processos que foram construídos historicamente, logo, podem ser modificados. Neste contexto, as práticas de nossas interlocutoras podem ser percebidas como estratégias de superação, elas reconhecem a existência dos obstáculos, conseguem identificá-los, mas isso não as deixa imobilizadas, pois apesar das dificuldades seguem levando a EP e a RD para suas práticas educativas e de cuidado.

A quinta e última categoria emergente intitula-se “*Referências no campo da Educação Popular*”. Procuramos identificar quais eram as principais referências, os autores e autoras mais conhecidos ou utilizados por nossas interlocutoras, Paulo Freire foi o grande nome destacado entre todas elas, sempre o primeiro a ser lembrado e mencionado. Freire é o autor mais reconhecido e aclamado nesse campo educativo, em decorrências de suas grandes contribuições, e possivelmente por essa razão em alguns momentos até se confundem, e então fala-se em Educação Popular freiriana. No entanto, não é saudável para a uma teoria do conhecimento, como compreendemos a EP, ser confundida ou mesmo reduzida ao pensamento que foi elaborado por um único autor, mesmo que este seja um dos seus mais importantes teóricos.

Apesar de possuir um acumulado teórico-metodológico, muitas vezes a EP é apresentada como uma criação apenas de Freire. Ele é uma importante referência, mas não é a única. Ressaltamos que esse conhecimento limitado a respeito da EP pode ser fruto da falta de formação específica, como foi discutido anteriormente, neste sentido, reforçamos a necessidade de que sejam oportunizadas mais experiências formativas aos/as educadores/as populares que atuam na área das drogas e realizam abordagens de RD.

Ao final desse percurso, foi necessário apresentar algumas reflexões sobre os achados da pesquisa. O que, afinal, todo esse movimento de escrita, reescrita, pensamentos, conversas e análises significaram? Nossa tese estaria confirmada ou refutada pelos dados? Chegamos à conclusão de que a hipótese foi parcialmente confirmada, pois foi possível comprovar que a EP vem oferecendo subsídios práticos as ações de RD no campo das drogas, contudo, há fragilidades no que diz respeito aos subsídios teóricos.

Esse novo conhecimento que emerge nos enche de esperanças, mas também nos aponta que há um trabalho que deve ser feito, a EP vem sendo inserida em abordagens de RD no campo das drogas, mas suas contribuições podem e devem chegar a mais pessoas. Não é mais admissível que ações educativas sobre drogas se orientem por concepções repressivas, preconceituosas e amedrontadoras que nada têm a contribuir, inclusive em espaços escolares.

Por tudo que foi demonstrado e discutido ao longo desta pesquisa, acreditamos em sua relevância dentro do contexto acadêmico e científico em que está inserida, assim como para a Linha de Pesquisa de Educação Popular do PPGE/UFPB. Enfatizamos que os resultados apresentados podem contribuir para o avanço do conhecimento no campo da EP, na medida em que nos instigam a olhar para outras práticas, outros grupos e outros atores sociais que enxergam

o potencial dessa concepção educativa, mas o fazem a partir de seus próprios contextos de opressão.

Aqueles e aquelas que se reconhecem como educadoras e educadores populares devem saber da existência de um conjunto de desafios, não é suficiente repetir palavras e discursos prontos, é fundamental compreender as transformações da realidade e as armadilhas ideológicas que surgem a cada momento, fazendo a crítica necessária. Algumas perguntas nunca podem deixar de ser feitas: que desafios essa conjuntura apresenta para a EP? Como os grupos populares vêm se comportando diante desses contextos? Refletir sobre isso é importante para a elaboração de intervenções e práticas que façam sentido na vida das pessoas e também para que a EP possa adentrar em mais espaços.

Nossas interlocutoras nos guiam pelos caminhos da prática, e nos apontam que é possível fazer diferente, apesar de todas as adversidades, o solo que pisamos está firme sob os nossos pés, mas é preciso discutir, refletir e seguir questionando a realidade. É preciso pensar sobre a inserção da EP nesses outros espaços, e o tipo de conhecimento que vem sendo elaborado a partir dessas práticas, é preciso sistematizar essas experiências para que possam ser debatidas e multiplicadas. Por fim, acreditamos que a formação de educadores e educadoras populares deve ser uma prioridade, uma demanda importante para a própria sobrevivência dessa concepção educativa

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, G. org. **A educação para a autonomia:** construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- ADIALA, J. C. Uma nova toxicomania, o vício de fumar maconha. In: MACRAE, E.; ALVES, W.C. (orgs). **Fumo de Angola:** cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.
- AMARANTE, P. (Coord.) **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- ARAÚJO, M. A. P.; MOREIRA, F. G. Aspectos Históricos da Redução de Danos. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. (orgs). **DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS:** uma cartilha para profissionais de saúde. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ministério da Saúde. São Paulo, 2008.
- ALVAREZ, M. C.; FRAGA, P. C. P.; CAMPOS, M. S. Perspectivas atuais sobre políticas, produção, comércio e uso de drogas. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/7h5mvjwtSQPHJMXWw5dCjvg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 de jul. 2023.
- AYRES, J. R. C. M. **Cuidado:** trabalho, interação e saber nas práticas de saúde. Revista baiana enfermagem. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/21847>.
- AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. In: AYRES, J. R. C. M. **CUIDADO:** trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: Editora do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva. 2009.
- AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade** v.13, n.3, p.16-29, set-dez 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nvGMcCJJmpSSRjsGLhH8fmh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 de jan. 2025.
- AYRES, J. R. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA D.; FREITAS C.M.; (Orgs) **Promoção da saúde:** conceitos, reflexões, tendência. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=-UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA121&dq=info:ibLPDYRTINUJ:scholar.google.com&ots=CTc5Vx9jOk&sig=G7y_bCrF_0_vEzaedUCSbMxaxXk&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 27 de out. 2023.
- ARANHA, M. L. A. Filosofia de educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BANDEIRA, H. M. M.; IBIAPINA, I. M. L. M. **Prática educativa:** entre o essencialismo e a práxis. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 42, p. 107-117, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v23n42/0104-7043-faeeba-23-42-00107.pdf>. Acesso em: 17 de ago. 2024.

BARDI, G.; GARCIA, M. L. T. Comunidades terapêuticas religiosas: entre a salvação pela fé e a negação dos seus princípios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(4):1557-1566. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VXFtJV983s9xjWsvfybPzg/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 de jul. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARATTA, A. *Criminologia crítica e política penal alternativa*. Revista de direito penal. Rio de Janeiro: Companhia editora forense, 1978.

BARROS, S. G.; SILVA, L. M. V. A gênese da política de luta contra a aids e o Espaço Aids no Brasil (1981-1989). *Rev. Saúde Pública*. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JdYQ99GcVgZw8V8CJ6rCm4q/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 de jul. 2023.

BASBAUM, L. *Alienação e humanismo*. São Paulo: Global Editora, 1981.

BATISTA, M. S. X.; **Movimentos Sociais e Educação Popular:** Construindo Novas Sociabilidades e Cidadania. In: RODRIGUES, J. A. S.; CRUZ, P. J. S. C. *Educação Popular e Promoção da Saúde na Atenção Primária: ideias, saberes e experiências*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGERON, H. *Sociologia da droga*. Aparecida, SP: Ideias & letras, 2012.

BIERNACKI P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research* v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <https://ethnographyworkshop.files.wordpress.com/2014/11/biernacki-waldorf-1981-snowball-sampling-problems-and-techniques-of-chain-referral-sampling-sociological-methods-research.pdf> . Acesso em: 16 de fev. 2023.

BORGES, M. T. T; BARBOSA, R. H. S. Confluindo gênero e Educação Popular por meio de uma pesquisa-ação para a abordagem do tabagismo feminino em contexto de vulnerabilidade social. *Interface*, Botucatu: 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ctSKC4V3M5q5CP9PcVFjHxR/abstract/?lang=pt> A cesso em: 10 de mai. 2023.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: **como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> Acesso em: 10 de nov. 2022.

BOITEUX, L. Breve histórico do controle internacional de drogas. In.: BOITEUX, L. et. al. Tráfico de drogas e Constituição: um estudo jurídicosocial do tipo do art. 33 da Lei de Drogas diante dos princípios constitucionais-penais. Relatório Final do Projeto de Pesquisa apresentado ao Ministério da Justiça/PNUD, no Projeto “Pensando o Direito”. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade de Brasília. Rio de Janeiro/Brasília. 2009.

BRANCO, N. M. M. C. et al. **Construindo mitos e preconceitos sobre “loucos” e “drogados”**: uma proposta de ação educativa para familiares de usuários de álcool e outras drogas na perspectiva da Educação Popular. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 11(3), São João Del-Rei, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082016000300006 Acesso em: 20 de out. 2022.

BRASIL. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. Brasília, 2003.

BRASIL. Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

BRASIL. Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS). Brasília: Ministério da Saúde. 2013.

BRASIL. Marco de Referência de Educação Popular para as políticas públicas. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social e Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Brasília, 2014.

BRASIL. Portaria nº 336/MS, de 19 de janeiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se na modalidade de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III. Brasília: Ministério da Saúde. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde. 2001.

BRASIL. Portaria SAS/MS nº 224, de 29 de janeiro de 1992. Estabelece diretrizes e normas para o atendimento em saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde. 1992.

BRASIL. Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Ministério da Saúde. 2019.

BRASIL. Resolução nº 1, de 9 de março de 2018. Aprovar as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas – PNAD. Brasília: Ministério da Justiça. 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.480, de 6 de abril de 2023. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Brasília: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. 2023.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde. 2017.

BRASIL. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo: 2014. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/david-capistrano-da-costa> Acesso em: 10 de mai. 2025.

BRAYNER, F. H. A. “**Paulofreireanismo**”: instituindo uma teologia laica? Revista Brasileira de Educação v. 22 n. 70 jul.-set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/MhGwJ7KnVXfwkrKCYkVqRkj/>. Acesso em: 19 de set. 2024.

CAMARGO, P. O. et al. O cuidado e a Redução de Danos como Promotores de Saúde no Território da Cracolândia. Editora Unijuí – Revista Contexto & Saúde – vol. 20, n. 41. 2020. p. 158-169. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/9863> Acesso em: 18 de jul. 2023.

CANANÉA, F. A. A. L. C.; MELO NETO, J. F. Apresentando o Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas. In: MELO NETO, J. F; CRUZ, P. J. S. C. (Orgs). Extensão Popular, educação e pesquisa. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 262p.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CHAGAS, C. et al. **A linguagem e o estigma**: os termos utilizados na área de álcool e outras drogas. Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 30(1)e:2020921, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/PRfq3HKstXnzLKtS7XfmPsq/?lang=pt> Acesso em: 18 de jan. de 2024.

CARRILLO, A. T. Escenarios, prácticas y debates de la educación popular en el siglo XXI. Revista en línea de la Maestría en Estudios Latinoamericanos. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo. 2021. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/mel/article/view/4494> Acesso em: 14 de fev. 2023.

CARRILLO, A. T. Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN Maria Tereza (orgs). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CRUZ, C.; CARVALHO, L. E.; ARAÚJO, R. S. **Amorosidade como princípio das práticas de saúde orientadas pela Educação Popular**: um estudo bibliográfico. Rev. APS. 2018; out./dez.; 21 (4): 608 – 634. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16443/20129> Acesso em: 22 de jan. 2025.

CRUZ, P. J. S. C. Construção compartilhada do conhecimento na pesquisa e na ação social. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Construção Compartilhada do Conhecimento na Pesquisa e na Ação Social**. São Paulo: HUCITEC, 2020.

DASSAYEVE, T. L. **Diálogo mediado como práxis de cuidado**: uma tecnologia social de redução de danos no contexto escolar. 74 f. Dissertação. (Mestrado em psicologia e políticas públicas). Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2021.

DÓRIA, R. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: MACONHA: coletânea de trabalhos brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, Ministério da Saúde, 1958. p. 1-14.

DIAS, A. I.; RIBEIRO, J. M.; BASTOS, F. I.; PAGE, K. Políticas de redução de danos no Brasil: contribuições de um programa norte-americano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(1):147-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6pVn96fF4WHzTkktfZTVWfC/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 de jun. 2023.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L., Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCOHOTADO, A. **História general de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

FERNANDES, L.; CARVALHO, M. C. **Por onde anda o que se oculta**: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do snowball. *Revista TOXICODEPENDÊNCIAS*. Universidade do Porto. Edição SPTT, Volume 6. Número 3. 2000. p.17-28. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14532> . Acesso em: 16 de fev. 2023.

FÉLIX, J. Entrevista *on-line* ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

IORE, M. Escolhas Morais e Evidências Científicas no Debate sobre Política de Drogas. In: *Boletim de Análise Político-Institucional*. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). 2018 Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8879/1/bapi_18_cap_5.pdf. Acesso em: 05 de set. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSÊCA, C. J. B. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. *Psicologia & Saberes*, (1), pp. 11-36. 2012. Disponível em: <https://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/redua%C3%A7%C3%A3o%20de%20danos%20uma%20proposta%20%C3%A9tica.compressed.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2023.

FONSECA, E.M.; BASTOS, F.I. **Políticas de redução de danos em perspectiva**: comparando as experiências americana, britânica e brasileira. In: ACSELRAD, G. org.

Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 289-310.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2018c.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. (Orgs.). **Educação Popular**: Utopia Latino-Americana. São Paulo: Cortez. Brasília: Ibama, 2003.

GADOTTI, M. Caminhos da Educação Popular. In: VALE, Ana Maria. **Educação Popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 2001.

GHEDIN, E. **Professor reflexivo**: da alienação da técnica à autonomia da crítica. In: Pimenta, S. G.; Ghedin, E. org. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez; 2006.

GOMES, T. B.; DALLA VECCHIA, M. Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7):2327-2338, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/F9R6NSsKzjnwKgc5dXFNVsq/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 out. 2022.

GOHN, M. G. Educação Popular e movimentos sociais. In: STRECK. Danilo R.; ESTEBAN Maria Tereza (orgs). **Educação Popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47. 2011.

GOULART, P. M. David Capistrano Costa Filho: uma narrativa no Campo da Saúde e Educação. *Revista Saúde em Redes* (ISSN 2446-4813), v.9, n.1. 2023. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3825/1186> Acesso em: 10 de mai. 2025.

HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARI, J. **Na fissura**: uma história do fracasso no combate as drogas. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, A. N.; BORBA, L. O.; LO, LAROCCA L. M.; MAFTUM, M. A.

Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de Enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 361-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Nqmhpijwx99tRHMv6fR8HLCc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 de mai. 2023.

JARA, O. **Educação Popular latino-americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020. p. 197.

HIRDES, A. **A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão**. *Ciênc. saúde coletiva* 14 (1). Fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GMXKF9mkPwxK9HXvFL39Nf/abstract/?lang=pt> Acesso em: 2 de jun. 2023.

LANCETTI, A. *A contrafissura. Contrafissura e plasticidade psíquica*. São Paulo: Hucitec, 2015.

LEITE, I. A Educação Popular perante a questão das drogas: uma incursão no tema e um marco conceitual. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 17, n.3, p. 10-27, set./dez. 2018a.

LEITE, I. **O insubmisso fio sócio-histórico autogestionário: o lugar da Educação Popular libertária na história brasileira**. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 234, mai./jun. 2022, p. 97-109. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60533> Acesso em: 02 nov. 2022.

LEITE, I. O conhecimento nas margens, *outsiders* e a Educação Popular desafiada: uma abordagem sobre as drogas e o trabalho socioeducativo. **Revista Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1-22, 2018b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/45069> Acesso em 01 de mar. 2023.

LIMA, D. T. **Diálogo mediado como práxis de cuidado: uma tecnologia social de redução de danos no contexto escolar**. 2021. 74 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, *Campus Sobral*, Sobral. 2021.

LOPES, H. P.; GONÇALVES, A. M. **A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade**. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 13 (1), São João del Rei, janeiro-abril de 2018. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2858 Acesso em: 05 out.2022.

LOVISOLO, H. **Educação Popular: Maioridade e Conciliação**. Salvador: UFBA, 1990.

LUCIO, M. B. **Educación popular aplicada a la prevención de adicciones, en beneficiários del CCESAM**. Tesis que para obtener el título de Licenciada en Pedagogia. Universidad Pedagógica Nacional. 2012.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xvTC3vVCqjDNYw7XsPhFkFR/> Acesso em: 5 de jan. 2023.

MEJÍA, M. R. **Educação e pedagogias críticas a partir do Sul**: cartografias da Educação Popular. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

MEZZA, M. TORRENTÉ, M. O.N. A Reforma Psiquiátrica Brasileira como luta pelo reconhecimento e progresso moral. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, V. 44, N. ESPECIAL 3, p. 235-249. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Q4GnSk9hmBNnZLNFC3YrfKy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 de jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MEJÍA, M. R. **Educación popular Hoy**: entre su Refundamentacion o Su disolucion. Nómadas (Col), núm. 5. Universidad Central Bogotá, Colombia. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/1051/105118998010.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MEJÍA, M. R. **Educação e pedagogias críticas a partir do sul**: cartografias da Educação Popular. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

MEJÍA, M. R. Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o Sul. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Org.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas Brasília: Ed. Ministério da Educação/Unesco, 2009.

MESQUITA, F. Aids e drogas injetáveis. In: LANCETTI, A. (org). **SaúdeLoucura**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MESQUITA, F. Redução de danos. **BIS - Drogas & 30 Anos de Redução de Danos**, [s.l], v. 21, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34613/33187>. Acesso em 12 de jun. 2023

NASCIMENTO, R. H. Z. O significado das escolas anarquistas para nossos dias. O significado das escolas anarquistas para nossos dias. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 221, mar./abr. 2020, p. 103-122. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52220#:~:text=No%20mais%20das%20vezes%2C%20objetivam,meados%20da%20d%C3%A9cada%20de%201960>. Acesso em: 02 nov. 2022.

NADERIFAR, M. et al. **Snowball Sampling**: A Purposeful Method of Sampling in Qualitative Research. *Strides Dev Med Educ*. 2017; 14(3):e67670. Disponível

em:https://www.researchgate.net/publication/324590206_Snowball_Sampling_A_Purposeful_Method_of_Sampling_in_Qualitative_Research Acesso em: 17 de fev. 2023.

NERY FILHO, A. Por que os humanos usam drogas? In: NERY FILHO, A.; et al. (orgs). As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2012.

NUNES, M. O. et al. **Reforma e contrarreforma psiquiátrica**: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(12):4489-4498, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GtLPLYmY8tsPLWjNk9nhQKw/?lang=pt> Acesso em: 03 de jul. 2023.

OLIVEIRA, E. C. Prefácio. In: FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática docente*. Rio de Janeiro/São paulo: Paz e terra, 2018.

OSORIO, J. Polémica y afirmación de la Educación Popular en América Latina. *La Fuerza del Arco Iris – Movimientos Sociales, Derechos Humanos y Nuevos Paradigmas Culturales*. Santiago: CEAAL, 1988.

PAIVA, V.: **História da Educação Popular no Brasil**: Educação Popular e educação de adultos. Edições Loyola: São Paulo, 2015.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo crítico e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PARANAIBA, M. V.; ROSA, G. F.C.; HASSE, M. RODRIGUES, E. T. Relato de experiência de uma oficina sobre sexualidade com jovens de uma escola pública de Uberlândia, Minas Gerais. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 142-154, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/50105> Acesso em: 01 de mar. 2023.

PASSOS, H. E.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de —guerra às drogas. *Psicologia e saúde*, 2011, p. 154-162. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/download/3252/1933>>. Acesso em: 31 de Jan. 2024.

PEDROSA, J. I. S. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. *Interface (Botucatu)*. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/b4vyq3gCDv3VT5BgKRvVYQD/> Acesso em: 25 de jul. 2023.

PETUCO, D. R. S. **Entre imagens e palavras**: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

PETUCO, D. O pomo da discórdia? Drogas, Saúde, Poder. Curitiba: CRV, 2019.

PETUCO, D. As Três Ondas da Redução de Danos no Brasil. **BIS - Drogas & 30 Anos de Redução de Danos**, [s.l.], v. 21, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361560/bis-v21n2-drogas-30-anos-de-94-103.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2023.

PELÚCIO, L. Ativismo Soropositivo: a politização da AIDS. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.119-141. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/7947> Acesso em: 03 de jul. 2023.

PEREIRA, A. J.; NICHATA, L. Y. I. **A sociedade civil contra a Aids: demandas coletivas e políticas públicas**. Ciência & Saúde Coletiva, 16(7):3249-3257, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QmK8fCk6HLwYzgSkfr7XxdK/> . Acesso em: 15 de jan. 2025.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo**: construindo uma crítica. In: Pimenta, S. G.; Ghedin, E. org. *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez; 2006.

RATTON, J. L; WEST, R. Políticas de drogas e Redução de Danos no Brasil: o Programa Atitude em Pernambuco. Recife: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas de Segurança Pública. UFPE. 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ufpe-programa-atitude-sumario-executivo-2016.pdf> Acesso em: 20 de jul. 2023.

REZENDE, M. V. **A Educação Popular no Brasil**: uma visão histórica. In: OLIVEIRA, A. F. et al. (Orgs). *Educação Popular: autoras e autores da Paraíba*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. *Rev. Adm. Pública* 42 (6). Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/RTjPk8cQF3SgkRhCWh8Psb/?lang=pt> Acesso em: 01 abr. 2023.

SANTOS, V. E.; SOARES C. B.; CAMPOS, C. M. S. **Redução de danos**: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [3]: 995-1015, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/FvQTcRD6BZBj7yr86kHtkKP/abstract/?lang=pt#:~:text=Harm%20reduction%3A%20analysis%20of%20the%20concepts%20that%20guide%20practices%20in%20Brazil&text=Este%20estudo%20teve%20como%20objetivo,a%20base%20de%20dados%20LILACS>. Acesso em: 04 out. 2022.

SARACENO, B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia. 2001. 159 p.

SARAMAGO, J. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SIMON, E. et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem e Educação Popular: encontros e desencontros no contexto da formação dos profissionais de saúde**. Interface (Botucatu). 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276304359_Metodologias_ativas_de_ensino-aprendizagem_e_educacao_popular_encontros_e_desencontros_no_contexto_da_formacao_dos_profissionais_de_saude Acesso em 25 de jan. 2025.

SILVA, I. G.; CRUZ, P. J. S. C. Educação Popular e o campo das drogas: enfoques da literatura. *Conjectura: Filos. Educ.*, Caxias do Sul, RS, v. 27, e0220050. 2022. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/10980/pdf> Acesso em: 17 de jul. 2023.

SILVA, I.G. **As drogas no contexto da Educação Popular**. 2020. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, D. C. R. Interfaces entre redução de danos e Educação Popular em uma instituição voltada para população em situação de rua em Sorocaba. 2015. 109 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, *Campus Sorocaba*, Sorocaba, 2015.

SILVA, J. K. N. O controle de substâncias ilegais: os tratados internacionais antidrogas e as repercussões sobre a legislação brasileira. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 20. Jul/Dez., pp. 1-121. 2015.

SILVEIRA, D. X. Entrevista. In: BIDERMAN, I. Conceito de redução de danos surgiu após a Primeira Guerra Mundial. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1912980-conceito-de-reducao-de-danos-surgiu-apos-a-primeira-guerra-mundial.shtml> Acesso em: 24 de abr. 2023.

_____. Reflexões sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. (orgs). **DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS: uma cartilha para profissionais de saúde**. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Ministério da Saúde. São Paulo, 2008.

SCHAURICH, D. **Dos grupos de risco à vulnerabilidade: reflexões em tempos de HIV/Aids**. Revista contexto & saúde. Editora, 2004.

SODELLI, Marcelo. **Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade**. 2. ed. Via Verita, 2016. 175 p.

SOUZA, K. M.; MONTEIRO, S. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Comunicação Saúde Educação* v.15, n.38, p.833-44, jul./set. 2011.

SANTOS, M. S. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169. Acesso em: 12 de jan. 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/DPRr6kxK4gx8k56fN9tvGKc/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, A. B. Escuta qualificada como ferramenta de humanização do cuidado em saúde mental na Atenção Básica. APS em Revista. Vol. 1, n. 2, p. 170/179 | Maio/Julho. 2019. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/23/22> Acesso em: 14 de set. 2024.

STRECK, D. R. Territórios de Resistência e criatividade: Reflexões sobre os lugares da Educação Popular In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STRECK, D. R. et al. **Educação Popular e Docência**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TREVISAN, J. V. S.; BARONI, D. P; M. Uma análise de um grupo de ouvidores de vozes enquanto movimento social e potência política. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, V. 44, N. ESPECIAL 3, p. 235-249. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Q4GnSk9hmBNnZLNFC3YrfKy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 de out. 2023.

TISOTT, Z. L. et al. **Motivos da ação do redutor de danos junto ao usuário de drogas: um estudo fenomenológico**. Rev Gaúcha Enferm. 2019;40:e20180062. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180062>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/7fzsvNQpr4LyxXt44q5kFyf/#:~:text=O%20motivo%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20do,junto%20aos%20usu%C3%A1rios%20de%20drogas>. Acesso em 17 de out. 2023.

VASCONCELOS. E. M. Capítulo II: Eymard Mourão Vasconcelos. In: OLIVEIRA, A. F.; et al. (orgs). **Educação Popular: autoras e autores da Paraíba**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

VASCONCELOS. E. M. **Os caminhos do aprendizado na extensão universitária: análise com base em uma experiência marcante**. In: CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, E. M. (Orgs) **Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. São Paulo: Hucitec, 2017.

VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de saúde a partir da Educação Popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS, E. M. (org). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de Educação Popular em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

VASCONCELOS, J. Tentativa de criminalização de medidas de "redução de danos" em Olinda gera mobilização. Brasil de Fato. Petrolina. 01 de março de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/tentativa-de-criminalizacao-de-medidas-de-reducao-de-danos-em-olinda-gera-mobilizacao> Acesso em: 20 de jul. 2023.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa:** um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44). p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> . Acesso em 16 de fev. 2023.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro da entrevista semiestruturada

Esta entrevista tem como objetivo a obtenção de dados para a elaboração da Tese intitulada “*Educação Popular e Redução de Danos no Campo das drogas*”, que está sendo desenvolvida por Ione Gomes da Silva, estudante do Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Educação Popular, sob a orientação do professor Dr. Pedro José Santos Carneiro Cruz. A pesquisa tem como objetivo geral “Analisar como as abordagens da Educação Popular vêm sendo inseridas em trabalhos com Redução de Danos no campo das drogas”.

- 1) Qual sua formação?
- 2) Atua junto a pessoas consumidoras de drogas há quanto tempo?
- 3) Atua como redutor(a) de danos há quanto tempo?
- 4) Tendo em vista a sua atuação como redutor(a) de danos, você participa de alguma organização ou movimento social? se sim, qual?
- 5) Qual a sua visão a respeito da Redução de Danos?
- 6) Na sua opinião, as práticas de Redução de Danos podem ser consideradas práticas educativas? Se sim, por quê?
- 7) Como se deu o seu encontro com a Educação Popular?
- 8) Que elementos da Educação Popular consegue identificar em práticas de Redução de Danos?
- 9) Na sua opinião, quais contribuições a Educação Popular pode oferecer para o campo das drogas e os seus consumidores?
- 10) Para você, quais seriam as dificuldades e potencialidades de se realizar um trabalho educativo sobre drogas orientado pela Redução de Danos e pela Educação Popular?
- 11) Quais são suas principais referências no campo da Educação Popular?

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Participação no estudo

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Educação Popular e redução de danos no campo das drogas”, coordenada por Ione Gomes da Silva. O objetivo deste estudo é analisar como as abordagens da Educação Popular vêm sendo inseridas em trabalhos com redução de danos no campo das drogas

Caso você aceite participar, você será entrevistado(a) com o auxílio de um roteiro semiestruturado. Possivelmente, será uma única entrevista. O teor das perguntas contidas do roteiro diz respeito a sua experiência como educadora(o) popular e redutora(o) de danos o que deve dispende cerca de 60 minutos. Além disso, será realizada a gravação em áudio e vídeo das entrevistas.

As entrevistas serão realizadas em ambiente virtual, em virtude disso, nos comprometemos a cumprir o disposto no ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, o qual orienta sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual;

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto(a) a riscos, tais como a possibilidade de algum desconforto em decorrência do tempo que será exigido para a realização da entrevista (60 minutos), ou mesmo relacionado a temática abordada, e caso eles venham a ocorrer, será tomada a seguinte providência sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável: suspensão temporária da entrevista. Nesse caso, será aberto um momento de escuta qualificada onde você poderá expressar o que estiver sentindo naquele momento. Se mesmo após esse momento o desconforto persistir, você poderá desistir da entrevista sem nenhuma espécie de prejuízo.

Esta pesquisa tem como benefícios proporcionar contribuições ao campo de conhecimento da Educação Popular e das drogas. Também ao desenvolvimento de ações educativas, de prevenção e cuidado que sejam orientadas pelos princípios da Educação Popular e da Redução de Danos assegurando uma abordagem crítica e comprometida com processos de humanização e justiça social para as pessoas consumidoras de drogas.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. As entrevistas serão gravadas em vídeo, mas estes não serão expostos, ficando sob a responsabilidade da pesquisadora. Sua identidade será preservada.

Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que você apresenta alguma condição que precise de tratamento, você receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de 31/07/2025, você poderá receber a devolutiva dos resultados por e-mail. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa –seja informações de prontuários, gravação de imagem, voz, audiovisual ou material biológico– somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Ressarcimento e Indenização

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos a você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto. Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você será indenizado, conforme determina a lei.

Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada “Educação Popular e redução de danos no campo das drogas” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Pesquisador (a) responsável (orientador (a)):

E-mail para contato:

Telefone para contato:

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável: _____

Outros pesquisadores:

Nome:

E-mail para contato:

Telefone para contato:

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética do Centro de Ciências Médicas

Endereço:- Centro de Ciências Médicas, 3º andar, Sala 14, Campus I - Cidade Universitária - Bairro Castelo Branco CEP: 58059-900 - João Pessoa-PB

Telefone: (083) 3216-7308

E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

Apêndice C: Quadros que resultaram da análise de conteúdo temática

ANÁLISE DE CONTEÚDO – TEMÁTICO CATEGORIAL

Problema

Como a Educação Popular vem sendo inserida em abordagens de Redução de Danos no campo das drogas?

Hipótese

A Educação Popular vem subsidiando com elementos teóricos e práticos a construção de abordagens educativas voltadas para processos participativos, humanizadores e dialógicos nas ações de redução de danos no campo das drogas.

Objetivos

Objetivo geral

- Analisar como as abordagens da Educação Popular vêm sendo inseridas em trabalhos com redução de danos no campo das drogas

Objetivos específicos

- Averiguar os enfoques sobre drogas e redução de danos na produção bibliográfica da Educação Popular;
- Enfocar a perspectiva de redução de danos;
- Averiguar de que maneira educadores/as populares redutores/as de danos vêm desenvolvendo abordagens no campo das drogas;
- Analisar as possibilidades e limites da Educação Popular nas abordagens de redução de danos.

Público entrevistado:

Educadores/as populares que fazem redução de danos

EXPLORAÇÃO DO MATERIAL – CODIFICAÇÃO

QUADRO 1 – Questão 4

Questão 4 – Tendo em vista a sua atuação como redutora de danos, você participa de alguma organização ou movimento social? Se sim, qual?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Entrei em 2017 na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas onde eu comecei no núcleo lá de São Paulo. E foi aonde eu vi o feminismo interseccional na prática, onde eu vi um espaço onde conseguia ser uma rede mista de mulheres e de pessoas não binárias que acolher pessoas trans, que acolhe pessoas negras, que acolhe pessoas em situação de rua, mas também professoras universitárias, profissionais da saúde, profissionais do sexo, enfim, que consegue ser, apesar de todas as contradições que têm em todos os lugares. Mas é um espaço que eu senti que eu estava sendo fortalecida para falar com minha própria voz e ter meu próprio lugar.	Entrei em 2017 na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas[...].	Atuação em organizações e movimentos sociais.
Simone	É, eu tenho o meu movimento nacional de feministas, eu tenho o meu movimento nacional de trabalhadores e trabalhadoras sexuais, eu tenho a central única de trabalhadores e trabalhadoras sexuais, a CUTS, que é um movimento nacional, né, que a gente vem aí lutado pela regulamentação do nosso trabalho ou minimamente, pela retirada nossa do código penal, né?	É, eu tenho o meu movimento nacional de feministas, eu tenho o meu movimento nacional de trabalhadores e trabalhadoras sexuais, eu tenho a central única de trabalhadores e trabalhadoras sexuais, a CUTS, que é um movimento nacional [...].	
Hannah	Sim, tem Escola Livre, né? Que eu faço parte da equipe. Tem a RENFA, né? que é a rede de feministas, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas. A gente trabalha diretamente com isso. E	Sim, tem Escola Livre, né? Que eu faço parte da equipe. Tem a RENFA, né? que é a rede de feministas, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas [...]. E então através da rede que também	

	então através da rede que também comecei a trabalhar na Frente Pelo Desencarceramento daqui de Pernambuco. É também comecei a trabalhar pelo Recife Livre, que é um coletivo de redução de danos, só que em festas, mais voltado para a classe média, para redes e acredito que esses são os principais coletivos assim que faço parte.	comecei a trabalhar na Frente Pelo Desencarceramento daqui de Pernambuco. É também comecei a trabalhar pelo Recife Livre, que é um coletivo de redução de danos,	
Clarisse	Eu participo da RENFA, da Tulipas do Cerrado, que é a que eu comecei mesmo e virei uma redutora de danos. Faço parte também do Coletivo Aroeira que é sobre agroecologia e redução de danos, entende? E ali a gente tem um grupo de diversas pessoas, né, que no Coletivo Aroeira ali a gente produz a redução de danos, com agrofloresta montando ali uns canteiros e tudo mais, plantando, colhendo e tudo mais, né? E trazendo esses benefícios próprio para a gente e também a geração de renda.	Eu participo da RENFA, da Tulipas do Cerrado, que é a que eu comecei mesmo e virei uma redutora de danos. Faço parte também do Coletivo Aroeira que é sobre agroecologia e redução de danos [...].	
Bille	Eu fui vice presidenta de uma organização que chama Na Trap, né? Que é apoio as travestis e transexuais do estado. Então eu fiquei por muitos anos lá trabalhando nessa política trans, não é? mas trabalhando informal não é? A gente trabalhando, ganhando dinheiro era uma coisa formal, não é? trabalhando com direitos humanos, direito da população trans.	Eu fui vice presidenta de uma organização que chama Na Trap, né? Que é apoio as travestis e transexuais do estado.	

QUADRO 2 – Questão 5

Questão 5 – Qual sua visão a respeito da redução de danos?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Para mim a redução de danos é isso, assim, esse paradigma ético, clínico e político, esse lugar da ampliação de vida. Mas é também um lugar de reparação. E acesso a direitos, que eu acho que com esse mecanismo da matriz de opressões capitalista machista, a gente foi estrategicamente expropriada do nosso direito de gerir os nossos corpos, de nos autorregular e de fazer isso em comunidade. Então, a redução de danos é um nome, um termo que nasce para esse resgate de nós. Sabemos o que nós precisamos, eu sei o que eu preciso, né? E cuidando da minha necessidade, eu posso cuidar do meu coletivo.	Para mim a redução de danos é isso, assim, esse paradigma ético, clínico e político, esse lugar da ampliação de vida. Mas é também um lugar de reparação. E acesso a direitos[...].	Redução de danos como um paradigma ético de cuidado e acolhimento.
Simone	A redução de danos ela salvou a minha vida. E vem mudando a história da política de droga. A redução de danos ela vem fazendo uma desintoxicação social. Com corpos que passaram a vida inteira sendo contaminados por uma sociedade. A redução de danos ela traz conhecimento. O pessoal fala a redução de danos é a ética do cuidado. Redução de danos está pelo direito do ser humano. A redução de danos, ela nasceu lá atrás para ensinar as pessoas a não se contaminar fazendo uso substância. Só que a redução de danos hoje ela é muito maior do que isso, né?	A redução de danos ela salvou a minha vida. E vem mudando a história da política de droga. [...] A redução de danos ela traz conhecimento. O pessoal fala que redução de danos é a ética do cuidado. A redução de danos está pelo direito do ser humano.	

Hannah	Então, assim, é bem louco falar sobre rd, porque a gente trabalha todo dia com isso a gente termina vivendo a redução de danos, sabe? Para mim, a redução de danos, ela é uma estratégia diferente de você poder viver, sabe? Salva vida, né? É assim, é meio difícil falar uma palavra, uma frase que resuma a redução de danos, porque ela abrange muitos âmbitos. Assim, sabe, essa questão mesmo de quando a redução de danos acontece. A redução do dano, ela praticamente salvou minha vida também, porque eu comecei a ter um outro entendimento sobre essa questão de drogas, sobre o que é um usuário, sobre os direitos dados dos usuários. Que às vezes a gente acha que a pessoa utiliza a droga e o problema da pessoa é a droga. É comum que se pense que a droga é o principal fator destrutivo da vida dela. E quando você começa a trabalhar com essas pessoas, quando você começa a ver, você vê que não é bem isso, né?	Para mim, a redução de danos, ela é uma estratégia diferente de você poder viver, sabe? Salva vida, né?	
Clarisse	Para mim a Redução de danos ela sempre foi, é assim, ela me empoderou, né? Ela me empoderou porque eu fui uma pessoa que foi negada em tudo e ela salvou a minha vida. Ela salvou a minha vida porque quando eu conheci a redução de danos, eu queria ter conhecido ela no meu começo como trabalhadora sexual. Entendeu? Eu vim conhecer já velha, mas graças a Deus eu ainda tive a oportunidade de conhecer. Mas assim ela salvou literalmente a minha vida e tirou aquele estigma que eu tinha, o rótulo que a sociedade sempre coloca hoje em dia, entendeu? Então ela hoje abriu a minha	Para mim a Redução de danos ela sempre foi, é assim, ela me empoderou, né? Ela me empoderou porque eu fui uma pessoa que foi negada em tudo e ela salvou a minha vida. Ela salvou literalmente a minha vida e tirou aquele estigma que eu tinha, o rótulo que a sociedade sempre coloca hoje em dia, entendeu?	

	mente e me fez enxergar com outros olhos.		
Billie	Ai, a redução de danos para mim é apologia à saúde, e ao cuidado. Salva vidas. [...] Então eu acho que a redução de danos mesmo é o acolhimento, é a escuta. Se a gente não escutar e se a gente não acolher, não existe redução de danos. Não adianta a gente entrar com letramento, com educação se não tiver o acolhimento. A base de tudo é o acolhimento. Se você não estiver disposta a colher e escutar as pessoas que vêm com as problemáticas com agressividade, te xingando, você não vai conseguir entrar dentro da pessoa para fazer o seu trabalho. Acho que a redução de danos é um abraço, abraço o outro que você vai sentir a dor do outro, não é? empatia pelo outro. Eu acho que é isso, a RD salva vidas.	Ai, a redução de danos para mim é apologia à saúde, e ao cuidado. Salva vidas. [...] Se a gente não escutar e se a gente não acolher, não existe redução de danos. Não adianta a gente entrar com letramento, com educação se não tiver o acolhimento.	

QUADRO 3 – Questão 6

Questão 6 – Na sua opinião, as práticas de RD podem ser consideradas práticas educativas? Se sim, por quê?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Com certeza. Acho que, acho que esse movimento de muitas vezes servir de espelho para as pessoas é uma ferramenta muito educativa. E esse espelho no sentido de fortalecer como a pessoa se vê, né? Ou os espaços que ela pode acessar. [...]Mas eu acho que pra mim a redução de danos e a Educação Popular me provocam a ultimamente, né? Mas assim, nos últimos anos, desde o mestrado, uns três anos. E aí, nesse lugar, de quais são as ferramentas que a gente usa para dizer o que a gente tem pra dizer, né? Ou para fortalecer o processo das pessoas que a gente entende que são importantes e que precisam ser ouvidas. E aí não é aula expositiva, né? É uma das ferramentas. Pode ser uma parte desses processos de educação, mas a gente tem percebido, por exemplo, na escola de RD, que o escalda pés também é um momento de olhar para a sua caminhada e ter aquela oportunidade de parar e receber um carinho nos pés e perceber esse olhar de outra forma, né?	Com certeza. Acho que, acho que esse movimento de muitas vezes servir de espelho para as pessoas é uma ferramenta muito educativa. E esse espelho no sentido de fortalecer como a pessoa se vê, né? Ou os espaços que ela pode acessar.	A prática educativa da redução de danos e a geração de aprendizagem.
Simone	Sim. A gente acredita que a maior ferramenta do ser humano é o conhecimento, né? E todo mundo ser capaz de receber e produzir esse conhecimento a partir do momento em que a pessoa esteja disposta. Compartilhar esse conhecimento com sinceridade e transparência, né? E com a	Através da RD esse conhecimento é levado para a rua e é com base nesse conhecimento que as pessoas da rua se empoderam.	

	linguagem mais acessível, eu acho que isso é importante. [...] Através da RD esse conhecimento é levado para a rua e é com base nesse conhecimento que as pessoas da rua se empoderam.		
Hannah	Sim. É a gente conversando, é a gente ensinando, é a gente mediando o conhecimento, a gente trocando. Também não é só com a informação que as pessoas conseguem, né? Praticar a redução de danos na vida delas [...] é uma questão que tem, que é educacional mesmo, que tem que ser constante, sabe? Acho que além da informação, a gente tem que levar o acesso, a gente tem que levar as condições dessa pessoa poder reduzir. [...] Muita gente acha que reduzir danos é só ir para uma festa e usar a piteira, é só eu não usar o mesmo canudo, é só eu tomar uma água, é só me alimentar. Mas a redução de danos de que a gente fala, ela é de âmbito mesmo, de como é que eu posso falar? De ter direitos humanos, não é? E bem viver é uma redução de danos que você vai, você vai tentar reduzir esses danos em todas as questões, sabe? No meu andar, no meu agir, no meu me colocar, sabe? E sim, tem que ter. É uma questão de educação também e é uma questão também as pessoas poderem ter essa oportunidade, né? E poder aprender e entender de uma forma mais sana, né?	Sim. É a gente conversando, é a gente ensinando, é a gente mediando o conhecimento, a gente trocando. Também não é só com a informação que as pessoas conseguem, né? Praticar a redução de danos na vida delas [...] é uma questão que tem, que é educacional mesmo, que tem que ser constante, sabe?	
Clarisse	Sim. A RD promove aprendizado. A gente aprende e cria estratégias para ver como podemos melhorar. [...] Levando para elas o que a gente quer para a melhoria e o que a opinião delas também nos agrega para a gente estar se	Sim. A RD promove aprendizado. A gente aprende e cria estratégias para ver como podemos melhorar.	

	fortalecendo e também não deixar de enxergar a vida do próximo.		
Bille	Sim. Depende da forma como ela é aplicada pelo educador, né? Como eu estou dizendo, às vezes é o pintar um papel, não é? É você colocar a água, a fruta e você fazer como eu fiz esses dias, colocar um homem com várias garrafas de bebida caídas no chão, não é? E aí ele dizia assim: ah, eu fico assim tia, chapadão. Aí eu dizia, o que é isso aí que ele está assim vomitando aí? Uso abusivo de álcool. Aí eu entro com a Educação Popular, eu faço eles dialogarem, vou também com a redução de danos, mas uma coisa bem suave, não é? Para que também não fique tão chato. Tão burocrático, né?	Sim. Depende da forma como ela é aplicada pelo educador, né? Como eu estou dizendo, às vezes é o pintar um papel, não é?	

QUADRO 4 – Questão 7

Questão 7 – Como se deu o seu encontro com a Educação Popular?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Meu encontro com a Educação Popular foi na graduação, quando eu fiz, quando eu consegui entrar no Programa de Iniciação à docência, o PIBID. E com isso eu entrei num programa que era multisetorial, mas eram várias pessoas da pedagogia, das ciências sociais e da história, se não me engano. E a gente tinha que trabalhar contos da mitologia grega, africana ou indígena para poder trabalhar conteúdos dos temas que tinha no currículo escolar do EJA [...].	Meu encontro com a Educação Popular foi na graduação, quando eu fiz, quando eu consegui entrar no Programa de Iniciação à Docência, o PIBID.	Os lugares da Educação Popular: a escola e o movimento social.
Simone	Com o feminismo antiproibicionista. Porque é isso, a redução de danos me tornou uma potência, né? Mas até que ponto aquela potência era liberado a mim transmitir, né? E era isso. Eu era coordenada por um grupo de homens da RD que acabava me podendo, e quando eu me vejo enquanto uma mulher feminista empoderada é que eu acho que eu falo, caralho! esse conhecimento tem que ser compartilhado, não pode ficar dentro de um quadradinho.	Com o feminismo antiproibicionista.	
Hannah	Então a palavra Educação Popular, veio assim, na época que eu dava aula, né? Eu, eu me via sempre como uma professora. E só que é isso, assim né? É educação para quem, né? Para a gente está perguntando onde está chegando essa educação, onde está chegando essa oportunidade de aprendizado, sabe? E com a Educação Popular, quando chegou	Então a palavra Educação Popular, veio assim, na época que eu dava aula, né? [...] ouvi falar e quis saber qual era a diferença, né? De uma Educação Popular, para uma educação normal, se era diferente.	

	esse termo para mim, eu comecei a abrir um pouco a cabeça assim, que era para quem eu queria dar aula e com quem eu gostaria de estar junto[...]ouvi falar e quis saber qual era a diferença, né? De uma Educação Popular, para uma educação normal, se era diferente. E aí eu acho que era justamente essa questão de poder chegar mesmo na população, de poder chegar nessas pessoas que não tinha acesso ou que tinha acesso, mas que não tinha vontade, sabe? O aluno não via muito futuro, né? Então poder trazer essa possibilidade assim da gente poder também aprender, da gente poder também estar ali no meio, né?		
Clarisse	A gente tem uma sede na 204 norte, aqui em Brasília, e lá a gente tem um espaço que a gente aprende sobre Educação Popular. [...]Então foi assim que eu comecei a aprender a Educação Popular. Enxergar, ver o próximo com o olhar de empatia, de sororidade.	A gente tem uma sede na 204 norte, aqui em Brasília, e lá a gente tem um espaço que a gente aprende sobre Educação Popular.	
Billie	Ah, eu já vi tanta gente boa trabalhando, visse? A gente vai absorvendo, né? [...] eu lembro que eu conheci uma gestora do próprio programa que eu trabalho hoje, ela sempre me dizia assim: enquanto educadora, enquanto a gente trabalhar com a população de rua, que eu sei que é o que você também faz, procura sempre fazer eles se sentirem pessoas importantes. Procura tentar aplicar a redução de danos, mas com a educação também.	Ah, eu já vi tanta gente boa trabalhando, visse? A gente vai absorvendo, né?	

QUADRO 5 – Questão 8

Questão 8 – Que elementos da Educação Popular consegue identificar nas suas práticas de RD?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Acho que esse lugar da ética é muito forte, né? Pra mim, pelo menos do quanto que é esse lugar de respeitar mesmo o lugar de cada pessoa e de que mesmo que seja um adolescente, se for uma criança, se for uma idosa. Todo mundo tem o seu saber, sabe? Todo mundo tem o seu lugar. E se cada um reconhecer o lugar de cada um pra poder construir esse saber coletivamente, ele vai ser muito mais rico e vai tocar nas pessoas nesse lugar de respeito, das diferenças, mas também do reconhecimento delas. [...]. Essa coisa das diferentes metodologias também sabe? De trabalhar em círculo, que é uma coisa que em todos os espaços formativos que eu tô, eu proponho esse lugar da circulação da palavra, mas também de usar exemplos que fazem parte da realidade, de discutir casos que inquietam a gente. [...]E para que as pessoas reconheçam seus lugares. E a partir dos seus lugares que elas possam mudar a sua realidade. Quem sabe algo a mais, mas que parta ali do miudinho e do grupo pra que isso possa ser fortalecido.	Acho que esse lugar da ética é muito forte, né? Pra mim, pelo menos do quanto que é esse lugar de respeitar mesmo o lugar de cada pessoa e de que mesmo que seja um adolescente, se for uma criança, se for uma idosa. Todo mundo tem o seu saber, sabe? Todo mundo tem o seu lugar. E se cada um reconhecer o lugar de cada um pra poder construir esse saber coletivamente, ele vai ser muito mais rico e vai tocar nas pessoas nesse lugar de respeito, das diferenças, mas também do reconhecimento delas.	Características da Educação Popular presentes nas práticas de redução de danos
Simone	As pessoas acham que Educação Popular é só saúde, mas tem muita coisa. É mudança, é direitos, é cidadania e protagonismo. Conhecer estratégias da redução de danos é pensar nisso, no protagonismo, né? Na acessibilidade e respeito, não é? É enxergar aquela	As pessoas acham que Educação Popular é só saúde, mas tem muita coisa. É mudança, é direitos, é cidadania e protagonismo.	

	peessoa. Você olhar a aquela pessoa que está fazendo uso todo santo dia. Muitas das vezes você não olha para pessoa, você só olha para a substância.		
Hannah	Eu vejo como uma coisa só, sabe? Porque nas práticas de RD que a gente tem feito lá na escola de RD diariamente ou na rua, tem a questão da educação. Tem a questão da cidadania, do letramento, que a gente vê que muita gente ali na rua ou mesmo que não esteja na rua, que tem casa, mas as mulheres não sabem ler e nem escrever. [...] então assim, eu vi essas práticas meio que se confundindo, sabe? A educadora popular junto com a redutora de danos. [...] Eu sempre tento fazer esse link não só da questão da redução com a questão das drogas assim, mas de poder ensinar, né? Outras questões, outras coisas para eles, para também não ficar só nesse âmbito, sabe? não, porque a gente é usuário a gente só pode falar de droga, sabe? A gente só pode falar desse assunto.	Eu vejo como uma coisa só, sabe? Porque nas práticas de RD que a gente tem feito lá na escola de RD diariamente ou na rua, tem a questão da educação.	
Clarisse	A construção coletiva do conhecimento para mim é Educação Popular e é também redução de danos. [...] o intuito dessas aulas que a gente dá para essas pessoas, para essas trabalhadoras sexuais e pessoas em situação de rua, é estar levando o aprendizado mesmo levando o que que é direito, levando a aprender o alfabeto ali. Alfabetização é muito importante. E tem essa companheira nossa que ela não sabia nem ler nem escrever. Então a gente queria que ela aprendesse. Hoje ela é um poetisa. Ela fez a poesia própria dela, sabe? e está	A construção coletiva do conhecimento para mim é Educação Popular e é também redução de danos. [...].	

	indo aí firme e forte nos estudo e é bom a gente levar esse conhecimento, né? E isso para mim é redução de danos e também Educação Popular, levar esses conhecimentos e educar esse povo dessa maneira, levar esses conhecimentos todo é Educação Popular, porque muitas pessoas, quando chega na população e tudo mais, ah, eu quero estudar, mas às vezes só porque faz o uso de substância, a pessoa não sabe nem o porquê que ela faz uso de substância e acaba chegando a um certo período que ela desiste. Eu mesmo, eu desisti pelo preconceito, pelo que eu enfrentei na escola, entendeu? E a minha única oportunidade que eu tive foi ser uma trabalhadora sexual.		
Bille	Eu gosto muito de fazer escuta, visse? Porque aí é onde eu vejo as fragilidades. Eu gosto muito de fazer roda de diálogo, mas a gestão não deixa. Ela me priva às vezes, não é? Me engessa. É tudo programado, é um projeto, né? E aí quando eu tento assim, às vezes digo: gente, vamos sentar, eu quero escutar vocês. E aí muitos falam da vida pessoal, de como tiveram essas quedas, né? E aí eu vou tentando entender, mas às vezes eu sou travada e até a chamada atenção, porque não é, não é por aí. Então tá bom, vamos como o programa quer, não é? O Estado quer assim.	Eu gosto muito de fazer escuta, visse? Porque aí é onde eu vejo as fragilidades. Eu gosto muito de fazer roda de diálogo, mas a gestão não deixa.	

QUADRO 6 – Questão 9

Questão 9 – Na sua opinião, quais contribuições a EP pode oferecer para o campo das drogas e os seus consumidores?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Eu acho que esse lugar mesmo da mobilidade social, sabe. Essa capacidade de compartilhar saberes, reconhecer os lugares de cada um e possibilitar que as pessoas alcancem outros lugares que não só de usuários de drogas, usuários dos serviços ou só profissionais da saúde, que também é um lugar engessado, né? [...] Então, acho que o que a Educação Popular pode fazer, acho que é essa ponte, sabe? Entre as diferentes linguagens, entre os diferentes lugares e a possibilidade de construção de soluções, de alternativas.	Eu acho que esse lugar mesmo da mobilidade social, sabe. Essa capacidade de compartilhar saberes, reconhecer os lugares de cada um e possibilitar que as pessoas alcancem outros lugares [...].	Contribuições teóricas e metodológicas da EP para o campo das drogas.
Simone	A Educação Popular, para mim é compartilhamento de saberes. A partir do momento que você faz o compartilhamento, o compartilhamento honesto de um conhecimento, de um saber ou quando você transmite isso para uma pessoa que foi negado isso a vida toda, isso para mim é Educação Popular. Essa é a diferença da Educação Popular, não é? Não é você condicionar aquela pessoa aquilo que você quer. É você levar uma coisa com transparência e dar o direito àquela pessoa de refletir se é certo ou não. E ouvir também. Não é só falar, né? Ah, eu tenho um Monte de informação, de conhecimento! Às vezes, muito dos nossos conhecimentos a gente adquirir ouvindo próximo.	A Educação Popular, para mim é compartilhamento de saberes. [...] Não é você condicionar aquela pessoa aquilo que você quer. É você levar uma coisa com transparência e dar o direito àquela pessoa de refletir se é certo ou não. E ouvir também. Não é só falar, né?	
Hannah	Essa escuta qualificada assim, né? Então, a escuta que independente de você poder resolver aquele problema ou não, mas a gente consegue ouvindo, a gente consegue saber o que o outro está precisando. Independente do que eu possa ajudar ou não, mas eu consigo escutar. Se eu não conseguir fazer nada,	Essa escuta qualificada assim, né? Então, a escuta que independente de você poder resolver aquele problema ou não, mas a gente consegue ouvindo, a gente consegue saber o que o outro está precisando.	

	nenhum encaminhamento pelo menos eu acolhi, né? Eu escolhi ouvir aquela pessoa também ali.		
Clarisse	Então, a Educação Popular é quando a gente leva um conhecimento que você agrega ali, igual você sabe que a pessoa que faz uso de substância, ela também tem que se cuidar, né? Cuidar do próprio corpo. Então a gente chega e fala sobre saúde, o cuidado que vai além o preservativo, porque hoje em dia você pode até estar usando, mas às vezes você não está bem seguro, né? Mas a gente chegar a esse ponto de chegar, fazer um campo e levar para essas pessoas que fazem uso de substância esse conhecimento. Ah, eu quero é falar para você o tanto que é importante a gente ter saúde, né? Então tá tendo ouvido, escuta, porque a gente ouve bem as pessoas, entendeu?	Então, a Educação Popular é quando a gente leva um conhecimento que você agrega ali [...].	
Bille	Eu acho que muita coisa, não é? porque a gente tem uma grande maioria de usuários de droga que não tem educação, não é? Que não terminaram a escola. E quando a gente entra com a educação a gente faz esse confronto mesmo e botar o usuário para refletir. E eu escuto muito isso quando faço essas escutas, e acho que 80% deles me dizem, não é? Eu quero voltar a estudar.	E quando a gente entra com a educação a gente faz esse confronto mesmo e botar o usuário para refletir.	

QUADRO 7 – Questão 10

Questão 10 – Para você, quais seriam as dificuldades de se realizar um trabalho educativo sobre drogas orientado pela RD e pela EP?			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	Eu acho que tem. Eu acho que tem pela própria limitação do campo, sabe? Acho que a gente tem a escola livre de redução de danos, do qual eu faço parte atualmente. Ela nasceu desse déficit de formação, porque a gente teve um edital do Ministério da Saúde, quando a redução de danos foi instituída enquanto política pública, né, Na política de atenção integral. E aí rolou essa movimentação de fazer a formação de profissionais. Dos caps que estavam sendo abertos e das UBS que já existiam, mas depois disso nenhum outro, não teve um movimento de formação permanente. Então, os poucos movimentos que a sociedade civil consegue fazer nesse sentido nunca vai dar conta da demanda.	Eu acho que tem. Eu acho que tem pela própria limitação do campo, sabe? Acho que a gente tem a escola livre de redução de danos, do qual eu faço parte atualmente. Ela nasceu desse déficit de formação [...].	Desafios para a construção de um trabalho educativo orientado pela RD e pela EP.
Simone	A política de drogas, né? É ela, ela parece que ela foi criada mesmo, não, parece não, ela foi criada justamente para justificar o extermínio de alguns corpos, a violência de alguns corpos. A sociedade brasileira, ela é uma sociedade muito violenta, não adianta as pessoas dizerem que são todas boazinhas porque não tem, tem um lado agressivo uma violência que está dentro das pessoas. E parece que o estado é escolhe alguns corpos para deixar à disposição dessa violência, é isso é isso. Eu vejo que é que é isso, tem alguns corpos que são selecionados. E para isso foi criada à tal política de droga proibicionista, para justificar.	A política de drogas, né? É ela, ela parece que ela foi criada mesmo, não, parece não, ela foi criada justamente para justificar o extermínio de alguns corpos, a violência de alguns corpos.	
Hannah	Várias. Muitas assim, sabe? Para trabalhar com Educação Popular assim, já é um trabalho que é difícil, sabe? A gente faz, né? A gente se junta com a rede. Assim, a gente encontra várias dificuldades, e preconceito. [...] Quando a gente	Várias. Muitas assim, sabe? Para trabalhar com Educação Popular assim, já é um trabalho que é difícil, sabe? A gente faz, né? A gente se junta com a	

	fala que trabalha com usuário, se eu disser que trabalho com Educação Popular e trabalho com pessoas, todo mundo está tranquilo. Agora, se eu disser que trabalho com Educação Popular, com redução de danos e com usuário de droga, pessoas que vivem na rua, pessoas em vulnerabilidade, não é? Está em situação de rua com profissionais do sexo, e com pessoas infectadas com HIV, aids, né? Isso aí já muda tudo.	rede. Assim, a gente encontra várias dificuldades, e preconceito.	
Clarisse	Olha, tem muitas coisas boas, entende? Para mim, eu acredito que não tenha dificuldade, mas tem certos locais no Brasil que não deixa que isso aconteça, dependendo do seu governo, prefeito, essas coisas e tudo mais. O estado mesmo. A única dificuldade é o estado querer empatar que essas pessoas, a gente de redução de danos e educadores popular, chegue à abordagem desses acolhimentos que a gente faz. Essa é a única dificuldade.	A única dificuldade é o estado querer empatar que essas pessoas, a gente de redução de danos e educadores popular, chegue à abordagem desses acolhimentos que a gente faz. Essa é a única dificuldade.	
Bille	Na área pública? A gente está falando sobre isso agora. É o que estou dizendo, a gente é engessada, eu nem deveria tocar nesse assunto porque eu fiz curso de marketing digital e aí eu fazia muito post sobre política de droga, só que a Juventude ela entende errado quando a gente fala de RD, se a gente não souber falar bem com a transparência. Então eu estava sendo atacada, né? Na minha rede social.	Na área pública? A gente está falando sobre isso agora. É o que estou dizendo, a gente é engessada [...].	

QUADRO 8 – Questão 11

Questão 11 – Quais são suas principais referências no campo da Educação Popular			
PARTICIPANTE	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	EIXO TEMÁTICO
Bell	bell hooks, Paulo Freire, mas ultimamente muito bell hooks. Assim, muito porque acho que tem esse lugar do quanto. É isso, assim, Paulo Freire ele conseguiu provocar muita gente em várias, em várias perspectivas, sabe? Mas ainda assim, e ainda que nordestino, né? É um homem cis e em algumas medidas, embranquecido, né? Mas o quanto que ela traz esse lugar do quanto que nomear sobre os nossos lugares e teorizar sobre as nossas vidas, também nos faz teóricas, também nos faz potentes para falar de amor, para poder falar de afeto enquanto processo educativo também, né? Enquanto esse lugar do encontro das nossas dores e das nossas camadas. Nesse processo de se formar para transgredir.	bell hooks, Paulo Freire, mas ultimamente muito bell hooks.	Referências no campo da Educação Popular.
Simone	Paulo Freire, a gente tem o nosso professor Antônio Neri, que para mim é uma referência. A gente vem aí com o Dudu também, né? Da política de drogas, da Lambud. Eu tenho vários, vários, vários e várias referências. Luana Malheiros, uma das minhas melhores referências, né? Enquanto militante, enquanto educadora popular, enquanto mulher, que é de referência na luta de drogas.	Paulo Freire, a gente tem o nosso professor Antônio Neri, que para mim é uma referência. [...]. Luana Malheiros, uma das minhas melhores referências, né? Enquanto militante, enquanto educadora popular [...].	
Hannah	Eu leio eu sigo os ensinamentos de Paulo Freire, não é? mas também eu gostei muito, assim, me abriu muito assim, me despertou muito quando eu comecei a ler a bell hooks sabe? Com os ensinamentos de como era a vida dela e as	Eu leio eu sigo os ensinamentos de Paulo Freire, não é? mas também eu gostei muito, assim, me abriu muito assim, me despertou muito quando eu comecei a ler a bell hooks sabe?	

	transformações, né, que pode trazer assim a educação para a nossa comunidade. Como a gente pode chegar, enfim, assim, trabalhar nos territórios, sabe? Tanto na redução de danos como na Educação Popular eu aprendi muito isso, assim a gente aprende no meio mesmo [...].		
Clarisse	Paulo Freire, mas o que mais me motiva realmente é a nossa coordenadora, porque ela não é uma autora, mas poderia ser, né? O que ela enfrentou na vida eu também enxerguei que eu posso lidar com todas as minhas estratégias de vida, entende? E ela me motiva muito. Igual quando eu olho para ela, eu falo bem assim, quando eu crescer, eu quero ser igual você. Porque ela não é uma escritora, mas ela é uma boa pessoa que você chega a se identificar. E o olhar humano, o olhar humanitário que ela tem por esses corpos e tudo mais. Ela é mais pra mim do que uma autora de livro ou qualquer uma. Então, para mim, ela é a minha referência mesmo, sabe?	Paulo Freire, mas o que mais me motiva realmente é a nossa coordenadora, porque ela não é uma autora, mas poderia ser, né?	
Bille	Não leio muito, mas sempre estou lendo Paulo Freire. E assim, me inspiro muito nas literaturas dele.	Não leio muito, mas sempre estou lendo Paulo Freire.	

EIXOS TEMÁTICOS
Atuação em organizações e movimentos sociais
Redução de danos como um paradigma ético de cuidado e acolhimento
A prática educativa da redução de danos e a geração de aprendizagem
Lugares de encontro com a Educação Popular: a escola e o movimento social
Características da Educação Popular presentes nas práticas de redução de danos
Contribuições teóricas e metodológicas da Educação Popular para o campo das drogas
Desafios para a construção de um trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos
Principais referências no campo da Educação Popular

EIXOS TEMÁTICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Participação em organizações e movimentos sociais	O movimento social e escola como espaços formadores e de encontro com a Educação Popular
Lugares de encontro com a Educação Popular: a escola e o movimento social	
Redução de danos como um paradigma ético de cuidado e acolhimento	A redução de danos enquanto prática educativa e paradigma ético de cuidado
A prática educativa da redução de danos e a geração de aprendizagem	
Características da Educação Popular presentes nas práticas de redução de danos	A Educação Popular nas práticas educativas de redução de danos na área das drogas: contribuições teórico-metodológicas
Contribuições teóricas e metodológicas da Educação Popular para o campo das drogas	
Desafios para a construção do trabalho educativo orientado pela redução de danos e pela Educação Popular	Desafios para o trabalho educativo orientado pela Educação Popular e pela redução de danos
Principais referências no campo da Educação Popular	Referências no campo da Educação Popular